



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

JOARLE MAGALHÃES SOARES

BOLSONARO FALA À NAÇÃO:
o conflito discursivo na construção de um simulacro populista

BELO HORIZONTE

2024

JOARLE MAGALHÃES SOARES

**BOLSONARO FALA À NAÇÃO:
o conflito discursivo na construção de um simulacro populista**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Tecnologias e Processos Discursivos

Orientadora: Profa. Dra. Giani David Silva

BELO HORIZONTE

2024

Soares, Joarle Magalhães.
S676b Bolsonaro fala à nação : o conflito discursivo na construção de um
simulacro populista / Joarle Magalhães Soares. – 2024.
311 f. : il.
Orientadora: Giani David Silva.

Tese (doutorado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Linguagens, Belo Horizonte, 2024.
Bibliografia.

1. Bolsonaro, Jair, 1955-. 2. Discurso político. 3. Populismo. 4.
Comportamento manipulativo. 5. Análise do discurso. I. Silva, Giani
David. II. Título.

CDD: 401.41

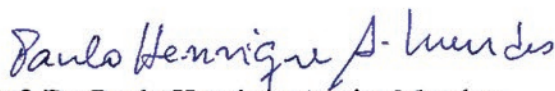


CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

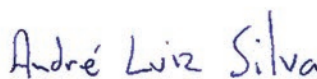
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE TESE PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

No dia 10 de setembro de 2024, às 14h00, no Miniauditório do Prédio Administrativo do Campus Nova Suíça do CEFET-MG, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Giani David Silva (Orientadora) (CEFET-MG), Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP), Prof.^a Dr.^a Fernanda Nalon Sanglard (PUC-MG), Prof. Dr. André Luiz Silva (CEFET-MG) e Prof. Dr. Antônio Augusto Braico Andrade (CEFET-MG); para examinar o trabalho do doutorando **JOARLE MAGALHÃES SOARES**, sob o título: "*BOLSONARO FALA À NAÇÃO: O CONFLITO DISCURSIVO NA CONSTRUÇÃO DE UM SIMULACRO POPULISTA*". A Prof.^a Dr.^a Giani David Silva, Presidente da sessão pública de apresentação e defesa de tese de doutorado, declarou aberta a sessão, passando a palavra ao doutorando **JOARLE MAGALHÃES SOARES**, para que expusesse sua tese. Terminada a exposição, a Presidente passou a palavra para a Banca Examinadora, que iniciou a arguição. Em seguida, reuniu-se a Banca Examinadora para deliberação. Ao retornar, a Presidente deu conhecimento ao candidato de que sua tese foi aprovada e que, no prazo de 60 dias, deverá incluir as sugestões da Banca. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata, que será assinada pela Presidente e pelos demais membros da Banca Examinadora.


Prof.^a Dr.^a Giani David Silva (Orientadora)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais


Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes
Universidade Federal de Ouro Preto


Prof.^a Dr.^a Fernanda Nalon Sanglard
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais


Prof. Dr. André Luiz Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais


Prof. Dr. Antônio Augusto Braico Andrade
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Escrever este agradecimento é parte de um gesto que me faz rememorar o longo percurso que marcou o desenvolvimento deste trabalho e me leva a reconhecer aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a sua realização.

Agradeço inicialmente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), a instituição onde trabalho, pelo valioso apoio financeiro e institucional concedido a mim no ano final de produção desta pesquisa.

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), por ter me acolhido como aluno de disciplina isolada, e, em 2020, como estudante regular do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling). Ingressar no doutorado era um desejo antigo e que foi concretizado por meio dessa instituição.

À professora Giani David Silva, por aceitar ser minha orientadora e, assim, contribuir com o desenvolvimento das diversas etapas que envolveram este estudo.

Aos professores Antônio Braico, Fernanda Sanglard e Paulo Henrique Mendes pelas valiosas contribuições dadas no exame de qualificação, essenciais para que a pesquisa adquirisse mais consistência e maior profundidade.

Aos docentes do Posling que, no decorrer das aulas (presenciais e remotas) de suas disciplinas, foram importantes no aprimoramento de minha formação acadêmica.

Aos colegas que compartilharam comigo os desafios da pesquisa na Análise do Discurso; aos amigos que estiveram presentes no processo de elaboração deste estudo, em especial às queridas Thaís Dutra, Cláudia Mourão e Virgínia Fonseca, que dividiram comigo as angústias e incertezas que me afligiram ao longo desse período de vida profissional e acadêmica.

Por fim, à minha família, meus irmãos Josa e Tiago, meus cunhados Rodrigo e Michelli, meus sobrinhos Heloísa, Paulo e Beatriz, meu primo Jomar e, principalmente, meus pais, José e Arlete, que proporcionaram, lá atrás, o ambiente onde eu pudesse estudar, construir minha vida profissional e, agora, alcançar a tão esperada conclusão do doutorado.

Somos assim. Sonhamos o voo, mas tememos as alturas. Para voar é preciso amar o vazio. Porque o voo só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Os homens querem voar, mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram. É um engano pensar que os homens seriam livres se pudessem, que eles não são livres porque um estranho os engaiolou, que se as portas da gaiola estivessem abertas eles voariam. A verdade é o oposto. Os homens preferem as gaiolas ao voo. São eles mesmos que constroem as gaiolas onde passarão as suas vidas. “Prisioneiro, diga-me, quem foi que fez essa inquebrável corrente que te prende?”, perguntava Tagore. “Fui eu”, disse o prisioneiro, “fui eu que forjei com cuidado essa corrente”.

Rubens Alves, 2014, p. 9

Aqueles que podem fazer você acreditar em absurdos podem fazer você cometer atrocidades.

Voltaire

RESUMO

A pesquisa tem como propósito verificar de que maneira o discurso filiado à extrema direita internacional foi institucionalizado por Jair Bolsonaro no exercício da Presidência do Brasil. O político de carreira, com 28 anos de atuação no Congresso Nacional, venceu as eleições de 2018 com uma retórica vulgar, ofensiva e antissistema, sustentada em desinformação e *fake news*, que foi vista como parte de um discurso autêntico, em uma percepção ingênua e perigosa para aqueles que viram esse movimento como uma ameaça ao sistema democrático. A investigação parte de uma discussão sobre a relevância desse comportamento transgressor na condução das ações governamentais. Ele deveria ser colocado em segundo plano ou ser considerado como fator constituinte da maneira do presidente governar? De que forma essa estratégia discursiva foi legitimada e utilizada para dar credibilidade às declarações oficiais dirigidas à nação? Tendo como perspectiva norteadora a Teoria Semiolinguística e os estudos do discurso político de Patrick Charaudeau, a busca pelas respostas se deu a partir da análise de um conjunto de oito pronunciamentos do ex-presidente, transmitidos em cadeia nacional de rádio e televisão, entre 2019 e 2022. Por meio de um esquema metodológico, elaborado a partir da estrutura do ato de linguagem, foram traçados dois fluxos analíticos para caracterizar a situação de comunicação e apontar os efeitos de sentido nela gerados. Foi demonstrado que o sujeito comunicante (EUC) busca projetar para o destinatário (TUD) um enunciador formado, principalmente, por dois fluxos geradores de efeitos de sentido: o político (mais associado ao *ethos* pré-discursivo, formatado pela rede interdiscursiva filiada à extrema direita) e o presidencial (associado à liturgia do cargo e moldado pelos termos firmados no contrato de comunicação). O trabalho resgata o contexto político e social no qual se deram os atos enunciativos para apontar os principais sentidos que caracterizam o *ethos*, o *pathos*, os imaginários e os elementos pré-validantes deste contrato. A pesquisa também apresenta, nos dois primeiros capítulos, um apanhado histórico que resgata fatores determinantes para entender a ascensão da extrema direita no país e as influências do tecnopopulismo, do negacionismo e do neofascismo na política bolsonarista. Ao final do estudo, considerando o resultado dos gestos analíticos, propõe-se um método para visualizar como o discurso de Jair Bolsonaro foi erguido a partir de imaginários populistas e estratégias de manipulação adotadas para mascarar as suas reais intenções. O ex-presidente imprimiu sentidos que fizeram suas falas oficiais transgredirem o contrato pré-estabelecido. Uma transgressão que não ocorreu de maneira estética, mas discursiva. Se, por um lado, Bolsonaro não se expressou de forma vulgar e agressiva; por outro, recorreu aos imaginários formadores de seu jeito autêntico. Emergiu dos pronunciamentos representações e características do discurso populista filiado à extrema direita, que acabaram representando um reforço institucionalizado a ideias autoritárias e antidemocráticas. A partir dos principais fatores identificados na análise do *corpus*, foi possível constatar como o ex-presidente, na condução das ações governamentais, fundamentou seus discursos majoritariamente em crenças subjetivas, deixando em segundo plano o pragmatismo que poderia guiá-lo em situações de crise. O trabalho aponta como Bolsonaro, portando-se como um agente de impostura, desvirtuou os pronunciamentos com a finalidade de legitimar um simulacro populista.

Palavras-chave: Bolsonaro. Discurso político. Pronunciamento. Populismo. Manipulação.

ABSTRACT

The research aims to examine how the discourse affiliated with the international far-right was institutionalized by Jair Bolsonaro during his presidency in Brazil. A career politician with 28 years of experience in the National Congress, Bolsonaro won the 2018 elections with a vulgar, offensive, and anti-establishment rhetoric, grounded in disinformation and fake news. This rhetoric was perceived as part of an "authentic" discourse, a naive and dangerous view for those who saw this movement as a threat to the democratic system. The investigation begins by discussing the relevance of this transgressive behavior in guiding governmental actions. Should it be set aside or considered a constituent factor in how the president governed? How was this discursive strategy legitimized and used to lend credibility to official statements directed at the nation? Guided by the Semiolinguistic Theory and Patrick Charaudeau's studies on political discourse, the search for answers was conducted through an analysis of eight speeches delivered by the former president, broadcast on national radio and television between 2019 and 2022. Through a methodological framework developed based on the structure of the speech act, two analytical approaches were outlined to characterize the communication situation and highlight the effects of meaning it generated. It was demonstrated that the communicating subject (I-c) seeks to project an enunciator to the recipient (You-d), primarily formed by two streams that generate meaning effects: the political (more associated with the pre-discursive ethos, shaped by the interdiscursive network affiliated with the far-right) and the presidential (associated with the liturgy of the office and shaped by the terms set in the communication contract). The study revisits the political and social context in which these enunciative acts took place to highlight the main meanings that characterize the ethos, pathos, imaginaries, and pre-validating elements of this contract. In its first two chapters, the research also presents a historical overview, outlining key factors to understand the rise of the far-right in the country and the influences of technopopulism, denialism, and neofascism in Bolsonaro's politics. By the end of the study, based on the results of the analytical gestures, a method is proposed to visualize how Jair Bolsonaro's discourse was constructed through populist imaginaries and manipulation strategies designed to mask his true intentions. The former president instilled meanings that led his official speeches to transgress the pre-established communication contract—a transgression that occurred not aesthetically, but discursively. While Bolsonaro did not express himself in a vulgar and aggressive manner in these speeches, he still drew upon the imaginaries that shaped his "authentic" persona. The speeches revealed representations and characteristics of the far-right populist discourse, ultimately institutionalizing authoritarian and anti-democratic ideas. From the key factors identified in the corpus analysis, it became evident how the former president, in the conduct of governmental actions, based his speeches primarily on subjective beliefs, setting aside the pragmatism that could have guided him in times of crisis. The study shows how Bolsonaro, acting as an agent of imposture, distorted the speeches to legitimize a populist simulacrum.

Keywords: Bolsonaro. Political discourse. Official president address. Populism. Manipulation.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo verificar de qué manera el discurso afiliado a la extrema derecha internacional fue institucionalizado por Jair Bolsonaro en el ejercicio de la Presidencia de Brasil. El político de carrera, con 28 años de actuación en el Congreso Nacional, ganó las elecciones de 2018 con una retórica vulgar, ofensiva y antisistema, sustentada en desinformación y fake news, que fue percibida como parte de un discurso “auténtico”, en una percepción ingenua y peligrosa para aquellos que veían este movimiento como una amenaza al sistema democrático. La investigación parte de una discusión sobre la relevancia de este comportamiento transgresor en la conducción de las acciones gubernamentales. ¿Debería ser relegado o considerado un factor constituyente de la forma de gobernar del presidente? ¿De qué manera se legitimó esta estrategia discursiva y se utilizó para dar credibilidad a las declaraciones oficiales dirigidas a la nación? Desde la perspectiva orientadora de la Teoría Semiolingüística y los estudios sobre el discurso político de Patrick Charaudeau, la búsqueda de respuestas se llevó a cabo a partir del análisis de un conjunto de ocho discursos del expresidente, transmitidos en cadena nacional de radio y televisión entre 2019 y 2022. A través de un esquema metodológico elaborado a partir de la estructura del acto de habla, se trazaron dos flujos analíticos para caracterizar la situación de comunicación y señalar los efectos de sentido generados en ella. Se demostró que el sujeto comunicante (YOC) busca proyectar para el destinatario (TÚD) un enunciador formado principalmente por dos flujos generadores de efectos de sentido: el político (más asociado al ethos prediscursivo, formado por la red interdiscursiva afiliada a la extrema derecha) y el presidencial (asociado a la liturgia del cargo y moldeado por los términos establecidos en el contrato de comunicación). El trabajo recupera el contexto político y social en el que se dieron los actos enunciativos para señalar los principales sentidos que caracterizan el ethos, el pathos, los imaginarios y los elementos pre-validantes de dicho contrato. La investigación también presenta, en los dos primeros capítulos, un recorrido histórico que rescata factores determinantes para entender el ascenso de la extrema derecha en el país y las influencias del tecnopopulismo, del negacionismo y del neofascismo en la política bolsonarista. Al final del estudio, considerando los resultados de los gestos analíticos, se propone un método para visualizar cómo el discurso de Jair Bolsonaro fue construido a partir de imaginarios populistas y estrategias de manipulación adoptadas para enmascarar sus verdaderas intenciones. El expresidente imprimió sentidos que hicieron que sus declaraciones oficiales transgredieran el contrato previamente establecido, una transgresión que no se dio de manera estética, sino discursiva. Si bien Bolsonaro no se expresó de manera vulgar y agresiva, recurrió a los imaginarios que formaron su estilo “auténtico”. De los discursos surgieron representaciones y características del discurso populista afiliado a la extrema derecha, que acabaron representando un refuerzo institucionalizado de ideas autoritarias y antidemocráticas. A partir de los principales factores identificados en el análisis del corpus, se constató cómo el expresidente, en la conducción de las acciones gubernamentales, fundamentó sus discursos mayoritariamente en creencias subjetivas, dejando en un segundo plano el pragmatismo que podría haberlo guiado en situaciones de crisis. El trabajo señala cómo Bolsonaro, actuando como un agente de impostura, desvirtuó los discursos con el fin de legitimar un simulacro populista.

Palabras clave: Bolsonaro. Discurso político. Mensaje del presidente. Populismo. Manipulación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bolsonaro exhibe o livro que associou ao “kit gay”.....	38
Figura 2 – Olavo de Carvalho é exaltado em protesto na Avenida Paulista.....	46
Figura 3 – Boneco inflável de Sérgio Moro como super-herói em manifestação.....	60
Figura 4 – Bolsonaro ensina criança a fazer gesto de “arminha com a mão”.....	77
Figura 5 – Hélio Lopes ao lado de Bolsonaro em live transmitida nas redes sociais.....	89
Figura 6 – Jair Bolsonaro aponta caixa de cloroquina para uma do Alvorada.....	98
Figura 7 – Desfile de tanques em Brasília virou meme nas redes sociais.....	106
Figura 8 – Esquema de representação do ato de linguagem.....	121
Figura 9 – Esquema de elaboração da análise.....	177
Figura 10 – Gravação do pronunciamento no mezanino do Palácio da Alvorada.....	186
Figura 11 – Bolsonaro responde a comentário machista sobre esposa de Macron.....	195
Figura 12 – Composição visual de dois pronunciamentos: imagem superior é da primeira fala à nação, em fevereiro; a inferior refere-se à gravação de 23 de agosto.....	198
Figura 13 – Pronunciamento natalino teve participação da primeira-dama.....	209
Figura 14 – Presidente Jair Bolsonaro no pronunciamento de 24/03/2020.....	222
Figura 15 – Bolsonaro com crianças no Rolls Royce presidencial.....	244
Figura 16 – Enfermeira Mônica Calazans: primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil, em 17 de janeiro de 2021.....	254
Figura 17 – Bolsonaro passeia de moto aquática em uma praia de Santa Catarina.....	268
Figura 18 – Incidência do populismo de extrema direita no discurso oficial.....	292
Quadro 1 - Seleção dos pronunciamentos oficiais.....	168
Quadro 2 – Análise dos pronunciamentos: critérios para aferição do populismo.....	290

ÍNDICE DOS PRONUNCIAMENTOS

Pronunciamento 1 – Reforma da Previdência.....	183
Pronunciamento 2 – Queimadas na Amazônia.....	196
Pronunciamento 3 – Balanço do primeiro ano de mandato e Natal.....	212
Pronunciamento 4 – Pandemia e medidas de combate ao coronavírus.....	221
Pronunciamento 5 – Pandemia, cloroquina e Páscoa.....	234
Pronunciamento 6 – Comemoração da Independência do Brasil.....	244
Pronunciamento 7 – Vacinação na pandemia.....	256
Pronunciamento 8 – Balanço das ações do governo e Ano Novo.....	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
AD	Análise do Discurso
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
<i>Alt-right</i>	<i>Alternative right</i>
AM	Amazonas
Aman	Academia Militar das Agulhas Negras
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BEM	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bope	Batalhão de Operações Especiais
CC	Contrato de comunicação efetivo
CE	Ceará
CGU	Controladoria-Geral da União
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
EUc	Sujeito comunicante
EUE	Enunciador
<i>FDA</i>	<i>Food and Drug Administration</i>
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
FGV	Fundação Getulio Vargas

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Inmet	Instituto Nacional de Meteorologia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPC	Instituto de Previdência dos Congressistas
MEI	Microempreendedor individual
MG	Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Politicamente Correto
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PEC	Proposta de emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PQD	Paraquedista
Pronampe	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
Secom	Secretaria Especial de Comunicação Social
SP	São Paulo
SPC	Situação Potencialmente Comunicativa
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TCU	Tribunal de Contas da União
TS	Teoria Semiolinguística
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TUd	Tu destinatário ou sujeito destinatário
TUi	Sujeito interpretante
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 COMO BOLSONARO SE TORNOU PRESIDENTE DO BRASIL.....	26
2.1 A história de vida do ex-presidente: de Eldorado a Brasília.....	29
2.2 As influências ideológicas na construção do “mito”.....	42
2.3 A família Bolsonaro e o “negócio do Jair”.....	51
2.4 O caminho da vitória nas eleições de 2018.....	55
3 COMUNICAÇÃO BOLSONARISTA: QUANTO MAIS BARULHO, MELHOR.....	65
3.1 Democracia iliberal e extrema direita internacional.....	68
3.2 Autenticidade, gabinete do ódio e milícias digitais.....	75
3.3 A relação entre governo, imprensa e redes sociais.....	83
3.4 Presidente do caos: ressentimento, populismo e negacionismo.....	91
3.4.1 O enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	95
3.4.2 Contra o meio ambiente e a democracia.....	101
3.5 Autoritarismo, polarização e neofascismo.....	102
4 DISCURSO E UNIVERSO DE SENTIDOS.....	116
4.1 O ato de linguagem.....	120
4.1.1 Situação e contrato de comunicação.....	123
4.1.2 Dialogismo, heterogeneidade constitutiva e interdiscurso.....	127
4.2 Discurso político.....	129
4.2.1 A caracterização do ethos e do pathos.....	132
4.2.2 O ethos de credibilidade.....	134
4.2.3 O ethos de identificação.....	136
4.2.4 Pathos, discurso político e populismo.....	137
4.3 Representações sociais: os imaginários sociodiscursivos.....	141
4.3.1 A estruturação dos imaginários.....	145
4.4 Estratégias no discurso político.....	149
4.4.1 Persuasão e manipulação.....	154
4.4.2 A mentira na cena política.....	158
4.4.3 Manipulação e efeito de impostura.....	160
4.4.4 Imaginários do discurso populista.....	163
5 CORPUS E PERCURSO METODOLÓGICO.....	166
5.1 Os pronunciamentos oficiais: uma Cena retórica.....	166
5.1.2 Procedimentos expressivos e enunciativos.....	171
5.2 Para quem o pronunciamento se dirige?.....	174
5.3 Entendendo o esquema teórico-metodológico.....	176
6 O “MITO” COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	180
6.1 Análise interpretativa do corpus.....	181
6.1.1 O primeiro pronunciamento: reforma da Previdência.....	181
6.1.2 Desmatamento e as queimadas na Amazônia.....	194

6.1.3 A primeira-dama no pronunciamento de Natal.....	209
6.1.4 Para a mídia, histeria; para o presidente, uma gripezinha.....	220
6.1.5 Pronunciamento sob painéis.....	232
6.1.6 A história do Brasil contada por Bolsonaro.....	243
6.1.7 Contra ou a favor da vacinação?.....	252
6.1.8 O último pronunciamento em rede nacional.....	266
6.2 Conflito discursivo e simulacro populista.....	284
6.3 Ameaça à democracia?.....	294
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
REFERÊNCIAS.....	303

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão a que este estudo se propõe, é preciso voltar a 5 de outubro de 2018. Nessa data, antevéspera do primeiro turno das eleições no Brasil, foi lançado o jogo *Bolsomito 2K18*, um *game* inspirado no então candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro. Disponível para ser jogado *on-line*, *Bolsomito* era uma alegoria de grande parte das referências que constituíram o discurso da extrema direita brasileira. O jogador principal representava a figura de Bolsonaro, que deveria, após ser orientado por outro personagem, “Oráculo de Carvalho”, enfrentar situações fictícias ou eventos caricaturados relacionados à história do então candidato. A proposta do jogo era colocar o político contra seus opositores e, nesse confronto, agredir mulheres, *gays*, negros, membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e estudantes.

O *game* sintetiza diversas ideias presentes no universo discursivo que levou Bolsonaro à vitória nas eleições de 2018. Estão lá a caça aos inimigos internos, o combate à esquerda e ao progressismo como sinônimo de bandidagem, a guerra cultural travada contra os direitos da população LGBTI+, a perseguição às universidades, a descrédibilização da imprensa. Conforme narra a jornalista Carol Pires, no *podcast Retrato Narrado* (2020e), a estética tosca e amadora que constituía o jogo era menos importante que a mensagem. Quem iniciava a saga tinha como objetivo conduzir o personagem “Bolsomito” ao confronto contra todos os seus inimigos e, nessa batalha simulada, precisava derrotar sozinho tudo o que estava errado no país pela ótica de Bolsonaro e seus seguidores.

A violência adotada pelo personagem no enfrentamento a seus adversários (inspirada em episódios da carreira política do militar reformado) é algo que parece ter se tornado intrínseco ao discurso presidencial durante os quatro anos de mandato. Há diversos momentos em que o então presidente foi verbalmente violento com seus interlocutores, principalmente ao lidar com jornalistas em entrevistas¹. Mais do que isso, é possível constatar que a violência não ficou restrita ao plano discursivo, foi adotada em ações concretas, como no episódio dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, quando Bolsonaro já havia deixado a Presidência da República. Inconformados com a derrota nas eleições de 2022, os eleitores bolsonaristas ativaram o “modo Bolsomito” para promover uma tentativa de golpe e destituir o governo recém-empossado. Para isso, invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília e

¹ Bolsonaro é responsável por uma a cada três violações contra a imprensa em 2021, diz Fenaj. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/bolsonaro-e-responsavel-por-uma-a-cada-tres-violacoes-contra-imprensa-em-2021-diz-fenaj>. Acesso em: 30 jan. 2024.

vandalizaram tudo o que encontraram pela frente no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal (STF). A democracia foi colocada à prova e acabou ficando de pé. Assim como o jogo *Bolsomito*, tirado de circulação em janeiro de 2019 por uma decisão judicial que alegou que o *game* promovia desvalores como a discriminação racial, a opressão, o preconceito, a violência, a prática de homicídio e a intolerância, os participantes dos atos golpistas tiveram que enfrentar as consequências do fracasso do golpe. Acabaram sendo presos em flagrante e, a partir de setembro de 2023, começaram a ser julgados e condenados nos tribunais.

O caminho que se percorreu entre esses dois episódios (o lançamento do jogo *Bolsomito* e a tentativa de golpe) é para onde o foco desta pesquisa se dirige. Os quatro anos do governo Bolsonaro (2019 a 2022) foram marcados por uma constante tensão discursiva presente em situações cotidianas, que abarcam desde as relações familiares até as notícias dos telejornais. Por meio de postagens em redes sociais, declarações e pronunciamentos, os atores que estavam no poder criaram diariamente polêmicas que conduziram a pauta do debate público e os holofotes da imprensa. Essa estratégia determinou os assuntos com os quais a chamada “cortina de fumaça” se constituía. Em vez de propor discussões que tratassem dos reais problemas brasileiros, o Presidente da República, maior responsável por essa engenharia discursiva, procurava o embate, seja com seus adversários políticos, com seus críticos, com a imprensa, com as instituições e até mesmo com os próprios apoiadores.

Ao longo de seu governo e, ainda antes, em diversos momentos de sua carreira política, iniciada no final dos anos 1980, Bolsonaro coleciona incontáveis manifestações de incivilidade que insuflaram ataques, polarização de opiniões, preconceito, ódio e polêmicas. Dentro e fora da mídia, mas principalmente no universo das redes sociais, o debate instituído pelo ex-presidente mexia com a opinião pública, estimulando o engajamento de diversos atores e ampliando as interações discursivas para criar discussões intermináveis que iam se sucedendo de modo a ofuscar os problemas sociais, educacionais, ambientais e econômicos, que deveriam estar no foco das ações governamentais, mas foram retirados dos espaços nos quais poderiam ter sido debatidos.

Bolsonaro tinha como característica um modo de governar populista autoritário que desafiava as instituições e evidenciava a falta de compromisso com a verdade. Suas declarações, assim como aquelas de seus três filhos políticos, de seus ministros e integrantes da equipe de governo, bebiam na fonte da “autoverdade”, ou seja, construíam discursos sob um modo peculiar de interpretar a realidade, baseado em crenças e visão de mundo desconectadas de fatos e de conhecimento científico. O ex-presidente liderava um grupo

adepto ao princípio do “quanto mais barulho, melhor”, desde que suas mensagens e ações fortalecessem a polêmica e alimentassem o confronto acirrado entre quem o apoiava e quem o criticava. Sob o governo Bolsonaro, a pluralidade de ideias e opiniões comuns e próprias ao espaço discursivo democrático foi sufocada por um debate de teses antagônicas e inconciliáveis, mascaradas pelo discurso bolsonarista como uma disputa política entre direita e esquerda. É como se a vitória nas eleições presidenciais tivesse dado a Jair a permissão oficial de abrir a “caixa de Pandora”, trazendo de dentro dela declarações características de um discurso de ódio que acabou sendo legitimado pelo então Poder Executivo federal.

O tema deste trabalho passa justamente pela observação e análise de todo esse contexto político e discursivo no qual o Brasil se inseriu, juntando-se a um movimento de extrema direita internacional que ganhou terreno em países como Hungria, Índia, Estados Unidos, Israel, Turquia e El Salvador. Propõe-se aqui reunir as influências que moldaram o discurso bolsonarista e concentrar esforços para, mais especificamente, analisar um conjunto de pronunciamentos feitos pelo ex-presidente em cadeia nacional de rádio e televisão.

Bolsonaro venceu as eleições com um discurso violento e ofensivo, sustentado em desinformação e *fake news*, mas que foi visto como um discurso autêntico, em uma percepção ingênua e perigosa para aqueles que o enxergavam como uma ameaça aos valores democráticos. Apesar dos muitos alertas dados na corrida eleitoral de 2018, a força da onda bolsonarista não arrefeceu, pelo contrário, se tornou mais forte no segundo turno e o deputado “folclórico”, com 28 anos de carreira no Congresso Nacional, acabou sendo alçado ao posto de maior poder da República. Partindo dessa premissa, nosso objetivo geral é verificar de que maneira esse discurso filiado à extrema direita, caracterizado pela vulgaridade, desinformação e retórica antissistema, foi transformado em falas institucionalizadas pelo aparato de comunicação do Estado. No exercício da governabilidade, como funcionou a estratégia discursiva que impulsionou o candidato? O discurso oficial também foi marcado pelo comportamento transgressor? De que modo Bolsonaro buscou legitimar e dar credibilidade às suas declarações?

Para encontrar essas respostas, vamos nos debruçar sobre os pronunciamentos realizados no decorrer do mandato com o propósito de desenvolver uma análise do discurso político e midiático do ex-presidente. A escolha desse *corpus* se justifica, primeiramente, porque a fala à nação em rede nacional pode ser classificada como uma Cena retórica (Maingueneau, 2020) e, sendo assim considerada, caracteriza uma situação de comunicação na qual a instância de produção se coloca em lugar privilegiado de enunciação. Segundo, porque o pronunciamento em TV e rádio pode ser visto como um recurso comunicativo

bastante explorado por Jair Bolsonaro. Desde a redemocratização do Brasil, em 1985, ele foi o presidente que mais adotou esse dispositivo. Dessa forma, acreditamos que poderemos chegar a considerações importantes e esclarecedoras sobre os questionamentos que motivam este trabalho por meio da análise de um conjunto de oito desses pronunciamentos.

O estudo será empreendido a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso de filiação francesa, mais precisamente a ótica da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau e seus estudos sobre o discurso político e a manipulação. Ao tomarmos esta direção, pretendemos cumprir alguns objetivos específicos que irão nos ajudar na pavimentação da trilha de pesquisa acadêmica por onde iremos caminhar. Nos passos desse percurso, pretendemos: apresentar um panorama contextual, resgatando fatores históricos, sociais, políticos, discursivos, ideológicos e eleitorais, da chegada de Bolsonaro ao cargo de maior poder da democracia brasileira; construir um arcabouço teórico-metodológico que dê robustez ao trabalho analítico proposto; na análise do *corpus*, traçar o perfil discursivo de Jair Bolsonaro, distinguindo traços de um enunciador formatado a partir de duas categorias de representação, a do político e a do presidente; descrever os elementos que o constituem como sujeito de fala e identificar os tipos de *ethos* e de efeitos patêmicos que predominam na construção dessa imagem de si; apontar os principais imaginários sociodiscursivos acionados nos atos de enunciação para produzir efeitos de sentidos originários do discurso populista da extrema direita; contextualizar a situação de comunicação, olhar para os termos do contrato firmado pelos pronunciamentos e verificar se foram cumpridos (houve adesão ou quebra do contrato?); visualizar se esse dispositivo do discurso político foi ou não desvirtuado para se tornar um canal oficial de manipulação do debate público.

A ideia de direcionar esforços para analisar o discurso de Bolsonaro nasce a partir da indignação do autor deste estudo diante de tantas declarações preconceituosas do ex-presidente, atacando minorias, como mulheres, negros e homossexuais. Mesmo carregando suas mensagens com discurso de ódio nos longos anos em que atuou como deputado federal, Jair conseguiu se eleger presidente e, no exercício do cargo, aprofundou as ideias autoritárias e reacionárias com as quais sempre comungou, adicionando novos elementos, tais como o negacionismo científico e o ambiental. A notoriedade de Bolsonaro em produzir declarações polêmicas, promover a incivilidade e criar situações absurdas é conhecida muito antes dele se tornar Presidente da República. Por ser *gay*, particularmente passei a enxergar o político como uma ameaça aos direitos da população LGBTI+ em 2016, quando tomei conhecimento de uma entrevista dada por ele ao ator canadense Elliot Page (na época, conhecido como Ellen

Page). Na conversa publicada no *YouTube*², Bolsonaro afirmou que era injusto ser rotulado como “o maior homofóbico do Brasil”, mas reiterou posicionamentos preconceituosos. Também por ser jornalista, ter atuado como repórter de política e trabalhar com assessoria de comunicação pública, percebi que era preciso olhar com mais cuidado e profundidade para esse novo cenário político, marcado cotidianamente por ataques do presidente à imprensa e pela disseminação de *fake news*. Procurar entender como tudo isso estava, de alguma maneira, afetando as minhas vivências pessoais e profissionais despertou em mim a vontade de desenvolver este estudo para entender e lidar com a realidade que havia se imposto. Foi uma motivação que surgiu no segundo semestre de 2019, ainda no primeiro ano do mandato presidencial. A partir de 2020, com as medidas negacionistas de enfrentamento à pandemia e o impacto disso na vida das pessoas e das instituições, percebi que investigar esse panorama político-discursivo tinha se tornado ainda mais necessário.

A chegada de Bolsonaro ao Palácio do Planalto colocou o Brasil dentro de um conjunto de países onde houve uma onda política que culminou na ascensão ao poder da extrema direita. O militar se tornou expoente de uma doutrina extremista, que ganha forma, principalmente, com ações de desinformação na internet que envolvem: distorção de notícias da mídia profissional, produção de *fake news* em *sites* alternativos e disseminação desses conteúdos em redes sociais e aplicativos de mensagens. Grande parte das posições defendidas pelo ex-presidente não se sustentava em fatos, mas na distorção deles ou mesmo em mentiras.

A gravidade dessa conduta se revelou cotidianamente nos atos e omissões do antigo governo, como os que ocorreram na condução das políticas de emergência sanitária relacionadas à pandemia de Covid-19. Bolsonaro foi declaradamente contra o uso de máscaras, contra o fechamento do comércio para evitar a disseminação do vírus, contra o distanciamento social e contra a vacinação. Até o término de seu mandato, afirmava não ter se vacinado e, para não ser desmentido, determinou o sigilo de 100 anos sobre seu cartão de vacinação³. Conforme um estudo conduzido pelo Grupo Alerta⁴ e apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, instituída no Senado Federal em 2021, caso o governo brasileiro tivesse agido no enfrentamento ao vírus seguindo fundamentos científicos,

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pautVX23IY>. Acesso em: 30 maio 2024.

³ Em março de 2024, veio à público a fraude na confecção do certificado de vacinação contra a Covid-19 de Jair Bolsonaro. Segundo o inquérito da Polícia Federal, o ex-assessor de ordens da Presidência, Mauro Cid, montou um esquema, que envolveu ao menos nove pessoas, para que um documento falso fosse confeccionado. Com ele, o ex-presidente poderia viajar ao exterior e ingressar, por exemplo, nos Estados Unidos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/saiba-como-funcionou-fraude-de-cartao-de-vacina-de-bolsonaro>. Acesso em: 13 jul. 2024.

⁴ Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://alerta.org.br/iniciativas-e-pesquisas/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 30 jan. 2024.

cerca de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas no primeiro ano. Até setembro de 2023, foram registrados mais de 700 mil óbitos conhecidos no Brasil decorrentes da Covid.

Olhar para a condução da pandemia é o exemplo mais extremo sobre como o discurso bolsonarista impactou negativamente a execução de políticas públicas. Ele também reverberou em outras áreas, como a da proteção e conservação ambiental. Sob Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia registrou um índice de elevação que não era computado desde 2006. Povos indígenas passaram a ser mais ameaçados por garimpeiros e grileiros de terra, que costumam agir de forma criminosa em áreas de preservação. Órgãos ambientais foram enfraquecidos, abrindo caminho para o aumento de crimes e infrações a leis de proteção ao meio ambiente. Da mesma forma, Bolsonaro atuou para desacreditar universidades e instituições científicas, desqualificando professores, estudantes e pesquisadores⁵. Conforme Cardoso Amaral (2019), com o início do governo, a população brasileira começou a receber informações, de forma ininterrupta, que colaboraram para que as universidades federais fossem vistas como “[...] locais em que há um grande desperdício do dinheiro público que nelas são aplicados” (p. 128). Foram ataques que estimularam o discurso de ódio e que acabaram acirrando a polarização política para dividir o país.

A necessidade de desenvolver uma pesquisa na área dos estudos de linguagens que aborde essas questões e que mostre como o ex-presidente, no uso do poder e da máquina pública, pode ter feito de seus pronunciamentos oficiais uma arma para incentivar ações negacionistas torna-se imperativa, uma vez que poderá se configurar como mais uma forma de compreensão do contexto político e social em que vive o Brasil. Analisar as características do discurso televisionado, a rede interdiscursiva que o constitui e de que maneira o *ethos* presidencial foi formado são pontos importantes que serão explorados neste trabalho. É uma pesquisa que vem contribuir para os estudos do discurso político, que tem sido amplamente explorado no campo da Análise do Discurso (AD).

O poder exercido através dos enunciados e das enunciações é uma área significativa de estudo na AD e é preciso olhar para as estratégias de linguagem utilizadas por Bolsonaro que influenciaram a percepção pública, buscando manipular opiniões. No campo de investigações em curso sobre o discurso do ex-presidente, esta pesquisa soma-se a outros trabalhos para investigar como as ideologias de extrema direita ganharam legitimidade na política brasileira por meio da ascensão do ex-deputado federal ao cargo de maior poder da República. O militar

⁵ Estudo compila ataques de Bolsonaro a universidades e liberdade acadêmica. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/cientistas-estudo-ataques-bolsonaro-liberdade-universidade>. Acesso em: 30 maio 2024.

é fruto de uma ideologia maior que avançou no mundo nessas primeiras décadas do século XXI e que foi sendo moldada com contornos mais particulares para tomar forma no Brasil.

O ponto de partida para essa investigação, apresentado no Capítulo 2, é um apanhado histórico e discursivo, que resgata as influências e as bases que ajudaram a constituir o discurso contemporâneo da extrema direita no país e, consequentemente, formatou as temáticas do discurso oficial do governo. Com a delimitação do cenário político e social em que se deram as eleições de 2018, apresentaremos fatos da história de vida de Jair Bolsonaro que acabaram sendo definidores de constantes assuntos presentes em suas declarações. Vamos fazer um apanhado dos principais episódios que explicam como o capitão do Exército cresceu como político e foi reeleito diversas vezes. A política se tornou um negócio para a família de Bolsonaro, aclamado como “mito” por seus seguidores. Esse resgate de passagens da vida do ex-presidente será importante para compreender o impacto dessas vivências na construção dos elementos que caracterizam o sujeito do discurso oficial, como o *ethos*, o *pathos* e os imaginários sociodiscursivos (conceitos que serão tratados sob a perspectiva de Charaudeau) usados na criação de efeitos de sentido capazes de manipular e mobilizar seus seguidores.

Nossa pesquisa sobre a história de vida do político e as influências que moldaram seu pensamento se dará, principalmente, a partir de *podcasts* e reportagens investigativas realizadas nos últimos anos por jornalistas atuantes na cobertura de eventos políticos, como Carol Pires (2020), Juliana Dal Piva (2022), Letícia Duarte (2020), Thaís Oyama (2020) e Consuelo Dieguez (2022). Já o cenário eleitoral de 2018 será retomado tendo como fundamento contribuições de cientistas políticos como Esther Solano (2019), Ariel Goldstein (2019) e Luís Felipe Miguel (2018). Eles enumeram aspectos, especificidades e correntes ideológicas que desenharam o panorama da vitória bolsonarista.

No Capítulo 3, vamos entender de onde vieram as influências que formatam o discurso da extrema direita no Brasil e no mundo e o conceito de democracia iliberal usado para caracterizar os regimes nos quais Bolsonaro se inspirou. Nesse entendimento, Arendt (1989), Berger (2018), Miguel (2022) e Prado (2021) ajudarão a compreender os processos de radicalização e como eles se direcionam para segmentos da população que costumam estar afastados do debate político, mas acabam sendo capturados pelo discurso extremista. Como trataremos do funcionamento da comunicação bolsonarista, será essencial falar sobre o “gabinete do ódio”, um setor criado no Palácio do Planalto para traçar as diretrizes do comportamento do ex-presidente nas redes sociais e planejar ataques a críticos do governo com a ajuda das milícias digitais. Era uma equipe encarregada de manter fortalecida a polarização política vigente por meio da divulgação de conteúdos falsos ou manipulados que

prejudicavam adversários e profissionais da imprensa. Aliás, a relação do governo com a mídia é um aspecto fundamental para entender o processo discursivo populista materializado por meio do discurso oficial e, por isso, foi incluída na abordagem. Os trabalhos da jornalista Patrícia Campos Mello (2020) e dos pesquisadores Felipe Nunes e Thomas Traumann (2023) serão fundamentais para enriquecer o capítulo.

Vamos apresentar também um panorama resumido de ações do então presidente relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à pauta ambiental, já que esses foram dois dos principais temas que pautaram os inúmeros momentos de crise do governo. É um contexto necessário para compreender a construção do discurso governamental e seu constante diálogo com ideias autoritárias, populistas e fascistas. Os trabalhos de Lynch e Cassimiro (2022), Fancelli (2022), Levitsky e Ziblatt (2018) e Stanley (2018; 2020) irão contribuir para compreendermos as influências do tecnopopulismo, do negacionismo e do neofascismo na política bolsonarista.

O Capítulo 4 é dedicado ao arcabouço teórico que fundamenta nossa análise. Vamos discutir conceitos importantes da Teoria Semiolinguística para entender o processo de semiotização do mundo proposto por Charaudeau (2016b) a partir dos elementos que constituem uma situação de comunicação e dos atores que participam do ato de linguagem. Iremos recorrer a conceitos apresentados em artigos publicados em coletâneas e em obras lançadas ao longo da carreira acadêmica do autor francês, entre as quais se destacam *Discurso Político* (2006), *A conquista da opinião pública* (2016b) e *A manipulação da verdade* (2022). Tendo essa perspectiva teórica como norte, vamos empreender um estudo sobre as características do discurso político, buscando contribuições de autores vinculados ao desenvolvimento da Análise do Discurso, tais como Bakhtin (2004; 2010), Authier-Revuz (2004) e Maingueneau (1997; 2020). Eles nos ajudarão na abordagem dos conceitos de dialogismo, heterogeneidade e interdiscurso. Da mesma forma, o trabalho de Aristóteles sobre as provas retóricas da argumentação (*ethos*, *pathos* e *logos*) vai contribuir para podermos esmiuçar a categorização que Charaudeau define para os elementos da linguagem que formam o discurso político. Nessa linha de investigação discursiva, recorreremos ainda aos imaginários e representações sociais para desenvolver o trabalho analítico e entender, a partir dele, as estratégias de persuasão, manipulação e mentira usadas em uma cena política. Contribuições de Emediato (2016; 2020) serão importantes nesta etapa.

Com os conceitos apresentados no capítulo teórico, partimos para entender o percurso metodológico. No Capítulo 5, detalhamos o *corpus* e recorreremos a Maingueneau (2020), Soulages (2002) e Ghiglione (1984) para caracterizá-lo. Nossa metodologia envolve um

esquema elaborado exclusivamente para atravessar a trilha de pesquisa aqui proposta. Queremos demonstrar quais foram as estratégias adotadas, no discurso político de Bolsonaro, para formar uma figura de enunciador distinta (ou não) daquela imagem pela qual o ex-presidente se tornou conhecido e foi eleito. Por meio de nosso esquema teórico-metodológico, pretendemos verificar a hipótese segundo a qual, no pronunciamento televisionado, o sujeito comunicante (EUc) busca projetar para o destinatário (TUd) um enunciador constituído principalmente por dois fluxos simultâneos de formação dos sentidos: o primeiro representado pelas referências ideológicas e discursivas que fazem parte do retrospecto de Bolsonaro como político, militar, jovem criado no Vale do Ribeira etc.; o segundo representado pelos elementos que definem o contrato de comunicação da situação analisada, cujas regras buscam formar um enunciador associado a uma imagem litúrgica da Presidência da República. A junção desses dois fluxos, o político e o presidente, na projeção do enunciador, corresponde ao processo de significação que faz emergir os efeitos de sentido frutos da troca dialógica estabelecida nos pronunciamentos.

Com a adoção dessa metodologia, vamos percorrer, no Capítulo 6, o terreno analítico de nosso estudo, buscando traçar os dois perfis constituintes do enunciador e também o conflito discursivo estabelecido entre eles. Nessa empreitada, será preciso resgatar o contexto em que se deu cada um dos oito pronunciamentos para, a partir disso, conseguirmos nos debruçar com mais clareza sobre os elementos visuais e verbais que constituíram esse sujeito de fala. Nossa abordagem passa pelos seguintes aspectos do discurso político: os *ethé* e efeitos patêmicos predominantes; os procedimentos linguísticos adotados; as estratégias de persuasão e de manipulação utilizadas; os imaginários sociodiscursivos acionados; o agenciamento sógnico e os termos firmados para o contrato de comunicação; as instâncias pré-validantes escolhidas para esse ato de enunciação monológica; entre outras características.

Ao final deste estudo, tendo o resultado de nossos gestos analíticos como norte, propomos um método para visualizar como o discurso oficial, em diferentes momentos do mandato bolsonarista, foi construído a partir de imaginários populistas e de estratégias de manipulação adotadas para mascarar as reais intenções do presidente. Por meio de uma pontuação ilustrativa que considera aspectos importantes identificados nas falas presidenciais, apresentamos um gráfico que revela como a condução das ações governamentais deixou o pragmatismo de lado para ser pautada por convicções, experiências, crenças e ideologias baseadas no discurso populista filiado à extrema direita. Nossas considerações também levam em conta o rompimento de um contrato de comunicação que deveria ter correspondido a práticas do dispositivo político democrático, mas foi desvirtuado para legitimar um discurso

manipulatório desenvolvido com o objetivo de forjar um simulacro no qual o autoritarismo deveria ser visto como solução para o enfrentamento dos desafios do regime democrático constitucional.

2 COMO BOLSONARO SE TORNOU PRESIDENTE DO BRASIL

Entender como Jair Bolsonaro chegou ao cargo de Presidente da República é tarefa complexa, que vem sendo alvo de estudos e pesquisas nas mais diversas áreas da Ciência Política, da Psicologia, das Ciências Sociais, da Filosofia e também da Análise do Discurso. A eleição de 2018 trouxe à tona uma tendência política que não é alicerçada em questões programáticas e propositivas, mas em um movimento antipartidário, antissistema, de negação da política. Com a vitória do candidato do Partido Social Liberal (PSL), “[...] a rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível” (Solano, 2019, p. 309) e a compreensão do que se quis construir a partir daí passa pelos diversos elementos que compõem o contexto social, político, histórico, eleitoral e discursivo que envolveu a eleição de 2018 e também os quatros anos seguintes (2019 a 2022) que formam o mandato presidencial de Jair Bolsonaro.

Neste capítulo, vamos traçar um panorama de episódios da vida do ex-presidente, desde a adolescência no interior de São Paulo até o período em que atuou como deputado federal em Brasília, para entender de onde vieram parte das influências presentes no discurso presidencial. Também iremos resgatar os principais momentos das eleições de 2018, com o objetivo de decifrar quais foram os fatores que ajudaram a configurar o resultado das urnas, dando a vitória a Bolsonaro, no segundo turno, contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad. Esperamos que, ao seguir nesse caminho que retoma episódios da vida do ex-presidente e fatores decisivos do processo eleitoral, cheguemos à compreensão da conjuntura na qual o ex-deputado passou a ser chamado de “mito” por seus seguidores e o Brasil acabou por ser incluído em um grupo de países que passaram, neste início do século XXI, a serem comandados por governos populistas de extrema direita.

No decorrer de sete mandatos como deputado federal e 28 anos atuando no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro nunca apresentou qualidades tradicionalmente reconhecíveis em um político com pretensões de se tornar titular do mais alto cargo do Poder Executivo brasileiro. Embora tenha sido aclamado como “mito” por seus eleitores, o então candidato do PSL, segundo o filósofo Diogo Bogéa (2021), não é particularmente inteligente, não tem o dom da palavra, não é um vitorioso chefe militar, não expõe uma vida exemplar no caminho religioso e não apresentou grandes projetos durante o longo período em que atuou no Poder Legislativo. “Como explicar, então, seu tão intenso poder de atração?” (Bogéa, 2021, p. 3). A resposta a essa indagação não é simples de ser dada, mas a Psicanálise contribui para a formação desse entendimento.

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (2016) afirma que a identificação com o líder é sempre narcísica em dois possíveis sentidos. No primeiro, ela se manifesta como um narcisismo projetivo, no qual o líder personifica o “ideal de eu”, que está distante da realidade do “eu”. No segundo sentido, observa-se um narcisismo mais especular, ou seja, as características nas quais o “eu” se orgulha e se vangloria estão exageradamente presentes no líder escolhido. Ele é visualizado como um espelho amplificado, que destaca, de maneira nítida e perfeita, os traços de personalidade mais apreciados em si mesmo pelo “eu”. Como explica Bogéa (2021, p. 17), no caso dos eleitores de Bolsonaro, essa identificação narcísica aparece, principalmente, por meio desse segundo sentido.

Ao longo de sua carreira política, o ex-presidente tornou-se conhecido não pelo seu trabalho parlamentar, mas pelas declarações polêmicas que deu, muitas vezes marcadas por arroubos de autoritarismo, agressividade e preconceitos diversos, como veremos mais à frente neste capítulo. Foi a partir dessas atrocidades que Bolsonaro associou sua figura à ideia de “mito” (um político visto como autêntico por dizer o que pensa sem filtro, sem poupar seus interlocutores) e conseguiu construir um discurso capaz de capturar e capitalizar em cima das forças agressivas e violentas que constituem diversos dos imaginários presentes no universo discursivo brasileiro. Bogéa (2021) acredita que Bolsonaro é resultado da herança patriarcal, escravagista e autoritária, que ainda hoje é fortemente presente na sociedade brasileira.

Em *A bolsonarização do Brasil*, Esther Solano (2019) reforça essa tese ao dizer que o fenômeno Bolsonaro e a extrema direita mundial, com suas candidaturas esvaziadas de propostas programáticas e arquitetadas na política da inimizade e do grito, adquirem uma enorme força simbólica ao mobilizarem valores de forma inegavelmente eficaz.

A extrema direita seduz porque comunica com aspectos emocionais. Num momento mundial extraordinariamente complexo, em que a maioria das pessoas sente uma evidente insegurança existencial, a comunicação afetiva é um potente motor político. No Brasil, um país cujas feridas históricas não foram fechadas, Bolsonaro consegue mobilizar essas cicatrizes, os ressentimentos, as raivas, as angústias ontológicas de muitos. Nesse sentido, a extrema direita está trazendo a política de volta porque faz a disputa de imaginários e subjetividades, coloca a emoção no centro do debate. (Solano, 2019, p. 320-321).

Ao mobilizar as emoções na disputa eleitoral, a extrema direita aciona, em seu discurso, o fundamento psíquico de todo autoritarismo político, que é, segundo Bogéa (2021), a projeção da fantasia de onipotência em um ser humano supostamente especial.

Por muito tempo, do Egito Antigo à moderna Europa, os reis eram considerados representantes de Deus. O Deus encarnado. Aquele que, assumindo o poder absoluto

de Deus na Terra, pode nos prover segurança, estabilidade e paz absolutas. Ele, esse governante envolvido pela aura do poder absoluto, pode nos livrar de todo o mal. Só ele pode suprir todas as nossas necessidades e satisfazer todos os nossos desejos. Ele é severo com quem não observa seus mandamentos morais, esse governante supremo. Ele exige sacrifícios. Sim. Mas é sempre em nome de um bem maior - do nosso próprio bem maior - ainda que não compreendamos. (Bogéa, 2021, p. 13).

O desejo de onipotência projetado em um “outro” cria líderes supremos que passam a assumir as prerrogativas de Deus. O próprio *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro, em 2018, deixa isso bastante evidente: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. Além de um ideal supremo de força, proteção e uma capacidade superdimensionada de garantir ordem, estabilidade e segurança, Jair conseguiu assumir “[...] a mais difícil das prerrogativas divinas [...], uma que nem mesmo os líderes autoritários em geral conseguem: a infalibilidade” (Bogéa, 2021, p. 15). Aos olhos de seus seguidores, Bolsonaro se tornou infalível ou, nas palavras dele próprio, “imbrochável”⁶. Ao assumir o papel de autoridade suprema, de “mito”, o ex-presidente passa a não se responsabilizar pelo que acontece de ruim no país (corrupção, desemprego, pobreza, violência, má qualidade dos serviços de saúde, educação etc.). A responsabilidade é sempre de outros (do sistema político, do establishment, das circunstâncias da realidade, do meio ambiente, do STF, do Congresso, dos governos passados, da esquerda, do comunismo, das universidades, da imprensa etc.).

Ao negar responsabilidades e a política como atividade coletiva (criando condições para a materialização do antipetismo nas urnas), Bolsonaro associou seu discurso, tanto na campanha eleitoral, quanto no cargo de Presidente da República, a ideias negacionistas que guiaram as ações de seu governo. Sua candidatura foi erguida e potencializada na negação das diferenças políticas e na moralização do debate público, apresentando os adversários como inimigos não só de ordem política, mas de ordem moral e religiosa.

A bolsonarização da sociedade é um fenômeno complexo e multifatorial que irrompeu nossa realidade com muita força. Elementos que são altamente corrosivos para a democracia, como a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o anti-intelectualismo, foram fundamentais na vitória de Bolsonaro. Uma candidatura construída na negação das diferenças e na exaltação de um pensamento único e brutalizado. (Solano, 2019, p. 319-320).

O discurso da extrema direita que ganhou força no Brasil na década de 2010 não foi inventado pelo ex-presidente, mas foi potencializado por ele, por meio de uma nova forma de

⁶ Bolsonaro puxa coro de “imbrochável” em discurso no Dia da Independência. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-puxa-coro-de-imbrochavel-em-discurso-no-dia-da-independencia>. Acesso em: 30 jan. 2024.

fazer política, baseada em estratégias de *marketing* digital e na utilização massiva das mídias sociais. Para entender melhor como a negação das diferenças e a exaltação de um pensamento único e brutalizado prosperou nas eleições de 2018, vamos fazer um apanhado sobre episódios da vida de Jair Messias Bolsonaro que tiveram papel fundamental na construção desse sujeito discursivo dos atos de linguagem que aqui serão analisados.

2.1 A história de vida do ex-presidente: de Eldorado a Brasília

Nascido em 1955, Bolsonaro é de Glicério, no interior de São Paulo, mas foi na cidade de Eldorado, no Vale do Ribeira, que morou durante a adolescência, dos 11 aos 18 anos. Foi nessa época, quando sua personalidade e visão de mundo estavam sendo consolidadas e o Brasil vivia os anos da ditadura militar, que seu imaginário começou a ser formado. Município de pequeno porte (com 15.544 habitantes em 2020), Eldorado foi palco da perseguição ao guerrilheiro Carlos Lamarca, que desertou do Exército, em 1969, para se juntar à Vanguarda Popular Revolucionária, a principal guerrilha armada do país durante o regime ditatorial. Ele montou um centro clandestino de treinamento de guerrilheiros em Jacupiranga, a cerca de 25 quilômetros de Eldorado. A passagem de Lamarca pelo Vale do Ribeira ganhou relevância no imaginário do ex-presidente em maio de 1970, quando o governo militar mobilizou quase 3 mil homens em uma operação de perseguição a Lamarca e seu grupo. Bolsonaro, então com 15 anos, estudava no colégio da cidade, localizado a 100 metros de distância de onde aconteceu o confronto entre a polícia e os guerrilheiros. O episódio é contado pela jornalista Carol Pires, no *podcast Retrato Narrado*.

Imagina comigo essa cena: é maio de 1970, uma cidadezinha em uma das regiões mais tranquilas do Estado de São Paulo, coberta por Mata Atlântica, quase intocada. A economia ancorada na produção de bananas e, de repente, chega uma operação militar gigante jogando bombas de Napalm na área rural, como os Estados Unidos fizeram no Vietnã. No auge da perseguição, Lamarca e sete companheiros fogem em uma picape, mas são parados pela polícia na entrada de Eldorado. Eles trocam tiros, três policiais são atingidos e os guerrilheiros fogem em direção à Sete Barras. No meio do caminho, são interceptados por uma patrulha, comandada pelo tenente Alberto Mendes Júnior. Os guerrilheiros levam o tenente como refém, mas na fuga decidem que ter ele ali era um risco e o matam. (RETRATO..., 2020a).

O confronto impactou a população e se tornou uma passagem importante na história do município, podendo ter influenciado a formação do discurso anticomunista do ex-capitão do Exército. No livro *Mito ou Verdade*, de 2017, o senador Flávio Bolsonaro, filho mais velho de Jair, conta que o pai, por conhecer a região, se aproximou dos militares para oferecer

informações sobre as trilhas na mata. Anos mais tarde, quando o político já estava em campanha para ser Presidente da República, essa ocasião ganhou outros contornos e passou a ser contada de uma forma bem diferente. De acordo com o *podcast Retrato Narrado*, em quase 30 anos como deputado federal, Bolsonaro fez 33 discursos citando Carlos Lamarca. No decorrer do tempo, a participação dele no episódio foi mudando. Bolsonaro passou a se colocar na história como um personagem ativo na caça ao guerrilheiro. Em uma entrevista para a *Folha de S. Paulo*, em 2017, Jair contou que entrou na luta armada ao lado do Exército, em 1970, na perseguição a Lamarca nas matas do Vale do Ribeira. Posteriormente, repetiu essa versão quando fez uma viagem a Israel.

A presença de quilombos na região de Eldorado é outro fator determinante na construção do pensamento de Bolsonaro. No livro *Mito ou Verdade*, Flávio Bolsonaro (2017) conta que as reservas indígenas e os territórios quilombolas do Vale do Ribeira englobam regiões ricas em grafeno e nióbio, dois metais valiosos para a indústria, e que essas bandeiras de proteção a essas populações escondem interesses estrangeiros. Ele relata que, para seu pai, a política ambiental e de demarcação de terras indígenas e quilombolas atravancou o progresso do Vale do Ribeira. Jair acreditava que a região poderia ter sido uma outra Serra Pelada⁷. Seu pai, Percy Geraldo, o avô de Flávio, chegou a trabalhar como garimpeiro. “Não há regiões ricas em grafeno, porque esse não é o material encontrado na natureza e sim extraído do grafite, mas de qualquer forma, acho que todo mundo sabe, que nióbio e grafeno são algumas das maiores obsessões do Jair Bolsonaro” (RETRATO..., 2020a). Há diversos temas recorrentes nas declarações do ex-presidente, independente do assunto que ele esteja tratando. Nióbio e grafeno são dois deles, assim como a existência das comunidades quilombolas.

Em Eldorado, há o Quilombo Ivaporunduva, cujo surgimento data do século XVI. Os moradores vivem do cultivo da banana e do turismo de base comunitária, étnica e cultural. Cerca de 80 famílias moram no local, distante 44 quilômetros do centro da cidade. Ficou bastante conhecida uma declaração de abril de 2017, feita pelo então deputado federal durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro. Na ocasião, ao tratar de políticas para reservas indígenas e quilombolas, Bolsonaro afirmou que era contra a demarcação e contou sobre uma visita que havia feito a uma comunidade quilombola: “Eu fui num quilombo, o

⁷ Serra Pelada é uma região situada no sul do estado do Pará, famosa por ter abrigado o maior garimpo aberto já registrado na história. A atividade exploratória atingiu seu pico entre 1980 e 1983, quando milhares de garimpeiros buscaram enriquecimento rápido por meio da extração de ouro no local. Disponível em: <https://sagaconsultoria.com/serra-pelada-a-historia-do-maior-garimpo-a-ceu-aberto-do-mundo>. Acesso em: 30 jan. 2024.

afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”⁸. Por essa declaração, o deputado foi denunciado por racismo pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e condenado a pagar R\$ 50 mil em danos morais ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A decisão foi revertida em segunda instância, e o ex-presidente terminou inocentado. O entendimento jurídico foi de que as declarações ocorreram no contexto da atividade parlamentar, que é protegida pela imunidade.

Essas influências que marcaram a adolescência de Bolsonaro em Eldorado ajudam a entender algumas das referências presentes em seu discurso (o anticomunismo, o ódio à esquerda, o espírito garimpeiro, a intolerância com as reservas indígenas, quilombolas e ambientais). A passagem de Carlos Lamarca e a obstinação das Forças Armadas na caça ao guerrilheiro o impressionou a tal ponto que ele, mais tarde, viria a fazer parte do Exército. “Eldorado Paulista é o mito inicial do pensamento político do Bolsonaro. Eldorado era, pra ele, o Brasil. E, quando se tornasse presidente, Bolsonaro governaria o Brasil como se o país fosse uma grande Eldorado” (RETRATO..., 2020a).

Jair deixou o Vale do Ribeira em 1973, quando se alistou no Exército em Campinas (SP). No ano seguinte, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ), onde realizou sua formação militar. Foi lá que Bolsonaro se destacou como atleta das Forças Armadas e integrou uma geração de oficiais cujos instrutores tinham participado da Guerrilha do Araguaia⁹. Entre 1973 e 1974, quando Bolsonaro já era oficial da academia militar, o Exército fez as últimas operações que exterminaram a guerrilha na região do Rio Araguaia. Os insurgentes eram ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e faziam parte de um pequeno grupo da esquerda que lutava pela implantação de uma sociedade socialista por meio da luta armada. O plano era inspirado na Revolução Chinesa, nos ideais de Mao Tsé-Tung, e o objetivo era mobilizar os camponeses a marchar até Brasília para tomar o poder. O grupo foi exterminado e os oficiais que participaram das operações passaram a ser adorados pelos alunos da Aman (RETRATO..., 2020b).

Foi também nessa instituição que Bolsonaro escolheu fazer parte da artilharia. A chamada escolha das armas, que são artilharia, cavalaria, infantaria e comunicações, é

⁸ Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica>. Acesso em: 26 jan. 2024.

⁹ A Guerrilha do Araguaia foi uma tentativa de ação revolucionária comunista no Brasil que transcorreu entre 1967 e 1974, na região conhecida como *Bico do Papagaio*, situada na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. O objetivo era instaurar um estado de “guerra popular prolongada” na região Norte do Brasil e, a partir disso, tentar tomar o poder no país. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-guerrilha-araguaia.htm>. Acesso em: 30 jan. 2024.

importante porque acompanha o oficial por toda a sua carreira militar. Além disso, em seu último ano na Aman, ele participou de um treinamento para se tornar combatente paraquedista, cuja brigada é considerada uma das tropas de elite das Forças Armadas.

O Bolsonaro pegou de lá o slogan “Brasil acima de tudo”, ao que ele acrescentou, “Deus acima de todos”. Ser um PQD, um paraquedista, parece ter moldado muito mais a personalidade do Bolsonaro do que ser da artilharia. E o clichê dos artilheiros é que eles são os caras certinhos, hiper corretos, super metódicos, o que, evidentemente, não são adjetivos que nós aplicaríamos ao Bolsonaro. (RETRATO..., 2020b).

Muitos dos militares que integraram o alto escalão do Governo Federal, entre 2019 e 2022, conviveram com Bolsonaro na Aman. É o caso do general Augusto Heleno, que foi instrutor do ex-presidente nas aulas de educação física. Heleno foi chefe do Gabinete de Segurança Institucional e tido, na época, como um dos poucos homens em que Bolsonaro confiava. Ao longo do mandato de quatro anos, quase metade dos ministros vieram de instituições das Forças Armadas e mais de 6 mil militares ocuparam cargos civis de chefia ou assessoria no governo, segundo um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁰.

Bolsonaro foi promovido a capitão em 1983, chegando ao cargo mais alto que alcançou no Exército. Foi também nessa época que ele começou a protagonizar episódios de indisciplina militar. Servindo como fiscal administrativo no Rio de Janeiro, aos 31 anos, Jair estava inconformado com os baixos salários dos oficiais. Por lei, os militares não podem se manifestar politicamente sem autorização, mas Bolsonaro decidiu falar sobre sua insatisfação em um texto publicado na revista *Veja*, em 3 de setembro de 1986. Com a repercussão do artigo, o capitão foi punido pelo Exército com 15 dias de prisão, mas acabou recebendo apoio por meio de 150 telegramas, a maior parte deles remetidos por esposas de oficiais. Na época, o salário baixo a que Bolsonaro reclamava era de 10 mil cruzados, enquanto o valor do salário mínimo era de 804 cruzados.

Pouco mais de um ano depois, no final de 1987, o capitão se envolveu em outro episódio polêmico, que o levou a julgamento no Superior Tribunal Militar (STM). Em uma reportagem da revista *Veja*, foi revelado o plano “Beco sem Saída”, no qual Bolsonaro e outro oficial planejavam explodir bombas de baixa potência em banheiros de quartéis e na adutora do Rio Guandu, que abastece o Rio de Janeiro. As explosões seriam uma forma de protesto contra os baixos salários, com o propósito de fragilizar o alto comando do Exército e chamar

¹⁰ Governo Bolsonaro superou ditadura em números de militares ocupando cargos civis no Governo Federal.

Disponível em:

<https://jconcursos.com.br/noticia/brasil/governo-bolsonaro-superou-ditadura-em-numeros-de-militares-ocupando-cargos-civis-no-governo-federal-105843>. Acesso em: 30 jan. 2024.

atenção do governo do presidente José Sarney. Um desenho esquemático do plano, feito por Bolsonaro, chegou a ser publicado como prova pela revista, após a veracidade da reportagem ser questionada pelo então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. O capitão foi apontado como autor do croqui e, com a repercussão negativa do caso, acabou sendo levado a um Conselho de Justificação (uma espécie de tribunal formado por três coronéis), onde foi condenado. No *podcast Autoritários*, da *Folha de S. Paulo*, a jornalista Ana Luiza Albuquerque conta que, nesse episódio, o superior de Bolsonaro, coronel Carlos Alfredo Pellegrino, ao ser ouvido pelo conselho, disse que Jair sempre tentou liderar os oficiais subalternos, mas que era, nas palavras de Pellegrino, rejeitado “[...] tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos” (AUTORITÁRIOS..., 2024a).

Com a condenação, o processo foi levado ao STM e, no julgamento, que durou quase seis horas, Bolsonaro desqualificou a jornalista responsável pela reportagem e argumentou que não havia consenso nas análises que apontaram o desenho como sendo dele. Em entrevista ao *Autoritários*, o jornalista Fábio Victor relata que, além de Bolsonaro ter se articulado dentro do tribunal, o ministro do Exército, que estava a favor da condenação, tinha inimigos lá dentro. Com isso, o julgamento acabou se transformando, conforme o relato de Victor, em um “ataque à imprensa” e à “revista *Veja*”. No veredicto, os ministros da corte decidiram absolver o capitão, mas ficou subentendido na sentença que ele deveria deixar o Exército, o que ocorreu em 1988, quando Bolsonaro foi para a reserva remunerada. Apesar de inocentado, sua imagem ficou queimada nas Forças Armadas. Até meados dos anos 1990, segundo Ana Luiza Albuquerque, ele era visto como uma “*persona non grata*” e teve seu ingresso proibido, durante muitos anos, em instalações oficiais como o *campus* da Aman.

Para Carol Pires, por ter deixado as Forças Armadas no ano em que foi promulgada a atual *Constituição* brasileira, Bolsonaro seguiu com uma mentalidade militar parada no tempo, que remetia à época da Guerra Fria, quando o mundo estava dividido entre comunismo e capitalismo. Quem permaneceu no Exército após 1988 esteve sob o comando de quatro presidentes civis, eleitos pelo voto, e outros dois vice-presidentes, que assumiram o cargo em consequência de processos de *impeachment*. Com essa formação militar ultrapassada, que remetia à ditadura, Bolsonaro decidiu se lançar na política como candidato a vereador pela cidade do Rio de Janeiro.

O pleito municipal de 1988 foi a primeira eleição de que Jair participou. Por ter sido julgado no STM, após planejar lançar bombas em quartéis, com a justificativa de reivindicar melhores soldos, ele foi se tornando conhecido no meio militar e também entre as esposas dos

oficiais. Em sua campanha para vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), com a ajuda de colegas militares, distribuiu panfletos clandestinamente em instalações das Forças Armadas, o que era proibido. O capitão acabou descobrindo um nicho que o elegeu com 11.062 votos, o 16º candidato mais votado. E isso foi só o começo. Em 1990, Bolsonaro alçou voos mais altos ao ser eleito deputado federal com 17.674 votos. Com a mudança para Brasília, o político ampliou seu nicho, projetando-se muito além do Rio de Janeiro e de Resende, municípios onde contabilizou mais eleitores. Em 1994, ao ser reeleito deputado federal, conquistou mais de 135 mil votos, agora por um outro partido, o Partido Progressista Reformador (PPR), cujo principal cacique era o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Em sua plataforma de campanha, Bolsonaro defendeu melhorias salariais para os militares, o fim da estabilidade para servidores públicos, o controle de natalidade e a revisão da área dos indígenas Yanomami¹¹.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1995, e a criação de políticas que visavam indenizar vítimas da ditadura, Bolsonaro começou a chamar atenção fora dos círculos militares. No ano seguinte, o governo instaurou uma comissão especial sobre os desaparecidos políticos durante o regime autoritário, e a família do guerrilheiro Carlos Lamarca, morto em 1971 na Bahia, foi uma das que receberam indenização. Indignado com a repercussão dessas iniciativas na imprensa, Bolsonaro defendeu abertamente, pela primeira vez, em uma sessão da Câmara dos Deputados, os crimes cometidos pela ditadura militar.

[...] o que a imprensa, em especial jornal *O Globo*, vem fazendo no tocante ao caso Lamarca é um brutal desestímulo aos jovens militares das Forças Armadas. Um traidor da pátria, assassino, safado, sem vergonha como foi Lamarca e, hoje em dia, ainda se fala em indenizar os seus familiares, reconhecendo-o como um herói. Eu até acho, senhor presidente, sem medo de errar, que o grande erro do regime militar foi ter matado pouca gente. Teríamos menos vagabundos hoje tramitando no Planalto e até dentro dessa casa também, tenho certeza disso. (RETRATO..., 2020c).

Em 1998, Bolsonaro escreveu um artigo defendendo a pena de morte, a prisão perpétua, o regime de trabalhos forçados para condenados e a redução da maioria penal. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados propôs a suspensão dele por mais uma vez ter defendido o fechamento do Congresso e dito: “[...] a situação do país seria melhor se a ditadura tivesse matado mais gente” (RETRATO..., 2020c). A Mesa recebeu uma retratação e decidiu apenas censurá-lo, mesmo quando ele não reconheceu a retratação e declarou que sua

¹¹ Jair Bolsonaro: conheça a trajetória política do ex-presidente. *Infomoney*, 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro>. Acesso em: 27 jan. 2024.

assinatura havia sido falsificada. Ficou por isso mesmo, já que o plenário nunca votou a proposição.

Ainda em 1998, o capitão foi novamente eleito deputado com 102.893 votos. Assumiu o terceiro mandato no ano seguinte e logo voltou a fazer a defesa do regime militar e da tortura, tema que passou a ser uma de suas bandeiras. Em uma entrevista para o programa *Câmara Aberta*, da *TV Bandeirantes*, deu uma declaração ao jornalista Jair Marqueline defendendo a morte de 30 mil pessoas e também do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partimos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matamos uns 30 mil. Começando com o FHC, não deixar ele pra fora, não! Matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem. Tudo quanto é guerra morre inocente¹².

Suas declarações agressivas e provocadoras repercutiam na imprensa, o que contribuiu para que ele se tornasse cada vez mais conhecido. Anos depois, esse vídeo em que defendeu a morte de FHC foi publicado na internet e acabou sendo bastante compartilhado por seus adversários durante as campanhas eleitorais de 2018 e de 2022. É um episódio fundamental para compreender de onde vêm as formações discursivas que caracterizam o *ethos* presidencial e de que maneira foi constituído o universo de sentidos no qual se posiciona o sujeito dos atos de linguagem que fazem parte do *corpus* deste estudo, cuja análise será apresentada mais adiante.

Mesmo tendo assumido voto em Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2002, Jair Bolsonaro se consolidou como um crítico e opositor às pautas da esquerda, principalmente aquelas relacionadas à defesa dos direitos humanos. Em 2003, após ser eleito para o seu quarto mandato pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), ele protagonizou mais um episódio polêmico, pelo qual foi processado e condenado. Naqueles dias, um crime de assassinato e estupro, cometido por um adolescente de 16 anos, suscitou a discussão sobre a maioria penal no Congresso e a emissora *RedeTV!* decidiu entrevistar Bolsonaro e a deputada federal Maria do Rosário, filiada ao PT do Rio Grande do Sul. Enquanto esperava para ser entrevistada e ouvia o que o deputado dizia à repórter, Maria do Rosário afirmou que discursos como o dele promoviam a violência, citando o estupro. Bolsonaro revidou dizendo que estava sendo acusado por ela de ser estuprador e os dois iniciaram uma discussão em

¹² Jair Bolsonaro diz que quer matar 30 mil pessoas, começando pelo FHC. Disponível em: <https://youtu.be/y-eODs-LO-w?si=Jib91YN16Oy1Qx51>. Acesso em: 27 jan. 2024.

frente às câmeras, na qual o parlamentar atacou a deputada com a frase: “jamais ia estuprar você porque você não merece”¹³. A parlamentar se irritou e declarou que se tentasse algo assim, ela daria uma bofetada nele. Jair revida, empurra a deputada e diz que lhe daria outra. Maria do Rosário só o denunciou por injúria e incitação ao estupro 11 anos depois, em 2014, quando a ofensa foi repetida na tribuna da Câmara. Em 2019, já como Presidente da República, o político foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 20 mil e a pedir desculpas. A deputada doou a quantia a sete movimentos de mulheres.

Durante sua carreira, o ex-presidente passou por nove partidos até chegar ao Partido Liberal (PL), em novembro de 2021. A troca de legenda foi uma constante em sua vida política. Em 2005, Bolsonaro trocou duas vezes de partido. Foi para o Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado como Democratas (DEM), e depois para o Partido Progressista (PP). A eleição de 2018 foi disputada pelo PSL, sigla com a qual rompeu em 2019, permanecendo por dois anos sem partido. Ele tentou ainda criar o próprio partido, denominado Aliança pelo Brasil, mas não teve êxito na iniciativa. O número mínimo de assinaturas exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como requisito para o registro de novas agremiações partidárias ficou longe de ser atingido.

Disputando a quinta eleição como candidato a deputado federal, Bolsonaro foi eleito em 2006 com 99,7 mil votos. Nesse mandato, destacou-se por ser contra a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Em uma audiência pública na Câmara, que discutia o assunto, chamou o então ministro da Justiça, Tarso Genro, de terrorista e mentiroso. Nessa época, mesmo tendo o seu partido, o PP, na base de apoio ao governo Lula, Bolsonaro agia como oposição. Com o estouro do “escândalo do mensalão”¹⁴, seu discurso começou a ganhar eco entre parte da população. Se antes ele mantinha qualquer cordialidade com deputados ex-guerrilheiros, como José Genuíno e José Dirceu, ambos do PT, com a descoberta do esquema de corrupção, passou a atacá-los discursivamente.

Apesar da sucessão de episódios polêmicos e agressivos que chocavam parte da opinião pública, o capitão seguia sendo vitorioso nas eleições, por vezes, com mais votos que

¹³ “Não estupro porque você não merece”, diz Bolsonaro a Maria do Rosário. *YouTube*, 9 dez. 2014. Disponível em <https://youtu.be/LD8-b4wvIjc?si=IFtfATEShB0KeHkb>. Acesso em: 27 jan. 2024.

¹⁴ O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao PT para conquistar o apoio de políticos. O esquema de corrupção começou em 2002, mas foi descoberto em 2005 por meio de uma gravação secreta. Nela, Maurício Marinho, então chefe do departamento de contratação dos Correios, foi flagrado recebendo propina em nome do ex-deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o vídeo ser divulgado, Marinho fez uma delação sobre os detalhes do Mensalão, que envolvia não apenas os Correios e o PTB, mas também o PT e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Logo depois do flagrante, Jefferson delatou todo o esquema. Disse que Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, destinava uma mesada de R\$ 30 mil para congressistas apoiarem o governo Lula. Disponível em: <https://www.politiza.com.br/mensalao-o-que-aconteceu>. Acesso em: 30 jan. 2024.

no pleito anterior, como em 2010, quando se elegeu com 120.646 votos. No ano seguinte, Bolsonaro começou a se notabilizar também por se colocar contra um programa do Ministério da Educação que pretendia combater a homofobia nas escolas. Ele apelidou a iniciativa de “kit gay” e foi um dos principais responsáveis por criar uma *fake news* compartilhada pela internet principalmente no período pré-eleitoral de 2018. Na época, circulou pelas redes sociais vídeos, fotos e textos que atribuíam ao candidato Fernando Haddad (PT) a criação de um “kit gay” para crianças de 6 anos¹⁵. Parte dos *posts* dizia ainda que o livro *Aparelho sexual e cia* foi adotado em programas governamentais enquanto Haddad ocupou o cargo de ministro da Educação, entre 2005 e 2012.

O chamado “kit gay” fazia parte do projeto Escola sem Homofobia, que, por sua vez, estava dentro do programa Brasil sem Homofobia, criado pelo Governo Federal em 2004. Ele era voltado à formação de educadores, e não seria distribuído a alunos. O envio aos professores estava previsto para ocorrer em 2011, mas o programa não chegou a ser colocado em prática depois que Bolsonaro iniciou uma cruzada contra o projeto. Elaborado por profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, o material era composto de um caderno, uma série de seis boletins, cartazes, três vídeos e cartas de apresentação para os gestores e educadores. Com a repercussão negativa, baseada em desinformação e *fake news*, a distribuição foi suspensa pela então presidente Dilma Rousseff (PT). No entanto, esse caso passou a ser explorado por Bolsonaro ao longo dos anos para mobilizar eleitores, já que, a partir desse episódio, o deputado acabou ganhando apoio entre os conservadores e iniciou uma aproximação com a bancada evangélica do Congresso.

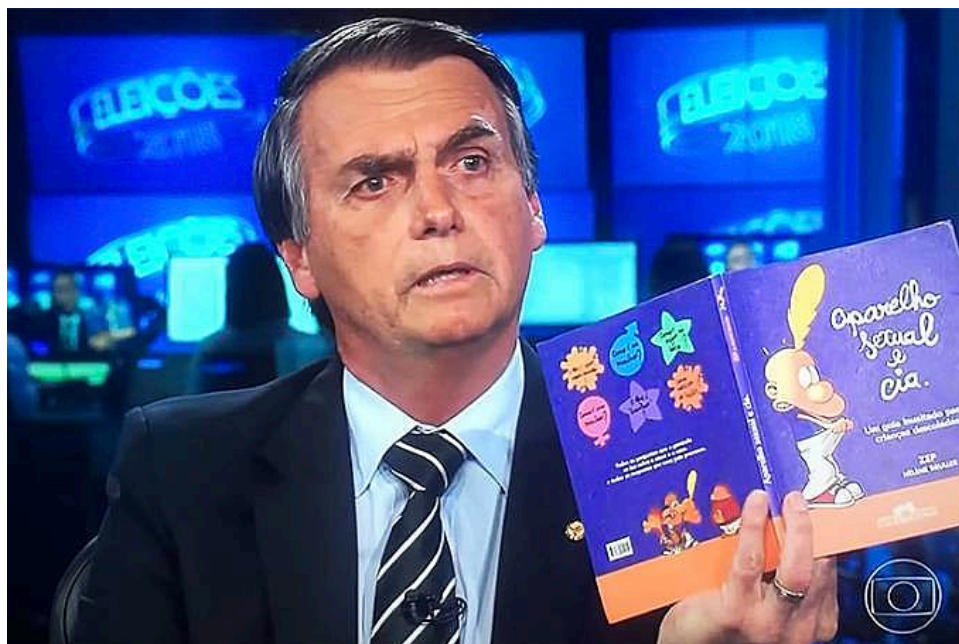
Na campanha eleitoral de 2018, durante uma entrevista ao vivo no estúdio do *Jornal Nacional*¹⁶, da *TV Globo*, ao ser questionado sobre as inúmeras declarações homofóbicas que deu ao longo da carreira, como relacionar homossexualidade a pedofilia e preferir que um filho morresse a ser gay, o então candidato tentou provar seu ponto mostrando para as câmeras o livro *Aparelho sexual e cia* (Figura 1), que supostamente faria parte do “kit gay” e que seria, segundo ele, distribuído a crianças de 6 anos. O ato surpreendeu os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos, que não permitiram a exibição do exemplar, uma vez que a ação desrespeitava as regras previamente firmadas para a entrevista. Formou-se uma discussão na qual Bolsonaro declarou, de forma exaltada, que o livro era destinado a crianças

¹⁵ É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2024.

¹⁶ Jair Bolsonaro é entrevistado no *Jornal Nacional*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200>. Acesso em: 09 jun. 2024.

e estava disponível em todas as bibliotecas de escolas públicas do Brasil. Disse ainda que havia publicado uma “matéria no *Facebook*” para “defender as crianças em sala de aula” e que esse conteúdo tinha registrado 40 milhões de acessos no intervalo de apenas 15 dias. “Um pai não quer chegar em casa e encontrar um filho brincando com boneca por influência da escola”, afirmou categoricamente. Bonner confrontou o candidato, dizendo a ele que as declarações não respondiam à pergunta sobre sua homofobia. Bolsonaro argumentou que não tinha “nada contra o *gay*”, mas contra o material em sala de aula. Alegou que suas falas homofóbicas foram dadas em “momentos de temperatura alta”, durante discussões no Congresso, e que o “ativismo LGBT levava pra isso”. Diante da discussão acalorada, os apresentadores decidiram mudar de tema e seguir a entrevista sem desmentir a *fake news*.

Figura 1 – Bolsonaro exhibe o livro que associou ao “kit *gay*”.



Fonte: Reprodução *TV Globo*, edição do *Jornal Nacional* de 28 ago. 2018.

O livro mostrado no *Jornal Nacional* era, na verdade, uma publicação da editora Companhia das Letras, que nunca foi adquirida pelo Ministério da Educação. Em 16 de outubro de 2018, quando a eleição caminhava para o segundo turno, a Justiça Eleitoral determinou que o conteúdo relacionado ao “kit *gay*” imaginário fosse apagado das redes sociais do então candidato¹⁷, porém o episódio já tinha se tornado um dos motes principais da campanha bolsonarista. A *fake news* foi amplamente divulgada em grupos de *WhatsApp* e

¹⁷ TSE manda remover da internet vídeos de Bolsonaro com críticas a material contra homofobia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-o-kit-gay.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2024.

Bolsonaro nunca deixou de insistir que se tratava de algo verdadeiro, continuando a chamar de “kit gay” o material educativo de combate à homofobia.

Para o escritor e colunista político Henry Bugalho (2020), a vitória nas eleições presidenciais se deveu, em grande medida, por causa dessa cruzada moral na qual o político se tornou expoente, apelando para “[...] a sensibilidade de evangélicos neopentecostais, de católicos tradicionais ultrarradicais e de um crescente segmento de jovens e adultos que se identificam como ‘conservadores’”.

Em sua trajetória como parlamentar, Bolsonaro havia se envolvido em inúmeras polêmicas, várias delas relacionadas ao que ele chamava de “kit gay”, isto é, um suposto material para ser distribuído em escolas públicas que estimulariam crianças e adolescentes a se tornarem homossexuais. Suas eventuais aparições em programas de auditório na TV também eram vitrines para todo o Brasil da homofobia e da moralidade reacionária de Bolsonaro, defendendo um padrão ético e comportamental que só existe na imaginação desses conservadores de ocasião. (Bugalho, 2020, p. 45).

Em artigo em que aborda o mito da “ideologia de gênero”¹⁸ no discurso da extrema direita brasileira, o pesquisador e cientista político Luis Felipe Miguel (2020) afirma que Bolsonaro liderou, com parlamentares fundamentalistas, líderes religiosos e apresentadores de rádio e televisão, um grande esforço de desinformação para que o projeto Escola sem Homofobia fosse paralisado.

Pressionado pela ameaça de obstrução dos trabalhos no Congresso enquanto a política de combate à homofobia nas escolas estivesse de pé, e fiel à política de evitar atritos com os grupos conservadores, o governo Dilma Rousseff recuou. E recuou em grande estilo, assumindo integralmente o discurso de seus adversários, com a presidente declarando que “não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais” — o que implicitamente assume que a ideia de um complô para destruir a heterossexualidade poderia ter fundamento. Na leitura de

¹⁸ O termo “ideologia de gênero” apareceu em 1998, em um documento da Igreja Católica do Peru, intitulado *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*. Desde seu surgimento, a expressão carrega um sentido pejorativo e tem sido adotada com o propósito de banalizar e desvirtuar a discussão teórica sobre “gênero”, que ganhou curso a partir dos anos 1970 para indicar a diferença entre, por um lado, o dimorfismo biológico da espécie humana e, por outro, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. A discussão sobre o significado e a operacionalidade desta distinção é ampla nas teorias feminista e *queer*, possui um papel fundamental no combate às exclusões e violências. Setores conservadores usam o termo para protestar contra atividades que buscam debater e esclarecer as questões de gênero e sexualidade. De acordo com Santos e Mottin (2021), o interesse em suprimir essa discussão das escolas não está relacionado a uma suposta “proteção da família”, como alardeado por líderes religiosos e conservadores, mas à “naturalização” das violências de gênero contra corpos em desalinho com as normas consideradas “naturais”. Para Butler (2000), é um discurso que questiona a “humanidade” de corpos dissidentes para poder marginalizá-los.

um ativista do movimento LGBT¹⁹, a campanha contra o chamado kit gay ensinou a direita brasileira a mobilizar o pânico moral. (Miguel, 2020, p. 6).

No discurso político, o pânico moral funciona como uma poderosa ferramenta para promover mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate. De acordo com o sociólogo, historiador e ativista *gay* Jeffrey Weeks, a quem Miguel (2020; 2022) faz referência, a reação a temas morais é altamente emocionalizada, porque os valores são entendidos como o fundamento de nosso eu e, ao aceitar que esses valores sejam questionados, estaríamos desestabilizando quem nós somos. Weeks acrescenta que o pânico moral “cristaliza medos e ansiedades generalizados”, é fruto de uma ameaça percebida como iminente e devastadora, exigindo uma resposta contundente, sem ponderação ou conversa. No pânico moral, “[...] a sexualidade tem uma centralidade peculiar e os ‘desviantes’ sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes”. (Weeks, 1981, p. 14 *apud* Miguel, 2020, p. 6).

Ao denunciar uma suposta desordem sexual contemporânea, na qual os papéis de gênero parecem embaralhados, com fronteiras pouco nítidas, os agentes do discurso conservador e religioso tratam a situação geradora da perturbação da forma mais oposta possível ao “[...] modelo da troca argumentativa racional que a teoria política idealista preconiza para a discussão política” (Miguel, 2022, p. 253). Não se busca, na construção desse discurso, as causas reais do problema. A fonte dos medos e ansiedades é deslocada para os “[...] demônios populares de um grupo social identificado - sejam eles os imigrantes, os comunistas, os *gays*, as ‘abortistas’ etc.” (Miguel, 2022, p. 253).

Até então visto como um político ligado aos militares, Bolsonaro passou a atuar cada vez mais com pautas conservadoras defendidas por igrejas e lideranças evangélicas. Em 2013, em uma cerimônia religiosa, o pastor Silas Malafaia, da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, celebrou o casamento de Bolsonaro com Michelle, sua terceira esposa e primeira-dama do Brasil entre 2019 e 2022. O casal estava junto desde 2007 e a filha Laura já havia nascido. Em 2016, como parte de sua estratégia para se aproximar dos evangélicos, o capitão foi a Israel com a missão de ser batizado no Rio Jordão, local onde biblicamente teria ocorrido o batismo de Jesus. O ritual foi realizado pelo pastor Everaldo Pereira, da igreja Assembleia de Deus, que era o presidente do Partido Social Cristão (PSC), mesmo partido de Bolsonaro

¹⁹ O ativista a quem o autor se refere é Jorge Luiz Miguel, que publicou em outubro de 2017 o artigo *Pânicos sexuais: do “kit gay” aos ataques à arte*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/10/16/pnicos-sexuais-do-kit-gay-aos-ataques-arte-23608.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.

naquele ano. O batismo ocorreu no dia da votação do *impeachment*²⁰ da ex-presidente Dilma Rousseff no Senado.

Embora seja católico, a aproximação com o eleitorado evangélico representou um ponto de virada para Bolsonaro. Ao se juntar à bancada conservadora durante seu sexto mandato, o deputado passou a circular em uma rede de perfis de pastores, cantores e artistas evangélicos que era mobilizada pelas igrejas para engajar milhares de pessoas a pressionar os deputados contra projetos progressistas. Esse movimento, identificado pelos pesquisadores João Guilherme Bastos dos Santos e Alessandra Aldé, foi assunto no *Retrato Narrado*.

Bolsonaro surfou numa rede que já existia [...] Essa rede começou a ser acionada cada vez que a bancada evangélica no Congresso queria barrar algum projeto, como o polêmico PL nº 122 de 2006. O projeto, apresentado por uma deputada do PT, ia criminalizar a homofobia, mas virou alvo de católicos e protestantes em 2014, quando passou a ter chances reais de aprovação. (RETRATO..., 2020d).

Com o apoio dessa rede evangélica, Bolsonaro começou a atuar para barrar projetos progressistas na Câmara, participava de todas as discussões que envolvessem temas como homossexualidade, descriminalização da maconha e aborto. Essa atuação o levou para além das redes evangélicas e conservadoras, o deputado se tornou figura frequente em programas de TV populares. Ele incorporou um papel de polemizador, ao fazer provocações aos adversários políticos e opinar sobre esses temas em diferentes atrações como o *CQC*, da *Band*, e o *Supertop*, da *RedeTV!*. Foi nessa época que o político começou a ser chamado de “mito” por seus apoiadores, por representar oposição ao politicamente correto. Essa fama ajudou a impulsionar Bolsonaro nas redes sociais na esteira dos movimentos de direita e contrários à então presidente Dilma, que surgiram em 2013, após as Jornadas de Junho²¹.

²⁰ Enquanto votação do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-e-m-israel-19287802.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

²¹ Em 2013, protestos contrários aos aumentos da tarifa do transporte público aconteceram em várias cidades do Brasil. Em São Paulo, as manifestações ocorreram no mês de junho, quando ganharam repercussão nacional. De acordo com Miguel (2022), o movimento foi, por múltiplos motivos, um fenômeno complexo que se metamorfoseou incessantemente. Além da insatisfação com a má qualidade dos serviços públicos, os gastos do Governo Federal na construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014 também passaram a ser questionados nas mobilizações. “Os primeiros protestos na cidade de São Paulo, capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL), certamente atraíram um público diverso de atos posteriores [...] Foi uma mobilização que se desenrolou em muitos pontos do país, sem qualquer comando centralizado e com perfis de participação diferenciados localmente. Foi uma mobilização que, à medida que cresceu, mostrou-se sem uma liderança capaz de verbalizar uma pauta. O discurso das ruas tomou a forma de uma cacofonia, que diversos agentes políticos organizados tentaram capturar e redefinir de acordo com seus interesses” (Miguel, 2022, p. 206). Lynch e Cassimiro (2022) acrescentam que as Jornadas de Junho cristalizaram “[...] uma percepção difusa de ilegitimidade do sistema político que datava de pelo menos uma década” (p. 36).

Nas eleições do ano seguinte, o capitão foi reeleito para o sétimo mandato com o maior número de votos em toda a sua carreira parlamentar: 464 mil. Fortalecido, tendo sido o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, lançou-se pré-candidato a presidente para as eleições seguintes. Quando Bolsonaro saiu vitorioso do pleito de 2018, quase todas as reportagens sobre sua trajetória mencionaram seu ínfimo trabalho no Poder Legislativo, onde aprovou somente três propostas em 28 anos. Segundo narra Ana Luisa Albuquerque, até então, Jair era visto por parte da opinião pública como “um parlamentar do baixo clero, sem grande expressão ou influência” (AUTORITÁRIOS..., 2024a), que foi processado quatro vezes no Conselho de Ética da Câmara e teve a trajetória marcada por falas polêmicas, ofensivas e violentas. No entanto, nas redes sociais, era reconhecido como uma potente voz do discurso conservador.

2.2 As influências ideológicas na construção do “mito”

Apesar de ter sido considerado um deputado “folclórico” durante quase toda a sua carreira parlamentar por grande parte de seus colegas no Congresso Nacional, pela imprensa e também pela opinião pública²², Bolsonaro começou a ser visto de outra forma pelo grupo de apoiadores que angariou continuamente na internet desde o início dos anos 2010. O principal responsável por colocar o capitão nas redes sociais foi um dos filhos dele, Carlos Bolsonaro, também político e vereador na cidade do Rio de Janeiro. Ele encabeçou a campanha digital do pai à Presidência. Em entrevista à jornalista Leda Nagle, veiculada no *YouTube* em março de 2019²³, Carlos conta que, quando buscava pelo nome de Bolsonaro no *Google*, em 2010, só encontrava imagens e notícias negativas. Para reverter isso, deu início a algumas ações de *marketing*, sendo a primeira delas a criação de um *blog* onde publicou fotos da família. Nessa época, também criou uma página no *Facebook*, alimentada com conteúdos que chamavam atenção de jovens conservadores e que os estimulava a compartilhar os vídeos e os memes publicados. Mesmo realizadas de forma amadora, essas ações faziam parte de uma estratégia digital (que iremos ver com clareza mais adiante neste capítulo) que deu resultado. Nas eleições de 2014, a página contava com mais de 500 mil seguidores.

Paralelamente ao crescimento de suas redes sociais, Bolsonaro começou a receber apoio de *sites* e *blogs* de direita. No *Facebook*, surgiram páginas com linguagem memética,

²² O deputado que falava sozinho. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/o-deputado-que-falava-sozinho>. Acesso em: 09 jun. 2024.

²³ Carlos Bolsonaro: o pitbull não morde. Disponível em: <https://youtu.be/5vihBffYeqo?si=p5Ox4Adrozgz5pr6>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ofensiva e irônica, com ataques à imprensa e às pessoas ligadas ao PT, que foram pioneiras em promover a mitificação em torno do nome do deputado. Páginas como “Bolsonaro Opressor” e “Bolsonaro Zuero” rapidamente angariaram milhares de seguidores, e os responsáveis por elas, Tercio Arnaud Tomaz e José Matheus Sales Gomes, tempos depois, foram convidados a integrar a equipe de campanha do candidato e, após a vitória, passaram a fazer parte do chamado “gabinete do ódio”, que existiu durante o governo do ex-capitão. *Sites* como “O implicante”, “Reacionaria”, “Senso Incomum”, entre outros, também ajudaram a difundir ideias de direita e o nome de Jair. Um dos membros mais ativos do *site* “Reacionaria” e editor do “Senso Incomum”, Filipe Martins acabou se tornando assessor da Presidência da República para assuntos internacionais em 2019.

Aluno do escritor Olavo de Carvalho, Martins foi um dos responsáveis por levar o pensamento olavista a setores de decisão do Poder Executivo. Autodenominado filósofo, apontado como “guru” do governo Bolsonaro, Olavo ministrava o curso *on-line Seminário de Filosofia* e sua presença na internet passou a ser mais forte a partir de 2013. Nascido em Campinas, mas radicado desde 2005 em Richmond, nos Estados Unidos, o ensaísta e autodidata trazia explicações para tudo.

Tendo uma capacidade hipnótica de formar acólitos devotos, Olavo não se pensa como um professor, mas como um mestre que mostra uma forma de vida, educando a mente e a alma. Em seus cursos, Olavo não apenas sugere leituras, explica teorias ou faz análises políticas, mas também responde a dúvidas concretas sobre os percalços da vida cotidiana, oferecendo caminhos e soluções, além de comentar sobre formas de evolução espiritual, psicológica e moral. Não por acaso, os alunos adotam práticas de vida que estão além da mera formação intelectual, passando a entender seu encontro com Olavo como um momento sagrado de renascimento. Fica claro que a conversão ao olavismo ou se faz por inteiro, ou não se faz. Trata-se realmente de aderir a uma espécie de culto, de compartilhar um modo de vida, e não apenas de mera filiação intelectual. (Hussne, 2020).

Pesquisadora sobre temáticas ligadas à radicalização no mundo digital, Michele Prado conta, em um livro lançado em 2021, que Olavo se tornou um *popstar* nas redes sociais. Seus alunos mimetizavam o mestre, opinando a respeito de todos os assuntos com longos textos no *Facebook*, gramaticalmente bem escritos e que causavam a impressão de alta erudição, “a ilusão de uma certa grandeza”. O próprio Olavo estimulava esse fascínio, fazendo seus discípulos se sentirem especiais, com o sentimento de pertencimento a um grupo que se considerava uma elite intelectual que iria executar um “resgate da alta cultura no Brasil”. Tal propósito era inspirado, segundo os pesquisadores da área de Ciência Política Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022), em ideologias conservadoras baseadas em um ideal político reacionário, cujo principal propósito era retornar a um suposto estado de natureza

anterior à existência do Estado nacional, apregoados como sendo uma idílica “civilização judaico-cristã ocidental”.

As qualidades de polemista reacionário e o domínio das novas técnicas de comunicação digital garantiram a Olavo uma “[...] posição indiscutível de mestre do populismo reacionário brasileiro” (Lynch; Cassimiro, 2022). O escritor foi um dos responsáveis por difundir no Brasil discursos que estavam sendo disseminados em países onde a extrema direita crescia.

Olavo compartilhava pelo menos quatro características comuns aos autores da direita radical: a retórica apocalíptica de fim dos tempos (o decadentismo); o receio de elites cosmopolitas (o globalismo); a distinção entre amigos e inimigos (a luta pela vida); e a noção de metapolítica (precedência da luta política pela cultura). (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 77).

A filosofia de Olavo era caracterizada por uma “[...] concepção petrificada de cultura, concebida como um saber verdadeiro e eterno de origem divina, cujo inimigo seria o progresso e a revolução, associadas ao casuísmo e à subversão” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 78).

Para doutrinar os alunos do *Seminário de Filosofia*, o escritor resgatava autores ocultistas e irracionalistas do século XX que haviam sido simpáticos ao fascismo e ao nazismo, como René Guénon, Julius Evola e Carl Schmitt, e também autores contemporâneos, como Eric Voegelin e Alexandr Dugin. Além disso, lançava palavras de ordem nas redes sociais para convencer seguidores a aderir às suas ideias.

Nessa luta do homem para recuperar sua humanidade ameaçada contra o “sistema”, qualquer transigência era sintoma de fraqueza. A gentileza, o pacifismo ou a educação não passariam de ardis para a infiltração do veneno corrosivo do cosmopolitismo. Daí por que os conservadores deveriam assumir o discurso do ódio e admitir o emprego da violência, real ou simbólica, contra o diferente. Ele serviria para despertar o conservador adormecido e intimidar o “comunista” - epíteto empregado para descrever qualquer tipo de progressista, liberal ou socialista. O discurso público de ódio serviria ainda para diferenciar novo estilo conservador como popular, em contraposição ao famigerado “politicamente correto” dos progressistas. (Lynch; Cassimiro, 2020, p. 80-81).

Olavo utilizava seu conhecimento em programação neurolinguística, além de sua vasta bagagem cultural e intelectual, para promover centenas de humilhações públicas contra aqueles que não aceitassem ser completamente submissos e devotos à sua autoridade. Com o lançamento do livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (organizado pelo jornalista Felipe Moura Brasil), em agosto de 2013, Olavo transformou-se em um

fenômeno. A publicação, que reunia artigos sobre vários temas, entrou na lista dos mais vendidos. Em artigo que relaciona o olavismo ao bolsonarismo, Arthur Hussne, pesquisador da área de Filosofia e Sociologia, afirma que Olavo teve um papel fundamental no ressurgimento da direita no Brasil, pois sua influência funcionou não apenas por meio de sua obra (livros, artigos, programas de rádio, vídeos no *YouTube*, *site* etc.), mas através de seus discípulos diretos ou indiretos.

O surgimento dessa nova geração formada por Olavo fez com que ele saísse da solitária posição de exército de um homem só para, aos poucos, ter a seu lado, cerrando fileiras, mais e mais pessoas, a maioria de perfil jovem e com grande capacidade de influência. Esse projeto de formar uma nova geração nunca foi um segredo: Olavo falava abertamente de seu propósito de criar uma leva de intelectuais preparados para combater a suposta dominação do ambiente cultural pela esquerda. Esse exército treinado por Olavo de Carvalho tem, hoje, participação ativa em diversas áreas da esfera pública. Seus ex-alunos, com maior ou menor grau de proficiência, replicam a mesma estrutura de pensamento desenvolvida por seu mestre. Essa pedagogia à margem das grandes universidades do país foi planejada por Olavo para servir de contraponto ao que ele pensa ser um ensino universitário decadente. Essa nova elite intelectual conservadora passou, assim como Olavo, a usar as mídias alternativas, criando seus próprios *blogs*, seus canais no *YouTube*, suas páginas públicas no *Facebook*, angariando um público numeroso, até que alguns foram alçados às mídias tradicionais, ampliando ainda mais o discurso antes restrito aos iniciados. (Hussne, 2020).

As influências de Olavo de Carvalho, os textos e opiniões dele e de seus alunos se popularizaram nas redes sociais juntamente com as manifestações políticas que ganharam as ruas do Brasil, entre 2013 e 2015. A frase “Olavo tem razão” começou a ser vista em faixas levantadas nos protestos realizados contra o governo Dilma (Figura 2). Um dos principais pensamentos difundidos pelo escritor era o conceito de “hegemonia cultural marxista”, no qual, segundo ele, imprensa, universidades, instituições públicas e privadas estariam totalmente dominadas pelo “marxismo cultural”. Seus alunos mais populares compartilhavam nas redes sociais publicações abordando tópicos como “globalismo”, “gayzismo” e “guerra cultural”, que, em poucos minutos, alcançavam milhares de usuários. Somava-se ao antipetismo a disseminação de teorias da extrema direita internacional camufladas como “conservadorismo tradicional” e “liberalismo”.

Figura 2 – Olavo de Carvalho é exaltado em protesto na Avenida Paulista.



Fonte: Blog Olavo de Carvalho FB. Disponível em:

<https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2015/11/15/manifestacoes-15-de-novembro-movimentos-de-oposicao>.

Acesso em: 07 abr. 2024.

A jornalista e pesquisadora Letícia Duarte²⁴ conduziu um estudo no qual se aprofundou no entendimento das ideias difundidas por Olavo de Carvalho. Para o *podcast Retrato Narrado*, ela conta que o escritor, falecido em janeiro de 2022, foi obcecado pelo conceito de “guerra cultural”. Ele era seguidor de um discurso que atribui o sucesso da esquerda às ideias do filósofo italiano Antônio Gramsci, que atualizou a teoria de Marx e encorajava a luta política a partir de ideias ao invés de tanques de guerra.

Gramsci foi quem criou a Teoria da Hegemonia Cultural, que está na origem do que muitos conservadores rotulam como “marxismo cultural”. Ele escreveu essa teoria nos anos 1930, quando era prisioneiro do fascismo italiano. Afirmava que o Estado e as classes dominantes mantinham seu poder por meio da criação de uma cultura hegemônica, que transformava os seus interesses no senso comum. E recomendava aos trabalhadores a ocupação de espaço na sociedade para resistir a essa dominação, formando uma nova consciência de classe para lutar contra a opressão capitalista. Para conservadores como Olavo, isso teria levado à infiltração dos esquerdistas em instituições como a mídia e as universidades, e havia chegado a hora do contra-ataque. Olavo decidiu, então, dar um pulo do gato e usar a estratégia inimiga para formar uma militância conservadora. Não por acaso, um dos primeiros livros do Olavo que fez sucesso foi *O imbecil coletivo*, lançado em 1996. O título é uma paródia ao conceito de intelectual coletivo do Gramsci. O objetivo do Olavo era minar a credibilidade nos territórios supostamente dominados pelos adversários. (RETRATO..., 2020g).

²⁴ Letícia Duarte participou da série sobre líderes autoritários *Democracia desfeita*, publicada originalmente em inglês na revista *The Atlantic*, produzida em parceria com a ONG *The Ground Truth*. Mestre em Política e Global Affairs pela Universidade de Columbia, a pesquisadora fez algumas entrevistas com Olavo de Carvalho para a elaboração do trabalho, cujo resultado também foi publicado no *podcast Retrato Narrado*.

O filósofo também defendia que o “marxismo cultural” era financiado internacionalmente por grandes bilionários progressistas, sendo o húngaro George Soros o mais famoso deles. Para fundamentar sua narrativa, Olavo dizia que essa elite global apoia e promove uma agenda internacional alinhada a órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) com o fito de minar a soberania dos países e, assim, ampliar e perpetuar seu poder, sobrepujando os interesses nacionais. “O globalismo exercido através do marxismo cultural seria o responsável por pautas como o ‘climatismo’, a ‘ideologia de gênero’, o ‘abortismo’, a ‘doutrinação nas escolas’” (Hussne, 2020). Nesse sentido, o PT representaria, dentro da teoria da conspiração formulada por Olavo, um enorme perigo à ordem conservadora, por estar mancomunado com o que existe de mais perigoso na política latino-americana: o Foro de São Paulo²⁵.

Além de partidos de esquerda e da mídia tradicional, o Foro estaria diretamente envolvido com organizações criminosas, como as Farc, tendo ligações com o narcotráfico internacional. Olavo não considera o PT um partido normal com aspirações legítimas ao poder, mas um dos atores principais de uma organização envolvida diretamente com tráfico de drogas, o terrorismo e assassinatos em escala continental. (Hussne, 2020).

Ao longo de uma década, cerca de 20 mil alunos chegaram a frequentar as aulas do *Seminário de Filosofia*. Alguns deles acabaram entrando no governo Bolsonaro, como o ex-ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o assessor especial Filipe Martins. O primeiro ministro da Educação nomeado pelo ex-presidente, Ricardo Vélez Rodríguez, que ficou somente três meses no cargo, foi indicação do “guru” bolsonarista. O terceiro filho de Jair, Eduardo Bolsonaro, também chegou a frequentar o curso *on-line*. Em 2012, o irmão dele, Flávio, então deputado estadual, homenageou Olavo de Carvalho com a Medalha Tiradentes, honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a pessoas e entidades que prestaram relevantes serviços à causa pública do Estado. Em 2019, em sua primeira visita aos Estados Unidos como presidente, Jair voltou a homenagear Olavo, durante um jantar na residência do

²⁵ O Foro de São Paulo foi constituído em 1990 a partir de um convite do PT a legendas da América Latina e do Caribe para debater a conjuntura internacional após a queda do Muro de Berlim, na Alemanha, e a implantação de políticas neoliberais pelos governos da região. A primeira reunião aconteceu em julho daquele ano em São Paulo. O nome foi consagrado a partir do segundo encontro, na Cidade do México, em 1991. A partir disso, foi consolidada a ideia de trabalhar para uma maior integração continental com o intercâmbio de experiências entre os países, discussão de diferenças e consenso para ações da esquerda latino-americana. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-entidade-de-partidos-de-esquerda-da-america-latina>. Acesso em: 13 jun. 2024.

embaixador do Brasil em Washington. Foi o primeiro encontro dos dois, depois de alguns telefonemas durante a campanha eleitoral.

Por influência dos filhos, Jair Bolsonaro se rendeu ao olavismo, tanto que no primeiro discurso depois de eleito, o presidente fez questão de exibir um livro do Olavo em cima da mesa. Era *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. O livro estava cuidadosamente colocado ao lado de outras três obras simbólicas: a *Bíblia*, a *Constituição* e o livro *Memórias da Segunda Guerra*, de Winston Churchill. Era um recado sobre de onde vinham suas inspirações para governar. (RETRATO..., 2020g).

Olavo foi, ao longo de sua vida, um ferrenho crítico das universidades brasileiras, apesar de nunca ter chegado a frequentar uma delas. Ele abandonou a escola aos 15 anos e não completou o Ensino Médio. Antes de ministrar seu curso *on-line*, o escritor teve uma carreira na astrologia e também no jornalismo, época em que se mudou para os Estados Unidos. No entanto, ele não gostava de ser chamado de astrólogo e nem de jornalista. Fazia parte de seu discurso menosprezar a imprensa e atacar repórteres. Segundo Leticia Duarte, Carvalho ensinava, durante o curso, uma de suas táticas favoritas na argumentação: o *argumentum ad hominem*²⁶. O escritor explicava que nunca se deve discutir ideias com um crítico e que o melhor a fazer é intimidar o adversário com palavras de baixo calão.

O desrespeito público como tática de intimidação é um dos legados de Olavo à política brasileira. (...) Isso se tornou regra entre apoiadores do governo Bolsonaro, que chegaram a agredir jornalistas em manifestações e na fala do próprio presidente, que incentiva esses ataques. (RETRATO..., 2020g).

Henry Bugalho, em um artigo publicado em 2020, também fala dessa estratégia de argumentação, acrescentando que faz parte das táticas bolsonaristas de destruição a ofensa pessoal contra quem se colocava contra o governo.

Vale lembrar a frase muitas vezes enunciada por Olavo de Carvalho, o guru ideológico deste governo: “Não puxem discussão de ideias. Investigue alguma sacanagem do sujeito e destrua-o. Essa é a norma de Lênin: nós não discutimos para provar que o adversário está errado. Discutimos para destruí-lo socialmente, psicologicamente, economicamente”. (Bugalho, 2020, p. 144).

Essa técnica de argumentação ensinada por Olavo foi um dos principais recursos adotados pelo “gabinete do ódio”, o grupo de assessores da Presidência da República liderado

²⁶ Em *A argumentação no discurso*, Ruth Amossy (2018) apresenta um panorama da Teoria da Argumentação e classifica o argumento *ad hominem* como sendo um tipo de paralogismo (argumento falacioso) no qual, ao invés do ataque ser contra a coisa (*ad rem*), o ataque é feito contra a pessoa. Os paralogismos em *ad* foram inicialmente introduzidos por John Locke em seu *Essai sur l'entendement humain*, de 1690.

por Carlos Bolsonaro, que atuou perseguindo opositores durante os quatro anos do governo. Como veremos mais adiante, a tática consistia na disseminação de *fake news*, desinformação e teorias da conspiração em uma estratégia discursiva executada via mídias sociais para desacreditar e ofender críticos do presidente, profissionais da imprensa e adversários políticos.

O gosto pelo vocabulário chulo, pela humilhação pública dos adversários, pela desumanização dos oponentes, só mostra técnicas de efeito retórico para destilar inverdades que, mesmo que posteriormente desmentidas, tem potencial para enganar um número expressivo de pessoas. (Hussne, 2020).

Grande parte das ideias disseminadas por Olavo de Carvalho tem conexão com uma doutrina radical chamada tradicionalismo, que possui afiliações fascistas. Em entrevista para Letícia Duarte, o professor Benjamin Teitelbaum, que publicou o livro *Guerra pela eternidade*, no qual aborda a doutrina, afirma que o “guru” do bolsonarismo era um dos principais tradicionalistas globais, ao lado de Steve Bannon (que atuou como estrategista do ex-presidente americano Donald Trump) e do ideólogo russo Alexandr Dugin.

Um dos pilares desse tradicionalismo é a defesa da hierarquia social como num sistema de castas. Nessa pirâmide, homens brancos estariam no topo, acima de pretos, pardos e também das mulheres, consideradas inferiores. E a religião ocuparia um lugar central legitimando essa ordem social como se Deus quisesse assim. Qualquer semelhança com a superioridade branca defendida pelos nazistas não é mera coincidência. Um dos principais autores tradicionalistas, o italiano Julius Evola, foi colaborador do fascismo italiano e admirador de nazistas. (RETRATO..., 2020g).

Essa base ideológica do discurso olavista que, por sua vez, é base ideológica do discurso bolsonarista, ajuda a entender como se configurou o projeto de país defendido por Bolsonaro e seus apoiadores. “O cerne do olavismo é a destruição de tudo o que é considerado esquerdismo, incluindo direitos humanos, meio ambiente, ciência, educação” (RETRATO..., 2020g). São ideias que estão alinhadas com a onda de extrema direita que ganhou força em diversos países nessas primeiras décadas do século XXI.

No caso do Brasil, essa nova direita, fortalecida pela eleição de Bolsonaro, está fundamentada em imaginários intimamente relacionados a um fundo dóxico constituído pelo dito discurso de ódio e por fundamentos do discurso neoconservador. Segundo Miguel (2018), ela pode ser classificada em três correntes: o libertarianismo original, por sua convicção de que a autonomia individual deve ser sempre respeitada; o fundamentalismo religioso; e o

anticomunismo, que ganha nova roupagem na América Latina e no Brasil, por meio da ameaça do “bolivarianismo” venezuelano.

A primeira corrente, o libertarianismo original, “[...] reduz todos os direitos ao direito de propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social” (Miguel, 2018, p. 18). O Estado é visto como um agente caracterizado pela capacidade de impor coercitivamente suas decisões e colocado em uma posição oposta à do mercado. Além disso, os defensores do libertarianismo, cuja tradição vem no século XVIII, sustentam a existência de uma “[...] oposição imanente entre liberdade e igualdade, a igualdade como ameaça à liberdade”. Premissa que é utilizada para fazer a distinção entre a esquerda, defensora da igualdade, e a direita, que veste as cores da liberdade.

Já o fundamentalismo religioso é adotado para defender o conceito de família tradicional. Dessa forma, como maneira de sustentar sua oposição a qualquer iniciativa para reduzir as desigualdades de gênero, o discurso da extrema direita chega às redes sociais na forma de denúncias contra, por exemplo, a “ditadura comunista gay” em formação.

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos. (Miguel, 2018, p. 20).

A terceira corrente da nova direita brasileira recicla o anticomunismo da Guerra Fria ao associar o comunismo com o regime de governo venezuelano. Os partidos de esquerda (principalmente o PT) e seus candidatos passam a ser vistos como inimigos do capitalismo e representantes do “marxismo cultural”, que é, segundo Miguel, um caminho de fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral.

A noção de que a luta política tem, como momento central, a disputa por projetos e visões de mundo, torna-se, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes. Gramsci é apresentado como alguém que bolou um “plano infalível” para a vitória do comunismo: é o Cebolinha do pensamento marxista. (Miguel, 2018, p. 21).

Para o autor, as ideias disseminadas por essas três correntes redefiniram o debate público a ponto de destruir consensos que pareciam assentados no Brasil desde o final da ditadura militar. Hussne (2020) acredita que essa nova direita, criada sob as influências de Olavo de Carvalho, deu legitimidade, ao chegar ao poder, a um movimento que expressa o

que existe de pior na sociedade nacional: preconceito, violência, repressão, afronta às instituições, ódio político. “É o empoderamento da barbárie”, afirma.

2.3 A família Bolsonaro e o “negócio do Jair”

Participando de eleições desde 1988, quando se elegeu vereador pelo município do Rio de Janeiro, Bolsonaro fez da política um negócio para sua família. Ao se posicionar como um político que representava o interesse dos militares, o capitão descobriu um reduto eleitoral até então inexplorado e que só passou a existir com a redemocratização do Brasil e o fim da ditadura militar. Sua defesa de reajuste salarial para militares de baixa patente foi fundamental para ganhar a simpatia de oficiais e suas famílias, angariando votos desse segmento por vários pleitos seguidos. Em 1990, quando disputou sua segunda eleição, trocou a Câmara de Vereadores pela Câmara dos Deputados, em Brasília, onde permaneceu por 28 anos, tornando-se um dos parlamentares mais longevos do Congresso, com sete mandatos. No final de 2022, o político chegou, inclusive, a se aposentar pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC)²⁷, com remuneração mensal de mais de R\$ 30 mil, que foi somada à sua aposentadoria do Exército e também aos benefícios que passou a receber por ser ex-Presidente da República.

Mesmo deixando o cargo de vereador, em 1991, o capitão não abandonou o Poder Legislativo municipal. Ciente do nicho eleitoral que havia descoberto entre os militares, lançou sua primeira esposa, Rogéria Bolsonaro, como candidata nas eleições de 1992. A mãe dos três primeiros filhos do capitão (Flávio, Carlos e Eduardo, chamados pelo pai de “01”, “02” e “03”) não fez feio nas urnas e venceu a eleição em dois pleitos seguidos, tendo sido vereadora da capital fluminense por dois mandatos. O casal se separou em 1997, e Rogéria, mesmo tendo se candidatado em outras eleições, não conseguiu mais se reeleger. Nas eleições de 2000, Bolsonaro colocou o próprio filho, Carlos, que ainda era um adolescente de 17 anos, para disputar votos com a ex-mulher e ele acabou levando a melhor. Desde então, o 02 não deixou mais a Câmara Municipal, onde acumula seis mandatos consecutivos.

Dois anos depois que Carlos se elegeu, Bolsonaro lançou o 01 na política. No pleito de 2002, enquanto o pai vencia mais uma disputa para deputado federal, o filho conquistava uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Flávio foi deputado

²⁷ Por que Bolsonaro ganhou nova aposentadoria de R\$ 30 mil? Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/16/bolsonaro-se-aposenta-pela-camara-quanto-um-parlamentar-pode-receber.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

estadual por quatro mandatos e, em 2018, se lançou como candidato ao Senado. Surfando na onda que deu a vitória a Jair, o primogênito recebeu mais de 4,3 milhões de votos. Eduardo também se beneficiou da popularidade do pai ao levar o nome Bolsonaro para São Paulo. No maior colégio eleitoral do país, o 03 foi eleito deputado federal pela primeira vez em 2014. Desde então, se mantém no cargo há três mandatos. Nas eleições de 2018, levado pela mesma onda que elegeu o pai e o irmão, Eduardo teve a maior votação da história da Câmara dos Deputados, quando obteve cerca de 1,8 milhão de votos.

Além dos três filhos que se tornaram políticos, Bolsonaro é pai de Jair Renan, o 04, filho do relacionamento com Ana Cristina Valle, e Laura, fruto do casamento com Michelle. A filha mais nova esteve no centro de uma das polêmicas que marcam a carreira parlamentar do pai. Em abril de 2017, na mesma ocasião em que atacou quilombolas, como já citado neste capítulo, o então deputado, ao falar sobre os filhos, disse que Laura teria sido uma “fraquejada”: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”²⁸. A “brincadeira” do parlamentar gerou revolta nas redes sociais, sobretudo do público feminino, que considerou suas palavras machistas e misóginas. Para Carol Pires, o governo Bolsonaro foi um reflexo dessa relação com os filhos, principalmente com os três primeiros, que se tornaram uma extensão do pai.

[...] me parece claro que falar sobre o Flávio, o Carlos e o Eduardo também é falar sobre Jair Bolsonaro, porque do ponto de vista político é difícil definir onde termina o pai e onde começam os filhos. E eles são, de fato, muito próximos. Afinal, os filhos foram colocados na política pelo Bolsonaro para serem uma extensão dele. E nesse plano de expansão política, a vida familiar dos Bolsonaro se mistura muito com a vida política do pai. (RETRATO..., 2020f).

Mesmo carregando todo esse histórico político, iniciado ainda nos anos 1980, Jair Bolsonaro foi considerado por grande parte dos eleitores, em 2018, um político novo, um *outsider*, que recebeu apoio de diversos segmentos do mercado financeiro, da Igreja (católica e evangélica) e também de grande parte da população que priorizou nas urnas o voto antipetista ou lavajatista. Bolsonaro foi visto como um candidato anti-establishment, que seria capaz de renovar a política brasileira e combater a corrupção. Os fatos revelados após sua vitória nas eleições mostraram, entretanto, que a pecha de político honesto não condizia com a conduta do capitão. O esquema de desvio de dinheiro público administrado pela família

²⁸ Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais>. Acesso em: 1 fev. 2024.

Bolsonaro, que era chamado pelos envolvidos de “negócio do Jair”, logo veio à tona, provocando crises políticas seguidas ao longo do mandato presidencial.

Para o grande público, a conduta criminosa dos Bolsonaro ficou conhecida como “rachadinha” e começou a ser revelada em janeiro de 2018, bem antes das eleições. Naquele ano, a *Folha de S. Paulo* fez uma série de reportagens mostrando que o pai e os três filhos mais velhos construíram um patrimônio de R\$ 15 milhões com a política. Nessas reportagens, foi mostrado que Bolsonaro mantinha entre seu grupo de assessores Walderice Santos da Conceição, conhecida como a “Wal do Açai”, uma mulher que morava em Angra dos Reis (RJ) e cuidava da casa de praia do então deputado. No mesmo ano, mas quando as eleições já tinham passado, o jornal *O Estado de S. Paulo*²⁹ publicou informações de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), um órgão do Ministério da Fazenda, que detectou uma série de operações bancárias suspeitas realizadas por dezenas de assessores e ex-assessores da Alerj. O documento foi produzido no âmbito da Operação Fumaça, um desdobramento da Lava Jato que resultou na prisão de vários deputados estaduais. No relatório entregue à Polícia Federal constava o nome de Fabrício Queiroz, um ex-policia militar que trabalhou como assessor de Flávio Bolsonaro e é amigo de Jair desde 1984. De acordo com o Coaf, o assessor movimentou R\$ 1,2 milhão (valor que era incompatível com sua renda) em uma conta bancária, ao longo de 12 meses, entre 2016 e 2017, época em que trabalhava para Flávio. O mesmo documento detalhou outras operações bancárias, como um depósito em cheque, no valor de R\$ 24 mil, feito por Queiroz na conta de Michelle. No total, o assessor sacou dinheiro em 176 oportunidades, em 14 bairros diferentes do Rio de Janeiro, sendo vários dos saques idênticos e fracionados, o que levantou suspeitas sobre a “rachadinha”. Queiroz passou a ser personagem central de uma crise que assombrou o governo logo após o mandato ser iniciado.

Em uma longa reportagem produzida por Juliana Dal Piva, que depois foi transformada no livro *O negócio do Jair*, publicado em 2022, a jornalista chama o esquema da “rachadinha” de organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro. Em sua apuração, realizada durante quatro anos, a repórter mostra que, em todos os gabinetes, no do pai, no da ex-mulher e no dos filhos, foram nomeados funcionários com salários altos, pagos com dinheiro público, que não precisavam trabalhar, pois teriam que devolver quase inteiramente aos chefes a remuneração recebida. O que restasse seria a mesada ou a recompensa pela

²⁹ Coaf relata conta de ex-assessor de Flávio Bolsonaro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/fausto-macedo/coaf-relata-conta-de-ex-assessor-de-flavio-bolsonaro>. Acesso em: 1 fev. 2024.

participação no esquema de corrupção. Os “funcionários-fantasmas” nomeados eram parentes ou pessoas que possuíam algum tipo de ligação com a família Bolsonaro. Parte desses assessores nunca visitou as instalações em que supostamente deveriam ter trabalhado, outros residiam em cidades distantes do local onde teriam que dar expediente. “Funcionava como uma espécie de corporação e permitiu ao clã forjar um estilo de vida e uma imagem pública que levariam Jair ao cargo mais alto da República” (Piva, 2022, p. 16). No livro, Juliana relata um dos episódios bastante repercutido na imprensa, no qual o primogênito do presidente pagava despesas pessoais, comprava imóveis e injetava os recursos oriundos da “rachadinha” no caixa de uma loja de chocolates de sua propriedade. Tudo feito com dinheiro vivo, da mesma forma como foram realizadas as transações envolvendo a compra de 51 imóveis, adquiridos pela família Bolsonaro no período em que o “negócio do Jair” funcionou.

[...] enquanto levantávamos os dados dos assessores, também detalhamos os valores recebidos por eles. O grupo de 102 pessoas com laços familiares entre si, por exemplo, obteve no período em que esteve nomeado, em algum dos anos entre 1991 e 2018, um total de 80 milhões de reais, em valores atualizados pela inflação. Já entre os assessores-fantasmas os valores de salários recebidos alcançaram 36 milhões de reais corrigidos. Na outra ponta, um contraste. Uma boa parcela do grupo tinha uma vida bastante simples e com dificuldades para se sustentar. (Piva, 2022, p. 167).

Diante da crise que se abateu sobre o governo, Bolsonaro iniciou uma série de manobras para tentar proteger Flávio das investigações, o que acabou conseguindo. Em novembro de 2020, o esquema montado para desviar dinheiro da Alerj foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). O 01 foi apontado como líder de uma quadrilha que exigia cerca de 90% dos salários de seus funcionários de gabinete. A denúncia incluiu Fabrício Queiroz e outros quinze investigados na prática dos crimes de organização criminosa, peculato, lavagem de dinheiro e apropriação indébita, ocorridos entre os anos de 2007 e 2018, período em que Flávio era deputado estadual. No entanto, as provas que traçavam o caminho do dinheiro desviado acabaram sendo anuladas. Os tribunais superiores entenderam que o agora senador tinha foro privilegiado e, por isso, o inquérito não poderia ter tramitado em primeira instância, como tinha acontecido. As decisões levaram a investigação de volta à estaca zero, uma vez que as provas obtidas deveriam ser todas produzidas novamente.

Enquanto a investigação estava em curso, o MPRJ teve dificuldades de ouvir a versão de Fabrício Queiroz sobre o caso. O ex-assessor não compareceu às convocações e chegou a ficar um período internado em um hospital de São Paulo, alegando estar em tratamento de

saúde. Mesmo depois de ter sido ouvido, Queiroz saiu de circulação e ficou quase um ano desaparecido até ser preso, em junho de 2020, na cidade de Atibaia (SP), onde a polícia o encontrou escondido na casa de Frederick Wassef, advogado dos Bolsonaro na época.

O ex-assessor de Flávio é uma figura importante na história de Jair, por ser apontado como elo entre o capitão e a milícia do Rio de Janeiro. De acordo com Juliana Dal Piva, quando lhe faltou dinheiro, Queiroz procurou ajuda do miliciano Adriano da Nóbrega, acusado de ser “matador de aluguel” e liderar um grupo conhecido pelo nome de “Escritório do Crime”. O ex-policial também foi responsável pela nomeação da esposa e da mãe de Nóbrega como assessoras no gabinete de Flávio. As duas foram acusadas de participar do esquema da “rachadinha”. Queiroz e Adriano se conheceram na Polícia Militar, onde o miliciano atuou como capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope), até ser preso acusado de tortura e homicídio. Na época, em 2005, Jair e Flávio chegaram a visitar o ex-militar na cadeia para entregar a ele a Medalha Tiradentes, homenagem que recebeu do deputado estadual devido à sua atuação no Bope³⁰. Adriano morreu em fevereiro de 2020, durante uma fuga na Bahia, deixando muitas questões sem resposta.

As investigações sobre o clã Bolsonaro expõem a verdade de um passado que o presidente e a família não têm interesse em revelar. Os milhares de documentos, tanto os reunidos pelo Ministério Público quanto os que obtive junto a fontes e nos registros públicos, mostram mais do que provas contra Flávio e Carlos: põem a nu indícios que ligam à negociata pessoas próximas a Bolsonaro – assessores, parentes, ex-mulheres e até a atual primeira-dama. Os relatos e documentos indicam que o próprio Jair liderava toda a família. (Piva, 2022, p. 22-23).

2.4 O caminho da vitória nas eleições de 2018

Oficialmente iniciada no dia 16 de agosto, a campanha eleitoral de 2018 começou, de fato, bem antes disso, em 2016, quando a presidente Dilma Rousseff foi cassada em um processo de *impeachment*. Naquele ano, Jair Bolsonaro passou a ser considerado como pré-candidato e aparecia nas pesquisas como o mais bem colocado entre os lanternas, com 5% das intenções de voto. Nessa época, o ex-capitão já tinha construído suas bases digitais na internet, era popular em *sites* de direita e páginas do *Facebook*, e estava ativo na bancada conservadora da Câmara. Depois de destinar muitos recursos para as Forças Armadas, por meio de emendas parlamentares, o deputado recuperou a confiança da cúpula militar e se tornou um dos principais porta-vozes na defesa do regime ditatorial. Esse realinhamento

³⁰ Bolsonaro diz que Adriano da Nóbrega era um ‘herói’ quando foi homenageado. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-adriano-da-nobrega-era-l-heroi-quando-foi-homenageado>. Acesso em: 1 fev. 2024.

ocorreu entre 2014 e 2015, época em que foi publicado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV)³¹. O político foi um dos principais críticos dos trabalhos de investigação sobre os crimes da ditadura. No documento, a CNV confirmou que violações de direitos humanos, como tortura e desaparecimentos, foram praticadas de forma sistemática pelo Estado durante o regime autoritário. Segundo conta Fábio Victor ao *podcast Autoritários*, embora o relatório não tivesse caráter punitivo e apresentasse somente recomendações, nomes de figuras importantes foram citados no documento e, por isso, Dilma iniciou seu segundo mandato sob ataques dos militares. Nessa mesma época (final de 2014), Bolsonaro visitou a Aman, onde seu acesso voltou a ser permitido, para participar de uma formatura. Na cerimônia, foi saudado como “líder”³² e teve espaço para proferir um breve discurso, o qual considera a centelha de sua candidatura à Presidência.

A reaproximação do capitão com as Forças Armadas foi essencial na construção de seu discurso populista reacionário. Um dos imaginários atrelados às suas declarações é aquele que enxerga o regime militar como um bom governo. De acordo com Lynch e Cassimiro (2022), a imagem positiva atribuída à ditadura pela extrema direita é sustentada em duas fontes principais: o manuscrito conhecido como *Orvil: tentativas de tomada do poder*, redigido anonimamente por volta de 1985 para justificar os atos praticados pelos militares; e o livro de memórias do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar condenado pela prática de tortura no período autoritário.

Tendo como pano de fundo a narrativa do *Orvil*, que apresenta o regime militar como a época gloriosa da defesa da democracia brasileira contra os assaltos do comunismo, Ustra se coloca em suas memórias não como um vulgar e cruel torturador, mas como um herói. Ele se apresenta como o arquétipo do soldado exemplar, patriota e pai de família, cristão e varonil, que dedicou a vida a defender o povo contra o terrorismo, a vagabundagem, o ateísmo, a dominação estrangeira e a perversão de costumes. Depois de uma vida de sacrifícios, ao invés do justo reconhecimento, o coronel reformado teria sido vítima de uma campanha de difamação dos “comunistas” revanchistas, travestidos agora em defensores dos direitos humanos. O ativismo pelos direitos humanos seria a nova forma adquirida pelo comunismo; e a Nova República, o regime no qual os antigos comunistas, agora no poder, se desforrariam dos militares. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 90).

³¹ Instituída pela Lei nº 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada em maio de 2012 e teve até dezembro de 2014 para concluir seus trabalhos. De acordo com Sanglard (2017), a partir do recolhimento de depoimentos orais e de pesquisas realizadas em arquivos – muitos deles até então fechados à consulta –, o grupo tinha a missão de investigar e tornar públicas as violações dos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, além de promover a responsabilização não penal pelos crimes. A instalação da comissão ocorreu a partir de uma recomendação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, publicado em 2009. Por terem incluído todo o período da ditadura militar (1964-1985), os trabalhos de investigação da CNV foram alvo de muitas críticas oriundas da alta cúpula das Forças Armadas.

³² Militares acolhem Bolsonaro. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-12-08/militares-acolhem-bolsonaro.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Em abril de 2016, esse discurso de vitimização e revisionismo histórico, somado à insatisfação com o trabalho realizado pela CNV, veio à tona durante a sessão na Câmara que autorizou a abertura do processo de *impeachment*³³. Ao declarar “sim” para a cassação de Dilma, o deputado chocou a opinião pública ao dedicar o voto para Ustra. Como a sessão estava sendo transmitida ao vivo na *TV Globo*, Bolsonaro apresentou ao Brasil, pela primeira vez, uma síntese do discurso que o elegeu Presidente da República.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha! Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim³⁴.

Em outros tempos, essas declarações poderiam ter prejudicado as intenções dele em se tornar candidato, mas em 2016 as falas polêmicas e agressivas foram recebidas de outra forma por parte dos eleitores. No ano seguinte, o capitão já competia pelo segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto e aparecia empatado com Marina Silva. Os dois com cerca de 15%. Quando a campanha de 2018 começou oficialmente, Jair largou com 19%. No *Retrato Narrado*, Carol Pires lembra que, durante o primeiro debate da campanha, realizado pela *Band*, apesar de estar em segundo lugar nas pesquisas, Bolsonaro não foi levado a sério pelos adversários. “Eles provavelmente pensavam como muitos marqueteiros e analistas: que Jair tinha um limite de crescimento, que quando a campanha começasse pra valer, ele ia desidratar, que ele não ia sobreviver ao escrutínio da imprensa” (RETRATO..., 2020e).

Esse pensamento, no entanto, apesar de majoritário, não era o único. Analista do Instituto Idea Big Data, Mauricio Moura acreditava que as eleições de 2018 teriam a indignação contra a corrupção como a sua principal marca e que isso daria força a Bolsonaro.

³³ Há um debate político sobre o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, que não é visto como um processo legalmente constituído, mas como um golpe parlamentar. Enquanto alguns entendem que o cumprimento dos ritos previstos na *Constituição* e a participação do STF no julgamento foram suficientes para garantir a legalidade do processo, outros autores da teoria política acreditam que, para além desse aspecto formal, existe a definição do crime de responsabilidade, uma condição necessária para a substituição da chefe de governo no regime presidencialista. Miguel (2022) afirma que, no julgamento de Dilma, não foi demonstrado o cometimento de algum crime do tipo e que uma grande parcela dos congressistas que votaram pela cassação se mostraram despreocupados com a questão, invocando justificativas que passavam ao largo da letra da lei (como foi o caso de Jair Bolsonaro). “Se o golpe é definido como uma ‘virada de mesa’ de uma parte do aparelho de Estado, que redefine as regras unilateralmente e em seu favor, então é mais do que razoável definir como golpe o que ocorreu no Brasil em 2016” (Miguel, 2022, p. 12).

³⁴ Integra do voto de Jair Bolsonaro na sessão que abriu o processo de *impeachment*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Em entrevista ao *Retrato Narrado*, ele enumera três aspectos que foram identificados entre os eleitores nas pesquisas realizadas pelo Instituto. O primeiro foi a destruição do sistema político no imaginário da opinião pública em função da Operação Lava Jato e dos escândalos de corrupção. “Existia um cansaço das pessoas em relação aos grandes partidos, ao PT, ao PMDB e ao PSDB”, afirma. O segundo aspecto estava relacionado à segurança pública, que deixou de ser um tema local ou estadual para ser um tema nacional. Já o terceiro era a necessidade que a população sentia de votar em alguém novo, um candidato de fora da política tradicional. Mesmo tendo quase três décadas de atuação no Congresso Nacional, Bolsonaro conseguiu se apresentar como antipolítico. Por meio de um discurso sem filtro, que passou a ser visto como autêntico, deu voz a esse sentimento de indignação e acabou se distinguindo dos demais candidatos ao prometer “acabar com tudo isso que está aí”. Moura defende que a eleição de 2018 não foi uma disputa sobre projetos de país, mas sobre a explosão de sentimentos represados, de intolerâncias e emoções.

Em um estudo sobre regulação discursiva, que apontou conexões entre ataques ao politicamente correto e o populismo autoritário, as pesquisadoras Bruna de Oliveira e Rousiley Maia (2020) mostram como publicações no *Facebook* feitas no período da campanha eleitoral ilustram essa explosão de intolerâncias. A crítica ao politicamente correto (PC) feita por Bolsonaro foi um fator que aproximou o político de seus eleitores.

Em primeiro lugar, buscamos evidenciar a relação existente entre a crítica ao PC, o antielitismo populista e a valorização da linguagem popular. Esta dimensão revela a busca por um representante que se aproxima do povo pela sua fala e linguagem, a valorização do *outsider* político, e, ainda, na percepção de que o povo é sempre prioridade na governança. Se valorização da linguagem simples e focalização na soberania popular não constituem atitudes antidemocráticas, o efeito danoso provável se dá quando o líder, além de expressar a frustração do povo, busca também minar as instituições liberais. Em segundo lugar, o ataque ao PC se expressa na unicidade popular clamada pelo populismo e na oposição às chamadas pautas identitárias. Aqui, as demandas de grupos vulneráveis são desprezadas, ridicularizadas e vistas como desprovidas de fundamento. O grupo seletivo de “cidadãos de bem” se unem na cruzada contra os inimigos, traidores e exploradores, a fim de construir uma sociedade homogênea. Por fim, e em terceiro lugar, a superação do PC revela-se como projeção do futuro ideal. O próprio líder encarna os mesmos interesses do povo, para a retomada do bem e do progresso. Vontade e determinação são os pressupostos para solucionar os problemas sociais. A salvação se daria mediante a superação das diferenças, da pluralidade e do conflito, e do fechamento dos espaços da oposição, que constituem ameaças à legitimidade de um governo democrático. (De Oliveira; Maia, 2020, p. 109).

Ao analisar esses resultados, as pesquisadoras afirmam que, para governos populistas, como foi o de Jair Bolsonaro, entender a população como heterogênea é uma adversidade, na medida em que afirmar a pluralidade e desigualdade social implica uma necessidade de criar

políticas públicas específicas para cada estratificação da sociedade. Elas acrescentam que qualquer forma de ódio destinada a grupos estigmatizados causa danos ao movimento de reconhecimento das lutas identitárias. “O preconceito chamado vitimismo, frescura ou mesmo de ‘mimimi’ é uma forma de deslegitimação do sofrimento e da própria existência do outro enquanto sujeito merecedor de respeito” (De Oliveira; Maia, 2020, p. 102).

O pesquisador argentino Ariel Goldstein (2019), que estuda a política e a sociedade brasileira, acredita que o movimento político que elegeu Bolsonaro, apesar de ter tido certo grau de espontaneidade com esse sentimento de indignação coletiva (demonstrado, por exemplo, por meio do ataque ao politicamente correto), foi também um fenômeno que contou com uma articulação de interesses alicerçada em quatro núcleos. O primeiro deles era o econômico liberal, representado pela figura do economista Paulo Guedes, cujo papel era acenar para o mercado financeiro e conquistar o apoio de empresários, acionistas de grandes empresas e especuladores. O segundo foi o núcleo militar, representado por figuras como o general Hamilton Mourão, que se tornou vice-presidente, e o general Augusto Heleno, alçado ao cargo de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O núcleo ruralista, apontado como o terceiro alicerce, foi constituído principalmente por representantes do agronegócio, latifundiários e a bancada parlamentar, que historicamente se organiza em defesa da propriedade privada e contra movimentos ou políticas públicas que queiram democratizar o acesso à terra. Por fim, o quarto núcleo era constituído pelos evangélicos. De acordo com Goldstein (2019), em uma sociedade bastante religiosa e na qual os evangélicos se tornaram figuras proeminentes na política, Bolsonaro cercou-se de pastores e associou seu discurso reacionário à agenda conservadora propagada por essas igrejas. Esses quatro núcleos associados aos três aspectos enumerados por Moura deram direcionamento ao discurso da campanha bolsonarista, que captou o sentimento de indignação coletiva demonstrado nas eleições.

Além disso, é possível apontar mais quatro especificidades que direcionaram o andamento do pleito de 2018. A maior delas foi a facada que Bolsonaro recebeu, durante um ato público, em Juiz de Fora (MG), no dia 6 de setembro. Cometido por Adélio Bispo de Souza, que mais tarde foi considerado pela Justiça uma pessoa com transtornos mentais, o atentado transformou o então candidato do PSL em vítima, deu a ele grande visibilidade nos principais meios de comunicação e ainda permitiu que o político escapasse dos tradicionais debates eleitorais. Bolsonaro passou por cirurgias, ficou internado por dias e, quando recebeu alta do hospital, não precisou enfrentar sabatinas ou responder perguntas complexas da imprensa. Toda a sua comunicação foi exclusivamente feita por meio de perfis nas mídias

sociais, onde ele podia dizer e ouvir o que quisesse sem ser questionado. O candidato ainda contou com um exército de jovens que fazia funcionar uma fábrica de memes e *fake news* criados e distribuídos pela internet massivamente.

Os desdobramentos da Operação Lava Jato que ocasionaram na condenação de Lula e sua posterior prisão podem ser considerados a segunda especificidade das eleições (são um complemento aos aspectos identificados por Maurício Moura). Presidente por dois mandatos, entre 2003 e 2010, o petista aparecia como favorito nas pesquisas de intenção de voto até ter sua candidatura indeferida pelo TSE (Fernando Haddad só foi oficializado como candidato pelo PT no dia 11 de setembro, a menos de um mês da realização do primeiro turno). A condenação de Lula passou pelas mãos do então juiz Sérgio Moro, que teve seu nome alçado no cenário político nacional pela atuação na Operação Lava Jato, no âmbito da Justiça Federal do Paraná. O magistrado ganhou *status* de “herói nacional” e fama de ser implacável contra a corrupção³⁵.

Figura 3 – Boneco inflável de Sérgio Moro como super-herói em manifestação.



Fonte: Agência Brasil, foto de Fabio Rodrigues Pozzebom. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/de-super-heroi-a-berlinda-do-stf-a-ascensao-e-queda-de-sergio-moro-032>
1. Acesso em: 07 abr. 2024

A operação esteve sob os holofotes da imprensa desde o início, em 2014, até o encerramento, em 2021. É considerada a maior investigação sobre corrupção já realizada no

³⁵ Juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, é exaltado como herói em protestos. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749519-sergio-moro-e-exaltado-como-heroi-nacional-na-paulista.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Brasil. Ao longo de sete anos, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) trabalharam em um conjunto de investigações que descobriu um esquema de lavagem de dinheiro em contratos de prestação de serviços entre a Petrobras e grandes construtoras. Chamado popularmente de “petrolão”, o esquema de pagamento de propinas movimentou bilhões de reais desviados de obras públicas. A operação foi dividida em 79 fases, que renderam 195 denúncias, 244 ações penais, 1921 ações de busca e apreensão, 349 prisões preventivas e 211 prisões temporárias. Ao todo, foram denunciadas 981 pessoas. Diversos políticos, como o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, foram presos e condenados, além de vários executivos, como Marcelo Odebrecht (ex-presidente da construtora Odebrecht) e Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional da Petrobras). Cerca de R\$ 22 bilhões foram recuperados, por meio de multas e acordos de colaboração e leniência homologados pela Justiça.

A Lava Jato investigou crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Foi apontada como uma das causas da crise política e econômica do governo Dilma, que acabou influenciando o resultado do processo de *impeachment*. A operação passou a fazer parte do imaginário coletivo brasileiro, até mesmo uma corrente política denominada lavajatismo passou a existir. O ex-juiz Sérgio Moro e o ex-procurador da República, Deltan Dallagnol, que também foi personagem ativo da operação, se tornaram os principais expoentes dessa corrente. Após as eleições de 2018, o primeiro deixou a magistratura para se associar ao governo Bolsonaro como ministro da Justiça e Segurança Pública, enquanto o segundo deixou o Ministério Público Federal em 2021 para se lançar como candidato a deputado pelo Paraná, sendo eleito em 2022³⁶.

Lynch e Cassimiro (2022) afirmam que, para Bolsonaro, o ganho publicitário da adesão do lavajatismo à sua candidatura foi imenso, pois ajudou a forjar o imaginário populista segundo o qual a chegada dele ao poder era o “desfecho natural da ‘revolução’ iniciada nas jornadas de 2013 contra o ‘sistema’” (p. 87). Essa leitura é fortalecida pela associação que se faz da corrupção à uma questão moral.

³⁶ Sérgio Moro permaneceu no governo até abril de 2020. O ex-ministro deixou o cargo acusando o ex-presidente de interferência na Polícia Federal. Em 2022, se elegeu senador pelo partido União Brasil apoiando a reeleição de Jair Bolsonaro. Deltan Dallagnol atuou como deputado federal por apenas quatro meses. O ex-procurador foi cassado por ter cometido fraude contra a Lei da Ficha Limpa, ao pedir exoneração do MPF onze meses antes das eleições, enquanto enfrentava processos internos que poderiam levar à sua demissão e, em consequência, à sua inelegibilidade. A cassação ocorreu em maio de 2023.

[...] tematizar a corrupção é a maneira mais óbvia de fazer oposição no Brasil, seja qual for o programa político que se tenha. Sempre no enquadramento mais fácil, que não passa por suas causas estruturais – a relação entre o poder público e os capitalistas, a divisão do trabalho político que condena a maioria da população à posição de clientes do Estado. O problema é resumido às maçãs podres que contaminam a cesta, isto é, a corrupção é lida também como uma questão moral. A resposta a ela é uma só: a punição dos implicados, que, no discurso da extrema-direita, resvala para o punitivismo, isto é, a condenação dos direitos e das garantias individuais como obstáculos à justiça. Isto permitia que a Operação Lava Jato e o juiz Sérgio Moro fossem tanto mais aplaudidos quanto mais violavam as regras processuais; as transgressões eram lidas como demonstrações de coragem no combate aos malfeitores. (Miguel, 2022, p. 253).

A relação entre a moralidade e a corrupção no imaginário brasileiro é um aspecto importante para entender como o fenômeno da Lava Jato impactou os rumos da política no país. De acordo com o pesquisador e cientista político Fernando Filgueiras (2008), há um entendimento de que só existe corrupção quando uma norma é transgredida e que, em momentos de crise política, as concepções sobre os valores e normas são postas à prova. Nas situações que envolvem mudanças políticas e sociais, as instituições e a sociedade entram em rota de colisão. É aí que os valores ou normas seriam avaliados, em uma espécie de balanço a respeito dos valores e interesses normativos. Além disso, o pesquisador aponta que a abordagem mais comum sobre o problema da corrupção é compreendê-la sob o prisma econômico-liberal. Nessa ótica, a corrupção é apontada como resultado de uma natural e estrutural ineficiência do Estado e de sua burocracia, que somente pode ser corrigida com punições drásticas, diminuição de seu tamanho e redução do papel do Estado na sociedade.

A política, para o liberalismo contemporâneo, é vista como o espaço dos vícios, em que a corrupção se tornou a mazela estrutural do Estado, sendo ele, por definição, mau gestor e ineficiente gerador de bens públicos. Dada a proeminência do consenso liberal, esse parecer também tem ares consensuais. O mercado, a mídia e os próprios agentes do campo político não se cansam de fazer essa acusação. (Filgueiras, 2008, p. 145).

Na visão desse consenso liberal, o mercado é visto como o melhor espaço institucional para a construção dos bens públicos, pois é supostamente regido pela eficiência. Esse aspecto que Filgueiras levanta sobre o imaginário da corrupção evidencia a interdependência existente entre duas forças que atuaram no contexto da eleição de Bolsonaro: o lavajatismo de Sérgio Moro e o liberalismo econômico representado por Paulo Guedes.

Somando-se à Lava Jato e à facada, entre as especificidades que direcionaram o pleito de 2018, está a reação feminista contra as declarações misóginas de Jair Bolsonaro. A uma semana do primeiro turno, um movimento que surgiu pelas redes sociais em torno da *hashtag* #EleNão tomou as ruas em diversas cidades do país em protesto contra a candidatura do

capitão. Os manifestantes eram, na sua maioria, mulheres, jovens, membros da comunidade LGBTI+ e defensores dos direitos humanos. Como reflexo da polarização social vigente, uma contra-reação surgiu com os apoiadores de Bolsonaro se reunindo em torno da *hashtag* #EleSim e fazendo a defesa das ideias machistas e conservadoras defendidas pelo candidato. Além disso, o movimento #EleNão foi alvo da rede de comunicação da campanha bolsonarista, que divulgou pela internet, em grupos de *WhatsApp*, vídeos e imagens falsas da manifestação nas ruas, associando o protesto político à perversão moral. No mesmo dia dos atos, 30 de setembro, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, declarou apoio a Bolsonaro pelo *Facebook*, impulsionando ainda mais a candidatura do PSL entre os evangélicos. O pânico moral, mobilizado por Bolsonaro desde o episódio do “kit gay”, ganhava mais força na semana marcada para ocorrer o primeiro turno da eleição. “Sem o antifeminismo e a homofobia agressivos, Bolsonaro perderia seu diferencial e reduziria seu capital político” (Miguel, 2020, p. 9).

A utilização do aplicativo de mensagens *WhatsApp* acabou se tornando uma arma decisiva no êxito da campanha bolsonarista. A estratégia de comunicação baseada nas mídias sociais deu larga vantagem a Bolsonaro e influenciou de forma drástica o andamento do pleito. O candidato passou a atacar os adversários com o envio em massa de memes e *fake news*, replicando no Brasil um modelo de comunicação baseado em experiências utilizadas pela extrema direita em outros países, como Estados Unidos, Hungria e Índia. Essa estratégia de *marketing* digital, que não estava regulamentada pela Justiça Eleitoral, teve papel fundamental na busca pelos votos e pode ser considerada a quarta especificidade das eleições. Segundo um estudo da organização *Avaaz*³⁷, realizado por meio de pesquisa do Instituto Idea Big Data, 98,21% dos eleitores de Bolsonaro foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição e 89,77% acreditaram que elas fossem verdade. Uma das *fake news* com maior alcance, segundo o estudo, foi aquela que alegou fraude nas urnas eletrônicas com o intuito de contabilizar votos para Fernando Haddad. Em apenas 48 horas após o primeiro turno, a notícia falsa alcançou 16 milhões de pessoas nas redes sociais e continuou viva até o final do segundo turno. O estudo revelou também que 85,2% dos eleitores bolsonaristas entrevistados leram que Haddad implementou o “kit gay” nas escolas e 83,7% acreditaram na história inverídica. Enquanto entre os eleitores do candidato petista, dos 61% que viram a informação falsa, somente 10,5% acreditaram nela.

³⁷ 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em *fake news*, diz estudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Por ser um aplicativo de troca de mensagens pessoais, sem a visibilidade pública (como ocorre com o *Facebook*, o *Instagram* ou o *Twitter*), o *WhatsApp* não possibilita que haja um controle dos conteúdos compartilhados. Conforme aponta Miguel (2022), esse ambiente digital que facilita o contato entre pessoas que se conhecem no mundo “analógico” maximiza o efeito da espiral do silêncio³⁸. Além disso, no caso do Brasil, em 2018, uma grande parcela dos usuários de celular tinha acesso somente à internet móvel e a planos de dados limitados, cuja franquia dava acesso irrestrito apenas ao próprio *WhatsApp*. Esse ponto adicional provavelmente limitou ações dos usuários em pesquisar por outras fontes para confirmar os conteúdos recebidos. “Impossibilidade de supervisão pública, espiral do silêncio e dificuldade de checagem de informações formam, assim, o ambiente comunicacional dos grupos de trocas de mensagens, arena privilegiada do proselitismo político da extrema direita brasileira” (Miguel, 2022, p. 249).

O resultado da eleição mostrou que a forma tradicional de fazer campanha política tinha ficado ultrapassada. O domínio das mídias passou a ser fundamental ao processo a partir da vitória de Jair Bolsonaro. Segundo reportagem da revista *Piauí*³⁹, entre maio e novembro daquele ano, o candidato do PSL fez quase 3 mil publicações nas suas diferentes redes sociais e, com elas, atingiu 300 milhões de interações, que incluem cliques, curtidas, comentários e compartilhamentos. No mesmo período, Haddad teve apenas 76 milhões de interações. A internet já tinha se estabelecido como espaço formador de opiniões e a máquina bolsonarista conseguiu dar escala à onda anti-PT. Foi nesse ambiente que Bolsonaro encontrou os conservadores brasileiros e os reuniu em torno de ideias que, até pouco tempo antes, eram inconfessáveis. O candidato Geraldo Alckmin (então do PSDB), que representava um grupo de forças mais tradicional da política e poderia ter sido a alternativa para o voto que expressou o sentimento antipetista, não conseguiu utilizar a internet de forma eficiente para atingir o eleitorado conservador e alcançou um resultado bem abaixo do esperado, apenas 4,8% do total de votos do primeiro turno.

No próximo capítulo, iremos entender com mais profundidade como funcionou esse sistema de comunicação adotado nas eleições pela campanha de Bolsonaro e que se perpetuou ao longo dos quatro anos de seu mandato presidencial.

³⁸ Espiral do silêncio é uma teoria da ciência política e da comunicação de massa proposta em 1977 pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann. Como ponto de partida para pensar a expressão de opinião, sua ideia central é que os indivíduos não dizem o que pensam claramente quando seus pensamentos divergem da opinião dominante, isso devido ao medo do isolamento, da crítica ou da zombaria. Nesse modelo de manifestar um ponto de vista, as opiniões são baseadas entre os pensamentos majoritários e minoritários. Os minoritários tendem sempre a se calar à medida que cresce o constrangimento para dissentir de um pensamento majoritário. Disponível em: <https://www.politize.com.br/espisal-do-silencio>. Acesso em: 11 jun. 2024.

³⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ninho-da-serpente>. Acesso em: 18 jan. 2024.

3 COMUNICAÇÃO BOLSONARISTA: QUANTO MAIS BARULHO, MELHOR

Para compreender como o movimento de apoio a Bolsonaro conquistou tamanha força, capaz de eleger um Presidente da República, é preciso mergulhar mais fundo na forma como a indignação com a política, expressada a partir de 2013, nas Jornadas de Junho, se transformou em antiesquerdismo e se materializou, em 2018, na eleição do militar reformado. Ao se debruçar sobre a questão, no livro *O Ovo da Serpente*, a jornalista Consuelo Dieguez conseguiu ilustrar essa transformação contando a história do empresário cearense Alex Melo, um pequeno fabricante de painéis de sinalização que teve uma ideia que acabou ajudando o então deputado federal a se tornar o “mito” da extrema direita brasileira. Melo foi quem organizou a primeira recepção de apoiadores que o político recebeu em um aeroporto. O episódio aconteceu em Fortaleza (CE), em 13 de agosto de 2015, e reuniu cerca de 150 pessoas. A partir dele, Bolsonaro começou a ser recebido em diversas cidades do Brasil por grupos que seguravam bandeiras com o nome do deputado, usavam camisas verde-amarelas da seleção de futebol, aclamavam o político e, principalmente, gravavam as cenas para publicarem na internet. Entre 2015 e 2018, utilizando-se de verbas de gabinete, Bolsonaro realizou 139 viagens pelo Brasil, iniciando sua campanha à Presidência anos antes das eleições. Em reportagem da revista Piauí, adaptada do livro, Dieguez conta em detalhes como o episódio envolvendo Alex Melo ocorreu.

Melo registrou o momento com o celular, filmando a si mesmo e ao grupo. Os presentes não chegavam a encher o saguão do aeroporto, mas o ângulo do vídeo dava a impressão de haver ali um público muito maior. Durante a filmagem, ele alternou entre a câmera frontal e a traseira, e capturou Bolsonaro cumprimentando os apoiadores. Depois, editou as imagens e as colocou nas redes sociais. A gravação viralizou imediatamente. Melo, porém, só se daria conta do impacto causado pelo evento no dia seguinte, ao ler os jornais locais e assistir aos noticiários cearenses. “Deputado carioca é ovacionado no aeroporto de Fortaleza”, anunciou a manchete de um deles. Dali, a notícia saltou para a imprensa nacional. Eufórico com a visibilidade que ganhou, Bolsonaro fez um agradecimento público a Melo e passou a se referir a ele nas redes como “Alex Ceará”. (Dieguez, 2022).

A recepção a Bolsonaro no aeroporto de Fortaleza foi um dos resultados do processo de transformação do sentimento de indignação com a política que se abateu em grande parte da população brasileira a partir de 2013 e se aprofundou em 2014 e 2015, com a Operação Lava Jato. Consuelo conta que o empresário cearense, então com 43 anos, nunca havia se interessado por política. Sua vida era dedicada a tocar seu negócio, cuidar da família e sair com os amigos. Nas manifestações de 2013, contudo, começou a achar que não podia mais ignorar o que estava acontecendo no Brasil. Embora os primeiros protestos tivessem sido

organizados por movimentos de esquerda, com os quais ele não se identificava, Melo se deu conta de que “[...] milhares de pessoas estavam desgostosas com alguma coisa, por algum motivo”. Mesmo sem enxergar o cenário político com muita clareza, ele também foi para a rua protestar e, de cara, estranhou a ausência de lideranças guiando a multidão. Deu-se conta de que a maioria das pessoas, como ele, estava ali apenas por causa da sensação de que “tinha algo errado no Brasil”, e percebeu que aquela onda ganhava cada vez mais força.

O que no início parecia um bando de insatisfeitos sem comando logo se organizou em grupos de *WhatsApp*, que em pouco tempo se desdobrariam no movimento Brasil Indignado, com milhares de cearenses culpando os governos do PT e a esquerda por todo o seu descontentamento. Essa turma, ao lado de outros movimentos de direita surgidos da mesma forma país afora, não deixaria as ruas até o *impeachment* de Dilma Rousseff. E esse seria o principal combustível para a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência. (Dieguez, 2022).

Conforme o relato de Dieguez, antes de participar das conversas nos grupos, Melo não tinha ideia de que, no espectro ideológico, seria carimbado como um sujeito de direita. Ele era conservador, religioso, defensor dos chamados “valores da família”, contrário ao comunismo e a favor da ordem, dos militares e da propriedade privada. Se pensar assim era ser de direita, então ele se orgulhava de seu posicionamento político. Trocar ideias nas redes sociais com outras dezenas de pessoas o fez começar “a conectar as coisas”. Pelas informações que recebia nos grupos, entendeu que “[...] o problema no Brasil era a esquerda, que ridicularizava tudo o que eles mais prezavam”. E a esquerda não era só o PT: havia também o PCdoB, o Psol, o PSB e até o PSDB integrava o rol dos “comunistas”. Nas conversas do grupo no *WhatsApp*, Melo era alertado de que a esquerda queria transformar o Brasil numa grande Cuba ou numa Venezuela. Ele também acabou convencido de que a ditadura militar tinha sido uma coisa boa para o país e de que os relatos de tortura de presos políticos, de censura e de cassação de parlamentares depois de 1964 eram uma “[...] invenção da esquerda para desmoralizar o Exército”. Aos poucos, se sentiu seguro para opinar e foi nessas trocas de mensagens que descobriu o então deputado Jair Bolsonaro, que verbalizava da forma “mais simples e clara possível” tudo o que ele acreditava. Sua admiração pelo parlamentar “autêntico” aumentava a cada dia. O que ele não sabia era que Bolsonaro também prestava atenção aos debates dessas redes e foi assim que o deputado chegou até o empresário.

Esses grupos de discussão política nas redes sociais acabaram se tornando o canal de comunicação ideal para que o discurso da extrema direita se propagasse. Como dito no capítulo anterior, uma “intelectualidade” havia se formado no Brasil através do curso do

escritor Olavo de Carvalho e muitas das ideias defendidas por ele já estavam circulando pelas redes sociais em 2015. Havia um processo de radicalização em curso.

De acordo com o especialista em extremismo J. M. Berger (2018), processos de radicalização não ocorrem do dia para a noite, uma conjunção de fatores e comportamentos é necessária para que haja uma radicalização em larga escala como ocorreu com o bolsonarismo. Antes da radicalização, o indivíduo passa por alguns estágios: 1) associação a uma identidade dominante (no caso do Brasil, o exemplo de Alex Melo ajuda a definir essa identidade – conservador, religioso, defensor dos chamados “valores da família”, contrário ao comunismo e a favor da ordem, dos militares e da propriedade privada); 2) visões negativas em relação a um grupo externo (esquerda, imprensa, políticos de oposição, movimentos sociais, feministas, comunidade LGBTI+ e até mesmo partidos de centro e da direita democrata e liberal); e 3) percepção de crise, ou seja, o discurso extremista faz os indivíduos acreditarem que uma crise iminente acontecerá, escorando-a em uma sensação de perseguição ao próprio grupo e na crença em teorias da conspiração (no bolsonarismo, a crise de corrupção, aumento da criminalidade, o pânico moral, o comunismo – “Brasil vai virar uma Venezuela”).

Esses três estágios da radicalização encontram terreno fértil para serem fortalecidos junto a setores da população que não costumam exercer participação na política. No livro *Origens do totalitarismo*, a filósofa alemã Hannah Arendt, perseguida pelo regime nazista nos anos 1930, aborda o tema ao tratar do surgimento da consciência política nas massas. Para ela, “[...] as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes”.

Em sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. (Arendt, 1989, p. 361-362).

Muito do que Arendt escreveu a respeito dos movimentos totalitários da Europa do século XX vai ao encontro do processo de radicalização perpetuado no Brasil com o bolsonarismo. Para a filósofa, a eficácia da propaganda tanto do regime de Hitler, na Alemanha, quanto do de Stalin, na União Soviética, mostra como as pessoas tendem a

acreditar mais naquilo que imaginam do que na realidade que veem e ouvem. Elas confiam na sua imaginação, que pode ser influenciada por qualquer coisa que pareça fazer sentido, mas não se deixam influenciar pelos fatos reais, a não ser que sejam fatos inventados para se encaixar no sistema em que acreditam. A propaganda totalitária se beneficia desse desejo de escapar da realidade e encontrar conforto na coerência da ficção, assim como o sistema de comunicação bolsonarista, que recorre à disseminação de teorias da conspiração e *fake news*, além da perseguição a críticos e adversários, para mobilizar adeptos.

No contexto do século XXI, essa estratégia tem a seu favor a formação das bolhas discursivas, ambientes onde há um “[...] reforço mútuo de crenças, visões de mundo e informações, praticamente imunes a qualquer desafio vindo de fora, que se disseminam sobretudo por meio das mídias sociais” (Miguel, 2022, p. 247-248). É uma tendência própria da psicologia humana que ganha o reforço poderoso dos algoritmos que regem o mecanismo de faturamento das grandes *big techs* que controlam o cenário global de produção de informações. Essa tecnologia regula e direciona grande parte do conteúdo que os usuários recebem e acessam em seus perfis pessoais.

Nestas bolhas, mesmo os discursos mais disparatados podem ganhar *status* de verdades compartilhadas incontestes. A reprodução desta situação depende da depreciação do capital cultural: é o que permite o ceticismo quanto às fontes de autoridade até então reconhecidas, destruindo a possibilidade de estabelecer qualquer critério fidedigno e universalizável de validação da informação. (Miguel, 2022, p. 248).

3.1 Democracia iliberal e extrema direita internacional

O processo de radicalização e transformação política que aconteceu no Brasil não foi algo isolado, mas fruto de uma tendência mundial na qual vários países começaram a eleger políticos com discurso de extrema direita. No caso brasileiro, o movimento foi influenciado, principalmente, pela eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. Filiado ao Partido Republicano, o ex-presidente recebeu amplo apoio da chamada *alt-right* (abreviação para *alternative right* ou direita alternativa) durante toda a sua campanha, em 2016. Segundo Prado (2021), esse movimento surgiu no final dos anos 2000, a partir de uma série de fatores econômicos (crise mundial em 2008), culturais (globalização) e políticos (imigração de refugiados da guerra na Síria, atentados terroristas relacionados à jihad islâmica). Todos eles somados à democratização e popularização da internet, que propiciou os canais para a proliferação do discurso extremista e a aceitação dele no debate público mundial.

A *alt-right*, que é essencialmente *on-line* e cuja liderança é pulverizada em dezenas de influenciadores digitais, *blogs* e *sites* de mídia alternativa, é mais um movimento político que aglutina pensadores e ideologias radicais e extremistas sobrepostas do que uma ideologia única *per se*. Reúne ativistas de direita no mundo inteiro (que vão de mais ou menos radicais à extrema-direita) e foca na guerra político-cultural através da metapolítica, memes e comentários deliberadamente ofensivos com o intuito de capturar a atenção da mídia e, desta forma, amplificar seu alcance. (Prado, 2021, p. 72).

Nos Estados Unidos, a *alt-right* surgiu com a proposta de agrupar intelectuais dissidentes do *mainstream* republicano para combater o conservadorismo convencional por meio de uma militância em defesa da existência de uma hierarquia social sustentada na supremacia branca (tradicionalismo). Com a apropriação de discursos da extrema direita, os integrantes da direita alternativa buscavam difundir e fortalecer conceitos radicais relacionados à raça, etnia, condição sexual e posicionamento político.

Foi a nova extrema-direita, por vezes chamada de *alt-right* (direita alternativa, em oposição ao conservadorismo "careta" de antes), que melhor compreendeu a potencialidade política das novas tecnologias da informação e da comunicação e produziu uma estratégia adaptada a ela. Não é uma estratégia que possa ser apropriada pelas forças comprometidas com a democracia, pois repousa na degradação do debate público e na promoção da irracionalidade política. (Miguel, 2022, p. 245).

O ex-estrategista do governo Trump, Steve Bannon (que participou de encontros com a família Bolsonaro em mais de uma ocasião), e o escritor e articulista político Andrew Breitbart tiveram papel fundamental no crescimento da *alt-right*. Andrew foi responsável pelo *Breitbart News*, site que compartilhava artigos contendo inúmeras teorias da conspiração. Uma delas, denominada “O complexo”, afirmava que a mídia era controlada por um conglomerado alinhado ao Partido Democrata e que, portanto, as notícias da imprensa tradicional seriam todas de viés esquerdista e teriam o objetivo de destruir a civilização ocidental ao defender o multiculturalismo, a igualdade de gênero, a imigração e a globalização. No Brasil, essa teoria ganhou sua versão e veículos da mídia profissional, como *Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Uol*, começaram a ser chamados pelos bolsonaristas mais radicais de “extrema imprensa”. “A produção de hegemonia passa por tentar desacreditar a imprensa liberal e estabelecer uma comunicação direta entre o líder e seus seguidores nas redes sociais; bem como pela produção e divulgação de informações falsas ou distorcidas” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 105).

Em 2011, Breitbart lançou um livro no qual dizia a seus seguidores para não se preocuparem “[...] em serem chamados de racistas, homofóbicos ou sociopatas, induzindo-os ao desengajamento moral que caracteriza o ethos da *alt-right*” (Prado, 2021, p. 50). Após sua morte, em 2012, Bannon passou a ser responsável pelo *site*. Miguel (2022) afirma que um componente importante do discurso extremista é o anti-intelectualismo agressivo, que permite identificar como virtuoso o discurso simplista e, assim, neutralizar as evidências da incapacidade gerencial de um político. Segundo o cientista político, esse discurso da nova extrema direita se combina com a visão conspiratória, na qual a atenção à complexidade do mundo e à dificuldade de encontrar soluções adequadas para os problemas aparece como sabotagem.

No *podcast Autoritários*, Ana Luiza Albuquerque conta que, em 2018, o deputado federal Eduardo Bolsonaro pediu ajuda a Steve Bannon para a campanha do pai. Como estava interessado na criação de uma rede mundial da direita, o americano aceitou se encontrar com o 03 e discutir estratégias para as redes sociais de Jair.

A importação de práticas da direita americana não é mera coincidência. A família Bolsonaro buscou uma aproximação com Donald Trump e aliados dele na campanha de 2018, e isso se intensificou quando os dois políticos estavam na Presidência. O principal ponto de contato é o estrategista político Steve Bannon, que é conhecido por espalhar desinformação. Segundo o grupo de pesquisa Brookings, Bannon tem o *podcast* político que mais divulga informações falsas nos Estados Unidos. (AUTORITÁRIOS..., 2024b).

Outro movimento que se agregou à *alt-right* americana e influenciou a extrema direita brasileira foi o *neo-reactionary* (NRx), idealizado pelo programador do Vale do Silício, Curtis Yarvin. Em seu *blog*, ele escrevia sob o pseudônimo “Mencius Moldbug” e combatia os movimentos de justiça social, cada vez mais presentes nas universidades e no debate público. De acordo com Prado (2021), Yarvin forneceu uma das metáforas mais utilizadas pela *alt-right*, a “*red pill*”⁴⁰, quando publicou um texto atacando a democracia liberal. Também ajudou a tornar popular o conceito da “janela de Overton”, teoria de Joseph P. Overton conhecida como “janela do discurso”.

⁴⁰ O termo *red pill* (ou pílula vermelha) faz referência a uma cena do filme *Matrix* (1999). Nele, o personagem Neo é convidado a escolher qual pílula vai tomar: a azul, que o mantém preso à matrix (o mundo ilusório, mas que ele acredita ser a realidade), ou a vermelha, que lhe traria consciência do que seria real de fato. Essa metáfora acabou sendo apropriada pelos simpatizantes do movimento *neo-reactionary*. Para eles, a realidade marcada pela emancipação feminina e o combate ao machismo seria uma espécie de matrix, já que nela as mulheres exerceriam dominância sobre os homens, a partir dos direitos que conquistaram. Tal realidade seria contrária à hierarquia social de extrema direita defendida pela *alt-right*.

A teoria indica que “conversar sobre o que antes era impensável moverá a Janela de Overton e as ideias que antes eram radicais, eventualmente, mudarão para a corrente principal”. Dessa forma, os limites do discurso público aceitável vão sendo expandidos gradativamente. Negacionistas do Holocausto e grupos neonazistas aumentaram, então, a frequência de seus discursos em *chans*⁴¹ e outras plataformas digitais a fim de normalizar seus conceitos extremistas. (Prado, 2021, p. 72).

Os principais conceitos utilizados pela *alt-right* americana estavam sendo introduzidos no Brasil por meio dos livros e artigos de Olavo de Carvalho, mas o arcabouço teórico deles, assim como o da *alt-right*, bebia na fonte da *Nouvelle Droite* (Nova Direita Francesa), uma corrente de pensamento político de tendência nacional-europeia que surgiu na França em 1969. Para esses intelectuais extremistas, a tomada do debate público deveria ocorrer tendo como foco a metapolítica, a visão apocalíptica sobre o declínio da civilização ocidental, a guerra cultural e a oposição ao multiculturalismo. Esse discurso reverberou décadas depois nos Estados Unidos, no Brasil, na Índia, em países da América Latina, como El Salvador e Argentina, em movimentos e partidos identitários europeus e também na Rússia, por meio do filósofo Aleksandr Dugin, que foi conselheiro do presidente autocrata Vladimir Putin.

Entre os países da Europa, o discurso pautado em ideologias de extrema direita e de ataque à democracia ganhou força particularmente na Hungria, a partir da eleição de Viktor Orbán, que assumiu o cargo de primeiro-ministro em 2010 e se perpetua no poder desde então. O político é considerado um dos expoentes mundiais da “democracia iliberal”, tendo sido inspiração para Donald Trump e Jair Bolsonaro. De acordo com Douglas Donin (2019), esse termo foi apresentado em 1997 pelo escritor e jornalista indiano-norte-americano, Fareed Zakaria. Segundo o especialista em relações políticas internacionais, a democracia iliberal se instala em um país quando a população, ao participar de eleições livres, elege um político que, após assumir o poder, passa a ignorar os limites constitucionais e privar a população que o elegeu de direitos fundamentais. “A maior parte dos países que se situam em algum ponto do espectro entre as ditaduras reconhecidas e as democracias consolidadas (países em democratização) são democracias iliberais, onde o povo possui maior proteção às liberdades políticas, e menor às liberdades civis” (Donin, 2019).

No caso da Hungria, o enfraquecimento da democracia, com a restrição das liberdades civis, foi orquestrado a partir de uma tática cuja invenção é atribuída ao empresário húngaro Árpád Habony, conselheiro de Viktor Orbán. A estratégia, que passou a ser utilizada em todo o mundo, consiste em inundar a mídia e a internet com informações, vídeos e fotos

⁴¹ *Chans* é a abreviação para *channels* (canais), fóruns digitais anônimos (90% deles encontrados na *deep web*) que reúnem extremistas e defensores de discursos de ódio. É um ambiente livre de moderação, onde muitos jovens, na sua maioria, utilizam comunicação irônica e subversiva para cometer assédio *on-line*, principalmente contra mulheres.

adulterados, descontextualizados ou falsos para atacar adversários ou combater a defesa de temas que não são do interesse do governo. Inicialmente, a tática foi utilizada por Orbán para manipular a opinião pública contra refugiados e imigrantes e atacar as políticas de imigração da União Europeia. Ela também foi utilizada pelo governo de Vladimir Putin, em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia (território que pertencia à Ucrânia). O modelo russo de propaganda política foi caracterizado como uma “mangueira de incêndio de falsidades”, devido ao alto número de canais usados e mensagens distribuídas, com a divulgação exaustiva de meias verdades ou ficções completas. Chamada pelos americanos de *firehosing*, derivado de *fire hose* (mangueira de incêndio), a tática consiste na disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala.

Na versão moderna do autoritarismo – em que governantes não rasgam a *Constituição* nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições por dentro -, não é necessário censurar a internet. Nas “democracias iliberais”, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de *WhatsApp* com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade – e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais. (Mello, 2020, p. 23).

Em *A máquina do ódio* (2020), a jornalista Patrícia Campos Mello explica como as ferramentas de *marketing* das mídias sociais podem ser utilizadas para orquestrar o *firehosing*. Ela afirma que a avalanche de desinformação é impulsionada com recursos ofertados pelas grandes empresas de tecnologia, de modo que determinados conteúdos possam viralizar na internet. No *Facebook*, no *Instagram*, no *X* (antigo *Twitter*), no *TikTok* e no *YouTube*, por exemplo, é possível pagar para que um conteúdo atinja mais pessoas ou seja visto por um público segmentado por idade, gênero, localização, entre outros parâmetros. Quanto mais engajamento (cliques, curtidas, compartilhamento e comentários) tem uma postagem, maior destaque ela recebe. No entanto, há meios de forjar o engajamento com o uso de sistemas automatizados, os robôs ou *bots*, ou ainda pessoas contratadas, os *trolls*, para dar visibilidade a certo tema, simulando uma popularidade que ele não tem. Outra maneira de criar a impressão de que “todo mundo está falando sobre determinado assunto” e assim, ofuscar outros temas, é contratar agências que fazem disparos em massa de conteúdos no *WhatsApp*, como memes, textos, áudios ou vídeos que disseminem um ponto de vista, atingindo milhares de pessoas em grupos de conversa existentes no aplicativo.

No Brasil, essa estratégia passou a ser amplamente adotada pela extrema direita, funcionando como uma espécie de linchamento virtual. A tática foi utilizada ilegalmente nas eleições de 2018 para beneficiar a candidatura de Jair Bolsonaro, conforme reportagem de

Patrícia Campos Mello, publicada pela *Folha de S. Paulo*. Segundo a publicação⁴², empresas que apoiavam o então candidato do PSL gastaram cerca de R\$ 12 milhões na compra de pacotes de envio em massa de mensagens contra o PT. A prática foi considerada ilegal, porque não foi declarada à Justiça Eleitoral e por se tratar de doação de campanha feita por empresas, o que é vedado pela legislação. A partir desse episódio, ocorrido entre o primeiro e o segundo turno, Mello passou a ser vítima de incontáveis ataques virtuais.

Uma vez “impulsionada”, a narrativa é então propagada naturalmente pelas redes orgânicas, que são as pessoas de carne e osso que acreditam naquilo que está sendo veiculado. [...] As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia - sites de notícias, grupos de *WhatsApp*, Facebook, Instagram - e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros. Muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia - e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer. (Mello, 2020, p. 24-25).

O ex-presidente americano Donald Trump também é adepto do procedimento. Ele já afirmou diversas vezes que as eleições americanas são sempre fraudadas, porque milhões de imigrantes ilegais, que não podem participar do pleito, votam nos candidatos do Partido Democrata, embora vários órgãos tenham investigado as acusações e atestado nunca ter havido fraude. A mesma *fake news* foi copiada por Bolsonaro e reproduzida de modo adaptado para a realidade brasileira. Após o pleito de 2018, ele alegou que teria vencido no primeiro turno e que as urnas eletrônicas não eram confiáveis. Já em 2022, quando foi derrotado por Lula, pediu pelo “voto impresso e auditável” antes mesmo da votação ser realizada. Chegou a convidar embaixadores de dezenas de países para um encontro no Palácio da Alvorada, transmitido ao vivo pela *TV Brasil*, para afirmar, sem provas, que não havia segurança nas urnas eletrônicas. Por esse episódio, Bolsonaro foi declarado inelegível pelo TSE⁴³. No julgamento, ficou reconhecida a prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação estatais.

A utilização do *firehosing* pelos governos de extrema direita provoca uma deformação da realidade e uma guerra de narrativas na qual, em meio à cacofonia de informações, as pessoas não distinguem mais o que é verdade do que não é. Algo bastante similar também foi

⁴² Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.

⁴³ Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 06 fev. 2024.

visto na propaganda dos regimes totalitários da Europa, como descreve Hannah Arendt (1989) em *Origens do totalitarismo*.

Num mundo incompreensível e em perpétua mudança, as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e que nada era verdadeiro. [...] A propaganda de massa descobriu que o seu público estava sempre disposto a acreditar no pior, por mais absurdo que fosse, sem objetar contra o fato de ser enganado, uma vez que achava que toda afirmação, afinal de contas, não passava de mentira. Os líderes totalitários basearam a sua propaganda no pressuposto psicológico correto de que, em tais condições, era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações em determinado dia, na certeza de que, se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática. (p. 432).

Adaptada à tecnologia digital, a propaganda da extrema direita, como nos regimes totalitários, soube apelar para o cinismo de seus líderes. Responsável pela comunicação do pai nas mídias sociais, Carlos Bolsonaro percebeu a força da rede digital e, ao longo dos anos, estimulou a criação de uma infinidade de grupos no *WhatsApp* e no *Facebook*. Também identificou influenciadores, as pessoas mais ativas na difusão e criação de mensagens, para ajudar na busca de apoio. Uma vez que a tática do *firehosing* só seria viável com a utilização das ferramentas disponíveis na internet e nas mídias sociais, o próprio Bolsonaro e seus três filhos políticos passaram a se comportar como influenciadores digitais, documentando suas vidas e se comunicando diretamente com seus apoiadores. Na época das eleições, a presença digital de Jair era infinitamente superior à dos outros candidatos. No *Facebook*, sua página tinha 6,9 milhões de seguidores, dez vezes mais que Fernando Haddad, com 689 mil, e quase o dobro de Lula, que contava com 3,8 milhões de inscritos. No *Instagram*, Bolsonaro reunia 3,8 milhões de seguidores, enquanto Haddad tinha 418 mil e Lula, 524 mil⁴⁴.

Com a estratégia de comunicação da campanha vitoriosa nas eleições e com as redes sociais consolidadas (e ganhando seguidores), Bolsonaro pôde seguir com as mesmas táticas e oficializar no cargo de Presidente da República uma comunicação “sem filtro” com a população. Suas publicações nas mídias sociais se tornaram cotidianas e passaram a ser características do governo. Um levantamento da consultoria Bites⁴⁵, de 2019, mostrou que o político, somente nos três primeiros meses do mandato, assinou 781 postagens no *Twitter*, uma média de 8,39 por dia. Se somadas as publicações no *Facebook* e no *Instagram* – um total de 1524 mensagens – a média quase dobra, passando para 16,3 postagens diárias.

⁴⁴ Dados disponíveis no livro *A máquina do ódio* (Mello, 2020, p. 32).

⁴⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/republica-dos-tuites>. Acesso em: 02 ago. 2019.

Bolsonaro reproduzia no Brasil o estilo de Trump, que, por sua vez, tinha se inspirado em outros líderes da extrema direita internacional. Dessa forma, conseguia se comunicar sem ser interrompido e sem o intermédio da imprensa.

3.2 Autenticidade, gabinete do ódio e milícias digitais

A ascensão da direita e da extrema direita com a eleição de Jair Bolsonaro trouxe à tona questões cruciais sobre a identidade política do Brasil e os fatores que a impulsionaram. Em entrevista à revista *Piauí*⁴⁶, o historiador Daniel Aarão Reis Filho aponta que a sociedade brasileira sempre apresentou tendências conservadoras, embora a presença da direita estivesse, em certa medida, velada. Essa ocultação, segundo ele, ocorreu em parte devido à associação da direita com a ditadura militar, o que levou os grupos de direita, ao longo dos anos 1990 e 2000, a rejeitarem essa identificação e, consequentemente, atrasarem seu próprio reconhecimento público. Além disso, a crise política e econômica que se abateu sobre o segundo mandato do governo Dilma e a insatisfação de parte da sociedade com algumas políticas de esquerda, implementadas ao longo de 14 anos de governos petistas, também contribuíram significativamente para o fortalecimento da direita, que encontrou espaço para se manifestar e crescer.

Como já dito, Bolsonaro capitalizou o descontentamento popular com a política tradicional ao se apresentar como um *outsider*, apesar de sua longa trajetória na vida pública e de suas práticas políticas questionáveis. Sua retórica anti-establishment ganhou eco entre uma parcela significativa da população desiludida com a corrupção e a ineficácia dos governos anteriores. O discurso do medo e do pânico moral desempenhou um papel crucial na estratégia do capitão, assim como de outros políticos de extrema direita ao redor do mundo. Ao pintar um cenário de ameaça aos valores familiares, à segurança e à propriedade, esses líderes políticos se apresentaram como defensores da ordem e da estabilidade. A disseminação dessas ideias, amplificadas pelas redes sociais, alimentou a percepção de caos e desordem, contribuindo para a adesão ao discurso salvacionista de Bolsonaro.

A retórica agressiva do ex-presidente, embora controversa, encontrou adesão especialmente entre os jovens, que desconfiavam dos canais tradicionais de participação política e se sentiam atraídos por temas como a segurança e o direito à posse de armas. Em uma pesquisa etnográfica conduzida com adolescentes da periferia de Porto Alegre (RS), as

⁴⁶ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ninho-da-serpente>. Acesso em: 18 jan. 2024.

antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco afirmam ter sido revelador constatar que eles estavam sendo seduzidos pelo discurso da extrema direita.

[...] aproximadamente um terço dos alunos secundaristas das escolas que visitamos demonstrava grande interesse na figura de Jair Bolsonaro, que defende uma agenda conservadora moral, bem como o punitivismo no combate à violência urbana e à corrupção. Em 2017, era raro conhecer um menino que não fosse admirador do candidato. O político se tornou um fenômeno, um símbolo totêmico de identificação juvenil masculina semelhante ao papel que a Nike ou a Adidas, como exemplos de grife, desempenhavam em tempos de crescimento econômico e apologia governamental ao consumo. (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018, p. 50).

O então deputado vendia a ideia de que estava ao lado das vítimas de criminosos, enquanto a esquerda, ao valorizar políticas de direitos humanos, “defendia bandidos”. Afirmações como “vagabundo tem que ser morto” e “é preciso armar a população” chamavam a atenção em suas redes sociais. Na campanha de 2018, uma das imagens mais repetidas era a do gesto de Bolsonaro que simulava a empunhadura de uma arma. Vídeos em que o então candidato segurava crianças no colo e as ensinava a fazer o gesto de “arminha com a mão” foram bastante difundidos nas redes sociais e usados contra e a favor do deputado (Figura 4). Em um comício na cidade de Rio Branco (AC), Bolsonaro chegou a segurar um tripé de câmera como se fosse uma metralhadora e disparar a frase “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”⁴⁷. Esse comportamento não foi visto como problema pelos eleitores bolsonaristas, incluindo os evangélicos. Bolsonaro era considerado “autêntico”, alguém que fazia “brincadeiras inocentes” e molecagem sem consequência. Nunes e Traumann (2023) afirmam que, nos tempos da TV, a maneira como o ex-deputado agia poderia encerrar a carreira de um político, mas nas redes sociais essa característica foi transformada em “autenticidade”. A internet se tornou um terreno fértil para a aceitação da postura polêmica e ofensiva do candidato, ajudando a criar e alimentar a polarização.

[...] O que em outros políticos seria visto como desleixo ou gafe, nas redes sociais de Bolsonaro virou a qualidade de “gente como a gente”.

Na eleição de 2018, Bolsonaro já havia consolidado a imagem de um político “autêntico”, o eufemismo usado para normalizar suas opiniões sobre mulheres, gays, quilombolas e indígenas. Contrariando o padrão do marketing que recomenda aos candidatos buscar o eleitor de centro, Bolsonaro acentuou seu radicalismo na campanha. (Nunes; Traumann, 2023, p. 66).

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 07 fev. 2024.

Figura 4 – Bolsonaro ensina criança a fazer gesto de “arminha com a mão”.



Fonte: Portal R7. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/brasil/em-evento-bolsonaro-ensina-crianca-a-imitar-arma-com-a-mao-29062022>. Acesso em: 13 jun. 2024.

A imagem de autenticidade cristalizada na campanha foi reforçada no decorrer de todo o mandato presidencial. Em *lives* semanais transmitidas no *YouTube*, que ocorriam sempre às quintas-feiras, desde março de 2019, e só foram suspensas após a derrota no segundo turno das eleições de 2022, Bolsonaro mantinha uma comunicação direta com a população, o que lhe dava liberdade para definir os temas e moldar a angulação dos assuntos que iria tratar. Em sua pesquisa sobre representação sociodiscursiva e estratégias enunciativas no discurso político durante a pandemia, a jornalista Priscilla Fujiwara (2023) afirma que, por se tratar de um formato criado pelo presidente para se comunicar diretamente com seus eleitores e pessoas ideologicamente alinhadas com sua agenda, os termos e contratos estabelecidos nas *lives* tinham como possível finalidade a produção de “um efeito de autenticidade”.

Por ser um canal direto, sem passar pela mediação da imprensa, a expectativa do público era ter acesso às informações factuais, sem cortes, edição ou manipulação, o que provocava um efeito de veracidade. Além do terno e gravata, em algumas *lives*, Bolsonaro também fazia questão de usar camisas de times de futebol, principalmente quando algum campeonato estava em fase decisiva, com a intenção de projetar uma imagem de simplicidade. (Fujiwara, 2023, p. 121).

Assim como a construção dessa figura de um homem simples, que remete à ideia de um político autêntico, o método de disseminar *fake news* e atacar críticos e adversários políticos também foi perpetuado ao longo do mandato. Utilizado pela família Bolsonaro na

campanha com a ajuda de apoiadores angariados pela internet (muitos deles voluntários), o *firehosing* foi amplamente adotado no governo e orquestrado pelo chamado “gabinete do ódio”. Após as eleições, Bolsonaro manteve o filho Carlos como responsável pela sua comunicação digital e o vereador, mesmo tendo mandato no Rio de Janeiro, montou uma estrutura no Palácio do Planalto que deu amplo suporte à engrenagem de comunicação do Poder Executivo. Tercio Arnaud Tomaz e José Matheus Sales Gomes, criadores de páginas no *Facebook* que ajudaram a projetar o nome do ex-deputado, atuaram na campanha como assessores do 02, mas, depois da vitória, passaram a dar expediente na Presidência da República. “Bolsonaro levou para dentro do Palácio do Planalto uma ‘máquina’ de promover linchamentos virtuais e assassinar reputações de qualquer adversário externo ou mesmo interno”, escreveu o jornalista Marlos Ápyus, em março de 2019.

O “gabinete do ódio” contava com a ajuda das chamadas milícias digitais para orquestrar na internet o que a comunicação do governo queria. Estudioso de grupos bolsonaristas ou conservadores desde 2013 (ele mesmo foi integrante de um movimento de direita), Ápyus explicou, em postagens da internet, como agiam as milícias digitais.

[...] antes, durante e depois da campanha, observou-se um fenômeno que ia muito além da proliferação de notícias falsas. Tocado (sic) por milhares de contas, as redes sociais foram tomadas por hordas que assassinavam a reputação de alvos específicos até que a vítima restringisse o acesso aos próprios perfis, calasse sobre o tema que deu origem aos ataques ou, em casos mais graves, deixasse de fazer uso público da internet como um todo. [...] Qualquer cidadão que surja como um obstáculo ao discurso político de Jair Bolsonaro pode ser convertido em alvo de um linchamento virtual. Mas a preferência clara é por jornalistas que apresentam fatos ou opiniões incômodas⁴⁸.

Em uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em 16 de março de 2019, as lideranças das milícias digitais foram chamadas de “jacobinos”, em referência ao movimento surgido na Revolução Francesa, em 1789, que defendia o extermínio da aristocracia e se tornou conhecido por impor o terror no país. “Os bolsominions e os olavetes, como eles são mais conhecidos fora de seus mundinhos, insurgem-se contra os adversários de Bolsonaro e Olavo de Carvalho e contra aliados que ousam discordar dos dois, ainda que de forma pontual”⁴⁹, narra a publicação. No texto, o ex-presidente é citado como um dos integrantes da milícia digital e cabeça do “núcleo central”, ao lado de Olavo de Carvalho. Os “estrategistas” do grupo seriam Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e o então assessor

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/apyus/status/1103613427476582405>. Acesso em: 07 fev. 2024.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/rede-bolsonarista-jacobina-promove-linchamento-virtual-ate-de-aliados>. Acesso em: 07 fev. 2024.

Filipe Martins. Já os “influenciadores” seriam formados por um grupo dividido entre páginas e perfis nas redes sociais. O blogueiro Allan dos Santos⁵⁰, que tinha o canal *Terça Livre* no *YouTube*, e o investidor por trás do *site Crítica Nacional*, Otávio Oscar Fakhoury, eram duas das figuras mais notáveis desse terceiro núcleo.

A partir do inquérito das *fake news*, aberto em 2019 pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, novas informações a respeito desse sistema de comunicação começaram a vir à tona. A investigação, conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes, que inicialmente apurava a possível existência de um esquema de notícias falsas para atacar os magistrados, foi se desdobrando à medida que fatos inéditos surgiam. Em maio de 2020, uma reportagem do *site Congresso em Foco* revelou detalhes sobre o *modus operandi* do “gabinete do ódio”. Segundo a publicação, tratava-se de “[...] uma estrutura que desfere ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às instituições, com conteúdo de ódio, subversão da ordem democrática e incentivo à quebra da normalidade institucional”⁵¹. Com vários colaboradores em diferentes Estados, a atuação ocorria de forma regionalizada, por meio da utilização de estruturas públicas para fins político-ideológicos. A maioria dos integrantes era formada por assessores de parlamentares federais e estaduais, que administravam diversas páginas em redes sociais, incluindo grupos de *WhatsApp*, para operarem a divulgação de postagens ofensivas. Segundo a reportagem, baseada em depoimentos de deputados que foram aliados do presidente, a desmoralização do STF, do Senado e da Câmara visava pregar a desnecessidade de existência dessas instituições para, assim, se alcançar uma ruptura constitucional.

Lynch e Cassimiro (2022) classificam o “gabinete do ódio” como peça central do que eles denominam como “núcleo da propaganda populista reacionária”. Presidido pelos filhos 01, 02 e 03, esse “setor” do governo seria responsável por nortear o comportamento de Bolsonaro como personagem público.

Formado por reacionários radicais que flertam com o neofascismo, o “gabinete do ódio” monitora a popularidade do Presidente nas redes, coordena ataques aos seus adversários e aconselha as ações políticas do Presidente no lugar dos ministros de Estado, de modo a satisfazer o imaginário do populismo reacionário de Bolsonaro como um político corajoso, autoritário e disruptivo, capaz de “romper com o

⁵⁰ Allan dos Santos está foragido da Justiça brasileira desde 2021, quando teve a prisão preventiva determinada no inquérito das *fake news*. O blogueiro vive atualmente nos Estados Unidos. Um pedido de extradição foi solicitado ao governo americano em 2023, mas não foi atendido. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/basilvia-rodriques/politica/ministerio-da-justica-vai-reforçar-pedido-de-extradição-de-allan-dos-santos>. Acesso em: 13 jun. 2024.

⁵¹ Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o gabinete do ódio. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detallham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio>. Acesso em: 14 jun. 2024.

sistema”. Esse núcleo é o principal porque, embora haja divisão de tarefas em relação ao trabalho dos militares, dos neoliberais e dos membros do Centrão, em caso de conflito, o comportamento do Presidente permanece sendo orientado pela tática da propaganda ideológica reacionária, já que a família crê que os demais não possuem o mesmo caráter “estratégico” para o êxito de seu projeto de poder. (p. 154).

Incorporado como uma prática institucionalizada, o *modus operandi* do “gabinete do ódio” adotou a mitopoese – criação de narrativas mentirosas para a realidade se adequar a uma falsa versão dos fatos – em larga escala. Se o presidente concedesse, por exemplo, uma entrevista a algum veículo de mídia, influenciadores do mundo bolsonarista, incluindo os filhos de Jair, divulgavam trechos da entrevista e convocavam a militância a republicá-los. Uma vez que a máquina começa a rodar, contas falsas cuidavam de ecoar a mensagem, subir *hashtags* e propagar campanhas difamatórias.

Desde quando se instalou no Palácio do Planalto, esse núcleo de propaganda reacionária se envolveu em várias polêmicas, inclusive com figurões do governo que deixaram seus postos depois de sofrerem agressões nas redes. Um que acabou limado pelo grupo foi o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo, que deixou o cargo apenas seis meses após assumi-lo. E saiu de lá atirando: denunciou a existência de um grupo de extremistas fanáticos dentro do Planalto que plantava notícias falsas com o objetivo de destruir reputações. O ex-vice-presidente, general Hamilton Mourão, também foi alvo dos ataques, provocando o afastamento dele do entorno de Bolsonaro. Titular e vice, por muito tempo, não se falaram até o término do mandato presidencial. A mira do “gabinete do ódio” também se virou para o ex-ministro Sérgio Moro, que deixou o governo em abril de 2020.

Não havia pudor em postar notícias falsas ou, no mínimo, distorcidas. Esse assassinato de reputações era feito, em muitos casos, associado à prática do *doxxing*, uma tática que foi bastante utilizada por Olavo de Carvalho e consiste na exposição de informações privadas dos desafetos, como o número de telefone, o endereço e até dados de familiares, nas redes sociais. Além de serem propagados para milhares de pessoas, os ataques ainda tinham o apoio de robôs, cuja função era gerar uma espécie de faísca para incendiar a massa. No *WhatsApp*, por exemplo, onde os grupos podiam ter no máximo 250 pessoas, havia sempre dois ou três perfis falsos destinados a enviar de forma automática mensagens ofensivas contra o adversário da vez. Em seguida, elas acabavam sendo compartilhadas pelos integrantes dos grupos em suas próprias redes, provocando o “efeito manada”.

A jornalista Patrícia Campos Mello afirma que os linchamentos virtuais funcionavam como um tipo de censura informal contra a imprensa e que os ataques eram dirigidos, na sua maior parte, a mulheres.

A preferência por atacar mulheres está visceralmente associada a preconceitos ancestrais. Parte dos apoiadores de líderes populistas gosta de poder se libertar do politicamente correto e se deleita com essa “licença” para dar vazão a um machismo incrustado, que muitas vezes acomete também as mulheres – é uma espécie de catarse. (Mello, 2020, p. 101).

Segundo um estudo da *International Women’s Media Foundation* e da *TrollBusters*⁵², esses ataques a jornalistas feito pelas mídias sociais em todo o mundo ganham contornos nitidamente misóginos. Em geral, são comentários que fazem referência ao corpo ou à aparência das mulheres; miram relações familiares ou pessoais; e questionam seu rigor intelectual e suas credenciais profissionais. Conforme relata Mello (2020, p. 102), há diferenças sobre a natureza da crítica feita a uma profissional mulher e a um homem. Quando querem criticar a reportagem de uma jornalista, os ataques sempre se referem ao gênero, não se limitam ao conteúdo da matéria.

A repórter do *Estadão*, Constança Rezende, foi uma das mulheres que se tornou alvo das milícias digitais. Ocorrido em 2019, o ataque a ela partiu de um *post* do canal *Terça Livre* e provocou uma forte reação nas redes sociais. A jornalista tinha escrito reportagens sobre o caso envolvendo Fabrício Queiroz, amigo do ex-presidente e responsável pelo esquema da “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro. A partir da publicação do *Terça Livre*, com base em declarações distorcidas de Constança, a vida da repórter foi virada do avesso. Ela foi xingada, ameaçada, tornou-se tema de memes, perfis falsos dela foram criados nas redes. O próprio ex-presidente compartilhou o *post* do *Terça Livre*, amplificando os ataques. Para tentar conter o linchamento, o *Estadão* publicou uma reportagem sobre o caso, mostrando que as declarações da repórter haviam sido deturpadas, mas acabou se juntando a ela como alvo das milícias virtuais, que “subiram” a *hashtag* #EstadaoMentiu no *Twitter*, para tentar desqualificar o jornal.

Michele Prado (2021) afirma que a questão da masculinidade e o inegável componente misógino exercem forte influência sobre o pensamento da direita radical. A *alt-right* defende que a mulher assuma o papel de responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com a família (dogmas perpetuados pelo discurso de algumas igrejas denominadas cristãs) e também

⁵² Michelle Ferrier, *Attacks and Harassment: The Impact on Female Journalists and Their Reporting*. International Women’s Media Foundation e TrollBusters, set. 2019. Disponível em: <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/09/Attacks-and-Harassment.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

se coloca contra o feminismo (como na metáfora da *red pill*). O discurso da extrema direita é construído pautado na associação a um imaginário que remete à ideia dos cavaleiros templários, visto como guerreiros europeus imbuídos na luta para salvar a “civilização judaico-cristã”. É um discurso associado à ideia de que os homens devem honrar o sistema patriarcal, que seria fruto de uma “conquista da civilização ocidental”. A atração exercida por essas ideias é verificada na proporção de homens que participaram dos inúmeros atos políticos de apoio a Bolsonaro. De acordo com um relatório da agência de *marketing* que atuou na campanha do capitão, 90% das menções a ele nas redes sociais, em abril de 2018, vinham de homens. Essa constatação identificou, na época, a necessidade de investir no eleitorado feminino fora do universo digital.

As técnicas para atacar adversários nas redes sociais fazem parte do que Lynch e Cassimiro (2022) classificam como uma espécie de “fascismo *troll*”. Eles enumeram dez aspectos que caracterizam esse comportamento: 1) simular um poder maior do que aquele que você realmente tem; 2) falar apenas a linguagem do seu próprio público; 3) não jogar no terreno em que seu adversário tenha vantagem, obrigando-o, ao contrário, a jogar no seu, onde ele não tem familiaridade, a fim de causar confusão, temor e retirada; 4) ridicularizar o adversário, porque é quase impossível contra-atacar o ridículo; 5) desenvolver táticas compreensíveis para seus companheiros; 6) manter pressão constante, com táticas e ações diferentes, e utilizando tudo que acontecer para alcançar o seu propósito; 7) espalhar boatos catastrofistas para manter o adversário aterrorizado pelo medo; 8) pressioná-lo sem trégua, de modo firme e consistente; 9) jamais reconhecer seu erro ou fraqueza quando sofrer um revés, respondendo sempre com violência verbal e desmentindo o fracasso; e 10) polarizar o tempo inteiro, sem se preocupar com discussões racionais em termos de argumentos. Adaptadas pela direita radical para o ambiente da internet, essas regras utilizam, principalmente, uma linguagem memética e de entretenimento capaz de mobilizar com grande eficácia a militância política virtual.

A fim de burlar o monopólio da mídia tradicional, o “gabinete do ódio” mantém o público reacionário encapsulado em uma realidade paralela, marcada pela paranoia, pelo ódio e pelo medo, alimentada diariamente pela difusão de boatos, notícias falsas e teorias da conspiração e, claro, pela denúncia de todas as informações produzidas pela mídia profissional, pela academia ou pela ciência como mentirosas e falsificadas. O conspiracionismo produtor de *fake news*, que gera fortes emoções, consome seis vezes mais tempo nas redes do que notícias verdadeiras. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 157-158).

Ao “fascismo *troll*”, soma-se uma alegação segundo a qual o comportamento agressivo é justificado pelo direito à liberdade de expressão, principalmente nos momentos em que os responsáveis por ataques virtuais são identificados e apontados como assediadores. Entretanto, ao contrário do que alegam, as táticas ofensivas agem muito mais para manipular a opinião pública e coagir críticos do governo que pela defesa da liberdade de expressão. São métodos que visam à naturalização de absurdos e de temas polêmicos, agindo para ampliar a “janela de Overton”. “Não é que as redes sociais mudem as mentes das pessoas. É que elas geram uma normalização artificial da mentira” (Pomerantsev, 2019).

A metapolítica da extrema direita busca deliberadamente incluir ideias e discursos anteriormente marginalizados, redefinir e ampliar os limites do que é considerado aceitável no debate público. Para alcançar esse objetivo, são empregadas táticas que funcionam como um modo de censura social cujo objetivo é silenciar vozes discordantes, perpetuando a dinâmica da espiral do silêncio. Para os líderes populistas da extrema direita, mais importante do que conquistar vitórias eleitorais é influenciar a opinião pública e angariar apoio às suas ideias. Essa radicalização é justificada, de acordo com Lynch e Cassimiro (2022), como uma reação de legítima defesa do “povo” contra a “[...] subversão de seus valores baseados no cristianismo, no patriarcado, na homossexualidade e na harmonia racial”.

Bolsonaro se torna “o Mito” por defender de modo desassombrado “a liberdade” das famílias contra a “ditadura” que os progressistas desejariam impor-lhes em matéria de costumes. É esse imaginário reacionário [...] que o núcleo do “gabinete do ódio” ausculta, explora e maneja pelas redes sociais, por si e seus colaboradores e *influencers* digitais, para fins de propaganda em larga escala. A “guerra cultural” é baseada em diversas técnicas desenvolvidas por Steve Bannon para promover a permanente intimidação dos críticos e das instituições, aproveitando abertamente a simpatia de grupos neofascistas. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 155-156).

Nesse contexto, o papel da imprensa torna-se crucial para a preservação da democracia e a busca do equilíbrio entre o dever de informar e o cuidado para não legitimar discursos extremistas. Como se desenvolveu essa relação entre a mídia profissional e o governo Bolsonaro é o que veremos a seguir.

3.3 A relação entre governo, imprensa e redes sociais

A relação entre o governo Bolsonaro e a imprensa foi termômetro para que diversos sinais de alerta sobre o apreço do presidente pela democracia se acendessem. Fazia parte da estratégia de comunicação não lidar bem com as críticas e enxergar os críticos como inimigos.

Os ataques contra jornalistas e imprensa se intensificaram à medida que uma realidade paralela moldada pelas redes sociais (um simulacro) foi criada para justificar as ações do Presidente da República e os fatos ocorridos a partir delas.

Ao longo do governo, a mídia profissional foi confrontada com o dilema de informar o público sem cair na armadilha de dar visibilidade excessiva a discursos e ideias que pudessem minar os fundamentos democráticos. Veículos como *Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Veja*, *Uol* e *Estadão* não eram bem vistos pelo ex-presidente e a relação dele com os jornalistas que faziam a cobertura política foi constantemente marcada por tensões, conflitos, ataques verbais e desqualificações públicas de repórteres e empresas. De acordo com o *Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa*⁵³, produzido anualmente pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), essa prática foi comprovada pelos números. Em 2019, foram registrados 208 casos de violência contra jornalistas, 54,07% a mais do que os 135 episódios de 2018. No ano de 2020, houve uma verdadeira explosão do número de casos: 428, significando um aumento de 105,77%, se comparado a 2019. Em 2021, 430 ocorrências estabeleceram um novo recorde e foi o ano de maior violência contra os jornalistas, desde a série histórica inaugurada pela Fenaj em 1999. Em 2022, ano eleitoral, houve uma queda, com 376 casos registrados.

Nos quatro anos em que Bolsonaro ocupou a Presidência da República, ele próprio foi o principal agressor, atacando pessoalmente a imprensa e incentivando seus apoiadores a também se tornarem agressores. De 2019 a 2022, Bolsonaro realizou 570 ataques a veículos de comunicação e aos jornalistas, numa média de 142,5 agressões por ano; uma agressão a cada dois dias e meio. A violência verdadeiramente institucionalizada pela Presidência da República. (Fenaj, 2024).

Ainda conforme o Relatório, em 2023, após a saída do ex-presidente, houve uma redução de 51,86% no número de casos, se comparado ao ano anterior, com 181 registros.

O documento aponta também que a descredibilização da imprensa foi uma estratégia deliberadamente adotada por Bolsonaro em seu governo e corresponde ao tipo de violência mais frequente. Somente em 2022, foram 87 casos de ataques genéricos e generalizados (23,14% do total), que buscavam desqualificar a informação jornalística. Em 2023, com Bolsonaro fora do governo, ocorreram sete casos, uma queda de 91,95%, na comparação com o ano anterior. Do mesmo modo, os episódios de censura tiveram uma retração de 91,53%, em 2023, quando cinco casos foram registrados, enquanto, em 2022, foram 59. Conforme a Fenaj

⁵³ Disponível em:

<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-da-Viole%CC%82ncia-2023.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

(2024), a queda significativa está diretamente relacionada ao fim da prática de censura na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), órgão que é responsável por veículos públicos de imprensa, como a *TV Brasil*, a *Rádio Nacional* e a *Agência Brasil*.

Ao longo de sua ascensão política, Bolsonaro e, conseqüentemente, seus aliados desenvolveram uma retórica de descrédibilização da imprensa profissional, rotulando-a como “*fake news*”, “partidária” e “comunista”, método copiado do ex-presidente americano Donald Trump. A estratégia visava minar a confiança do público na mídia tradicional e fortalecer o controle sobre a narrativa política. Muitos desses episódios de ataque à imprensa ocorreram no chamado “cercadinho”, uma área delimitada por grades na entrada do Palácio do Alvorada, em Brasília, onde jornalistas e apoiadores do então presidente ficavam lado a lado, dentro dessa estrutura. Ao passar por ali de carro com sua comitiva de seguranças, no momento em que estivesse entrando ou saindo da residência oficial, Bolsonaro falava, quase que diariamente, com repórteres e apoiadores, em uma espécie de entrevista coletiva improvisada, na qual respondia somente o que quisesse e, se confrontado com perguntas indesejadas, atacava os jornalistas e incentivava seus apoiadores a fazer o mesmo. Segundo Fujiwara (2023), a decisão por atender ou não à imprensa no cercadinho não seguia nenhuma liturgia, a não ser as tentativas de Bolsonaro em evitar críticas a suas ações. “Como o cercadinho era um espaço que não havia sido explorado pelos presidentes anteriores, os limites e as restrições contratuais que caracterizam a situação de comunicação foram criados a partir do próprio ato de linguagem do presidente” (p. 117).

Uma dessas situações aconteceu em 20 de dezembro de 2020. Na época, a imprensa já tinha revelado o esquema da “rachadinha”, operado no gabinete de Flávio Bolsonaro, e o ex-presidente se irritou quando um repórter lhe perguntou o que deveria ocorrer com seu filho caso se comprovasse os crimes. “Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual”⁵⁴ foi a forma como Bolsonaro respondeu. Em outro episódio, no dia 23 de agosto de 2020, o político foi questionado sobre o caso envolvendo a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que recebeu em sua conta bancária a quantia de R\$ 89 mil, entre os anos de 2011 e 2016. A origem do montante eram depósitos de 27 cheques feitos por Fabrício Queiroz, o amigo do ex-presidente que trabalhou como assessor de Flávio na Alerj. Ao responder sobre o assunto, Bolsonaro disparou: “vontade de encher tua boca com porrada, tá? Seu safado”⁵⁵. Os ataques verbais incentivaram os apoiadores do presidente a aumentar a hostilidade contra os jornalistas. Em

⁵⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WmJZU0xKozE>. Acesso em: 14 fev. 2024.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofxjBDSt4CQ>. Acesso em: 14 fev. 2024.

2020, empresas de mídia chegaram a suspender o plantão de repórteres no cercadinho devido à falta de segurança para as equipes de reportagem⁵⁶.

Atacar a imprensa pelas redes sociais era parte da estratégia de Bolsonaro para mobilizar apoiadores e aumentar seu número de seguidores nas plataformas digitais. A jornalista Thaís Oyama fala sobre isso no livro *Tormenta*. Segundo ela, o crescimento da base de seguidores era um fenômeno previsível, pelo menos em parte, devido ao prestígio do cargo, à exposição diária na imprensa e à intensa atuação na internet, que provocavam uma multiplicação contínua de pessoas interessadas em acompanhar o que fazia o ex-presidente, independentemente de se gostar ou não dele. No entanto, esse crescimento teve “picos”, ou seja, saltos que escaparam da curva de aumento natural, quando Bolsonaro conseguiu fazer uma mensagem transbordar do seu círculo de apoiadores para atingir novos grupos. Em 2019, por exemplo, foram observados onze momentos de maior conquista de seguidores.

Pela análise dos picos de adesão registrados nas redes do presidente em 2019, as ocasiões em que o ex-capitão obteve mais seguidores ocorreram quando ele atacou a imprensa — o que explica por que suas críticas aos veículos de comunicação foram se tornando mais frequentes e agressivas. Em novembro, ele excluiu a *Folha de S. Paulo* de uma licitação da Presidência — desistiu da medida oito dias depois — e sugeriu que os anunciantes do jornal poderiam sofrer retaliações do governo. Um mês antes, havia ameaçado cassar a concessão da *TV Globo* em represália à reportagem sobre o depoimento do porteiro de seu condomínio — o funcionário havia dito à polícia que um dos suspeitos pelo assassinato da vereadora Marielle Franco entrara no local horas antes do crime, anunciando uma visita a Bolsonaro. (Mais tarde o porteiro voltou atrás e disse que se equivocara em seu depoimento). (Oyama, 2020, p. 193).

No governo Bolsonaro, as redes sociais se tornaram o principal meio de comunicação do presidente, que utilizava as plataformas para contornar os canais tradicionais de imprensa, buscando estabelecer uma narrativa própria, diretamente voltada para sua base de apoio. Essa falta de diálogo com os jornalistas, principalmente com aqueles que faziam uma cobertura crítica ao governo, facilitou a proliferação do chamado jornalismo declaratório, a prática de produzir notícias com base apenas nas declarações das fontes de informação, sem a checagem e apuração do que foi dito. Mello (2020) afirma que essa forma de atuação da imprensa foi um dos fatores que possibilitaram a popularização do discurso da extrema direita e o consequente surgimento de líderes como Trump e Bolsonaro.

⁵⁶ *Folha, Globo e Band* decidem não enviar mais repórteres para o Alvorada. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/folha-e-globo-decidem-nao-enviar-mais-reporter-es-para-a-frente-do-alvorada>. Acesso em: 14 fev. 2024.

A imprensa precisa fazer uma autocrítica: ela foi um dos fatores que possibilitaram o surgimento dessa era. Primeiro, ao praticar a “falsa equivalência”. A mídia tradicional se pauta pela obrigação de sempre ouvir os dois lados e (tentar) ser equilibrada, mas às vezes incorre no que se convencionou chamar de falsa equivalência. O *On the Media*, programa da *National Public Radio* americana, deu um bom exemplo: “O presidente Obama afirma que nasceu nos Estados Unidos e, portanto, pode ser presidente do país; seus críticos discordam”. Isso é falsa equivalência. O certo seria dizer: “Barack Obama nasceu no Havaí em 1961; o movimento *birther* nega esse fato”. (Mello, 2020, p. 162).

No caso do Brasil, foram inúmeras as matérias jornalísticas que deram voz e chancela de legitimidade para que Bolsonaro fizesse, por exemplo, a defesa da cloroquina como um medicamento eficaz no tratamento da Covid-19, apesar de estudos científicos negarem a eficácia. Essa importância que se deu a qualquer declaração do ex-presidente é vista por Mello como o segundo erro da mídia na ascensão dos políticos da extrema direita.

É frequente críticos apontarem que parte da culpa pela eleição de Trump foi da imprensa americana, que cobriu cada declaração mentirosa ou ofensiva do candidato e deu destaque a seus tuítes. No Brasil, estaríamos cometendo o mesmo erro ao repercutir todas as falas de Bolsonaro. (Mello, 2020, p. 164).

Ao repercutir as declarações vergonhosas e chocantes dadas pelo ex-capitão antes e depois de se tornar presidente, os veículos de imprensa acabavam reverberando o assunto, dando “um verniz de legitimidade a esses disparates” (Mello, 2020, p. 164) e fazendo com que o governante continuasse em evidência para além do círculo de apoiadores fanáticos. Dessa forma, pode-se dizer que a imprensa, ao adotar o jornalismo declaratório na cobertura das ações cotidianas de Bolsonaro, acabou contribuindo, mesmo que involuntariamente, para a propagação do discurso de ódio e para campanhas de manipulação da opinião pública promovidas por ele.

Muitas dessas campanhas produziram a chamada “cortina de fumaça”, uma estratégia de atrair atenção da imprensa e das mídias sociais para assuntos irrelevantes ou falsos, de modo a tirar o foco de pautas centrais (que tenham maior impacto na vida da população) ou de assuntos que fossem negativos para o governante. Assim como Trump fez nos Estados Unidos, Bolsonaro adotou no Brasil uma engenharia discursiva para manipular o ciclo de notícias e, conseqüentemente, o debate público. Toda vez que uma informação negativa se insinuava nas redes, ele conseguia mudar o assunto com postagens no *Twitter* ou ataques à imprensa ou contra críticos. Por diversas vezes, conseguiu passar sua mensagem sem se submeter ao escrutínio de jornalistas, sem citar fontes, sem ter que explicar eventuais contradições. Durante seu mandato, promoveu permanentes conflitos com a imprensa, com o

propósito de se blindar contra críticas e minar a confiança na mídia profissional. Ao colocar em xeque a credibilidade dos veículos jornalísticos, Bolsonaro mobilizava sua base de apoio e a convência de que uma reportagem contendo uma denúncia de corrupção, por exemplo, não passava de um ataque da imprensa “comunista”. “Os ataques são lançados para distrair as pessoas, fazer com que elas não prestem atenção em fatos realmente importantes. Tal como o americano Donald Trump, Bolsonaro é um profissional da fabricação de factoides” (Mello, 2020, p. 108).

Para Prado (2021), ao fazer ataques à imprensa pela internet, o ex-presidente se comportava como um *troll*, que são pessoas pagas para buscar atenção nas mídias sociais com o objetivo de amplificar a própria mensagem dentro da esfera pública de notícias. Agem, assim, recorrendo a declarações e/ou memes ofensivos e transgressivos para atacar a mídia tradicional e esvaziar sua credibilidade. Procuram atingir seus alvos provocando impactos emocionais e, em questões que poderiam causar problemas judiciais e uma reação maior da opinião pública, como postagens antissemitas ou em alusão ao nazismo, utilizam expressões com intencional ambiguidade para, quando houver reação, argumentarem que se tratou de ironia ou brincadeira.

O *trolling* está presente em todo o bolsonarismo (assim como na *alt-right* em geral). As declarações sem decoro do presidente pretendem capturar a imprensa, pautar a agenda da mídia e amplificar sua mensagem no debate público. *Trolls* procuram gerar respostas emocionais negativas nos seus alvos e zombam daqueles que, ao serem assediados, reclamam do comportamento abusivo. Em suas argumentações, justificam dizendo que “internet não é vida real”, que o alvo está se vitimizando e que se trata de liberdade de expressão. (Prado, 2021, p. 121).

Na elaboração de um “disfarce” para o discurso de ódio, a ambiguidade presente nas declarações de líderes da extrema direita para promover ataques soma-se a um outro método: o tokenismo⁵⁷. Ele foi bastante utilizado por Bolsonaro para se defender das acusações de racismo, misoginia e homofobia. O ex-presidente mantinha em seu círculo mais próximo pessoas utilizadas como *tokens*, símbolos que a ele associados funcionavam como argumento para justificar falas preconceituosas. O deputado federal Hélio Lopes, que é negro, estava sempre presente em pronunciamentos, *lives* e viagens do presidente, posicionando-se próximo a ele em entrevistas (Figura 5). Bolsonaro o chamava pelo apelido de “Hélio Negão”. Já o maquiador uruguaio Agustin Fernandez, *gay* assumido, era companhia constante da

⁵⁷ Utilizada inicialmente por Martin Luther King, na luta contra o racismo nos Estados Unidos, a expressão tokenismo refere-se à “[...] prática de fazer apenas um esforço superficial ou simbólico para ser inclusivo para membros de minorias, especialmente recrutando um pequeno número de pessoas de grupos sub-representados para dar a aparência de igualdade racial ou sexual dentro de uma força de trabalho”. (Prado, 2021, p. 109).

ex-primeira-dama Michelle em diversos compromissos e viagens oficiais da Presidência da República. Em 2019, ao nomear sua equipe de 22 ministros, o chefe do Executivo convidou apenas duas mulheres para o primeiro escalão do governo: Tereza Cristina, parlamentar ligada à bancada ruralista, que assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Damares Alves, pastora evangélica indicada para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Figura 5 – Hélio Lopes ao lado de Bolsonaro em *live* transmitida nas redes sociais.



Fonte: Reprodução YouTube. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1623461543327038-o-estilo-descontraido-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 14 jun. 2024.

O uso da ambiguidade em declarações funcionou de forma eficiente ao longo do mandato porque foi sustentado pela máquina digital mantida por Bolsonaro. Ao contrário de outros presidentes, o ex-capitão continuou, após eleito, onipresente nas mídias sociais, com sua família e os assessores do “gabinete do ódio” gerindo um ecossistema de comunicação. As gravações de conversas com seus apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada se tornaram peças de propaganda diária; o uso intensivo de sua conta no *Twitter* substituiu a necessidade de um porta-voz formal; as transmissões semanais realizadas no *Facebook* e no *YouTube* viraram seu canal direto com a sociedade.

Foi uma experiência radical de eliminação da intermediação da mídia tradicional, os chamados *gatekeeper*, imitando e expandindo o modelo adotado havia dois anos por Trump. Bolsonaro foi o primeiro “presidente digital” da nossa história. Foi ele quem inaugurou a substituição dos releases de imprensa por tuites, das coletivas por

cercadinhos e dos posicionamentos por lacradas. Ao longo do mandato, Bolsonaro foi alinhando seu estilo personalista como parte da comunicação oficial do governo. Os vídeos no *Facebook* passaram a conviver com transmissões de pronunciamentos oficiais em rádio e TV, a distribuição de informações ganhou um caráter mais profissional e a distribuição das verbas publicitárias privilegiou as empresas de mídia que defendiam o governo, como *Jovem Pan*, *Record*, revista *Oeste e Brasil Paralelo*. (Nunes; Traumann, 2023, p. 47).

Com a imprensa tradicional colocada de lado pelo governo, o conteúdo criado pelo ecossistema de comunicação digital bolsonarista ganhava força na sua distribuição por meio de grupos de *WhatsApp* e *Telegram*. O compartilhamento de *fake news* foi uma arma poderosa na sustentação do apoio a Bolsonaro, mesmo diante de críticas da grande mídia e das constantes crises pelas quais o governo passou, sendo a pandemia de Covid-19 a maior delas. Em uma pesquisa desenvolvida pelos americanos Daphna Oyserman e Andrew Dawson (2021), a disseminação das notícias falsas é comparada a uma espécie de teste de lealdade para militantes políticos. Em geral, eles compartilham vídeos, *posts* e memes de seu grupo político não apenas porque acreditam que estão disseminando verdades, mas porque, segundo os dois autores, é nisso “que eles querem acreditar”. Para adeptos de líderes carismáticos, a verdade dos fatos, tomados um a um, não importa. Verdadeira seria somente a mensagem no seu conjunto, que confirma o viés do eleitor.

De acordo com Felipe Nunes e Thomas Traumann, autores de *Biografia do Abismo*, disseminar notícias que ajudam seu candidato, mesmo que sejam falsas, parece ser um ato messiânico, uma tarefa a ser cumprida. Mais do que mostrar que estava certo na mesa do jantar, mais do que mostrar que tem informação também, o ato de espalhar notícias acaba cumprindo um papel de se sentir útil, é um ato de pertencimento a um grupo.

O uso de *fake news* para influenciar a opinião dos eleitores não tem nada de novo. O que é novidade é a capacidade das narrativas de chegar a tantas pessoas em tão pouco tempo. A propaganda política que se reproduz no *Facebook*, no *X*, no *YouTube*, no *WhatsApp* e no *TikTok* se espalha como uma enxurrada de informação, cada postagem confirmando a anterior, cercando o eleitor por todos os lados. [...] Na guerra pelo engajamento nas redes sociais, o sucesso é medido pela capacidade de o líder gerar seguidores orgânicos, que nada mais são do que a versão digital do militante partidário dos tempos pré-internet. Na lógica do algoritmo, o engajamento não é obtido por mensagens que unam a sociedade, mas por aquelas que inflamam paixões, especialmente o medo, o ressentimento e a repulsa. (Nunes; Traumann, 2023, p. 58).

Esse novo contexto de comunicação criou as condições para um tipo de disputa política, em que os lados, cada um na sua bolha, reproduzem suas convicções e seus preconceitos sobre si mesmos e sobre o outro lado, gerando, segundo Nunes e Traumann (2023), um sentimento de identidade pelo conteúdo. Não é uma identidade nacional, mas uma

identidade de grupo, na qual a personalidade, a trajetória e o modo de ver o mundo dos políticos se torna essencial no apoio que irão receber. No caso do Brasil, enquanto foi presidente, Bolsonaro colocou Lula e o PT como seus maiores inimigos, assim como fez na campanha eleitoral de 2018 e também na de 2022, para estimular uma polarização que foi fundamental na obtenção de eco e apoio a seu discurso.

A polarização extrema, associada aos recursos de tecnologia digital, além de criar a “bolhificação” da política (processo no qual as pessoas estabelecem contato quase exclusivo com quem pensa de maneira similar), configurou-se como um fenômeno fortemente ligado à volta do populismo mundial, chamado agora de “tecnopopulismo”, um conceito que entende o antagonismo político como o confronto entre o bem e o mal (nós contra eles) e coloca o centro do debate no âmbito moral, em detrimento de plataformas e propostas políticas. É nesse contexto que o discurso de radicalização da extrema direita se disseminou.

Na política da velha guarda, quem quisesse atingir o maior número de eleitores tinha de recorrer a mensagens moderadas, com ideias que pudessem ser abraçadas pela maior parte das pessoas. No tecnopopulismo, o jogo é outro. O objetivo é identificar temas importantes para cada um e explorá-los em campanhas de comunicação individualizadas. (Mello, 2020, p. 150).

3.4 Presidente do caos: ressentimento, populismo e negacionismo

O estímulo à polarização orquestrado pelo discurso de Bolsonaro, além de ser uma estratégia para ganhar apoio e mobilizar seus seguidores nas redes sociais, é fruto de uma política populista nutrida por um ressentimento presente em grande parte dos adeptos do bolsonarismo. Com a eleição de 2018, tomou forma no Brasil a transformação da polarização político partidária (PT *versus* PSDB) que existiu até 2014. Em seu lugar, surgiu um fenômeno mais extremado, no qual o radicalismo transbordou para o cotidiano e a posição política passou a ser parte da identidade de cada um e o seu diferencial em relação ao outro. Recorrendo a reflexões de Nietzsche, o psicanalista Diogo Bogéa (2021) afirma que o “[...] ressentimento é uma maneira de ver o mundo e de avaliar as relações” (p. 58). O cerne da postura ressentida é sempre se definir a partir da negação de um outro. A postura ressentida nasce a partir da inversão do olhar que estabelece valores. Ao invés de voltar-se para si, dirige-se para fora.

A moral ressentida sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto - sua ação é no fundo reação. [...] Assim, o ressentimento nega o único mundo real em favor de um “outro” mundo imaginário, de um modo

tal que o único mundo real passa a ser considerado como “falso” em detrimento de um mundo-além imaginário que passa a ser considerado como absolutamente verdadeiro. (Bogéa, 2021, p. 59).

Ao imaginar esse “outro mundo”, o ressentimento cria identidades, delimita fronteiras para impedir “[...] a abertura às circunstâncias, a abertura às muitas outras coisas, pessoas, palavras, ideias, instituições e formas de viver que vêm ao nosso encontro, atravessam nosso caminho e nos afetam de maneiras imprevisíveis” (Bogéa, 2021, p. 60). Quando assume essa postura avessa à identidade que foi criada, o ressentimento cria condições para identificar os “inimigos” responsáveis pelos problemas das pessoas ressentidas. Os líderes populistas, como Orbán, Trump e Bolsonaro, souberam canalizar esse sentimento para empoderar seus discursos e apontar esses “inimigos”.

Para a construção de coalizões de apoio, aos populistas basta identificar o outro. E sempre, sempre, o que une esses grupos é o ressentimento, a sensação de que são vítimas de uma injustiça, de que um outro grupo é protegido pelas elites e recebe mais do que merece. Décadas de políticas identitárias da esquerda colaboram para esse sentimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, críticos apontavam que os democratas passavam tempo demais discutindo banheiros para pessoas transgênero ou anistia de imigrantes ilegais, e não falavam muito sobre aumentar o salário mínimo nos estados americanos. (Mello, 2020, p. 147-148).

Ao seguir a cartilha do discurso da extrema direita, Bolsonaro entendeu o poder da comunicação de massa ao se beneficiar dele explorando o ressentimento de grande parte da população. No caso do Brasil, esse sentimento ganhou força a partir da crise política e econômica do segundo mandato do governo Dilma, dos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato e também em decorrência das políticas sociais e identitárias desenvolvidas pelos governos petistas. O chamado “politicamente correto” tornou-se alvo do discurso ressentido e o ataque às políticas identitárias foi oficializado por Bolsonaro em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança⁵⁸.

⁵⁸ Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Para o cientista político Uriã Fancelli, o “povo” é um conceito crucial no regime democrático, já que é a fonte da autoridade política. O povo pode delegar poder e reivindicá-lo. Ao mesmo tempo que o povo legitima a democracia, pode ser usado por populistas para distorcê-la e explorá-la. Para que o populismo ocorra, alguém deve afirmar falar em nome do povo, como Bolsonaro fez em seu discurso de posse e em inúmeras outras declarações. Citando o pesquisador argentino Ernesto Laclau, que estuda o populismo, Fancelli argumenta que a vagueza que acompanha o conceito de povo é o que o torna tão poderoso. Ela permite que populistas se articulem com diferentes grupos e forjem a impressão de que estão lutando pela mesma causa, mesmo que tenham demandas completamente diferentes.

Ao afirmarem falar em nome do povo, os populistas não só ignoram o conceito de pluralidade na sociedade, algo que pode ser nocivo às minorias, mas também enganam a população dizendo que ela será politicamente representada por alguém do povo, um compatriota que lutará contra as aflições nacionais causadas pelo resultado das atitudes das elites corruptas dominantes. (Fancelli, 2022, p. 31).

Além de se posicionar como porta-voz do “povo”, Bolsonaro soube criar proximidade com seus eleitores ao mobilizar o imaginário do “homem simples”. Em suas *lives* semanais, transmitidas pelo *Facebook* e *YouTube*, apareceu diversas vezes vestindo camisas de times de futebol e realizava frequentemente transmissões em espaços improvisados, sem a preparação técnica adequada como a de um pronunciamento oficial. Suas redes sociais reforçavam essa imagem “espontânea e natural” ao mostrar idas do ex-presidente à praia, à lotérica, ao cabeleireiro, a jogos de futebol, além de passeios de motocicleta e de moto aquática. Ele também gostava de expor hábitos como comer pão com leite condensado⁵⁹. Tal comportamento integrava uma estratégia tecnopopulista que visava humanizá-lo com o propósito de gerar identificação entre o líder e seus eleitores.

Para reiterar seu pertencimento ao povo simples, populistas costumam adotar “elementos culturais que são considerados sinais de inferioridade pela cultura vigente”. Eles aparentam ansiar pela atenção da mídia e, para garanti-la, muitas vezes apelam para um “comportamento político amador e não profissional que visa maximizar a atenção da mídia e o apoio popular”. Eles o fazem ao desrespeitar códigos de vestimenta, ao usar um linguajar chulo e ao se apresentar “não apenas como diferentes e originais, mas também como líderes corajosos que se posicionam com ‘o povo’ em oposição à ‘elite’”. (Fancelli, 2022, p. 31).

⁵⁹ Hábitos e estilo informal viram marca de Bolsonaro nas redes. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/habitos-e-estilo-informal-vm-marca-de-bolsonaro-nas-redes>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Outra característica comum entre populistas é se aproximar de características com as quais a nação se identifique. Fancelli afirma que, graças à natureza discriminatória e excludente do populismo, fazem parte do “povo” apenas aqueles que possuem essa característica específica com a qual o eleitorado-alvo se autoidentifique. Ao adotar como *slogan* da campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Bolsonaro tinha como intenção “[...] estabelecer um vínculo com 81% dos 210 milhões de brasileiros que se declaram católicos ou evangélicos” (Fancelli, 2022, p. 33). O ex-presidente chegou a expressar, em diversas ocasiões, sua intenção de nomear um ministro “terrivelmente evangélico” para uma das vagas no STF, o que de fato ocorreu ao indicar o ministro André Mendonça para o cargo. O político também gostava de citar o versículo bíblico 32, do evangelho do apóstolo João, retirado do capítulo 8: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Essa declaração atribuída a Jesus foi usada inúmeras vezes por Bolsonaro para justificar suas ações e afirmar que iria revelar a “verdade” para o Brasil. O contexto dessa passagem bíblica, no entanto, não condiz com o sentido que o ex-presidente explorava. Segundo a *Bíblia*, a fala foi dita pouco depois de Jesus constranger religiosos que pretendiam apedrejar uma mulher adúltera, sua intenção era expor a hipocrisia dos juízes de vida alheia. É um versículo que carrega uma mensagem sobre perdão, não serve de metáfora para a suposta “verdade” que Bolsonaro pretendia revelar.

O que parece ter ocorrido, de fato, ao longo de quatro anos foi a adoção da mentira como um instrumento de política pública e poder populista. O negacionismo passou a ser uma ameaça à verdade e a substituiu por um falso conhecimento. De acordo com Fancelli (2022), a estratégia de desconstrução dos fatos e da ciência, que se tornou extremamente comum no governo Bolsonaro, passa a ser bem-sucedida a partir do momento que o próprio político populista se personifica como a única fonte crível de informação, que é mais digna de confiança do que qualquer evidência. As declarações do ex-presidente e de seu entorno beberam constantemente na fonte da “autoverdade”⁶⁰, ou seja, se baseavam em um modo de interpretar a realidade baseado em crenças e visão de mundo desconectadas de fatos e de conhecimento científico. Da forma que ocorreu no Brasil, o populismo associado ao negacionismo passou a representar um perigo à democracia. Ao ganhar força por meio do discurso tecnopopulista, o ex-capitão desafiou o processo democrático e flertou com uma

⁶⁰ O termo foi utilizado pela jornalista e escritora Eliane Brum, em um artigo publicado em 2018. Fazendo uma analogia à pós-verdade, versão dos fatos que não condiz com a realidade por ser baseada em *fake news*, ela explica que na lógica da autoverdade, pela qual opera Bolsonaro, o valor está muito menos ligado ao que é dito e muito mais atrelado ao fato de dizer. Para Brum, as redes sociais são o canal no qual o ex-presidente dizia a sua verdade pessoal e autoproclamada, independente da conexão que tinha ou não com a realidade. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html. Acesso em: 04 ago. 2019.

postura autoritária para permanecer no poder. Por meio da desinformação, o negacionismo se estabeleceu no discurso bolsonarista e se tornou uma ferramenta de manipulação.

Quando usado como discurso ou estratégia, o populismo pode levar à ruptura das instituições democráticas, criadas para nos proteger de tiranos e, também, polarizar a sociedade em dois grupos antagônicos, para que se mantenham no poder às custas da própria população que passa a se dividir, e a se odiar. O negacionismo também tem suas consequências: ele refuta o conhecimento científico em nome de uma ideologia. Os populistas aprenderam a usar o negacionismo a seu favor, como uma estratégia populista. (Fancelli, 2022, p. 20).

Com a ascensão da extrema direita, a cultura da negação histórica e científica se tornou mais frequente na última década e repercute na internet narrativas que relativizam ou modificam, por exemplo, a origem da escravidão, os fatos relacionados à ditadura militar, as causas e os efeitos do aquecimento global entre outras temáticas. O historiador Luiz Marques (2018) aponta que o negacionismo climático, assim como o movimento “terraplanista”, fazem parte do repertório de grupos da extrema direita que, ao questionarem um consenso científico, enfraquecem a ciência na busca de uma visão racional do mundo. Além disso, o negacionismo turbinou o debate das redes sociais com teorias da conspiração e notícias falsas ou distorcidas. Para a pesquisadora da área de Ciências Sociais, Carla Fernandes (2022), no cerne da discussão sobre a negação da ciência, reside a ideia de que a última década está marcada pela era da pós-verdade, a palavra do ano 2016 eleita pelo *Dicionário Oxford*, após ter constatado o crescimento de seu uso no contexto da eleição de Trump e da votação do *Brexit* (como ficou conhecido o referendo britânico sobre a saída do Reino Unido da União Europeia). “O conceito que melhor define o fenômeno da pós-verdade pode ser retratado a partir da consolidação de uma época, na qual as evidências científicas e conhecimentos estão sendo substituídos por fatos alternativos” (Fernandes, 2022, p. 76).

3.4.1 O enfrentamento da pandemia de Covid-19

Como um produto da era da pós-verdade, Bolsonaro elevou o negacionismo científico à máxima potência durante a pandemia, entre 2020 e 2022. Até mesmo nos pronunciamentos em cadeia de rádio e TV, como veremos mais adiante, o ex-presidente adotou o negacionismo para se colocar contra medidas preventivas que pudessem minimizar os impactos da proliferação do coronavírus. Apesar de a doença ter sido identificada inicialmente em Wuhan, na China, em novembro de 2019, o Brasil se tornou rapidamente um dos epicentros mundiais da crise. O vírus foi detectado oficialmente no país em fevereiro de 2020. Pouco tempo

depois, em julho, o Brasil ocupava o segundo lugar no mundo em registros de mortes e contaminações. Justamente nesses primeiros seis meses de pandemia é que a atuação negacionista do governo se tornou crucial para ampliar os impactos negativos da doença. Conforme um estudo⁶¹ publicado em 2021, desenvolvido em parceria pela Universidade de Cape Town (África do Sul), Fiocruz, Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo, o discurso de Jair Bolsonaro revelou um padrão negacionista que subestimou a seriedade da pandemia, estimulou a desinformação como estratégia política e promoveu a pseudociência, enfraquecendo as ações do Ministério da Saúde, de governos estaduais e de prefeituras.

Na época, o ex-presidente defendeu que a economia não podia parar e pediu para que a população não seguisse orientações das autoridades de saúde, que alertavam para a adoção de medidas de isolamento social e quarentena com o objetivo de retardar a onda de contaminações. Em um discurso contrário aos especialistas e à própria Organização Mundial de Saúde (OMS), Bolsonaro foi contra o fechamento do comércio e de serviços, sua Secretaria de Comunicação lançou uma campanha cujo *slogan* era “o Brasil não pode parar”. Também utilizou as redes sociais para incentivar protestos e manifestações contra governadores e prefeitos que estivessem adotando medidas preventivas e fez pronunciamentos na TV e no rádio que minimizaram os riscos e os impactos da doença.

De acordo com a professora e pesquisadora da Análise do Discurso, Giani David Silva, na lógica da “guerra cultural” empreendida pela extrema direita, a pandemia foi transformada em mais um motivo para o embate ideológico imposto à população pelo então governo. Em entrevista concedida à imprensa em junho de 2020, ela afirma que as organizações e instituições científicas, normalmente enxergadas como instâncias investidas de autoridade para nortear caminhos, foram tratadas no discurso do ex-presidente como detentoras de um posicionamento ideológico contrário a seus planos econômicos. “Nesse sentido, as pessoas que se afinam com o governo e priorizam essas metas socioeconômicas vão tapar seus ouvidos para a ciência, simplificando e banalizando a pandemia. Eles não agem ou falam pela razão, mas, sim, pela crença na ideologia que guia a política bolsonarista”⁶².

O negacionismo dirigido ao campo específico da saúde pública, segundo Lynch e Cassimiro (2022), também pode ser chamado de “necropolítica”, já que para o populista

⁶¹ Estudo atesta discurso negacionista de Bolsonaro nos primeiros seis meses de pandemia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso-negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia>. Acesso em: 21 fev. 2024.

⁶² Discurso político pode prejudicar isolamento social. Disponível em: <https://www.daquibh.com.br/discurso-politico-pode-prejudicar-isolamento-social>. Acesso em: 14 jun. 2024.

reacionário, como eles classificam Bolsonaro, “[...] salvar vidas com medidas sanitárias responsáveis importa menos do que sua própria sobrevivência política”.

Por isso, Bolsonaro apostou no individualismo antissocial da população para que “seguisse a vida” como se nada acontecesse e se enfurece sempre que prefeitos e governadores decretam medidas sanitárias restritivas. Porque essas decretações assinalam a gravidade do que está ocorrendo e expõem sua inação homicida. Bolsonaro adota então uma estratégia dupla para deslocar o foco de seu comportamento culposos. Primeiro, ele se exime de qualquer responsabilidade sobre a coordenação do combate à pandemia, mente sobre uma suposta decisão do STF que o teria proibido de agir, ou diz que está fazendo sua parte, ou que é vítima de um complô da mídia e de seus outros inimigos. Depois ele contra-ataca, acusando prefeitos e governadores de restringirem ilegalmente liberdades civis e incitando a desobediência civil. É nesse sentido que ele favorece a distribuição de armas, para alimentar a esperança de que o “povo” reacionário possa sempre, quando precisar, resistir à opressão. (p. 142-143).

Uma das principais reações do poder público democrático ao negacionismo bolsonarista foi a abertura de uma CPI, no Senado Federal, com o objetivo de investigar as ações do governo durante a pandemia. Ao longo de quase seis meses, os senadores colheram dados, apuraram informações e ouviram depoimentos para chegar à conclusão de que o Executivo foi omissos e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da Covid. Com essa postura, expôs a população a risco concreto de infecção em massa. Conforme o relatório final da CPI, divulgado em outubro de 2021, ficou comprovada a existência de um gabinete paralelo, que defendia a imunização da população por meio da contaminação natural (imunidade de rebanho) e a adoção de um tratamento precoce sem amparo científico de eficácia. O documento mostrou que o ex-presidente desestimulou as medidas de prevenção não farmacológicas e, paralelamente, impôs um atraso deliberado à aquisição de imunizantes. “Com esse comportamento o Governo Federal, que tinha o dever legal de agir, assentiu com a morte de brasileiras e brasileiros” (Senado, 2021).

O gabinete paralelo era composto por médicos, políticos e empresários que não tinham investidura formal em cargos públicos, mas prestavam orientações ao Presidente da República sobre o modo como a pandemia deveria ser enfrentada. O grupo participava de decisões sobre políticas públicas, sem que fossem observadas as orientações técnicas do Ministério da Saúde. Por não integrarem os quadros da Administração, os participantes, além de atrapalharem o planejamento e a execução dos trabalhos de combate à pandemia, permaneciam ocultos de forma que a responsabilização pelos atos praticados fosse dificultada. Ao decidir ouvir o aconselhamento desse gabinete extraoficial, o ex-presidente defendeu a não obrigatoriedade do uso de máscara, criticou o distanciamento social e deu ênfase à cura por meio do chamado

“tratamento precoce”. Em diversas ocasiões, Bolsonaro recomendou medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina para tratar a Covid, mesmo com os estudos científicos demonstrando a ineficácia dos remédios. Ganhou bastante repercussão uma foto na qual o capitão mostrou uma caixa de cloroquina para uma das emas que vive nos jardins do Palácio da Alvorada. O episódio, ocorrido em julho de 2020, virou motivo de piada e deboche para os opositores do ex-presidente.

Figura 6 – Jair Bolsonaro aponta caixa de cloroquina para ema do Alvorada.



Fonte: Agência Reuters, foto de Adriano Machado. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>. Acesso em: 07 abr. 2024.

A veiculação de *fake news* também contribuiu para o negacionismo científico proliferar. Nesse ponto, a CPI apurou que não apenas houve omissão dos órgãos oficiais de comunicação, no combate aos boatos e à desinformação, como também existiu forte atuação da cúpula do governo no fomento à distribuição das notícias falsas. De acordo com o relatório, verificou-se a existência de um grande volume de notícias que desinformaram a população brasileira. Foram identificadas campanhas feitas nas redes sociais com conteúdo claramente contrário a evidências técnicas e científicas, o que gerou enorme confusão na população, contribuindo para agravar os riscos relacionados à saúde e à contaminação. As *fake news* envolveram diversos tópicos, como a origem do vírus, com ataques xenófobos à China; a oposição infundada ao isolamento social; a divulgação de que o STF teria proibido o governo de atuar no combate à pandemia; o incentivo ao “tratamento precoce”; a desinformação sobre o número de mortes pela Covid-19; a contestação da eficácia do uso de

máscaras; e, por fim, a propaganda antivacina. A falsa sensação de segurança, desencadeada por informações inverídicas, foi fator decisivo para o aumento de infectados e mortos.

Como a mais grave omissão do Governo Federal, a CPI apontou o atraso deliberado na compra de vacinas. Os senadores concluíram, a partir do depoimento de servidores, gestores e empresas envolvidas no processo, que a aquisição de imunizantes foi negligenciada. Além disso, denúncias de corrupção feitas pela imprensa e apuradas na CPI revelaram que, em uma das tratativas com laboratórios fornecedores, um representante do Ministério da Saúde cobrou propina⁶³ para que fosse fechado um contrato de importação dos imunizantes.

A adoção do negacionismo na condução da pandemia, aliada ao tecnopopulismo, foi responsável por graves consequências, que estão apontadas em um estudo conduzido pelo Grupo Alerta e apresentado à CPI. Caso o governo tivesse agido no enfrentamento ao coronavírus seguindo decisões e fundamentos científicos, cerca de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas nos primeiros doze meses da crise sanitária⁶⁴. Em maio de 2023, quando foi decretado o fim da emergência mundial de saúde pública, mais de 700 mil óbitos haviam sido registrados no Brasil. O número equivale a 10% do total de mortes em todo o planeta. De acordo com a OMS⁶⁵, o Brasil foi o segundo país com mais mortes notificadas, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que contabilizaram mais de 1,1 milhão de óbitos.

Com seu discurso negacionista, Bolsonaro conseguiu manter a sociedade dividida e polarizada, colocando o “povo” contra a “elite” (nós contra eles), conflito que é fundamental para o êxito do tecnopopulismo. No caso da pandemia, essa “elite” passou a ser vista como sendo a mídia tradicional, o campo jurídico, a OMS, os acadêmicos e os cientistas. Medidas como o Auxílio Emergencial, que distribuiu um benefício de R\$ 600 mensais a milhões de famílias durante o período mais agudo da emergência de saúde, também conseguiram segurar a popularidade do ex-presidente. O chefe do Executivo, mesmo diante de diversas acusações de omissão e ineficiência na gestão da crise, manteve o apoio popular de sua base eleitoral, o que o ajudou a escapar ileso dos inúmeros pedidos de *impeachment* protocolados no Congresso Nacional.

⁶³ Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2024.

⁶⁴ Brasil poderia ter evitado 120 mil mortes por covid em 2020, diz estudo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-poderia-ter-evitado-120-mil-mortes-por-covid-em-2020-diz-estudo>. Acesso em: 09 ago. 2022.

⁶⁵ Brasil teve 10% das mortes oficiais pela covid-19 no mundo. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/brasil-teve-10-das-mortes-oficiais-pela-covid-19-no-mundo-entenda,e73666966d4ceb50a6a8dd69925053efj3ikhuas.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.

Durante os quatro anos de seu governo, Bolsonaro foi alvo de 158 requerimentos de cassação do mandato na Câmara dos Deputados. Apesar do número recorde, Jair não chegou a ser realmente ameaçado pelo processo de impedimento, uma vez que tinha o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas), como aliado. Conforme o regimento interno da Câmara, a abertura de um pedido de *impeachment* só ocorreria se aprovada por ele. Além disso, o governo foi responsável por criar e alimentar, a partir de 2020, o que ficou conhecido como orçamento secreto⁶⁶. Nos dois anos finais do mandato, Bolsonaro destinou bilhões de reais para emendas parlamentares e evitou o enfraquecimento do apoio que recebia da maior parte dos deputados e senadores.

No entanto, apesar de ter se blindado contra o *impeachment* e ter mantido apoio popular mesmo depois do desastroso enfrentamento da pandemia, o ex-presidente não foi reeleito. Suas atitudes e discursos negacionistas, que incluíram descaso e indiferença a quem estava doente ou tinha morrido, acabaram sendo cruciais para influenciar o resultado das urnas em 2022. Em duas ocasiões nas quais demonstrou desrespeito por quem sofria na pandemia, o político imitou pessoas com falta de ar⁶⁷. Também declarou que não era “coveiro”⁶⁸ ao se recusar a responder a pergunta de um jornalista sobre o aumento dos óbitos por coronavírus, durante entrevista no cercadinho. Em outro episódio, afirmou que era preciso parar de “frescura” e de “mimimi” e questionou até quando as pessoas ficariam “chorando”⁶⁹. Essa falta de humanidade e empatia ao lidar com os problemas que afligiam toda a população acabaram sendo determinantes no pleito eleitoral e na manutenção de sua legitimidade como maior autoridade da República.

A pandemia de covid-19 pautou o governo Bolsonaro. Por um lado, solidificando uma rejeição da qual o presidente nunca mais conseguiu se livrar e, de outro, reforçando sua identificação com os eleitores exatamente por essas atitudes. A postura negacionista, a propagação de recomendações para uso de medicamentos falsos, a recusa em se vacinar e a desconsideração com as vítimas moldaram a percepção de uma parte importante da população em relação ao governo. A preocupação com os efeitos da pandemia na economia, com o risco do desemprego em massa e com os efeitos colaterais das vacinas tornou o presidente um legítimo representante de outra parcela da sociedade. (Nunes; Traumann, 2023, p. 99).

⁶⁶ Criadas em 2019 e implementadas em 2020, as emendas de relator do orçamento ficaram conhecidas como “orçamento secreto”, por permitirem a parlamentares distribuir recursos dos cofres da União sem a transparência adequada para o envio do dinheiro. Ao não especificar nomes, limites e destinação, o mecanismo acabava facilitando, na prática, a ocorrência de possíveis casos de corrupção.

⁶⁷ Bolsonaro imita pessoa com falta de ar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VgmGRthgPq8>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶⁸ ‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶⁹ Bolsonaro sobre a pandemia: ‘Chega de frescura, de mimimi’. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZpZg5A8U748>. Acesso em: 28 fev. 2024.

3.4.2 Contra o meio ambiente e a democracia

Outra vertente do negacionismo, que também pautou momentos importantes de crise no governo, está relacionada à questão das mudanças climáticas. Bolsonaro foi responsável por afrouxar o combate ao desmatamento na Amazônia, cortar o orçamento destinado à preservação, reduzir a fiscalização nos biomas brasileiros e enfraquecer órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Além disso, demitiu autoridades e servidores que atuavam em ações de preservação, como o professor Ricardo Galvão, que foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que é responsável pelos dados de medição do desmatamento no Brasil. Em 2019, com a divulgação dos indicadores sobre o aumento das áreas desmatadas, o ex-presidente criticou a atuação de Galvão, colocou em xeque a credibilidade do Inpe e cogitou mudar a metodologia da medição do desmatamento. Em um embate público com Bolsonaro, o cientista reafirmou a posição do órgão e a confiabilidade dos dados, mas acabou sendo exonerado.

O negacionismo climático é intrínseco ao discurso da extrema direita internacional e foi assumido de forma explícita pelo ex-presidente americano, Donald Trump, que declarou, em várias ocasiões, não acreditar no aquecimento global. Uma de suas principais medidas como governante dos Estados Unidos foi retirar o país do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas. No Brasil, Bolsonaro não reproduziu Trump nessa decisão, mas se manteve cercado por quem endossava as afirmações negacionistas sobre o clima, como seu filho Carlos e o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Além disso, colocou o advogado Ricardo Salles para chefiar o Ministério do Meio Ambiente. Em 2021, sob a acusação de ter facilitado a exportação ilegal de madeira da Amazônia, o ministro foi afastado do cargo ao se tornar alvo de investigações da Polícia Federal.

Com essa política ambiental que enfraqueceu os órgãos de fiscalização, povos indígenas passaram a ser ainda mais ameaçados por garimpeiros, madeireiros e grileiros de terra, grupos que agem de forma criminosa em áreas de preservação. A maior consequência dessas ações veio à tona quando Bolsonaro já estava fora da Presidência. Em janeiro de 2023, logo após a posse de Lula, tornou-se público um cenário desolador que envolvia dezenas de mortes de indígenas na reserva Yanomami, no Amazonas. Crianças e adultos morreram por desnutrição, doenças endêmicas, como a malária, e assassinatos cometidos por agentes do garimpo ilegal. O fato causou perplexidade e, por determinação do STF, a PGR abriu

inquérito para apurar as suspeitas de prática de genocídio e outros crimes supostamente cometidos por autoridades do governo Bolsonaro.

Assim como a pandemia e as mudanças climáticas, o discurso negacionista da extrema direita também escolheu a democracia como um de seus principais alvos. Conforme já abordado neste capítulo, o ex-presidente foi condenado pelo TSE e julgado inelegível por ter utilizado a máquina pública na disseminação de *fake news* e teorias da conspiração contra a lisura da urna eletrônica e do processo eleitoral. Esse julgamento foi resultado de uma ação referente a um episódio ocorrido em julho de 2022, antes das eleições. Nesse mesmo ano, após a derrota nas urnas, essa desconfiança plantada e incentivada por Bolsonaro levou o país a sofrer com consequências bem maiores. Finalizado o segundo turno, o presidente derrotado se recusou a reconhecer abertamente o resultado, manteve-se em silêncio por dias e não participou da transição de governo. Enquanto isso, seus apoiadores iniciaram uma série de protestos contra a vitória de Lula, bloqueando rodovias e montando acampamentos na porta de quartéis para pedir a intervenção federal das Forças Armadas. As manifestações perduraram por mais de dois meses e instalaram um clima de insegurança no Brasil.

Bolsonaro não condenou nem desencorajou os protestos e se manteve como “presidente do caos”⁷⁰ ao se omitir diante da situação instável que se desencadeou após as eleições. O negacionismo democrático, alimentado pelo silêncio público do capitão, foi terreno fértil para teorias da conspiração compartilhadas entre os manifestantes. Também preparou o caminho para que fosse executada uma tentativa de golpe contra o governo eleito, por meio dos ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, uma semana depois da posse de Lula. Essa radicalização do bolsonarismo, que foi alimentada pelo tecnopopulismo e sua consequente polarização, será melhor compreendida na abordagem das características do autoritarismo e do neofascismo com as quais trabalharemos na próxima seção.

3.5 Autoritarismo, polarização e neofascismo

Conforme temos mostrado, a aposta na polarização política por parte do discurso bolsonarista foi levada a cabo até mesmo em momentos críticos, como o período da

⁷⁰ De acordo com a jornalista Andréia Sadi, da *TV Globo*, Jair Bolsonaro foi chamado dessa forma por alguns de seus assessores pela forma como atuava em diferentes momentos nos quais o país enfrentou crises. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2022/11/01/bolsonaro-nao-esta-em-silencio-inconformado-com-derrota-faz-barulho-ao-nao-condenar-atos-antidemocraticos.gh.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.

pandemia. Ao longo de seu mandato, Jair não acenou para a conciliação e, pelo contrário, recrudescer na retórica do “nós” contra “eles” na tentativa de se manter no poder. Além de ser um dos fundamentos da cartilha da extrema direita, essa aposta também está alinhada a um plano de enfraquecimento das normas democráticas. De acordo com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), autores de *Como as democracias morrem*, a democracia perece a partir de uma polarização sectária extrema, que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. Essa polarização, quando radicalizada e conduzida ao extremismo, produz um ambiente de perseguição contra aqueles que forem considerados “inimigos”. Na crença de quem está dominado pelo discurso extremista, esses “inimigos” passam a ser vistos como humanos inferiores e que não deveriam gozar dos mesmos direitos e proteções das liberdades individuais e civis. Soma-se a isso a metapolítica, com a retórica e a crença em ameaças existenciais e visões apocalípticas como o “fim da civilização judaico-cristã ocidental”.

No caso do Brasil, a ameaça foi adaptada e alardeada como sendo o avanço do “comunismo”. Esse aspecto do discurso bolsonarista é um daqueles que fazem o populismo e o fascismo se sobreporem em suas práticas e ideologias. Em entrevista ao *site The Intercept Brasil*, publicada em 2020, o filósofo americano Jason Stanley, que estuda o neofascismo, afirma que o comunismo combatido pelo bolsonarismo é visto, na verdade, como algo associado à democracia, ganha um novo efeito de sentido que se difere do significado do regime comunista em sua essência.

O Brasil tem uma tradição fascista e tem uma tradição de ditadura militar. Diferentemente do conservadorismo comum, que faz parte da política democrática, o fascismo envolve uma veneração ao militarismo e um repúdio aberto à democracia. Infelizmente, o Brasil tem um histórico recente de repúdio aberto à democracia. Há brasileiros vivos que se lembram com carinho da ditadura militar. E assim, se você reunir a longa história do Brasil, o fato de vários países do século XX terem tido esses movimentos anticomunistas, não apenas anticomunistas, mas antidemocráticos e militaristas, representando a democracia como comunismo, essencialmente, que é o que o fascismo faz, representa democracias não comunistas como comunismo e depois diz que você precisa de um líder fascista forte para acabar com isso. [...] O anticomunismo é o que mantém o fascismo unido, pintando seus oponentes como comunistas. (Stanley, 2020).

Olhando para o contexto histórico brasileiro, o pesquisador da Ciência Política, Leonardo Avritzer (2018) defende que existe um movimento, chamado por ele de “pêndulo democrático”, segundo o qual a democracia no Brasil se alterna entre períodos de avanço e de regressão democrática. Em geral, esses momentos regressivos envolvem fortes divisões políticas, crise econômica e profundo desacordo em relação ao projeto de país.

Entendo por períodos de ampliação democrática aqueles momentos nos quais ocorrem eleições sem contestação de resultados e nos quais as instituições da contrademocracia (Rosanvallon, 2009) aceitam seu papel subordinado em relação à soberania popular. Desse modo, podemos entender o período de 1945 a 1964 como um período de expansão do pêndulo democrático, assim como o período entre 1994 e 2014. Entendemos os períodos de regressão democrática como aqueles nos quais existem questionamentos em relação aos resultados eleitorais que se associam ao fortalecimento das instituições da contrademocracia que ultrapassam, neste caso, o seu papel subordinado em relação às instituições constituídas pela soberania popular. (Avritzer, 2018, p. 276-277).

O governo Bolsonaro, apesar de ter sido legitimado pelas eleições de 2018, foi resultado de um movimento anterior, que tomou forma a partir das Jornadas de Junho, responsável por iniciar um novo período de regressão democrática no Brasil. Dois fatores pré-Bolsonaro podem ser relacionados a este movimento de regressão: a contestação do resultado das eleições de 2014, pelo então candidato derrotado Aécio Neves (PSDB); e o *impeachment* sem crime de responsabilidade de Dilma Rousseff, em 2016. Segundo Miguel (2022), esses episódios ajudaram a formar o contexto em que se deu a ascensão da extrema direita no país.

Os consensos que embasavam [...] a ordem construída a partir do final da ditadura eram abertamente desafiados, a começar pelos mais significativos deles: a disputa política organizada pela linguagem dos direitos e o combate à desigualdade profunda. A nova extrema-direita entendeu que tais consensos eram superficiais e mesmo ilusórios e que havia um filão a ser explorado na agitação contrária a eles. (p. 234).

Ao chegar ao poder, a extrema direita seguiu o caminho de continuar destruindo os consensos e, dessa forma, ampliou o movimento regressivo do pêndulo democrático. Na democracia iliberal instalada pelo ex-presidente, o “[...] legalismo autocrático explora os pontos cegos do sistema jurídico para aparelhar a Administração, atacar as instituições encarregadas de limitar o arbítrio do Executivo e responsabilizá-lo por seus atos” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 129). Um levantamento apresentado ao *podcast Autoritários*, feito pelo pesquisador da área de Direito e Ciência Política, Oscar Vilhena, mostra que Bolsonaro editou, em quatro anos, mais decretos que os antecessores que ficaram no cargo por dois mandatos. Além disso, a natureza dos decretos também foi diferente. Segundo Vilhena, a função desse dispositivo é regulamentar e complementar as leis, mas o ex-presidente o utilizou para criar novas ou contrariar as que já existem. As áreas mais atingidas foram: meio ambiente, especialmente a questão indígena; segurança pública e armamentos; educação; e saúde, com a pandemia da Covid. “Isso é o que impulsionou o papel do Supremo. Porque quando você vê um decreto de armas que está em absoluta dissonância com o *Estatuto do*

Desarmamento, você vai reclamar. Um partido político, uma ONG, vai falar ‘olha, pera aí, mas tem um decreto aqui que é ilegal’”, explica o pesquisador.

Governa-se por decretos ilegais, na esperança de torná-los fatos consumados pela lentidão do Congresso e do Judiciário. [...] esses atos são apresentados pelo legalismo autocrático como perfeitamente constitucionais. É do ponto de vista do legalismo autocrático que Bolsonaro declara “jogar dentro das quatro linhas” – ainda que com farta distribuição de catimbas, faltas e outras jogadas desleais, sob o olhar complacente de um árbitro por ele designado e devidamente comprado. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 129).

A adoção sistemática dos decretos pelo governo é apontada como um dos aspectos que reduziu drasticamente a participação dos atores do sistema democrático. Decisões que poderiam contar com debates no Congresso ou mesmo em conselhos de gestão participativa foram tomadas de maneira autocrática. Órgãos e instituições de representação popular foram excluídos dos espaços decisórios. De acordo com Avritzer, essa falta de normatização do Estado democrático de direito representou um fator decisivo para que o STF assumisse um papel antagônico a Bolsonaro, uma vez que coube aos ministros defender a democracia de forma *ad hoc*. O pesquisador afirma que o bolsonarismo é mais um movimento que uma forma de governo, o ex-presidente é um sintoma dessa direção regressiva tomada pelo pêndulo democrático. Ao assumir o poder, esse movimento age para enfraquecer as instituições e governa por meio do populismo autoritário. “Nunca vimos Bolsonaro em uma mesa de trabalho, indicando qual poderia ser a política do SUS, por exemplo. Vimos Bolsonaro no cercadinho fazendo discurso, na motociata”⁷¹.

Outro aspecto que contribuiu para o movimento regressivo do pêndulo democrático diz respeito à presença massiva de militares em cargos do Poder Executivo. Conforme mencionado no Capítulo 2, mais de 6 mil oficiais das Forças Armadas foram nomeados para atuar em diversos setores do governo, um número maior que o registrado à época da ditadura. Lynch e Cassimiro (2022) afirmam que o núcleo pilotado pelos generais aposentados era pragmático e tentou construir, nem sempre com êxito, uma relação com os Poderes Legislativo e Judiciário que garantisse a sustentação do governo. No entanto, no decorrer do mandato, a ala militar não foi capaz de conter os arroubos autoritários de Bolsonaro e grande parte dela ainda o apoiou.

Entre as constantes ameaças golpistas do presidente, a que ocorreu em 10 de agosto de 2021 se notabilizou pela repercussão cômica. Nesta data, a Marinha organizou um desfile de

⁷¹ Leonardo Avritzer: “É preciso melhorar muito para que a democracia brasileira seja reconstruída”. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Podcast-Leonardo-Avritzer>. Acesso em: 17 jun. 2024.

tanques e blindados na Esplanada dos Ministérios, com a justificativa oficial de entregar ao presidente um convite relativo a um exercício militar que ocorreria naqueles dias. O comboio se dirigiu até o Palácio do Planalto, onde Bolsonaro o aguardava acompanhado pelo alto comando das Forças Armadas. Naquele mesmo dia, estava agendado para ocorrer no Congresso a apreciação de um projeto de lei que previa o retorno do voto impresso nas eleições. Por isso, o ato foi visto como uma tentativa de intimidar o parlamento a aprovar a proposta. O tiro, entretanto, saiu pela culatra. O projeto foi rejeitado e a realização da parada militar desencadeou uma enxurrada de críticas ao governo e ao presidente feita por parlamentares e partidos políticos. Na internet, as imagens do desfile de blindados rapidamente viralizaram com memes e comentários debochando da precariedade dos veículos. O ato foi considerado um vexame que atingiu diretamente o meio militar. As cenas da fumaça preta saindo do escapamento de tanques foram as que mais deram repercussão. O desfile foi comparado ao “fumacê” das campanhas de combate à dengue.

Figura 7 – Desfile de tanques em Brasília virou meme nas redes sociais.



Fonte: Reprodução *Twitter*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942819-fumace-desfile-de-tanques-em-brasilia-vira-me-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Apesar da repercussão cômica e negativa do desfile militar (o jornal *The Guardian*, do Reino Unido, chegou a chamar o Brasil de “República das Bananas”⁷²), o tom golpista de Bolsonaro não arrefeceu. No mês seguinte, ele convocou manifestações para o Dia da Independência e protestos foram registrados em todos os Estados. Os atos foram pautados por ameaças antidemocráticas, com participantes carregando faixas contra o STF e o Congresso, além de pedidos de intervenção militar. O presidente participou de duas dessas manifestações. Em São Paulo, proferiu um discurso inflamado com críticas diretas ao ministro Alexandre de Moraes. Afirmou que não cumpriria decisões do magistrado e criticou, mais uma vez, a segurança das urnas eletrônicas, pedindo “eleições auditáveis”. “Não podemos admitir que uma pessoa na Praça dos Três Poderes quer fazer valer a sua vontade. Querer inventar inquéritos. Querer suprimir a liberdade de expressão”⁷³. Já em Brasília, Bolsonaro disparou uma ameaça golpista ao STF. “Ou o chefe desse poder enquadra o seu ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos”⁷⁴.

A eleição presidencial de 2018, que alça o ex-capitão ao Planalto, é por eles interpretada como o equivalente do golpe de 1964 - nova "revolução conservadora" a salvá-los mais uma vez do "comunismo" - hoje identificado com a proteção dos trabalhadores pelo Estado, como outrora, mas também do meio ambiente, do patrimônio histórico e das minorias de gênero e raça. A necessidade de "dobrar" os inimigos do povo incrustados nas instituições, pela violência se necessário, justifica o emprego continuado da intimidação, do suborno e da mentira como métodos de governo e administração. Dentre os inimigos a abater avulta o Supremo Tribunal, que não apenas se recusa a se inclinar à vontade soberana do povo encarnada pelo populista, como persegue seus críticos, violando a "liberdade de expressão" dos reacionários. A Justiça Eleitoral também se torna suspeita de conspirar contra a "democracia", urdindo uma fraude que impeça o "povo" de reeleger seu líder e liquidar sua "liberdade". (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 124).

Ao mobilizar seus apoiadores por meio do discurso autoritário, Bolsonaro adaptou o imaginário da ameaça comunista de outrora para corresponder ao sentimento antipetista, anticorrupção e antidemocrático que emergiu na última década. Na Presidência da República, essa indignação coletiva foi usada para embasar ações que, em vez de combaterem verdadeiramente a corrupção e, assim, fortalecerem a democracia, integraram a estratégia discursiva de gerar pânico moral, por meio do ataque às políticas progressistas. Ao ser eleito

⁷² *Bolsonaro's 'banana republic' military parade condemned by critics*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/aug/10/bolsonaro-banana-republic-military-parade-condemned-by-critics-brazil>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁷³ Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁷⁴ Bolsonaro faz ameaça golpista ao Supremo em discurso para apoiadores em Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/bolsonaro-faz-ameaca-golpista-ao-supremo-em-discurso-para-apoiadores-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

para combater “tudo isso que está aí”, Bolsonaro entendeu que precisava manter firme a polêmica fabricada a partir do imaginário do “marxismo cultural” e governou procurando acirrar o dissenso.

Ao longo do mandato, a polarização radicalizada contaminou o debate de diversas temáticas, como a do enfrentamento à Covid. Em artigo que analisa manifestações políticas ocorridas nos primeiros meses da pandemia, os professores e pesquisadores da Análise do Discurso Antônio Braighi e Cláudio Lessa (2022) identificaram esse confronto caracterizado em duas formações discursivo-ideológicas: uma em prol do governo e do ator político Bolsonaro; outra em defesa da Ciência e da democracia.

A mise-en-scène dos pró-Bolsonaro evidencia uma polarização latente, num quadro caricato de parte destes personagens [...]. Pareciam querer levar a discussão às vias de fato, não pelo gozo da violência, mas para se fazerem de vítima, caso fossem retrucados fisicamente. Sua agressividade demonstra o ponto a que alguns chegam com a dicotomização à qual Amossy (2017) faz referência, demonstrando, aparentemente, que o diálogo é um projeto distante e que pode desaguar em agressão corporal. (Braighi; Lessa, 2022, p. 218).

A pesquisadora de redes sociais e comunidades virtuais Raquel Recuero (2021) aponta que a polarização estimulada durante o governo Bolsonaro é classificada como sendo do tipo assimétrica. Em uma publicação de 2021, baseada em dados coletados pelo seu grupo de estudos, ela explicou que esse comportamento que procura radicalizar o dissenso, existente também nas interações feitas pelas redes sociais, não representa um aumento da distância entre campos políticos opostos (polarização simétrica), o que ocorre é a radicalização de um dos lados, de tal maneira que esse polo radicalizado passa a negar a construção de qualquer compromisso com o outro campo.

Todos os nossos estudos, desde 2018, identificaram [...] que há uma radicalização extremada de um lado da conversação, mas não necessariamente do outro. Não conseguimos, em quase nenhum dos nossos estudos, identificar uma “esquerda” e “direita” nessa polarização. Ao contrário, chamamos sempre de pró e anti, pois é esta a polarização que vemos construída. Isso significa que há um grupo pró-governo que estrutura uma falsa simetria entre nós x eles como nós (direita) x eles (esquerda). Não é o que vemos. Nos cenários de polarização, é um grupo pró-governo x todo o resto. E todos que não concordam são colocados no mesmo saco “esquerda-comunista-PT-etc.”. Incluindo Doria, Mandetta, Mourão (sim, ele tb) e etc. e muitos outros atores que não se identificam com a esquerda necessariamente. É uma falsa construção de nós x a esquerda que toma para si boa parte do debate democrático, como se a única posição possível para a direita fosse a extremização. Não é uma polarização simétrica, portanto, como muitos pensam, de “direita” x “esquerda”. Essa estratégia discursiva é importantíssima, porque não dá às pessoas que não se identificam com o governo e nem com a esquerda, outra possibilidade. É assim que o atual presidente se construiu como única opção possível em 2018. E é a mesma estratégia de 2021 para 2022. Essa polarização, portanto, é assimétrica,

baseada em retóricas radicalizadas, construindo discursos morais e pseudo-racionais que buscam esvaziar o debate democrático para 2022. (Recuero, 2021).

No artigo *Impasses de uma polarização assimétrica*, a pesquisadora da Ciência Política Bárbara Dias corrobora essa análise. Ela afirma que o tema da polarização estacionou por aqui no mesmo período da criação do movimento *Tea Party*⁷⁵, nos Estados Unidos. O caso brasileiro, entretanto, foi turbinado pela Operação Lava Jato. Recorrendo a um ensaio do pesquisador da Filosofia Política Rodrigo Nunes (2022), a professora explica que a polarização assimétrica no Brasil produziu processos de cismogênese nos quais a criação de divisões, especialmente nas redes sociais, formou grupos que agem em resposta às ações uns dos outros, com reações que gradualmente consolidam não apenas suas respectivas identidades, mas sua oposição mútua e compreensão recíproca como únicas alternativas possíveis desse terreno bipartido. Sob o rótulo da polarização, esses processos de cismogênese escondem duas operações. Na primeira, a assimetria entre os lados acaba sendo ocultada quando a terminologia “polarização” é usada sem deixar claro que um dos polos se posiciona de forma extrema, visando atrair o centro do debate para a sua direção e jogando para o outro a responsabilidade de negociar compromissos.

A extrema-direita faz exatamente isso, porque sua estratégia não inclui o governo para todos. Ela almeja somente consolidar uma base radicalizada suficientemente grande para manter sua força eleitoral e confia que, nos segundos turnos, os “centristas” sempre optarão por ela em detrimento da esquerda (Dias, 2022).

A segunda operação refere-se ao método usado por aqueles que se valem de um recurso retórico para atribuir aos dois lados da divisão política extremada uma falsa simetria ou equivalência. Essas pessoas descrevem os pólos como se fossem igualmente extremos e, com isso, se colocam em oposição a ambos como a única alternativa não radical disponível.

Isso é reforçado pela própria mídia, quando vende a ideia de narrativas “dos dois lados”, esquecendo que um deles produz um mundo completamente falso e sem lastro fático. Também é bom recordar que esse “consenso centrista” fecha acordos com o lado assimétrico da polarização quanto à austeridade fiscal e à desregulação financeira do mercado, mesmo que o preço pago seja a ascensão e consolidação do fascismo da extrema direita, geralmente tratado como falta de “bons modos à mesa”. O problema não parece ser a existência em si de polarizações, mas o fato de que uma oposição falsa pode esconder um antagonismo verdadeiro entre os que se beneficiam com a crise política e os que arcam com ela. (Dias, 2022).

⁷⁵ Trata-se da então ala radical do Partido Republicano, que era descrita como um misto de libertarianismo, populismo, conservadorismo e ultradireitismo. Foi uma corrente da oposição republicana indisposta a negociar qualquer coisa com o então presidente Barack Obama.

A polarização assimétrica ajuda a mostrar como a “ameaça” alardeada pelo discurso bolsonarista o aproxima da retórica fascista. Conforme Stanley (2020), o fascismo se alimenta da nostalgia de um passado militar, grandioso, quando havia papéis tradicionais de gênero, quando a família estava intacta. Sendo assim, o marxismo cultural, ao abarcar as políticas igualitárias, as políticas econômicas de combate à desigualdade e os direitos das minorias, representa uma ameaça a esse passado nostálgico idealizado, que é indiferente e contra os avanços progressistas. Um exemplo prático de ações que se tornaram alvo dos ataques vindos do discurso da extrema direita brasileira é a implantação da política de cotas (ações afirmativas) para ingresso de negros, pobres e indígenas nas universidades federais, regulamentada a partir da Lei 12.711 (Brasil, 2012), ainda no governo Dilma. Tal política é apontada pelos extremistas como integradora do marxismo cultural.

Para entender mais profundamente como a ameaça comunista sustenta o discurso bolsonarista, vamos olhar para outros sintomas do fascismo. De acordo com Stanley (2018), qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Por isso, a política da lei e da ordem (o afrouxamento na compra de armas decretado⁷⁶ pelo governo Bolsonaro, por exemplo) tem apelo de massa e ajuda a cristalizar o discurso do “nós” como cidadãos legítimos e “eles”, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à sociedade ocidental, construída sobre um sistema patriarcal que remete à masculinidade da nação. Este é um outro ponto, chamado de ansiedade sexual, que aparece como sintoma da política e do discurso fascista. O avanço de políticas de igualdade de gênero em uma democracia é visto como uma ação de intimidação para a masculinidade e a hierarquia patriarcal.

Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana, mesmo que há poucas gerações. [...] Na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por “valores universais”, como a igualdade. Esses valores, supostamente, enfraqueceram a nação diante de desafios reais e ameaçadores para sua existência. (Stanley, 2018, p. 11).

Os políticos fascistas aspiram a instituir ou resgatar a família patriarcal como um ideal na sociedade, retratando-a como parte essencial das tradições nacionais. A centralidade do patriarcado no discurso fascista pode ser compreendida estrategicamente. Segundo explica Stanley (2018), em uma sociedade fascista, o líder nacional é equiparado ao pai na estrutura

⁷⁶ Sob Bolsonaro, número de armas de cidadãos comuns mais que dobra. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/sob-bolsonaro-numero-de-armas-de-cidadaos-comuns-mais-que-dobra.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

da família patriarcal tradicional. Ele é considerado o patriarca da nação, cuja autoridade legal deriva de sua força e poder, da mesma forma que o pai detém suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa. O líder desempenha o papel de provedor da nação, tal como o pai na família. A legitimidade do patriarca é baseada em sua força, valor central no autoritarismo. Ao vincular o passado da nação a uma estrutura familiar patriarcal, o discurso fascista associa a nostalgia a uma ordem autoritária hierárquica, encontrando sua expressão máxima nessas normas.

No livro *Sobre autoritarismo brasileiro*, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (2019), ao mergulhar na história do Brasil para entender o presente, afirma que esse sistema patriarcal legitimado pelo discurso fascista foi herdado dos mandonismos do passado, da época do domínio exclusivo da grande propriedade rural, e que ele vem encontrando renovada sobrevida nesta era dos afetos digitais, igualmente autoritários.

[...] até mesmo no caso desses novos suportes de comunicação, nunca esteve tão firme a imagem de um presidente-pai, um *pater familias*: autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e “próximo” para quem o segue e compartilha das suas ideias. Assim sendo, e apesar de a linguagem digital ser uma plataforma teoricamente aberta a todos, ela continua a explorar modelos exclusivos de autoridade e a produzir dinâmicas segregacionistas, amplificando sistemas renovados de reconhecimento das hierarquias simbólicas e das formas de autoridade. (Schwarcz, 2019, p. 41).

O imaginário de “pai da nação” foi renovado por Jair Bolsonaro ao construir em seu discurso, com seus apoiadores, a ideia do “patriota”. Em muitas ocasiões, o ex-capitão fez uso do lema “Deus, pátria e família” para reafirmar suas posições e se contrapor a adversários que, por estarem contra ele, estariam também contra a “pátria”. Stanley (2018) aponta que esse sintoma está no “cerne do fascismo” e representa a “[...] lealdade à tribo, à identidade étnica, à religião, à tradição ou, em uma palavra, à nação” (p. 80). Esse nacionalismo fascista, em acentuado contraste com uma versão do nacionalismo que tem a igualdade como meta, “[...] é um repúdio ao ideal democrático liberal; é o nacionalismo a serviço da dominação, com o objetivo de preservar, manter ou conquistar uma posição no topo de uma hierarquia de poder e *status*” (Stanley, 2018, p. 80).

Como temos visto, no Brasil, o patriotismo ganhou tração ao ser associado ao sentimento anticorrupção. Mas tal discurso, se enunciado de maneira oportunista, acaba se tornando mais um sintoma da política fascista: “[...] mascarar a corrupção sob o disfarce de anticorrupção é uma estratégia marcante da propaganda fascista” (Stanley, 2018, p. 29). Ao longo de sua carreira política, Bolsonaro colocou em prática o “negócio do Jair”, envolvendo

filhos e esposas no esquema da “rachadinha”. No entanto, o ex-presidente, como candidato, surfou na onda lavajatista e se apropriou do discurso contra a corrupção para se beneficiar nas eleições e colar a imagem de “patriota” ao seu *ethos*.

[...] as campanhas anticorrupção estão frequentemente no centro dos movimentos políticos fascistas. Políticos fascistas geralmente condenam a corrupção no Estado que querem assumir, o que é bizarro, uma vez que os próprios políticos fascistas são invariavelmente muito mais corruptos do que aqueles que eles procuram suplantar ou derrotar. (Stanley, 2018, p. 27).

No Brasil, o nacionalismo fascista é marcado ainda por um segundo aspecto. O patriotismo é “verdadeiro” somente quando conjugado a uma política externa de submissão ao poderio econômico e cultural dos Estados Unidos. Esse aspecto foi uma das características encontradas por Braighi e Lessa (2022) na análise das manifestações políticas realizadas em 2020 durante a pandemia.

[...] cabe dizer ainda que são vistas nas manifestações pró-Bolsonaro, em menor quantidade, mas de forma recorrente, bandeiras de países como os Estados Unidos e Israel. Isso parece apontar uma vinculação ideológica, ligada aos poderes econômico e bélico, a despeito do nacionalismo tupiniquim ali clamado; processos complexos e contraditórios. (p. 214-215).

De acordo com Lynch e Cassimiro (2022), a extrema direita age orientada pela ideia de reeditar na modernidade a “república cristã” da Idade Média, cuja nova Roma seria a Washington de Donald Trump.

O “nacionalismo” dos reacionários só pode ser compreendido nesse contexto de uma operação de salvamento da “civilização judaico-cristã ocidental”, protagonizada pelos Estados Unidos. Para os bolsonaristas, uma política “nacionalista” significa manifestar independência e hostilidade a respeito do “globalismo” internacionalista, subordinando-se, porém, à nova Roma americana, coadjuvando-a em suas cruzadas contra os novos mouros, especialmente os chineses. (p. 83).

Assim como vestem o disfarce “nacionalista”, políticos fascistas concentram-se em desarticular o Estado de Direito para substituí-lo por regras que os beneficiem. Stanley (2018) afirma que é padrão na política fascista atacar com duras críticas um Poder Judiciário independente. Como vimos este capítulo, o STF foi alvo constante de críticas do bolsonarismo tanto na internet, como em várias manifestações de rua. O ex-presidente cogitou, em momentos distintos, aumentar o número de ministros da corte para ter o poder de mudar a configuração dos julgamentos, indicando magistrados alinhados politicamente a ele. A reforma judiciária é uma estratégia poderosa que foi utilizada por Viktor Orbán, na

Hungria, Vladimir Putin, na Rússia, e Nicolás Maduro, na Venezuela. O enfraquecimento do Poder Judiciário é uma forma de colocar à prova o regime democrático e tirar das instituições jurídicas os mecanismos de controle do poder do líder populista autoritário.

Para impedir que seja contestado, o político fascista também atua no ataque e na desvalorização da educação e das instituições de ensino e pesquisa acadêmicas. O conhecimento histórico e o acesso a diferentes perspectivas são uma ameaça à disseminação do discurso extremista. Mas isso não significa que as instituições de educação sejam relegadas nesses regimes. Segundo Stanley (2018), por haver apenas um ponto de vista legítimo, o da nação dominante, na ideologia fascista, as escolas apresentam aos alunos a cultura dominante e seu passado mítico. A educação se torna um pilar de apoio para essa nação mítica. Durante seu governo, Bolsonaro, sem se basear em indicadores de qualidade educacional, lançou, via decreto, um programa de escolas cívico-militares⁷⁷ que previa a implantação de 216 unidades para a oferta de ensino fundamental e médio. Além disso, as instituições acadêmicas foram alvos de ataques, como o do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, que afirmou, em 2019, que iria reduzir verbas de universidades que estivessem promovendo “balbúrdia” em seus *campi*⁷⁸.

Na política fascista, as universidades são degradadas em discursos públicos, e os acadêmicos são ignorados como fontes legítimas de conhecimento e expertise, sendo representados como “marxistas” ou “feministas” radicais que estariam espalhando um plano ideológico esquerdista sob o disfarce de pesquisa. Ao rebaixar as instituições de ensino superior e empobrecer nosso vocabulário comum para discutir políticas, a política fascista reduz o debate a um conflito ideológico. Por meio dessas estratégias, a política fascista degrada os espaços de informação, obliterando a realidade. (Stanley, 2018, p. 50).

Uma vez que se deslegitimam as universidades e os especialistas, os políticos fascistas se veem livres para criar suas próprias realidades, moldadas por sua própria vontade individual. No discurso bolsonarista, a formatação da realidade conforme os próprios interesses foi operada, principalmente, por meio do negacionismo, da disseminação de *fake news*, desinformação e teorias da conspiração, além da prática do *firehosing* nas redes sociais, conforme vimos. A adoção dessas táticas vai ao encontro da política fascista, que busca moldar a realidade pelos pronunciamentos de um único indivíduo.

⁷⁷ Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁷⁸ Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Mentiras óbvias e repetidas fazem parte do processo pelo qual a política fascista destrói o espaço da informação. Um líder fascista pode substituir a verdade pelo poder, chegando a mentir de forma inconsequente. Ao substituir o mundo por uma pessoa, a política fascista nos torna incapazes de avaliar argumentos com base num padrão comum. O político fascista possui técnicas específicas para destruir os espaços de informação e quebrar a realidade. (Stanley, 2018, p. 51).

Essa busca em abalar a confiança tanto da imprensa, como das instituições acadêmicas soma-se a um propósito de disseminar a suspeita e a dúvida para criar desconfiança e enfraquecer os laços de respeito mútuo entre os cidadãos. A política fascista procura substituir as bases de uma democracia liberal saudável pela confiança apenas na figura do líder. Quando ela é mais bem-sucedida, o líder passa a ser considerado pelos seus seguidores como o único confiável. E por ser visto dessa forma, sente-se empoderado a dar voz a “[...] sentimentos chocantes supostamente impróprios para o discurso público” (Stanley, 2018, p. 61). Bolsonaro, assim como Trump, foi considerado como alguém que “fala o que pensa”, exibindo um comportamento demagógico no qual o político é visto como autêntico, mesmo quando ele é manifestamente desonesto.

Como dito neste capítulo, o discurso da extrema direita trabalha para normalizar temas polêmicos e declarações chocantes, ampliando o que é aceito no debate público, conforme o conceito da janela de Overton e da espiral do silêncio. Essa estratégia discursiva de normalização é mais um sintoma do fascismo que Stanley (2018) enumera. “O que a normalização faz é transformar o que é moralmente extraordinário em ordinário” (p. 147). Dessa forma, o que antes era visto como intolerável começa a parecer tolerável até que haja uma percepção de que “[...] as coisas sempre foram assim”. Levitsky e Ziblatt (2018) tratam essa estratégia como uma maneira de normalizar o comportamento de líderes da extrema direita e, com isso, enfraquecer a democracia. Podemos perceber essa ideia na análise que eles fazem do comportamento do ex-presidente dos Estados Unidos.

Sob Trump, o país tem diluído a definição de desvio comportamental. O uso rotineiro de insultos pessoais, intimidações, mentiras e fraudes pelo presidente ajudou, inevitavelmente, a normalizar práticas desse tipo. Os tuítes de Trump podem gerar indignação na mídia, entre os democratas e alguns republicanos, mas a efetividade da resposta a eles é limitada pela quantidade abrupta de violações. [...] diante de violações disseminadas, nós somos sobrepujados – e depois dessensibilizados. Ficamos cada vez mais acostumados àquilo que antes achávamos escandaloso. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 191).

A normalização de absurdos é uma maneira de inserir o discurso fascista no debate público e, dessa forma, propagar ideias autoritárias capazes de influenciar as pessoas a se

colocarem contra a democracia. O cientista político americano Yascha Mounk (2019) aborda essa questão em *O povo contra a democracia*. Ele reforça que não somente políticos fascistas, mas populistas usam essa estratégia discursiva para desafiar as normas democráticas.

A razão para populistas e novos políticos serem tão inclinados a desafiar as normas democráticas básicas é, em parte, estratégica: sempre que os populistas violam essas normas, eles atraem a inequívoca condenação do establishment político. E isso sem dúvida prova que, tal como anunciado, os populistas de fato representam uma nítida ruptura com o *status quo*. Há, desse modo, algo de performático na tendência populista a romper com as normas democráticas: embora suas declarações mais provocativas sejam com frequência consideradas gafes pelos observadores políticos, a mera propensão a cometê-las já representa grande parte de seu charme. Mas isso tudo não faz de suas atitudes inconsequentes algo menos perigoso: uma vez que alguns membros do sistema político estão dispostos a violar regras, os demais têm grande incentivo para fazer o mesmo. E é o que estão fazendo cada vez mais. (Mounk, 2019, p. 143).

Com o recurso da normalização de declarações chocantes e polêmicas para fortalecer o conflito entre “nós” e “eles”, as políticas fascista e populista buscam mascarar o fato de que outras alternativas políticas seriam possíveis de garantir um governo estável. Dessa forma, se colocam como sendo o único caminho possível capaz de dar à população uma suposta “liberdade” necessária para combater a “ameaça comunista”.

No próximo capítulo, para complementar o que foi visto até agora, entraremos em uma outra frente de trabalho. Passaremos a tratar dos conceitos da Análise do Discurso e da Teoria Semiolinguística que serão adotados na aplicação da metodologia de análise do *corpus*. O que vimos nessa primeira parte somado ao que veremos a seguir formarão o arcabouço teórico necessário para estruturar o estudo sobre os pronunciamentos em rede nacional do ex-presidente Jair Bolsonaro.

4 DISCURSO E UNIVERSO DE SENTIDOS

Uma vez que esta pesquisa está situada no âmbito dos Estudos de Linguagem, sobretudo à filiação francesa da Análise do Discurso, neste capítulo, abordaremos as teorias e conceitos que serão utilizados na parte metodológica e nas discussões propostas a partir do desenvolvimento da análise do *corpus*. Nosso propósito é trabalhar para investigar os enunciados de modo a encontrar os conflitos e as contradições presentes nos discursos. A busca pelos efeitos de sentido mobilizados nos pronunciamentos em rede nacional do ex-presidente Jair Bolsonaro se dará a partir do entendimento de que o sentido não é algo constituído apenas pelo componente lexical ou pela organização sintática, mas é construído de modo complexo em função de fatores como o momento histórico, o condicionamento cultural, o componente psicossocial e também por meio da relação de alteridade e de dialogismo que se estabelece entre os sujeitos envolvidos em um ato de linguagem.

O discurso não engloba somente a linguagem verbal, mas todas as práticas comunicativas que produzem sentido e influenciam as interações humanas. Ele é o objeto no qual o sentido se realiza por meio da conjunção entre língua, sujeito e história. Para a AD, a língua é pensada como sua característica de incompletude, é lugar da falha, do equívoco, dos confrontos. O modo como a língua toca a história produz sentidos que não estão evidentes e, para encontrá-los, é preciso se voltar para os sujeitos que os constituíram e para as condições de produção nas quais os processos de significação se deram. Esse conjunto de relações que envolve o discurso é o que será capaz de transformar “palavras” enunciadas por um sujeito em efeitos de sentido que sejam entendidos pelo seu interlocutor.

Embora se diferencie dos estudos linguísticos desenvolvidos até os anos 1960, quando emergiu como um campo de estudo autônomo, a Análise do Discurso não é constituída dentro de uma perspectiva teórico-metodológica homogênea. Pelo contrário, busca atuar dentro de uma transdisciplinaridade (com contribuições de áreas como a Linguística, a Psicologia, a Sociologia e outras) que enriqueça suas práticas e pesquisas da área da Linguagem. Como aponta o linguista Dominique Maingueneau (1997), pode-se falar em múltiplas análises do discurso, já que o campo da AD é caracterizado pela diversidade. São várias as vertentes que, mesmo divergindo em relação às suas abordagens teóricas e aos seus procedimentos metodológicos, possuem grande relevância para os estudos do discurso.

Nesta pesquisa, o propósito é analisar o discurso sob o viés de uma problemática comunicacional e pragmática que enfatize a questão dos sujeitos da linguagem e suas intencionalidades. Nesse sentido, nosso estudo será desenvolvido tendo como direcionamento

os postulados teórico-metodológicos da Teoria Semioliúística (TS) de Patrick Charaudeau. A abordagem do pesquisador francês, apresentada a partir do livro *Linguagem e discurso*, de 1983, propõe uma metodologia para a descrição e análise linguística capaz de englobar os diferentes aspectos discursivos que constituem o foco deste trabalho. Na pesquisa das relações enunciativas e dialógicas formadoras do nosso *corpus*, iremos recorrer aos conceitos apresentados por Charaudeau em artigos publicados em coletâneas e em obras lançadas ao longo de sua carreira acadêmica, entre as quais se destacam *Discurso político* (2006), *A conquista da opinião pública* (2016) e *A manipulação da verdade* (2022).

Como seus princípios fundadores, a TS reúne uma amálgama de ideias e conceitos, oriundos de teóricos franceses, como Benveniste, Barthes e Greimas; de ingleses, como Austin, Grice e Searle; do dinamarquês Hjelmslev; além do russo Bakhtin e de seu círculo. A Semioliúística é uma das teorias da segunda geração da AD francesa que, ao alargar seu campo de estudo para o conjunto de produções languageiras, faz dialogar diversas correntes teóricas, assim como dialoga com outros ramos do conhecimento que têm como ferramenta básica o discurso. Sua preocupação incide não apenas na linguagem e sua dimensão social, mas na extensão de se conceber o social como uma instância de produção do linguístico. Dessa forma, a análise semioliúística tem seu interesse direcionado para o sentido social e os efeitos da linguagem em uso, preocupa-se não só com os aspectos voltados para a sua recepção, mas com os procedimentos interativos determinantes da produção/recepção. Trata-se de uma teoria que se interessa sempre pelas diferentes formas languageiras de interação entre locutores, em um determinado contexto e obedecendo a determinadas circunstâncias.

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semioliúística*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras línguas. (Charaudeau, 2005).

Essa perspectiva teórica de Charaudeau contribuiu significativamente para a renovação do campo da AD. De acordo com Emediato (2020), ela renovou o quadro teórico e metodológico, que até então era dominado pela perspectiva representacional, ao privilegiar uma análise ocupada com os aspectos linguístico-discursivos (os modos de organização) e

com os aspectos extralinguísticos (as condições de produção e os fatores históricos), com a dimensão cultural das práticas sociais e com os fatores psicossociais que envolvem os parceiros de uma troca linguageira, atravessados por uma memória discursiva. Nesse sentido, a TS propõe uma ampliação metodológica de abordagem do discurso para além dos aspectos ideológicos característicos das abordagens representacionais, como ocorre na primeira fase de desenvolvimento da AD.

Para entender o que Charaudeau (2005) propõe, é preciso partir do princípio segundo o qual um duplo processo de semiotização do mundo deve agir na formação do ato de linguagem, de modo que a construção do sentido se realize. O primeiro processo é o de transformação: sob a ação de um sujeito falante, o enunciado parte de um “mundo a significar” e o transforma em “mundo significado”. O segundo corresponde ao processo de transação, que faz deste “mundo significado” um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário. Esse duplo mecanismo de semiotização está estruturado em quatro tipos distintos de operações e de princípios.

O processo de transformação compreende as operações, que são: identificação (é necessário apreender no mundo fenomênico os seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, conceitualizá-los e nomeá-los para que se possa falar deles); qualificação (propriedades e características que definem a maneira de ser dos seres do mundo); ação (esquemas conceitualizados que conferem aos seres do mundo uma razão de ser ao fazer alguma coisa); e causação (sucessão dos fatos do mundo que é transformada em “relações de causalidade”).

O processo de transação, por sua vez, realiza-se segundo quatro princípios. O primeiro deles é o de alteridade, segundo o qual todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (estejam ou não diante um do outro) que devem se reconhecer como semelhantes e diferentes. São semelhantes porque, para que a troca se realize, é necessário que tenham em comum universos de referência (saberes compartilhados) e finalidades (motivações comuns); são diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na dissemelhança, cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produtor de um ato de linguagem e de sujeito receptor/interpretante desse mesmo ato. Cada um está engajado num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, numa interação que os legitima como sujeito comunicante e sujeito interpretante. A alteridade é o fundamento do aspecto contratual de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si.

O segundo princípio é o da pertinência, quando os envolvidos no ato de linguagem devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação

linguageira. Eles devem poder compartilhar – mas não necessariamente adotar – os saberes implicados no ato de linguagem em questão: saberes sobre o mundo, sobre os valores psicológicos e sociais, sobre os comportamentos etc. Esse princípio exige que os atos de linguagem sejam apropriados ao seu contexto e à sua finalidade para confirmar o aspecto contratual do dispositivo sociolinguageiro.

Já o princípio de influência diz que todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento. Por conseguinte, todo sujeito receptor/interpretante sabe que é alvo de influência. Isso confere a este último a possibilidade de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência.

Por fim, o princípio de regulação está estreitamente ligado ao princípio de influência, já que a toda influência pode corresponder uma contra-influência. Tal princípio faz parte, consciente ou inconscientemente, daquilo que os parceiros sabem a respeito do ato de linguagem de que participam. Para que a troca implícita não termine em confronto físico ou em ruptura de fala, ou seja, para que ela prossiga e chegue a uma conclusão, os parceiros procedem à regulação do jogo de influências, ou seja, recorrem a estratégias no interior de um quadro situacional que assegure uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva. Esse espaço de estratégias está inscrito, igualmente, no dispositivo sociolinguageiro.

Embora os dois processos (transformação e transação) sejam solidários um ao outro, sobretudo por meio do princípio de pertinência que exige um saber comum, construído ao término do primeiro, pode-se dizer que essa solidariedade é hierarquizada. De acordo com Charaudeau (2005), os quatro tipos de operação do processo de transformação não se fazem livremente, uma vez que são efetuadas sob o controle dos quatro princípios de transação, em um tipo de “liberdade vigiada” que confere às operações uma orientação comunicativa, um sentido. Essa dependência estabelecida entre transformação e transação é o que o autor francês postula como a marca de uma mudança de orientação nos estudos sobre a linguagem. A análise semiolinguística não se contenta apenas com as operações de transformação isoladamente, mas as considera dentro do quadro situacional imposto pelo processo de transação, que fornece as bases para a construção de um “contrato de comunicação”. A partir dessa perspectiva, busca-se conhecer o sentido comunicativo (seu valor semântico-discursivo) dos fatos de linguagem. O duplo processo de semiotização do mundo, com suas operações e seus princípios, corresponde ao postulado de intencionalidade, defendido pelo autor como sendo “o fundamento do ato de linguagem”.

4.1 O ato de linguagem

O ato de linguagem é pensado por Charaudeau (2005) como uma espécie de *mise-en-scène* entre os sujeitos, um jogo de encenações construídas pelo discurso, que é moldado por um espaço de restrições (as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido) e por um espaço de estratégias (as escolhas possíveis à disposição dos sujeitos). Essa troca entre os agentes do discurso é basilar na formação das significações, pois é por meio da identidade dos sujeitos falantes que a intencionalidade de um ato de linguagem começa a fazer sentido. É necessário que os parceiros reconheçam, um no outro, o direito à fala (que depende de sua identidade), e que possuam em comum um mínimo de saberes postos em jogo no ato de troca. Na abordagem semiolinguística, esse princípio de pertinência vai muito além da instância de enunciação do ato de linguagem: inclui todo um conhecimento prévio sobre a experiência do mundo e sobre os comportamentos dos seres humanos vivendo em coletividade, conhecimento este que não precisa ser expresso, mas que é necessário à produção e compreensão do ato de linguagem.

Tal abrangência nos leva a afirmar que o ato de linguagem se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno à sua verbalização, determinando dois tipos de sujeitos de linguagem: os parceiros, que são os interlocutores, sujeitos de ação, seres sociais que têm intenções – que chamamos de sujeito comunicante e sujeito interpretante; e os protagonistas, que são os intra-locutores, os sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação – os quais chamamos de (sujeito) enunciador e (sujeito) destinatário. E embora haja uma relação de condição entre esses dois tipos de sujeitos, não há entre eles uma relação de transparência absoluta. (Charaudeau, 2005).

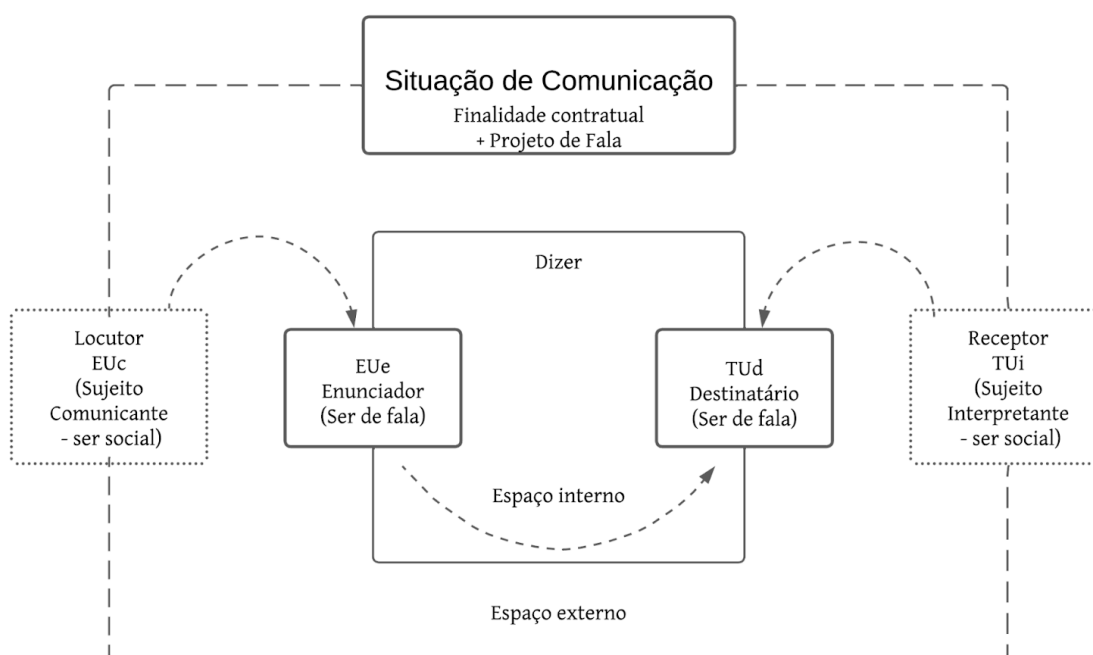
A configuração do duplo espaço de significância onde os sujeitos do ato de linguagem se posicionam vai depender ainda do tempo e do espaço nos quais o processo de significações acontece e que Charaudeau (2010b; 2016b) denomina como sendo a situação de comunicação. Ela é determinante para a formação dos sentidos de um discurso, pois constitui as condições de existência do ato de linguagem, refere-se ao ambiente físico e social que lhe deu origem, formando um lugar de restrições à produção e à interpretação de enunciados. Proporciona aos sujeitos enunciador e destinatário instruções de construção e interpretação do sentido.

Os participantes da situação de comunicação estão inseridos em um jogo de imagens construídas pelo discurso, que é resultante de um conjunto de competências linguageiras: a situacional, todo ato de linguagem se produz no interior de uma situação de comunicação; a semiolinguística, saber organizar o ato de linguagem e as categorias da língua de acordo com as visadas ou modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e

argumentativo); a semântica, saber construir sentidos a partir das categorias da língua; e a dos saberes ou imaginários que perpassam a sociedade. O domínio dessas competências auxilia tanto o processo de produção dos discursos quanto o processo de recepção em termos de possibilidades interpretativas. É a partir do jogo de imagens recíprocas e da mobilização de saberes que o ato de linguagem se estrutura.

A fim de operar uma representação do ato de linguagem, bem como de elucidar as instâncias discursivas que dele participam, Charaudeau (2016b) elaborou uma esquematização do quadro situacional, na qual é possível visualizar a divisão do sujeito nas quatro instâncias que participam da co-construção ou co-enunciação do discurso. Ele também delimita os espaços externo e interno que constituem o local da significância, conforme reproduzimos a seguir.

Figura 8 – Esquema de representação do ato de linguagem.



Fonte: Charaudeau, 2016b, p. 52.

Nessa ilustração do ato de linguagem, a Figura 8 mostra, por um lado, que o sujeito comunicante é o responsável pelo engendramento do ato e também pelo processo de produção, isto é, ele é um sujeito agente que se institui como o locutor e articulador da palavra, testemunha, portanto, de um determinado real. Por meio do processo de produção, ele projeta dois outros indivíduos, o EUE, que põe em cena as suas intenções, além de representar um papel languageiro, e o TUD, que representa uma imagem fabricada e totalmente dominada

por ele, que é colocada como uma representação do TUi, sem, no entanto, ser este sujeito. Nesse sentido, do ponto de vista do processo de produção, o EUE é uma imagem que o sujeito produtor da fala (EUC) cria de si mesmo para representar a sua intencionalidade, o seu projeto de fala; já o TUD é o interlocutor imaginado pelo enunciador como sendo o seu destinatário ideal, adequado ao seu ato de dizer. Logo, o EUE e o TUD, sob a perspectiva do processo de produção, são seres que existem no e pelo discurso e que assumem certos estatutos linguageiros, independente, de certo modo, dos sujeitos psicossociais reais do ato, o EUC e o TUi.

Da mesma forma que o EUC é independente das intenções do EUE, o sujeito interpretante (TUi) é o condutor do processo de interpretação. Trata-se de um agente que também testemunha um determinado real. Por meio do processo de interpretação, o TUi cria uma imagem do Eu (EUE) que é diferente da imagem que o próprio EUC concebe de si próprio e, ao mesmo tempo, constitui uma hipótese da intencionalidade do EUC realizada no ato de produção. Por isso, o sujeito interpretante é considerado como um ser mais ou menos livre da intencionalidade do sujeito comunicante. Logo, o ato de linguagem é, do ponto de vista do processo de produção e interpretação, assimétrico, já que o EUE e o TUD não prejudicam a natureza do EUC e nem a reação do TUi.

Ao definir o ato de linguagem como originário de uma situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade, organizando-se ao mesmo tempo num espaço de restrições e num espaço de estratégias, produzindo significações a partir da interdependência de um espaço externo e de um espaço interno, Charaudeau (2005) propõe, então, um modelo de estruturação para a análise do discurso em três níveis:

- a) o situacional, para dar conta dos dados do espaço externo, que constitui ao mesmo tempo o espaço de restrições do ato de linguagem. É o lugar onde estão determinados a finalidade (estamos aqui para dizer ou fazer o quê?), a identidade dos parceiros (quem fala a quem?), o domínio de saber veiculado pelo objeto da troca (sobre o quê?) e o dispositivo constituído pelas circunstâncias materiais da troca (em que ambiente físico de espaço e tempo?);
- b) o comunicacional, lugar onde estão determinadas as maneiras de falar (escrever), em função dos dados do situacional (estamos aqui para falar de que modo?). O sujeito falante (quer seja comunicante, quer interpretante) se pergunta qual papel linguageiro deve assumir que justifique seu direito à fala (finalidade), mostre sua identidade e lhe permita tratar de um certo tema (proposição) em certas circunstâncias (dispositivo).

- c) e o discursivo, que constitui o lugar de intervenção do sujeito falante, como sujeito enunciador, devendo atender às condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação), para realizar os “atos de discurso” que resultarão num texto. Este se configura pela utilização de uma série de meios linguísticos (categorias de língua e modos de organização do discurso – enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo), em função, por um lado, das restrições do situacional e das possíveis maneiras de dizer do comunicacional e, por outro lado, do “projeto de fala” próprio ao sujeito comunicante.

Assim sendo, os sentidos da mensagem produzida serão, ao mesmo tempo, sobredeterminados pelas restrições da situação de troca e singulares pela especificidade do projeto de fala. O pronunciamento em cadeia de rádio e TV do Presidente da República, por um lado, será formatado por índices linguísticos e semiológicos de seu conjunto de restrições (o que permite reconhecê-lo como tal); mas, por outro, cada pronunciamento corresponderá a uma estratégia de captação na qual o sujeito comunicante fará escolhas reveladoras de sua finalidade, identidade e propósito que lhe permitirão construir sua própria legitimidade, credibilidade e captação por meio do sujeito enunciador.

4.1.1 Situação e contrato de comunicação

As instâncias discursivas (representadas na Figura 8) instauram o ato de linguagem no interior de uma relação contratual que estabelece as condições mínimas de compreensão e interação entre os parceiros no processo de co-construção do sentido. Esse contrato de comunicação estabelecido ancora-se nas normas comunicativas socialmente convencionadas, nos acordos, nos saberes partilhados e compartilhados; está inteiramente relacionado com o processo de intersubjetividade que se concretiza entre os interlocutores. Ele sustenta-se em uma memória sócio-histórica coletiva e partilhada entre sujeitos que norteia os interlocutores em direção a um reconhecimento prévio das condições nas quais se estabelece a troca linguageira, suas restrições e os espaços de manobra para que os sujeitos coloquem em cena seu projeto de fala.

Charaudeau (2016b) distingue dois circuitos que compõem o contrato de comunicação em uma dada situação comunicativa: o circuito externo, que comporta os dados relacionados às restrições situacionais do ato de linguagem e abarca as condições de identidade, de

finalidade, de propósito e de dispositivo; o circuito interno, que compreende os dados relacionados ao caráter discursivo, institui os espaços de locução, de relação e de tematização. É no primeiro circuito que existe um importante desdobramento do sujeito a partir de dois papéis de base. O EU tem o papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor e, portanto, organiza seus dizeres na expectativa de alcançar esse interlocutor. O segundo papel de base é o do TUi, sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato.

Ao desdobrar esses dois papéis de base dos sujeitos do ato de linguagem em quatro – EUc (comunicante) e EUe (enunciador), TUD (destinatário) e TUi (interpretante) – a Teoria Semiolinguística apresenta o aspecto mais relevante e que se torna fundamental na análise do contrato de comunicação. Esse desdobramento ajuda a explicitar as relações complexas e dialógicas que envolvem o processo de discursivização da linguagem. Conforme Charaudeau (2016b), o ato de linguagem não deve ser considerado apenas como um ato de comunicação linear, de mão dupla, sem interferências, uma vez que “tal ato não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor e não é o resultado de um duplo processo simétrico entre emissor e receptor” (p. 52). Ele é resultado de um jogo entre o implícito e o explícito, no qual o processo de comunicação é visto de maneira mais complexa, dada a sua assimetria, não linearidade, heterogeneidade e as diversas representações construídas pelos locutores e enunciadoreis.

Desse modo, a depender da situação de comunicação em que se instaura a relação contratual, o ato de linguagem leva também em consideração os imaginários dos protagonistas da troca linguageira, a identificação social, os registros históricos, a dimensão ideológica e psicológica dos sujeitos, a fim de alcançar os objetivos de interpretação. Toda conjuntura psico-sócio-cultural, o seu modo de organização, bem como a percepção dos sujeitos um em relação ao outro, ou seja, como se veem no desempenho de seus papéis sociais e políticos, são fatores que interferem na produção linguística e na materialidade discursiva que daí deriva. Maingueneau (2020) deixa isso bem claro ao dizer que, em todo uso da linguagem, o interlocutor constrói uma representação do locutor por meio daquilo que ele diz e de sua maneira de dizê-lo. Existe uma “representação avaliada” do EUc feita pelo TUi, uma vez que falar é uma atividade erguida sobre valores supostamente partilhados. “Ao tomar a palavra, o que um locutor faz, então, é pôr em risco sua imagem e tentar orientar, mais ou menos conscientemente e em um sentido que lhe seja favorável, a interpretação e a avaliação dos signos que envia ao destinatário” (Maingueneau, 2020, p. 9).

Por definir o ato de linguagem em sua função e finalidade comunicativas, a situação de comunicação pode ser classificada em dois tipos: situação de interlocução, na qual os parceiros da troca estão fisicamente em presença um do outro e ligados por um contrato de comunicação imediata; e situação de monolocução, na qual os parceiros, quer estejam ou não presentes, estão ligados por um contrato de troca postergada. Sendo assim, o resultado de um ato de linguagem se dará por meio de um texto, seja qual for, monologal ou dialogal. O *corpus* desta pesquisa, por ter sido construído em uma situação de monolocução, é classificado como um texto monologal. E, sendo assim, impõe que consideremos, na análise do contrato de comunicação, a importância de se olhar também para o conceito de validação, introduzido pelo psicólogo Rodolphe Ghiglione (1984).

O autor francês, contemporâneo de Charaudeau, propõe uma reflexão sobre a noção de contrato ao distinguir o que ele chama de “situação potencialmente comunicativa” (SPC) do “contrato de comunicação efetivo” (CC). Em artigo no qual discute a questão do contrato de leitura, o docente e pesquisador Wander Emediato (2007) afirma que a observância dos parâmetros contratuais de um ato de linguagem é o que mantém a interação, mas que a inobservância deles leva à sua ruptura. Ao se aprofundar na discussão sobre esse princípio que norteia a Análise do Discurso, o professor busca em Ghiglione contribuições teóricas que tratem da diferença de funcionamento do contrato de comunicação em situações interlocutivas e monolocutivas. Partindo do princípio de que uma situação é potencialmente comunicativa quando os sujeitos A e B (interlocutores) são ligados por interesses (*enjeux*), esta seria a condição mínima e suficiente para que haja uma SPC. No entanto, para que ela realmente se transforme em contrato de comunicação efetivo, é preciso observar um certo número de regras que devem ser colocadas em operação (regras conversacionais, leis do discurso, saberes compartilhados etc.).

Sendo assim, para que um contrato de comunicação seja assegurado por meio de um diálogo regular, Ghiglione (1984) aponta ser necessário que a enunciação de um interlocutor A seja validada pelo interlocutor B e que esse processo de validação ocorra em diferentes momentos da interação, permitindo, assim, que o contrato se efetive integralmente. É dessa maneira que uma SPC se transforma em contrato de comunicação efetivo. Emediato (2007) recupera esse pensamento de Ghiglione para situá-lo numa problemática mais empírica sobre a dinâmica das interações, sejam elas interlocutivas ou monolocutivas. Para ele, essa discussão pode ampliar as análises sobre os processos comunicativos na medida em que permite uma investigação a respeito dos processos de proposição e de co-construção das relações contratuais.

Quando um momento de interação não é validado por um interlocutor, isso pode exigir ajustes e regulações que evitem a ruptura do diálogo. É esse aspecto que se torna, na perspectiva de Emediato (2007), fundamental para a compreensão dos processos de interação, ou seja, os jogos de validação que intervêm em diferentes momentos de uma interação, colocando em evidência acordos e negociações sobre a construção do sentido entre os interlocutores. Uma situação é potencialmente comunicativa quando ela consegue reunir as condições necessárias para ligar os interlocutores por interesses comuns pela interação e, a partir daí, cada momento poderá evidenciar a seleção de parâmetros contratuais (temas, maneiras de dizer, posicionamentos, saberes e valores compartilhados, socioletos, respeito a certas regras conversacionais etc.) que, objetos de avaliação recíproca, são validados (efetivando contratos) ou não validados (rompendo a interação ou exigindo ajustes).

Com efeito, a validação parece constituir um momento primeiro e fundador do reconhecimento à palavra do outro. Mas Ghiglione faz questão de ressaltar que numerosas situações não permitem uma validação efetiva no momento em que ocorrem as enunciações, como nas interlocuções. Como tornar operacional o conceito de validação em situações de comunicação não interlocutivas, ou seja, em situações monolocutivas (imprensa escrita, pronunciamentos na televisão, livros impressos, discursos políticos, peças publicitárias etc.)? Nessas situações, os textos são produzidos em um momento anterior ao de sua recepção, o que impede sua validação imediata e, por consequência, a exigência, no ato mesmo de comunicação, de ajustamentos e de seleção de parâmetros que efetivamente atendam às reações do receptor das mensagens. Embora validações possam ser medidas *a posteriori* (no voto de eleitores ou na queda de vendas de um jornal), elas não são capazes, como no caso das interlocuções, de modificar o curso da produção e evitar, por exemplo, que certos temas sejam introduzidos ou, ainda, que sejam tratados de uma maneira e não de outra. (Emediato, 2007, p. 84-85).

Essa característica das situações monolocutivas, na qual a validação efetiva se dá de forma indireta e diferenciada no tempo e no espaço, como no caso dos pronunciamentos em rede nacional, fazem com que os enunciados sejam construídos a partir de uma pressuposição da validação do interlocutor ou com base em previsões sobre reações da audiência baseadas em estereótipos ou em imaginários sociodiscursivos. Como propõe o psicólogo francês, uma maneira de tratar esse problema é pensar que as situações não interlocutivas supõem uma validação *a priori*, ou seja, elas tratariam as SPC como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos. Nas palavras de Ghiglione (1984), citadas por Emediato (2007):

Toda validação sendo nesse caso indireta e fora do campo da interlocução, pode-se estimar que a definição de interesses (*enjeux*) comuns seja a única garantia que possui o locutor da eventualidade de que o contrato de comunicação que ele inicia será levado a seu termo, e entretanto o locutor age como se o contrato já estivesse sempre lá. (p. 188).

Partindo dessa proposição de Ghiglione, nosso objetivo é avaliar mais apropriadamente como se deu o contrato de comunicação constituído nos pronunciamentos do ex-presidente. Se nas situações interlocutivas, temos as duas instâncias (de produção e recepção) atuando face a face, nas situações monolocutivas registra-se uma significativa diferença: o interlocutor é uma figura imaginária (chamada de TUD no esquema do ato de linguagem de Charaudeau), inscrita na transmissão televisiva por meio de índices e marcas que funcionam como traços de inferências abduativas do processo de produção sobre a instância ideal de recepção. Nesse sentido, o destinatário atua como instância pré-validante do contrato, conforme a imagem projetada pelo EUC, reagindo apenas por abdução. Emediato (2007) observa que na situação de interlocução também são feitas inferências abduativas sobre o alocutário, mas este pode recusá-las no decurso da interação, obrigando o locutor a transformar e refazer seu discurso. Já o texto produzido na situação monolocutiva não pode ser refeito caso o TUI discorde de algum modo de dizer.

Essa distinção entre as situações de comunicação evidencia, conforme Emediato (2007), um aspecto importante que parece ganhar maior valor na monolocução: a influência. Se nessas situações a imagem do destinatário já está inscrita em marcas discursivas capazes de validar o contrato, o interlocutor real poderá se encontrar diante de enunciados que o interpelam identitariamente como “feito para si”. “Nesse sentido, valoriza-se o princípio de influência nas situações monolocutivas pela sugestão que elas exercem sobre a pré-validação contratual” (p. 87).

4.1.2 Dialogismo, heterogeneidade constitutiva e interdiscurso

Tendo em vista as especificidades do contrato de comunicação firmado a partir de uma situação monolocutiva, precisamos agora compreender como o pronunciamento em rede nacional, mesmo sendo monologal em sua forma exterior, funciona, na verdade, como um texto essencialmente dialogal, devido à sua estrutura interna, semântica e estilística. Para entender essa classificação, é preciso recorrer ao conceito de dialogismo, emprestado do Círculo de Bakhtin à Análise do Discurso. Ele se refere “[...] às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem” (Moirand, 2018, p. 160). Bakhtin e Volochínov (2004) consideram o diálogo a forma mais natural da linguagem, um processo interativo baseado na concepção de enunciado/enunciação. Barros e Fiorin (1994) afirmam que a definição de enunciado, nessa perspectiva bakhtiniana, está bem próxima da concepção de

texto, que é considerado tanto como objeto de significação, ou seja, como um “tecido” organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sócio-histórico. A enunciação, por sua vez, relaciona-se ao evento comunicativo, ou seja, à interação entre os sujeitos que participam da produção dos sentidos.

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (Bakhtin; Volochínov, 2004, p.112).

Sendo assim, a orientação dialógica é um fenômeno característico de todo o discurso. Em todos os caminhos que levam a seu objeto, o discurso encontra o “discurso de outrem” e estabelece com ele uma interação viva e intensa. Por isso, pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda a comunicação humana, de qualquer tipo que seja. Para Bakhtin e Volochínov (2004), toda enunciação, por mais significativa e completa que ela seja por si mesma, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (que toca a vida cotidiana, a literatura, o conhecimento, a política etc.). No entanto, essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um elemento da evolução ininterrupta de um grupo social dado.

De modo semelhante a essa perspectiva dialógica de Bakhtin, na TS todo enunciado é direcionado para um interlocutor e é construído em função do caráter responsivo da enunciação. Na situação comunicativa, o locutor mobiliza as categorias da língua, em uma situação concreta, para se dirigir a um interlocutor (real ou potencial). A construção do sentido pode variar em função do grupo social ao qual pertencem os interlocutores ou se existe uma relação de proximidade ou de distanciamento na relação estabelecida entre os interlocutores ou entre o locutor e os dizeres. Os sentidos constituem um produto da relação entre locutor e interlocutor, pois a palavra é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. O dialogismo consiste justamente nessas relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados, que são as unidades reais de comunicação presas a acontecimentos próprios, característicos do diálogo entre sujeitos.

Dessa forma, o discurso é visto por Bakhtin como duplamente dialógico, ou seja, inscreve-se em dois tipos de relações: aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados anteriormente produzidos sobre o mesmo objeto, as relações interdiscursivas; e aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados de compreensão-resposta de destinatários reais ou virtuais, que o antecipam, as relações interlocutivas. Esse duplo dialogismo é chamado por Authier-Revuz (2004) de heterogeneidade enunciativa. Ao analisar os processos de linguagem sob a ótica que enfatiza a presença do discurso de outrem na enunciação, a autora busca colocar em evidência as rupturas enunciativas no fio do discurso e apresentar os elementos decisivos para o surgimento de um discurso outro no discurso de quem enuncia.

Essa heterogeneidade pode aparecer, conforme a distinção introduzida pela linguista, como mostrada ou constitutiva. Enquanto na heterogeneidade mostrada as marcas do dialogismo se mostram explicitamente ou não (o discurso de outrem é identificado nos enunciados), na heterogeneidade constitutiva não é possível distinguir linguisticamente o discurso de outrem, ele não aparece de forma explícita. Para Authier-Revuz (2004) esse processo se refere aos processos reais de formação de um discurso, sempre comportando, constitutivamente, em seu interior, outros discursos. Maingueneau (1997) associa esse tipo de heterogeneidade à noção de interdiscurso, na qual todo discurso é construído no processo de incorporação de outros discursos, pré-construídos, produzidos em seu exterior. Segundo sua definição, um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso etc., mas de um trabalho sobre outros discursos.

Como veremos mais adiante, na análise e interpretação do *corpus*, será importante compreender o conceito de dialogismo para entender como ele forja o discurso político que constitui os pronunciamentos oficiais do ex-presidente Bolsonaro. Apesar do discurso autoritário e fascista buscar como princípio certo tipo de negação do dialogismo, ou seja, por um lado, tentar suprimir discursos divergentes, rejeitar as alteridades, apagar vozes de questionamento, e, por outro, se apresentar como autossuficiente, imune a influências ideológicas e única fonte de “verdade”, ele se constitui a partir das relações dialógicas que são, em sua essência, geradoras de sentidos. O discurso autoritário, assim como todos os demais, é resultado da corrente de comunicação verbal ininterrupta, por meio da qual a enunciação se desdobra, conforme postula Bakhtin.

4.2 Discurso político

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. (Charaudeau, 2006a, p. 8).

A partir dessa epígrafe, vamos enriquecer o arcabouço teórico desta pesquisa dirigindo nosso foco para o entendimento de importantes conceitos apresentados por Charaudeau em *Discurso Político* (2006). O autor lembra Bourdieu ao afirmar que todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas que se organiza segundo relações de força; e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem, resultando no contrato de comunicação política. O discurso político, no que tange às suas significações e efeitos, não resulta apenas da repetição de esquemas de pensamento pré-construídos “[...] quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados” (Charaudeau, 2006a, p. 52). Ele é heterogêneo, possui múltiplas significações e manifestações enunciativas. As significações e os efeitos de sentido resultam de um complexo jogo no qual circulam e entrecruzam saberes e crenças, que são construídos por uns e reconstruídos por outros, de acordo com os posicionamentos e os lugares ocupados no contrato de comunicação.

Esses posicionamentos resultam de linhas de pensamentos diversas, das reações emocionais e intelectuais instauradas nas situações de interação particulares nas quais eles coexistem alternadamente em posição de dominante e dominado. Assim, as significações do discurso político podem ser fabricadas ou re-fabricadas, de modo simultâneo, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores. Para Charaudeau (2006a), qualquer enunciado pode assumir um sentido político, que vai ser determinado a partir da situação de troca comunicativa. O caráter político de um ato de fala não será dado pelo discurso nem tampouco pelo conteúdo do discurso, “[...] mas é a situação que o politiza” (p. 40). O discurso político tenta definir uma forma de organização da linguagem em uso e em seus efeitos psicológicos e sociais no âmbito de determinado campo de práticas.

De acordo com o autor, existem lugares distintos de fabricação do pensamento político, que não é reservado somente aos responsáveis pela governança ou aos “pensadores da coisa política”. Serão determinantes para a produção de sentido os modos de interação e a identidade dos participantes implicados na elaboração do pensamento político. A partir dessa perspectiva, é possível definir três lugares de fabricação do pensamento político: “[...] um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento”, “um lugar cujo sentido está relacionado ao ato de comunicação”, e “um lugar onde é produzido o comentário” (Charaudeau, 2006a, p. 40).

Como sistema de pensamento, o discurso político é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas. Como comentário, o discurso político não está necessariamente voltado para um fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político. Em nossa análise, o discurso político será visto como ato de comunicação, pois concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos.

Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de slogans, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas) e constroem imaginários de filiação comunitária, mas, dessa vez, mais em nome de um comportamento comum, mais ou menos ritualizado, do que de um sistema de pensamento, mesmo que este perpassasse aquele. Aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos. (Charaudeau, 2006a, p. 40).

Esses diferentes lugares de fabricação do discurso político não estão, conforme o autor, separados uns dos outros. Como discurso social, o discurso político circula no interior dos grupos que o constituem, depois se exporta e atravessa outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração. “O discurso se difunde, dá voltas, estica-se, fica à deriva, transforma-se a ponto de perder seus dados de origem” (Charaudeau, 2006a, p. 42). Ele também está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. É, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação.

A forma como o discurso político ganha consistência resulta, então, de uma mistura sutil entre a palavra que deve fundar a política e a que deve geri-la. Sendo assim, a política constitui-se como “um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica”, a fim de estabelecer práticas de dominação ou “pactos de convenção”. O discurso em torno das ideias e conceitos políticos se constrói em torno do discurso do poder, que se estrutura em dois planos: um ligado à problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e outro relacionado ao plano do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível) ligados à encenação das instâncias da comunicação política (Charaudeau, 2006a, p. 46). Para o autor, essas

relações de dominação justificam as duas orientações adotadas pelos estudos sobre o discurso político: uma direciona-se para os conteúdos do discurso, enquanto a outra para os mecanismos de comunicação.

Se, até o momento, a análise do discurso político apoiou-se mais sobre os conteúdos das proposições apresentadas, fixadas pelos políticos, que sobre os procedimentos encenados; mais sobre o valor dos argumentos julgados em função do sistema de crenças ao qual eles remetem que sobre as próprias estratégias persuasivas; mais sobre o *logos* que sobre os efeitos do *pathos* e do *ethos*, é talvez porque o jogo político se desenvolvesse mais particularmente em torno dos sistemas de pensamento, em torno das ideologias. Ora, parece [...] que o discurso político, mesmo sendo uma mistura desses três componentes, progressivamente deslocou-se do lugar do *logos* para o do *ethos* e do *pathos*, do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação. A exemplo do discurso publicitário – e talvez também do midiático –, o discurso político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito: os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade. (Charaudeau, 2006a, p. 46).

4.2.1 A caracterização do *ethos* e do *pathos*

Caracterizar os elementos que constituem o universo de sentidos formadores do *corpus* desta pesquisa é um dos objetivos de nossa proposta. Dessa forma, precisamos abordar os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos* (da Teoria Retórica Argumentativa) para que o esquema metodológico que por nós será utilizado faça sentido. Como uma das três provas retóricas, o *logos* diz respeito à lógica por trás de um argumento. É um meio de persuadir um interlocutor ou uma audiência usando argumentos lógicos e evidências de apoio. Na Retórica de Aristóteles, é definido como a parte de um enunciado que aparenta demonstrar fundamentos de verossimilhança a um argumento, conferindo autoridade a uma proposição controversa e dando a ela um estatuto de conclusão. É também um meio de persuasão que se coloca no discurso em posição contrária à do *pathos*, uma vez que este mobiliza os argumentos de ordem emocional, que não estão obrigatoriamente expressos por um enunciado. Ele relaciona-se aos afetos e ao auditório para inspirar confiança e comoção. Da mesma forma, o *ethos* também se posiciona em oposição ao *logos* porque reúne os argumentos ligados à pessoa do locutor, ao seu caráter e à sua autoridade. Enquanto o *logos* pertence ao domínio da razão e torna possível convencer, o *ethos* e o *pathos* pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar.

Conforme afirma Charaudeau, no discurso político, essa contraposição entre as provas retóricas ficou mais evidenciada quando os valores de verdade se deslocaram do lugar do *logos* para o lugar do *ethos* e do *pathos*. O político passou a adotar a construção de sua

imagem (*ethos*) como uma estratégia para lhe conferir credibilidade e sedução e deu ao ato de tomar a palavra (*pathos*) uma dramatização que se tornou uma poderosa ferramenta de persuasão, com a qual ele mostra suas escolhas e apresenta os valores que fundamentam seu projeto de poder. A encenação do discurso político, que oscila entre a ordem da razão e a da paixão ao misturar *logos*, *ethos* e *pathos*, acabou ganhando mais contornos de paixão que de razão ao se adequar a esse deslocamento dos valores de verdade. Por isso, nosso propósito é fazer uma abordagem mais aprofundada dos conceitos de *ethos* e *pathos*, desenvolvidos sob a ótica de Charaudeau, para propor uma análise discursiva dos pronunciamentos do ex-presidente Bolsonaro.

O autor trabalha com um conceito de *ethos* inscrito em uma noção que foi retomada da Retórica e redefinida por pesquisadores da Análise do Discurso. Nessa perspectiva, o *ethos*, como elemento que atua na construção da imagem de si, forma-se a partir da junção de um *ethos* pré-discursivo e de outro discursivo.

Para sustentar essa posição, é preciso voltar à questão da identidade do sujeito falante desdobrada em duas componentes. Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Em sua segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. (Charaudeau, 2006a, p. 115).

Além dessa fusão das identidades social e discursiva, é preciso acrescentar que o *ethos* não é totalmente voluntário, ou seja, grande parte dele não é consciente. O sujeito interpretante pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente ocorre na comunicação política. Esse entendimento é complementado por Maingueneau (2020), quando o autor afirma que os interlocutores mantêm uma representação do *ethos* do locutor antes mesmo de ele vir a falar.

[...] podemos estabelecer uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo (ou prévio). Mas essa distinção pré-discursivo/discursivo tem de levar em conta a diversidade das situações de comunicação. Existem circunstâncias em que o destinatário não parece ter representações prévias do *ethos* do locutor (por exemplo, quando ele abre um romance escrito por um autor desconhecido), mas é difícil imaginar uma ausência total de *ethos*: mesmo que nada saibamos do indivíduo que escreveu um romance, saberemos ao menos que ele se considera escritor, um

romancista que publica certo gênero de romance por tal editora. O simples fato de um texto resultar de um tipo, de um gênero de discurso e de determinado posicionamento ideológico induz expectativas em termos de *ethos*. O mesmo não acontece quando os locutores estão constantemente presentes na cena midiática: isso é especialmente evidente no caso da política, da música ou do cinema, onde aqueles que tomam a palavra são muito frequentemente já conhecidos dos destinatários. O *ethos* efetivo de um enunciador resulta, então, da interação entre seu *ethos* pré-discursivo, seu *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade (*ethos* dito). (p. 12).

Também é necessário lembrar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos” (conceito que veremos mais à frente). Na medida em que o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode se referir tanto a indivíduos, quanto a grupos. Existe, então, um *ethos* coletivo que corresponde a uma visão global, mas que se difere do *ethos* singular. O coletivo é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo. Dessa forma, acaba sendo reduzido à sua essência por um olhar exterior, que o associa a estereótipos.

Tanto o *ethos* singular, como o coletivo são o resultado de uma encenação sócio-linguagem que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem. Não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens. O *ethos* de Bolsonaro, por exemplo, foi construído tanto por meio de seu corpo, seu comportamento, sua voz, seu jeito de falar, suas aparições, seu carisma, quanto por suas ideias, suas declarações e pela imagem de presidente que ele quis se dar. Na política, as ideias só valem quando associadas a alguém em que se possa crer em seu poder de fazer, é preciso aderir a uma pessoa para aderir às suas ideias. A partir desse pressuposto, Charaudeau reagrupa as figuras identitárias do discurso político em duas grandes categorias de *ethos*: o de credibilidade e o de identificação.

4.2.2 O *ethos* de credibilidade

A credibilidade é resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. Ela repousa sobre um poder fazer em que se mostrar crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder. O político, ao buscar ser aceito por seus eleitores, deve fabricar uma imagem que corresponda às condições de ser julgado digno de crédito.

De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de performance), e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). No caso oposto, revelar-se mentiroso, incapaz de honrar suas promessas ou de realizar os objetivos perseguidos, só pode desacreditar o sujeito. Essas condições variam em importância de acordo com o que está em jogo em cada situação de comunicação. (Charaudeau, 2006a, p. 119).

Cada uma dessas condições pode conferir ao político um *ethos* que contribuirá para que ele adquira credibilidade junto a determinado público de modo a persuadi-lo a acreditar que é capaz de ter certo poder. Sendo assim, ao configurar sua identidade social e discursiva, o político deve buscar recursos que contribuam para construir para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente.

No caso do *ethos* de sério, o político deverá buscar recursos em diversos índices para que essa seriedade seja construída. Charaudeau (2006a) enumera diferentes aspectos capazes de agir nessa construção: índices corporais e mímicos, como a rigidez na postura do corpo e uma expressão pouco sorridente na face; índices comportamentais, que revelem capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se deixar encontrar em atividades frívolas e cuidar para que não existam suspeitas de infidelidade na vida conjugal ou de indiferença em relação à sua família; e índices verbais, como um tom firme e comedido, uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas, que ajudem a manter uma elocução continuamente serena. Além disso, esse *ethos* se constrói igualmente com a ajuda de declarações a respeito de si mesmo, sobre as ideias que guiam o político.

Já o *ethos* de virtude está ligado à ideia de que o político, como representante do povo, é quem dá o exemplo. Ele deve demonstrar sinceridade e fidelidade, além de transmitir a imagem de ser uma pessoa honesta. De acordo com Charaudeau, essas imagens de virtude se constroem por meio do tempo. Para julgar a fidelidade do político, é preciso constatar que ele sempre seguiu a mesma linha de pensamento e de ação, tem que mostrar que age em nome dos valores que estão na base de seu projeto político, que estes não são nem discutíveis nem negociáveis, que são sempre eles que inspiram sua ação. É deixar perceber certa força de convicção. Em relação à imagem de honestidade pessoal, o político precisa “[...] dizer o que pensa, ter uma vida transparente (nada ter a esconder), não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal” (Charaudeau, 2006a, p. 123).

O *ethos* de competência, por sua vez, exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. Os políticos devem mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabem agir de maneira eficaz. É pela visão do conjunto do percurso de um político que se pode julgar seu grau de competência.

Além desses três *ethé* (de sério, de virtude e de competência), a credibilidade dos atores políticos é medida também pelo discurso de justificação. Ao serem confrontados por fatos que contradizem as intenções declaradas ou serem questionados por adversários, os políticos são levados a produzir um discurso de justificação de seus atos ou a emitir declarações para se inocentar das críticas ou das acusações que lhe são dirigidas.

4.2.3 O *ethos* de identificação

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. É assim com o *ethos* de credibilidade, e também com o de identificação, cujas imagens são extraídas do afeto social, ou seja, o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político.

Para Charaudeau (2006a), tentar descrever e classificar os tipos de imagens que caracterizam o *ethos* de identificação é uma questão delicada. Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, mas esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários. É a razão pela qual os políticos, conscientes disso, jogam com valores opostos, até mesmo contraditórios: tal político vai querer se mostrar, ao mesmo tempo, tradicional, mas moderno; sincero, porém sagaz; poderoso, no entanto modesto etc., sem contar que algumas imagens, que poderíamos julgar em si mesmas negativas, podem tornar-se positivas em certas circunstâncias. Os políticos também jogam com imagens deles mesmos que remetem tanto à vida política, ao se definirem como personagem, quanto à sua vida privada, ao se definirem como pessoa, com as duas imagens reforçando-se mutuamente.

No discurso político, apesar da polivalência das imagens que constituem o *ethos* de identificação, há algumas delas que são identificadas com mais recorrência. As que são voltadas para si mesmas, porque supostamente refletem os traços que definem e essencializam os políticos como pessoas, podem constituir o *ethos* de potência, de caráter, de inteligência e de humanidade. Outras imagens são mais orientadas para o cidadão, à medida que se fundam sobre uma relação necessária entre si e o outro, como o *ethos* de chefe e o *ethos* de solidariedade. Ao desenvolvermos a análise dos pronunciamentos do ex-presidente Bolsonaro, veremos se e como esses *ethé* de identificação mais recorrentes aparecem no discurso presidencial.

Tanto o *ethos* de credibilidade como o de identificação pertencem ao domínio das representações sociais e, conforme Charaudeau (2006a), sua valorização no domínio político depende das circunstâncias. O *ethos* é composto por diferentes figuras que se entrecruzam, coexistem, reforçam-se ou mesmo se contradizem.

O *ethos* é uma faca de dois gumes. De um lado, para o político, pois ele pode perder por causa de seu próprio *ethos*; de outro, para o debate democrático, pois a força do *ethos* pode fazer com que os indivíduos adiram por fascinação – e de maneira quase cega – a pessoas e não às ideias. O debate público, lugar de troca e de oposição entre valores racionais, dá lugar a uma confrontação entre imagens de personagens políticos. (Charaudeau, 2006a, p. 181).

No Brasil, com a polarização estabelecida a partir das eleições de 2018, as imagens de personagens políticos sobrepujaram o debate público e o *ethos* passou a ser essencial na construção do discurso político. Há momentos em que o ex-presidente recorreu ao *ethos* de credibilidade e outros ao *ethos* de identificação para criar os efeitos capazes de responder à demanda social por *ethos* identificada em certas situações. No entanto, me parece que nem sempre Bolsonaro soube conjugar os recursos para gerar a resposta adequada que o momento pedia e acabou se mostrando incapaz de mobilizar representações que o colocassem como digno de crédito para grande parte de sua audiência. Por isso, o discurso bolsonarista encontrou no *pathos* sua base fundamental para criar as estratégias de persuasão eficientes na mobilização dos afetos. Como afirma Charaudeau (2006a), no discurso político, há um tempo para os *ethé* de credibilidade e outro para os *ethé* de identificação. Prever qual deles (ou a mistura de alguns deles) atende à demanda social do momento é o desafio.

4.2.4 *Pathos*, discurso político e populismo

Como já vimos, quando o objetivo do sujeito falante é influenciar o outro não pelas reflexões sobre o conteúdo, mas pelos movimentos emocionais, o discurso prioriza o *pathos*, deixando o *logos* em segundo plano. Para isso, são empregadas estratégias discursivas que visam mexer com as emoções e os sentimentos do interlocutor ou do público, com o intuito de seduzi-los ou instilar o medo. Esse processo, uma forma de dramatização, busca conquistar a adesão emocional do outro, atingindo suas pulsões emocionais.

Essa “retórica dos efeitos”, noção já presente em alguns retóricos da antiguidade e em particular na obra de Aristóteles, busca persuadir um auditório e produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador. Segundo Charaudeau (2007), nessa busca dos efeitos “patêmicos”, o sentimento não deve ser confundido com sua expressão (mesmo se esta puder desempenhar um papel determinado), mas será considerado como um efeito possível que poderá suscitar uma determinada ativação do discurso em um determinado público, em uma dada circunstância. O pesquisador defende a hipótese de que as emoções se originam de uma “racionalidade subjetiva”, porque emanam de um sujeito do qual se supõe ser fundado de “intencionalidade”. Elas são orientadas em direção a um objeto “imaginado”, uma vez que esse objeto é extirpado da realidade para se tornar um “real” significante. A relação entre esse sujeito e esse objeto se faz pela mediação de representações. É pelo fato das emoções se manifestarem em um sujeito em função de alguma coisa que esse sujeito se faz representar enquanto tal. Por isso, essas emoções podem ser consideradas como representacionais.

A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. E como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças. Estas crenças “se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência”. Logo, essas crenças testemunham, ao mesmo tempo, “uma relação de “desejabilidade” que o grupo social empreende com sua experiência da cotidianidade e um tipo de comentário de inteligibilidade que é produzido sobre o real, uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento”. É nesse sentido que se pode dizer que uma morte não vale uma morte do ponto de vista de seu efeito pathêmico. De acordo com quem a vivencia – médico, soldado, amigo, parente ou telespectador – a mediação representacional varia fazendo também com que se varie o efeito emocional. (Charaudeau, 2007, p. 241).

No caso do discurso político, a fala é lançada no espaço público sem que se tenha o total domínio dos efeitos que ela produzirá, mas com a suposição racional de que ela será interpretada de diferentes maneiras. Além disso, ela está inserida em uma cena política na

qual é possível identificar a identidade dos parceiros da fala (quem fala e a quem se destina), sobre qual legitimidade ela se fundamenta, qual é a situação de comunicação e o dispositivo de troca, além dos objetivos de persuasão visados. Sendo assim, a emoção na cena política, por se dar em um espaço público, não pode ser tratada da mesma maneira que a emoção oriunda da circulação de uma fala em um espaço privado. O espaço público é susceptível de ser por si só estruturado de diversas maneiras em diferentes “cenas discursivas” (científicas, jurídicas, religiosas) em meio às quais se encontra a cena política que se diferencia da cena publicitária e da cena midiática, mas que usufrui das vantagens delas.

A cena política se caracteriza por um dispositivo que é posto a serviço de uma expectativa de poder. Esta última coloca em presença uma instância política e uma instância cidadã. A instância política está toda direcionada a um “agir sobre o outro” que deve ser acompanhado de uma “exigência de submissão do outro”, o que explica que essa tensão seja orientada em direção à produção de efeitos. (Charaudeau, 2007, p. 247).

No caso de um regime democrático, essa expectativa de poder, segundo o autor, resulta, ao mesmo tempo, de um “consentimento” (Hannah Arendt), de uma “dominação legítima” (Max Weber) e de uma “organização administrativa” (J. Habermas), que levam a instância política a exercer o poder em nome de três aspectos: 1º) um direito em que há uma parte constituída pela legitimidade do jogo da representatividade, da delegação do poder pelo povo, e outra parte adquirida por estratégias discursivas de legitimação operacionalizadas pelo sujeito político; 2º) um saber e um saber-fazer por meio dos quais o sujeito político terá recurso a estratégias de construção de imagens de si mesmo, de maneira a se tornar credível aos olhos da instância cidadã (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação) – o *ethos* de identificação, por buscar tocar o afeto do cidadão, acaba se misturando aos efeitos do *pathos*; 3º) *valores*, valores comuns, que a instância política e a instância cidadã supostamente compartilham para se fundir em um certo ideal de “viver junto”. “Vê-se que o discurso político é um lugar de uma verdade de mãos atadas, de faz de conta, já que o que é considerado não é tanto a verdade desta fala lançada publicamente, mas sua força de ‘veracidade’.” (Charaudeau, 2007, p. 248).

Ao conferir efeitos de veracidade a uma fala no discurso político, a encenação do *pathos* acaba configurando uma das características centrais do populismo. Por ser um movimento de massa que nasce em uma situação de crise social, esse fenômeno político precisa encontrar formas de agregar uma grande quantidade de indivíduos em torno de um inconsciente coletivo no qual o ator político é visto como um líder capaz de falar pelo povo e

representar sua soberania. No discurso populista, a situação de crise é provocada por “elites” ou pelo “establishment”, que passam a ser vistos como impotentes na busca por uma solução reparadora e são considerados suspeitos de proteger seus privilégios de classe dominante. O líder encarna, então, o papel de salvador capaz de manifestar e constituir uma força de contrapoder que vai agir para solucionar essa situação de crise. Além disso, ele deve ser suficientemente carismático para constituir um suporte de identificação no qual a massa possa se amalgamar em um “Eu ideal, representante transcendental de uma nova, porém ilusória, entidade coletiva” (Charaudeau, 2007, p. 248).

Dessa forma, os atores políticos populistas vão buscar, a partir do *pathos*, uma reação emocional da massa encenada por meio de uma dramaturgia discursiva que consiste em: denunciar uma situação de declínio da qual o povo é vítima, jogando com a tópica da “angústia”; designar a fonte do mal sob a figura de um culpado que não deve estar determinado de forma precisa e deve deixar pairar a impressão de que age na surdina; acionando a tópica da “antipatia” como orientação do afeto contra um agressor ou simplesmente contra um inimigo; instaurar-se como salvadores construindo para si uma imagem de potência por meio de um comportamento oratório feito de “denúncias” (ou “gestos de indignação”) e do lançamento de frases de efeito ou de um tipo de ironia que seja provocadora para manter uma posição de força e acionar um *ethos* de potência com finalidades patêmicas. “Mas instaurar-se como salvador, não é somente invectivar o mundo, é também exaltar valores e se fazer de porta-voz deles. Valores comunitários, já que se trata de passar do ressentimento à re-apropriação de uma identidade originária” (Charaudeau, 2007, p. 250).

Em artigo publicado no Brasil em 2016, o autor aprofunda a discussão sobre o populismo, dizendo que ele imprime ao contrato político uma estratégia de manipulação que usa os mesmos recursos persuasivos do conjunto do discurso político. Contudo, a manipulação das categorias do contrato político é feita de forma excessiva. “Um excesso que joga com a emoção em detrimento da razão política e carrega a dramatização do cenário ao seu extremo: exacerbação da crise, denúncia de culpáveis, exaltação de valores e aparição de um Salvador” (Charaudeau, 2016c, p. 56). Conforme vimos no Capítulo 3, Bolsonaro construiu sua imagem a partir da projeção de um *ethos* de autenticidade, associado a recursos patêmicos e a um *ethos* de potência, para estabelecer “uma relação de confiança cega” com seu eleitorado, configurando uma estratégia persuasiva que o autor aponta como típica da atitude política populista. Por se apresentar como “salvador” e diferente de seus predecessores, o *ethos* do ex-presidente precisou ser construído a partir de uma performance

que mostrasse energia, força de convicção e sinceridade. “É por isso (mas é também uma questão de temperamento) que o seu comportamento oratório se caracteriza pelas ‘bravatas’, as fórmulas-choque, a manipulação da ironia ou os escorregões verbais” (Charaudeau, 2016c, p. 63). O autor complementa que a formação dessa imagem de si depende ainda das concepções feitas por cada cultura sobre o que autenticidade, sinceridade e potência representam. “Para seduzir uma parte do povo, transportar seu entusiasmo e fazer de tal modo que ele se identifique como o líder, essas imagens devem ecoar os sistemas de expectativas estáveis numa sociedade. Convém, portanto, analisá-los em função dos imaginários sociais”. (Charaudeau, 2016c, p. 63-64).

4.3 Representações sociais: os imaginários sociodiscursivos

De acordo com o que acabamos de ver, o *pathos* é um dos três modos de persuasão descritos por Aristóteles (ao lado do *ethos* e do *logos*) que se refere à estratégia que apela às emoções e aos sentimentos da audiência. Em outras palavras, é a tentativa de criar uma resposta emocional no receptor do discurso. O uso eficaz do *pathos* pode ajudar o enunciador a instigar em seu interlocutor a empatia por ele mesmo ou pelas situações mencionadas e torna-se uma estratégia para influenciar opiniões e comportamentos. No discurso político, Charaudeau trata essa noção em termos de efeitos patêmicos, dizendo que eles são encenados. O *pathos* não se limita apenas às emoções básicas como felicidade, tristeza, raiva etc., mas engloba sentimentos mais complexos e sutis, incluindo empatia, compaixão, indignação, entre outros. Ele analisa como certas palavras, metáforas, narrativas e estruturas discursivas são empregadas para provocar essas emoções específicas e como isso influencia a interpretação do discurso por parte do receptor.

Ao mobilizar uma construção coletiva de sentido, o discurso estabelece uma relação entre os sujeitos interlocutores pelo fato de conter “[...] certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem” (Charaudeau, 2006a, p. 187). E se o sentido carrega consigo certa visão de mundo construída pelo sujeito, ele pode acabar não sendo necessariamente fundado em critérios de verdade dentro do processo de significação. Pode ser, ao mesmo tempo, mito ou realidade, constrói-se na confluência entre o dito e o não dito, resultado de um jogo entre o implícito e o explícito. Ele não é apenas o dito, mas não é apenas o não dito. O sentido nasce dessa relação entre os dois, que é marcada pelas influências das representações sociais e dos imaginários sociodiscursivos, que agem para integrar, constituir e caracterizar os momentos de trocas

enunciativas. Segundo Charaudeau (2006a), eles são parte integrante da maneira como o sujeito se relaciona com o discurso e a produção do sentido.

Uma vez que as condições de semiotização do mundo podem estar ou não fundadas em critérios de verdade, podemos afirmar, conforme a TS, que no discurso não há uma verdade, o que vemos, de fato, é uma verossimilhança, ou seja, aquilo que se deve crer como verdade. Logo, o objetivo de uma análise do discurso não é analisar a verdade, mas, sim, os jogos de encenação desse “fazer crer”, moldados pelos termos de cada contrato de comunicação. No estudo do ato de linguagem, o sujeito produtor, por meio de sua encenação discursiva, tem a intencionalidade de atingir seu parceiro para fazê-lo agir, para emocioná-lo ou para orientar seu pensamento. Nessa estratégia, as representações sociais têm papel preponderante para que o sentido seja materializado.

No âmbito da AD, conforme a perspectiva de Charaudeau (2017), as representações sociais podem ser compreendidas como um mecanismo de construção do sentido que “[...] modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’” (p. 574). Para o linguista, não se pode conceber as representações como um conjunto de imaginários ou de ideologias produzidas por um sujeito e reproduzidas por outros, mas como uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários que sustentam a construção do “real”. Nesse sentido, o imaginário é uma forma de apreensão do mundo que emerge dessa mecânica e resulta do processo de simbolização do mundo de ordem afetiva e racional mediada pela intersubjetividade, sedimentada na memória coletiva. Ele adquire uma dupla função na criação de valores e de justificação da ação. É por meio do imaginário que o sujeito construirá sua apreensão do processo de significação dos objetos do mundo, transformando a realidade em um real significante, contextualizado, histórico e ideológico.

No entendimento do conceito de imaginário, é preciso olhar também para a questão do simbólico abordada por Castoriadis (1982). Conforme os estudos do filósofo e psicanalista francês, o simbólico é encontrado primeiro na linguagem, mas está presente, igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições.

As instituições não se reduzem ao simbólico, mas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências, – significações, no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja, a

tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado (Castoriadis, 1982, p. 142).

As relações entre o simbólico e o imaginário, conforme Castoriadis (1982), aparecem quando este utiliza aquele não somente para se exprimir, mas para existir. “O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de ‘imagens’ mas estas ‘imagens’ lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, uma função simbólica” (p. 154). O simbolismo pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é. Dessa forma, relaciona-se com o imaginário sob a forma de representação.

O conceito de imaginário sociodiscursivo charaudiano tem origem naquilo que Castoriadis chama de imaginário social, que funciona como um universo de sentidos fundador da identidade de um grupo. É uma mistura de representações sociais e sistemas de pensamento que atuam para tornar o mundo inteligível. O indivíduo interage envolvido por práticas sociais nas quais é levado a fazer trocas com outros, em uma atividade de conceituação que atribui valores cognitivos, simbólicos e ideológicos aos imaginários. Charaudeau dirá que os imaginários são os responsáveis pela entrada do sujeito no universo de significações. A realidade não pode ser apreendida por ela própria, já que a realidade nela mesma existe, mas não significa.

A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade. (Charaudeau, 2006a, p. 203)

O imaginário pode, então, ser considerado social à medida que a atividade de simbolização representacional do mundo é realizada dentro de um domínio de prática social, ou esfera de atividade humana determinada, tal como a artística, a política, a jurídica, a religiosa etc.

Entender essa conceituação é importante para compreender a disputa de sentidos nos discursos e de que forma se pode ou não alcançar um consenso de significação. Conforme explica o semiolinguista, os gestos de interpretação do mundo serão estimulados pelo ato de comunicação, que é a troca discursiva entre dois ou mais parceiros capaz de criar um elo social, desde que envolvida por normas de comportamento que ajudarão a estabelecer representações necessariamente partilhadas. Por isso, os sentidos e as interpretações vão

variar de um grupo a outro e até mudar no interior de um mesmo grupo. Além disso, todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, de condições específicas da situação de troca na qual ele surge. “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (Charaudeau, 2012, p. 67).

No caso do espaço político, aponta Charaudeau (2006a), os imaginários circulam sobre o comportamento que o ator político deve adotar, conforme a situação em que se encontre. Os imaginários precisam estar conectados com o *ethos* que o político deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos. E são os imaginários de opinião desses cidadãos que irão, discursivamente, sustentar, sobrepor-se e construir espécies de arquétipos coletivos inconscientes capazes de mobilizar sentidos e potencializar o discurso político.

No âmbito da AD, os imaginários precisam ser materializados para se tornarem sociodiscursivos e desempenharem seu papel de espelho identitário. Essa materialização ocorre de diferentes maneiras: nos tipos de comportamentos, nas atividades coletivas que têm por efeito dar corpo aos imaginários, na produção de objetos manufaturados e de tecnologias que dão ao grupo o sentimento de possuir e dominar o mundo e na construção de objetos erigidos como símbolos. Sendo assim, os imaginários sociodiscursivos circulam em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. Essa materialidade está muito relacionada ao palco por onde a situação de comunicação se estabelece. É um recurso utilizado com o objetivo de dar sustentação ao que Charaudeau (2006a) chama de “racionalização discursiva”.

Sendo assim, o “[...] imaginário pode ser qualificado de sociodiscursivo na medida em que se cria a hipótese de que o sintoma de um imaginário é a fala” (Charaudeau, 2017, p. 579). Ele resulta dessa atividade de representação que constitui os universos ou as formas de pensamento, lugares de instituição de verdade. Por meio de discursos narrativos ou argumentativos, o sujeito falante propõe uma descrição e uma explicação dos objetos do mundo, conforme os saberes e a perspectiva representacional do indivíduo ou do grupo ao qual pertence. Por sua vez, os discursos estão atravessados por saberes sobre o mundo, investidos de *pathos*, o saber como afeto; de *ethos*, o saber como imagem de si; ou de *logos*, o saber como argumento racional. Em síntese, os imaginários estão imbricados pelos discursos que circulam no âmbito dos grupos sociais, organizados como sistemas de pensamento ou

formas de pensamento coerentes, criadores de valores, a fim de exercer o papel de justificação da ação social e de depositários da memória coletiva.

A isso se deve acrescentar que esses discursos criadores de imaginários se produzem, como já dito, dentro de um domínio de determinada prática social que desempenha um papel de filtro axiológico. Como exemplo, podemos citar a polêmica em torno da liberação do porte/posse de armas de fogo para a população civil. Enquanto para os conservadores ou os seguidores do ex-presidente Bolsonaro, ancorados nos valores do imaginário da tradição, essa medida pode adquirir valor positivo; para os grupos relacionados aos setores progressistas, contrários às políticas armamentistas, o afrouxamento das medidas para a compra de armas, como ocorreu no governo bolsonarista, pode assumir valores negativos.

4.3.1 A estruturação dos imaginários

A mecânica das representações sociais gera, por meio da produção de discursos, os saberes que se estruturam em saberes de conhecimento e saberes de crença, os quais se configuram, por sua vez, em tipos de saberes. É a partir desses tipos de saberes, e sempre por meio da produção discursiva, que se organizam os sistemas de pensamento conforme os princípios de coerência que criam teorias, doutrinas ou opiniões.

Charaudeau (2017) explica que os saberes de conhecimento são produzidos com o propósito de estabelecer a verdade sobre os fenômenos do mundo e sobre os objetos de discurso. Essas verdades existem em relação de exterioridade ao sujeito e, por isso, estão livres dos processos subjetivos, tais como, a avaliação e o julgamento afetivo. No saber de conhecimento a verdade assume um caráter de neutralidade e impessoalidade, sendo imperativa ou imposta aos indivíduos.

O discurso produzido pelo saber de conhecimento “repousa na existência dos fatos do mundo” e nos procedimentos de explicação dos acontecimentos colocados diante dos indivíduos de maneira objetivante, apagada enunciativamente. O enunciador desse tipo de saber assume uma dimensão abstrata ao tentar impor uma verdade objetiva como no discurso da “ciência” ou da “ordem das coisas”. Assim, o discurso produzido no âmbito desse saber torna-se indiscutível, tendo em vista que se impõe como uma verdade objetiva.

É consenso que esses saberes de conhecimento dependem das culturas nas quais nascem, mas não se trata aqui de discutir sua validade. O que conta é que se afirmarmos que “dois mais dois são quatro”, temos a impressão de recorrer a um enunciado que se apresenta como uma verdade provada e incontestável. (Charaudeau, 2006a, p. 198).

A construção do saber de conhecimento pode ser subdividida em saber científico e saber de revelação. O primeiro tem o intuito de construir explicações sobre os objetos, sobre os fenômenos e sobre o mundo, buscando desvelar e compreender o seu funcionamento e o modo como esse funcionamento se impõe aos indivíduos. Está na base das práticas da razão científica e se sustenta por meio dos procedimentos de observação, de experimentação e de cálculo, os quais lançam mão de instrumentos de visualização do mundo (como o microscópio) ou de operações (informática) a fim de garantir a objetividade e a prova indiscutível dos fenômenos do mundo. “Está-se aqui na ordem do provado. Ninguém jamais viu a terra girar em torno do sol. Contudo, temos esse conhecimento, pois tomamos conhecimento de tal como saber científico, provado de maneira indiscutível” (Charaudeau, 2017, p. 581).

De acordo com Charaudeau (2017), as teorias estão ligadas ao saber científico. Elas se caracterizam como uma forma de discurso que é, simultaneamente, fechado e aberto. Fechado em cada núcleo teórico que propõem um conjunto de proposições com valor de postulados, de princípios ou de axiomas com o intuito de formular conceitos, modos de raciocínio e procedimentos metodológicos específicos de cada núcleo teórico. Como uma forma de discurso aberto podem ser compreendidas na medida em que aceitam o contraditório e estão em constante processo de refutação/integração de proposições contrárias ou contraditórias. Desse modo, as teorias submetem-se ao confronto com a empiria e à crítica sem, contudo, abandonar a força de verdade do discurso demonstrativo.

Considerado habitualmente um saber de crença, o saber de revelação também faz parte dos saberes de conhecimento, pois a fonte de verdade aqui é externa ao sujeito. Nele, existe a suposição de um lugar de verdade que não precisa ser verificado ou provado devido a seu caráter transcendental, é um saber que exige do sujeito um movimento não racional de adesão completa a ele.

Contrariamente ao saber científico, o saber de revelação é insensível às contradições que poderiam trazer outros saberes, científicos ou de experiência. Como dissemos, o saber científico é fechado, mas até que se prove o contrário, até que uma nova teoria venha substituir a precedente [...]. O saber de revelação, por outro lado, está completamente fechado em si mesmo, e os discursos que o sustentam se apresentam sob a forma de evidência. Um saber que não sofre questionamentos se institui como um dogma. É o caso dos discursos religiosos. (Charaudeau, 2022, p. 30).

Ao se sustentar em textos de caráter sagrado, o saber de revelação exerce papel de referência na formação de um sujeito. Como veremos mais à frente, o discurso bolsonarista

foi extremamente calcado em imaginários estruturados a partir desse tipo de saber e, por isso, o ex-presidente conseguiu apoio majoritário dentro das igrejas evangélicas, lugares onde o discurso se materializa com base em dogmas de religiões ditas cristãs.

Todavia, também há discursos profanos que podem ser atribuídos ao saber de revelação, pelo menos quando se instituem como discursos de verdade absoluta, de maneira doutrinária, como são as ideologias. Uma vez que elas se tornam portadoras de um saber que propõe uma explicação total e abrangente da atividade social, as ideologias se constituem como discurso de referência absoluta. Esse é o caso do marxismo e da psicanálise, que alguns converteram em ideologias de tendência dogmática, segundo exemplifica o autor.

Discursos religiosos ou discursos profanos, é questão de saber externo ao homem, que é considerado conhecimento de mundo, cuja fonte de verdade é um “Terceiro-Elé verdadeiro”, um “fantasma da verdade” transcendente, portador de um saber absoluto, ao qual o sujeito se submete. (Charaudeau, 2022, p. 30).

As representações também podem ser construídas a partir do saber de crença, que se relaciona com as avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seus pensamentos e comportamentos. Diferentemente dos saberes de conhecimento, “[...] a crença procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem” (Charaudeau, 2017, p. 582). Trata-se do saber que se encontra no sujeito e procede do sujeito, portador de julgamentos. Esse saber instaura-se no domínio dos valores e se caracteriza, ao mesmo tempo, por ser uma “atividade mental polarizada” entre a causa dos eventos e dos comportamentos, resultando nos aspectos afetivos e subjetivos dos posicionamentos. Diante disso, a enunciação objetivante (“Terceiro-Elé-verdadeiro”) assume contornos subjetivantes a partir da partilha de um “Alguém-verdadeiro” que interioriza o saber ao mesmo tempo em que o deseja compartilhado, ainda que não seja possível verificá-lo. No saber científico, o mundo se impõe ao sujeito; no saber de crença, é o sujeito que se impõe ao mundo, seja para descrevê-lo (saber por experiência), seja para fazer julgamentos (saber de opinião).

O saber de experiência constrói explicações sobre o mundo aplicáveis e reproduzidas por todos, mas sem nenhuma garantia de comprovação, tampouco possui procedimentos metodológicos particulares ou instrumentação. Qualquer indivíduo pode utilizar o saber de experiência desde que o tenha experimentado e consiga identificar que outro indivíduo experimenta situação similar. Esse subtipo de saber de crença está no domínio “experenciado e da experiência universalmente partilhada”. Afastado do saber científico, ele depende dos

saberes empíricos e partilhados sobre o mundo que apontam para uma causalidade natural dos fenômenos. Nesse sentido, o saber de experiência pode contradizer o saber científico na medida em que o que vale é a experimentação e a observação individual independente de fatores objetivos e metodológicos.

Os saberes de opinião, por sua vez, têm origem em um processo de avaliação sobre o qual o sujeito se engaja e assume um posicionamento a respeito dos fatos e objetos do mundo. Aqui “[...] não é o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo” (Charaudeau, 2017, p. 584). Esse saber não é ancorado em um texto de referência e, por isso, é um tipo de saber no qual existem diversos julgamentos a respeito dos fatos, a partir dos quais o sujeito faz escolhas seguindo diversas lógicas: do necessário, do provável, do possível, do verossímil e nos quais interfere menos a emoção do que a razão.

No saber de opinião, o sujeito apropria-se de um saber que circula nos grupos sociais. Esse saber é, ao mesmo tempo, pessoal e partilhado, e, por isso, não está aberto ao questionamento. Pode aparecer sob a forma de uma enunciação generalizante, como nos provérbios, assumindo a posição de uma voz que está acima dos sujeitos, um metaenunciador, uma voz coletiva a partir da qual o sujeito se posiciona. Qualquer julgamento de opinião é subjetivo quando depende da partilha, pois assume uma função identitária.

De acordo com Charaudeau, o saber de opinião, em sua enunciação, pode revelar-se como opinião comum ou opinião pessoal. A opinião comum assume aspecto generalizante com pretensão à universalidade, pois é dependente da partilha. Como nos provérbios ou nos ditos populares são enunciados que se apropriam do julgamento e da crença popular. Neles, o sujeito não assume uma posição individual. Também é a opinião expressa em *slogans* publicitários ou políticos e em qualquer enunciado com valor moral que se considere universal. “Assim funciona o que se chama de ‘politicamente correto’” (Charaudeau, 2022, p. 34). A opinião comum pode revelar ainda o posicionamento de um grupo a respeito do outro grupo. Ela tem o papel de restringir um grupo a uma nomeação essencializante, por isso, essa opinião tem forte apelo à construção identitária. Já a opinião pessoal é originária de um sujeito individual ou grupo em particular que emitem, conscientemente, julgamentos críticos e circunstanciais sobre determinada situação vivenciada. Ela tem o papel de explicitar a adesão do sujeito ou grupo a determinado ponto de vista e revelar a oposição ou engajamento a certos posicionamentos no espaço da discussão democrática.

Essa opinião é relativa, atestando o engajamento do sujeito em relação a um julgamento afetivo, estético ou outro. Mas, ele sabe, ao mesmo tempo, que ela não é necessariamente partilhada por outros e que, se ele a reivindica com veemência, ela

pode ser questionada por julgamentos contrários ou diferentes. (Charaudeau, 2022, p. 33).

Os imaginários sociodiscursivos são alimentados por esses tipos e subtipos de saberes. Com isso, jogam com as categorias por meio da estratégia de opacidade das pistas que revelam como um saber de crença pode ser compreendido como um saber de conhecimento ou mesmo o contrário.

A primeira ambiguidade diz respeito ao saber de revelação. Ele é dado como conhecimento absoluto do mundo, embora exija a adesão subjetiva do indivíduo. Ele é ao mesmo tempo saber científico e saber de crença. O que torna fácil fazer passar um pelo outro: reivindicar um saber de revelação que é apenas um saber de opinião; apresentar uma opinião pessoal dissimulada em uma opinião comum; prevalecer-se de um conhecimento teórico para fazer dele uma doutrina; fazer crer que um saber de revelação (dogma) também é baseado em saber científico (teoria). (Charaudeau, 2022, p. 34).

É importante ressaltar que “o imaginário não é verdadeiro nem falso”, trata-se de uma proposição de visão de mundo, baseada nos saberes que instituem os sistemas de pensamento. Esses saberes podem se relacionar pela exclusão ou sobreposição, resultando em traços identitários dos sujeitos e dos grupos.

Assim, saberes de conhecimento e saberes de crença estruturam as representações sociais. Os primeiros, ao construírem representações classificatórias do mundo, os últimos, ao darem um tratamento axiológico às relações do homem com o mundo. Mas a fronteira entre esses dois tipos de saber é porosa, ainda mais em virtude de muitos sujeitos jogarem com essa porosidade com fins estratégicos, apresentando um tipo de saber em lugar e posição de outro. É o caso do discurso político, que procura erigir, como norma universal que depende do conhecimento, o que não é senão norma moral que depende da crença: ele procura fazer com que uma verdade de crença se passe por verdade de conhecimento. (Charaudeau, 2006a, p. 198-199).

A análise dos imaginários sociodiscursivos mobilizados nos pronunciamentos oficiais de Bolsonaro consiste em desvelar quais desses saberes emergem e como eles estruturam o discurso construído pelo ex-presidente para persuadir e manipular a população e a mídia. No *corpus*, vamos procurar identificar quais são os efeitos de sentido gerados pelos enunciados construídos a partir de um sujeito comunicante mergulhado em uma rede de interdiscursividade que busca significados ancorados em uma visão de mundo baseada nas ideologias da extrema direita.

4.4 Estratégias no discurso político

Antes de descrever as estratégias discursivas que os atores podem utilizar em uma cena política enunciativa, precisamos descrever as restrições estruturais da situação de comunicação política que poderão interferir na escolha das estratégias. Ela será sempre estruturada com base em um dispositivo que assegure um lugar determinado aos parceiros da troca, estabeleça a natureza da identidade deles e defina as relações entre eles de acordo com certa finalidade. Além de organizar a situação das trocas linguageiras, o emprego do dispositivo depende também das condições materiais em que elas se desenvolvem. Segundo Charaudeau (2006a), é preciso que se estabeleça, nas condições materiais, “[...] uma relação de encaixamento entre o macrodispositivo conceitual que estrutura cada situação de troca social e os microdispositivos materiais que a especificam enquanto variantes” (p. 54). O discurso político se define por um macrodispositivo e, ao mesmo tempo, é materializado por suas variantes, como o comício, promessas eleitorais, discursos em eventos públicos, entrevistas à imprensa e pronunciamentos em rede de TV e rádio.

O dispositivo é, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado. Ele desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulado o campo de enunciação de acordo com normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir. (Charaudeau, 2006a, p. 54).

Os parceiros do contrato de comunicação por onde se dá o discurso político são chamados por Charaudeau (2006a) de instâncias do dispositivo, que se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais, por sua vez, definem sua finalidade comunicacional. Em todo ato de comunicação, o conhecimento das pessoas é necessário, mas de forma alguma suficiente. Por isso, é preciso acrescentar o conhecimento das instâncias, sem o qual a interpretação do falar das pessoas seria equivocada. Na análise do discurso político, esse aspecto é importante porque evita que se caia em dois extremos: o que consiste em reduzir as explicações dos fatos políticos apenas à personalidade psicológica e social dos atores reais da vida política; e o que consiste em se interessar apenas pelas ideias veiculadas pelos discursos (a ideologia), sem levar em conta a natureza das instâncias do dispositivo.

Charaudeau e Aragão (2022) afirmam que o contrato de comunicação político se desenrola entre quatro associações, que levam em conta lugares distintos de fabricação do discurso político (macrodispositivos): um lugar de poder, um lugar de opinião e um lugar de mediação. No primeiro deles, encontra-se a instância de poder (ou política) e seu duplo

antagonista, a instância adversária; no segundo, encontra-se a instância cidadã; e, no terceiro, a instância midiática.

Todo discurso político obedece a um contrato de comunicação que se desenrola entre quatro associações: uma Instância de poder (seja em situação de conquista ou exercício do poder) que deve se dotar de uma certa imagem de credibilidade, deve saber captar, ou mesmo cativar o público, jogando com a razão e os sentimentos, deve se dotar de meios não contraproducentes de desqualificação do adversário e deve, por fim, defender valores com vigor; uma Instância cidadã que é, por natureza, heterogênea, e que deve ter um papel duplo de delegação provisória de soberania popular por intermédio do voto (democracia representativa), e de vigilância, ao se instituir como contrapoder (democracia participativa); uma Instância adversária que é de natureza composta, coloca-se em oposição à instância de poder titulada, com as mesmas armas discursivas desta; uma Instância midiática que garante a circulação da fala política, mas transformando-a por meio de procedimentos de simplificação e focalização para fins de audiência, o que lhe dá, nesse jogo político, uma certa responsabilidade. (Charaudeau; Aragão, 2022, p. 354).

A instância política corresponde à governança, onde os atores têm um “poder de fazer” (de decisão e de ação) e um “poder de fazer pensar” (de manipulação). A instância adversária encontra-se nesse mesmo lugar, uma vez que é movida pelas mesmas motivações. Como a instância política, ela deve propor ao cidadão um projeto de sociedade ideal e tentar persuadi-lo sobre a legitimidade da sua posição. A diferença entre as duas é que uma está no exercício do poder e a outra representa a oposição, que corresponde a uma parcela da opinião cidadã e é levada a produzir um discurso de crítica ao poder vigente. Por utilizar as mesmas estratégias discursivas, as instâncias política e adversária são vistas de forma conjunta.

Já a instância cidadã se define como aquela que se encontra em um lugar no qual a opinião se constrói fora do governo. É o lugar onde os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. O termo “cidadã” deve ser entendido no sentido amplo, como noção que faz parte de um regime democrático. É uma entidade composta por organizações (sindicatos, instituições acadêmicas, minorias étnicas, corporações, mercado financeiro etc.) e situações diversas (protestos, pesquisas de opinião, manifestações de rua etc.). Sendo assim, a instância cidadã está longe de ser homogênea e é fragmentada pela diversidade das comunidades a ela relacionadas e pelas diferentes percepções que cada uma tem das outras instâncias (política, adversária e midiática) que a elas se dirigem.

A instância midiática também se encontra organizada fora do lugar de governança. Ela corresponde ao elo que se vale de diferentes modos de mediação (como veículos de informação jornalística e mídias sociais) para unir a instância política à cidadã. Os atores que

compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos), o que inscreve essa instância em duas lógicas: uma democrática, de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação; e outra de sedução comercial. Dessa forma, a instância midiática tenta construir um olhar espectador específico para as demais instâncias. O discurso da instância midiática encontra-se entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar casos de corrupção, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. No entanto, se controlada pelo poder político ou caso seja militante, a instância midiática não gozará de relativa independência para que possa construir o seu discurso.

Ao entrecruzar as instâncias formadoras do contrato de comunicação política, o dispositivo do discurso político permanece o mesmo, independente do sistema político em que estiver inserido. Entretanto, o poder de influência que cada uma das quatro instâncias terá sobre as outras vai variar conforme o regime (totalitário, autocrático, democrático e de democracia representativa, participativa ou direta). “Tudo depende da maneira como essas diversas instâncias se posicionam em relação a uma situação de poder que é percebida como direito de agir, por alguns, e como dever de agir, por outros” (Charaudeau, 2006a, p. 64).

No caso do governo Bolsonaro, como vimos no Capítulo 3, houve, a partir das eleições de 2018 e durante o mandato presidencial, uma atuação da instância política que subverteu o papel da instância cidadã. O uso das tecnologias digitais e das mídias sociais amplificou consideravelmente o poder de influência da instância política, que pôde construir seu próprio discurso midiático, por meio de teorias da conspiração, *fake news* e manipulação de informações, reduzindo a importância do papel de informante da instância midiática e fazendo com que parte da instância cidadã atuasse como disseminadora do discurso da instância política. Essa subversão do dispositivo misturou os lugares de fabricação do discurso político e colocou em xeque a legitimidade com a qual as instâncias de uma situação de comunicação devem estar atreladas.

Essa noção de legitimidade é outro aspecto que deve ser considerado no discurso político. De maneira geral, ela designa o estado ou a qualidade daquele cuja ação é bem fundamentada. Segundo Charaudeau (2006a), o mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito por todos. Além de ser instituída em sua origem para justificar os feitos e gestos do

enunciador político, a legitimidade depende também das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores. É preciso ser reconhecido em função de uma posição institucional.

A legitimidade não deve ser confundida com a credibilidade e a autoridade. Enquanto a primeira é o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto, de um saber ou de um saber-fazer, a segunda associa-se à capacidade do sujeito de dizer ou de fazer. “Questionar a legitimidade é questionar o próprio direito e não a pessoa; questionar a credibilidade é questionar a pessoa, uma vez que ela não apresenta provas de seu poder de dizer ou de fazer” (Charaudeau, 2006a, p. 67). Já a autoridade está ligada ao processo de submissão do outro, é uma posição no processo de influência que dá ao sujeito o direito de submeter o outro com a aceitação deste. “A legitimidade remete ao Eu; a autoridade, à relação Eu-tu” (2006a, p. 68).

Em uma democracia, é essencial o reconhecimento da instância política pela instância cidadã, visto que a adesão dos cidadãos e de instituições de representação da sociedade civil às propostas dos políticos ressalta a autoridade que determinado governante conseguiu conquistar. De acordo com Charaudeau (2006a), na busca pela adesão do público, faz-se necessário que o político seja legitimado em suas ações, sendo reconhecido como um sujeito capacitado a ocupar o seu cargo e a representar os seus eleitores. Em vista disso, os valores defendidos pelos políticos devem estar de acordo com os daqueles que eles representam, para que, desse modo, os feitos realizados sejam justificados pelos princípios que ambos possuem em comum. Tudo isso confere credibilidade ao político frente a seus eleitores. O governante precisa se mostrar capacitado a falar sobre um assunto e a comprovar para a instância cidadã que entende sobre determinado tema, apresentando argumentos que sustentem as suas propostas. Em outras palavras, a credibilidade é o reflexo do conhecimento que o político mostra possuir em seu ato de governança. Dessa maneira, a legitimidade independe da opinião e julgamento de um indivíduo, enquanto a credibilidade, por sua vez, relaciona-se à capacidade do sujeito de apresentar suas propostas como verdadeiras. Outra distinção importante deve ser feita entre legitimidade e autoridade. Uma vez eleito, o político é colocado em um lugar que o empodera como representante legítimo, sendo, conseqüentemente, reconhecido por seu direito a fazer. Sendo assim, a autoridade surge como uma vantagem que o político passa a possuir frente aos seus interlocutores.

Existe ainda no domínio político uma “legitimidade de fato”, que procede de um movimento de sustentação ou de adesão popular que independe do ato eletivo e, conforme será visto na análise do *corpus*, tem papel central em nosso estudo. É uma legitimidade que

está relacionada à popularidade e à aprovação do político. No caso dos países democráticos, como o Brasil, estamos habituados a considerar que a legitimidade é uma questão de direito constitucional, a qual rege o modo de representação do povo segundo uma sanção majoritária. No entanto, à medida que a legitimidade se funda sobre um olhar de reconhecimento recíproco entre duas partes, é preciso que essas duas partes alimentem permanentemente essa relação de investidura e de controle: “[...] o que foi investido de um poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; o que delegou poder deve verificar se a investidura encontra-se sempre justificada” (Charaudeau, 2006a, p. 76). É por isso que o êxito do político, seu sucesso, sua eficácia, tudo que constrói sua imagem de líder carismático e fidedigno, reforça sua legitimidade.

Na análise do *corpus*, veremos que, ao colocar Bolsonaro para proferir numerosos pronunciamentos em rede nacional, o governo parece ter definido essa variante do dispositivo como um elemento capaz de associar efetivamente a figura social e psicológica de Jair, marcada pelo imaginário populista antissistema, ao aspecto de legitimidade que um presidente precisa preservar para se manter compatível com a posição institucional que assumiu. Entretanto, mesmo buscando demonstrar poder de influência para forjar sua própria verdade, a partir da estratégia discursiva criada especificamente com essa situação de comunicação, Bolsonaro se colocou em confronto direto com os setores da instância cidadã que não o reconheceram como uma figura política detentora de credibilidade e autoridade apta a lidar com as questões da governança. Durante a exibição de suas declarações na TV, ele passou a ser alvo de protestos e painelaços motivados pela insatisfação em relação às ações que tomou para lidar com a pandemia. Em 2021, na contramão do que vinha ocorrendo na primeira metade do mandato (quando se tornou o presidente com o maior número de pronunciamentos transmitidos em rede nacional), Bolsonaro reduziu o uso dessa variante do dispositivo e, em 2022, não fez nenhuma declaração de exibição obrigatória na TV. Um gesto que pode ser interpretado como parâmetro para medir sua credibilidade e, consequentemente, apontar a queda de sua “legitimidade de fato” perante parte considerável do grande grupo heterogêneo que forma a instância cidadã.

4.4.1 Persuasão e manipulação

Temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político. Entretanto, o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em

suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional. Na democracia, o poder do político advém de uma delegação e esta tem um caráter sagrado. (Charaudeau, 2006a, p. 78).

Essa epígrafe corrobora o que temos abordado sobre as razões que levaram Bolsonaro a se tornar Presidente da República. O discurso que deu a ele a vitória nas urnas contém os denominadores comuns capazes de mobilizar as massas e nossa proposta é investigar justamente como se deu a incorporação desses elementos discursivos nos pronunciamentos oficiais para apontar as consequências disso na formação de uma realidade simulada forjada para ser aceita como verdade dominante. Por isso, vamos abordar nesta seção algumas estratégias do discurso político, que se assemelham a estratégias do discurso publicitário e propagandista, para entender como se dá a questão da persuasão e da manipulação na política.

Para que o político ganhe adesão entre os cidadãos, ele deve apoiar seu discurso em valores transcendentais fundados historicamente e, ao mesmo tempo, se inscrever na volátil regulação das relações entre o povo e seus representantes. Em sua singularidade, o político fala para todos, é voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um terceiro, enunciador de um ideal social. “Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre estes três tipos de voz – a voz do Terceiro, a voz do Eu, a voz do Tu-todos – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia” (Charaudeau, 2006a, p. 80). Sendo assim, o político deve saber como inspirar confiança e admiração para que conquiste adesão a essa “[...] imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções”.

As estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem, então, de vários fatores: sua identidade social; a maneira como ele percebe a opinião pública; o caminho que ele faz para chegar até lá; a posição dos outros atores políticos (sejam parceiros ou adversários); e o que ele julgar necessário defender ou atacar (as pessoas, as ideias ou as ações). O político pode perceber a opinião pública como sendo favorável, desfavorável ou incerta e seus discursos deverão ajustar-se a essa percepção e aos diferentes públicos que a constituem. Dessa forma, a atividade de persuasão e de sedução é constitutiva do discurso político, uma vez que, na democracia, é necessário conquistar o poder ou geri-lo a partir da aprovação popular. A fala política tem que ser capaz de “[...] atingir o maior número possível daqueles que compõem esse auditório heterogêneo, cujo denominador comum de compreensão, de análise e de apreciação é, por definição, reduzido” (Charaudeau, 2010a).

O discurso político se inscreve, então, dentro da chamada “visada de incitação a fazer”, uma das três intencionalidades do sujeito falante (a expectativa ou o que está em jogo em um ato de linguagem), que Charaudeau (2010a) descreve para classificar as finalidades do discurso propagandista. Nesta visada de incitação, o “eu” quer “fazer fazer” alguma coisa a “tu”, mas não está em posição de autoridade. Por isso, o “eu” deve procurar incitar o “tu” a fazer e, para isso, ele deve passar por um “fazer crer”, a fim de persuadir o “tu” de que será o beneficiário do seu próprio ato, de modo que este aja (ou pense) na direção desejada pelo “eu”. O “tu” se encontra, então, em posição de “dever crer” no que lhe é dito.

No desenvolvimento do enunciado para o convencimento do “tu” pelo “eu”, além das estratégias de persuasão e sedução comuns ao discurso político (e calcadas na relação entre *ethos*, *pathos* e *logos*), são empregadas também estratégias da ordem da “manipulação dos espíritos”. A fronteira entre os dois tipos de estratégia é porosa e não está claramente definida e, por isso, o discurso político se distingue do discurso propagandista e do publicitário, uma vez que nesses dois últimos as instâncias do dispositivo conhecem as condições de produção e a questão da manipulação só pode ser tratada após essas condições serem consideradas. No caso do discurso político, a instância de poder parte do princípio de que “nem tudo pode ser dito” para que se alcance a persuasão, é preciso vestir máscaras.

De acordo com Charaudeau (2010a), na busca pelo “fazer crer” (persuasão), a visada de incitação do domínio político (“fazer fazer”) procura suscitar a formação de uma opinião ou alterar a opinião já formada. Para isso, duas características são acrescentadas ao discurso.

Uma é que o manipulador não revela seu projeto de realização e o maquia sob um outro projeto que é apresentado como favorável ao manipulado (quer o benefício seja de ordem individual ou coletiva). A outra é que o manipulador, para melhor impressionar o manipulado, tira partido de certa posição de legitimidade que lhe é dada pela situação e joga com uma credibilidade que ele teria adquirido em outra parte. A consequência disso é que o manipulado, ignorando o verdadeiro teor deste projeto, se deixa persuadir por esta falsa aparência e entra no jogo de persuasão do manipulador sem se dar conta. Assim sendo, a manipulação vem acompanhada da ilusão, pois há a relação entre um influenciador-manipulador que esconde sua intenção e um influenciado-manipulado que ignora esta intenção. Este último pode até mesmo ser a vítima (mas não necessariamente). (Charaudeau, 2010a).

Sendo assim, as estratégias discursivas empregadas para manipular podem ser resumidas em três tipos: 1) narrativas dramáticas, nas quais são postos em destaque heróis e vítimas com o intuito de produzir às vezes angústia, às vezes exaltação; 2) discursos de promessa (ou até mesmo de profecia), que fazem parte de uma ordem moral ou de um sonho sem que o político dê a impressão de ser autoritário, sob a suspeita de se tornar suspeito, mas suscite a esperança por “dias melhores”; e 3) discursos de provocação do afeto, com o

objetivo de tocar a emoção para provocar alegria e simpatia ou temor e medo. Tais estratégias são formuladas por meio de procedimentos formais de simplificação e repetição.

A simplificação se dá com o emprego de fórmulas imagéticas, de *slogans* que têm como efeito “essencializar” os julgamentos, transformá-los em estereótipos e torná-los suporte de identificação ou de apropriação. Segundo Charaudeau (2006a), simplificar é tentar reduzir a complexidade do mundo e do universo do pensamento à sua expressão mais simples. Simplificar pode levar um enunciado a uma falsa verdade, a uma verdade não provada ou mesmo a uma contraverdade, ou seja, a condição de simplicidade acarreta sempre a perda de um pouco de verdade. Já a repetição conferida a esses julgamentos essencializados, por meio de imagens, *slogans*, memes etc., vai da inoculação difusa à repetição excessiva, com a ajuda das mídias sociais e da imprensa, por meio de notícias repetidas à exaustão, até que se tenha o resultado desejado.

A condição de simplificação ocorre ainda a partir de um duplo procedimento: singularização e essencialização. A singularização consiste em evitar a multiplicação de ideias distintas, pois essa multiplicação pode confundir os espíritos não habituados à especulação intelectual. “Expressar uma ideia de cada vez garantiria a clareza e permitiria que a atenção do auditório fosse totalmente focalizada e concentrada nessa ideia isolada e única” (Charaudeau, 2006a, p. 98). Já a essencialização diz respeito a fazer com que uma ideia seja inteiramente contida, reunida e condensada em uma noção que existiria em si, de maneira natural, como uma essência, independente de outra coisa que não ela mesma. Para tanto, é apresentada sob forma nominalizada. No caso do discurso de Jair Bolsonaro, por exemplo, o emprego do termo “comunismo” ou “comunista” é uma forma de condensar, neste único nome, a ideia de que todos os críticos de seu governo representam uma ameaça à “liberdade” e ao país. Como vimos no capítulo anterior, no discurso da extrema direita brasileira, quem fala a favor da democracia ou atua para defendê-la se associa automaticamente ao “comunismo”. Com o emprego exacerbado dessa forma nominalizada dentro do contexto de polarização política, ela acaba se tornando portadora de algo que existe em si, de maneira absoluta, impondo-se inevitavelmente. O indivíduo não precisa mais se interrogar sobre a complexidade desse fenômeno e o que ele realmente significa e representa.

Charaudeau (2006a) defende a hipótese psicossociológica segundo a qual quanto mais uma ideia é indeterminada, mais somos atraídos por ela. Esse tipo de fórmula baseada no duplo procedimento de singularização e de essencialização é destinada a produzir um efeito de evidência que acaba causando impacto no público.

Empregam-se palavras que, desligadas de seu contexto original, passam a ser empregadas de maneira absoluta, sem que se saiba quem as utilizou inicialmente, a quais atores estão relacionadas, nem a propósito do que foram empregadas [...]. Empregam-se sintagmas cristalizados, compostos de um nome e de um adjetivo [...] ou formados por dois nomes em relação de dependência [...]. Empregam-se frases elípticas, cuja concretude produz efeito de absoluto [...] Empregam-se frases definicionais que, como as máximas, adágios ou provérbios, apresentam-se com valor de verdade geral, umas com ar de veredicto [...]; outras, focalizando a causa [...]; outras, ainda, jogando com paradoxos [...] ou com falsa alternativa [...]; outras, enfim, tautológicas, cuja aparente redundância é destinada a produzir efeitos de definição indiscutível [...]. Empregam-se frases exclamativas, implicitamente descritivas ou narrativas, que sugerem uma condenação [...], uma ação a realizar [...], ao menos que, em um ato performativo, o fazer se realize no próprio dizer [...]. (Charaudeau, 2006a, p. 99-100).

Todos esses procedimentos concorrem para a produção de um efeito de *slogan* como o encontrado no discurso publicitário, mas com a diferença de que um *slogan* não engana ninguém do ponto de vista de sua força de verdade, já que reconhecemos nele apenas uma força de sonho e de sedução. No discurso político, em contrapartida, uma frase com efeito de *slogan*, como “bandido bom é bandido morto” ou “as minorias têm que se curvar”, é capaz de adquirir uma força de verdade para quem quer crer em sua essencialização. Aqueles que a recebem são expostos a “[...] um efeito de adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente” (Charaudeau, 2006a, p. 100).

4.4.2 A mentira na cena política

Como estratégia discursiva utilizada para manipular, a simplificação, no contexto político de ascensão da extrema direita, tornou-se um recurso eficiente para a disseminação de *fake news* e distorção de fatos. A “autoverdade” bolsonarista foi formatada a partir dela, dando à mentira um papel fundamental na sustentação das falas presidenciais. Sabemos que o discurso político, de um lado, é um discurso de persuasão, mas muitas vezes, do outro lado, conforme afirma Emediato (2016), “[...] há pessoas que esperam ser persuadidas, que se colocam como alvo da persuasão e até se submetem a ela, por interesse, medo ou ignorância” (p. 21). Como todo discurso de persuasão, ele precisa esconder sua intenção persuasiva por um “mentir verdadeiro”, como postula Charaudeau (2006a).

É preciso jogar com estratégias discursivas que não sejam muito explícitas e que pareçam vagas, mas não vagas a ponto de fazer com que ele perca sua credibilidade. Sabemos que o político não pode falhar nesse ponto: em todas as circunstâncias, tem de permanecer fidedigno. Poder-se-ia mesmo dizer com algum cinismo que o político não tem de dizer a verdade, mas parecer dizer a verdade, como pregava

tanto Maquiavel – para quem o Príncipe deve ser um grande “simulador e dissimulador” – quanto Tocqueville, para quem certas questões devem ser subtraídas do conhecimento do povo que “sente mais do que raciocina”. (p. 106).

Nas palavras de Diderot, citadas por Emediato (2016) “[...] engolimos de uma vez a mentira que nos adula e bebemos gota a gota a verdade que nos amarga” (p. 21). Para o autor, o enciclopedista francês quis chamar atenção para a nossa relação passional com o mundo, em especial o da política, que nos recruta para uma experiência subjetiva. A mentira que nos adula é mais facilmente aceitável por ser mais desejável do que a verdade, que pode nos frustrar quando não estiver condizente com o que nos traz felicidade. Sendo assim, a verdade possuiria um atributo que a mentira não tem: a indiferença.

Sendo considerada independente do homem, ou como o resultado objetivo e desinteressado de suas ações, ela não existiria para nos confortar, mas para nos esclarecer. Nós devemos nos submeter à verdade e sofrer as suas consequências. Já a mentira, ela não é indiferente, pois é interessada e interesseira, faz parte de um projeto pessoal e subjetivo, é direcionada sobre o destinatário para fazê-lo agir, sentir ou acreditar, e essa ação, sentimento ou crença que a mentira quer mobilizar no seu alvo faz parte da estratégia egoísta do mentiroso para atingir seu próprio fim e obter um ganho que não seria, por hipótese, alcançado com a verdade. A mentira deve agradar. A verdade deve, antes, revelar, esclarecer, permitir-se alcançar um objetivo comum. Em suma, o objetivo da verdade seria esclarecer o outro de um ponto de vista sobre o real. O objetivo da mentira e do mentiroso é dominar o outro e impor-lhe um esquema sabidamente falso de verdade para alcançar algum interesse, ganho ou vantagem, do sujeito que argumenta. (Emediato, 2016, p. 21-22).

O pesquisador acrescenta que a mentira é cercada por inúmeras nuances simbólicas que, de um lado, remetem a um comportamento quase maníaco do sujeito mentiroso (hábito de mentir, de ludibriar o outro, de fabular, de embromar, enganar, iludir, persuadir, engano da alma etc.) e, de outro, diz respeito a estados psicológicos do alvo (ou vítima) da mentira. Este busca suprir uma necessidade de iludir-se, de sentir prazer ao ser enganado, não suporta a verdade e, por isso, prefere a mentira.

Isso só nos mostra que, inegavelmente, a mentira só ocorre dentro de uma relação intersubjetiva na qual os polos se alternam ou convergem: ora o polo é o mentiroso que age como manipulador; ora o polo é a vítima que insiste em se iludir e busca a mentira onde ela está, fugindo o quanto pode da verdade; ora é o interesse pragmático de ambos que sustentam juntos a mentira (conivência) e desprezam a verdade que é vista como obstáculo. (Emediato, 2016, p. 23).

Além de se situar dentro dessa relação intersubjetiva baseada em polos, a fabricação da mentira política, no seu campo mais contemporâneo e promissor, tem como ingredientes importantes os imaginários sociodiscursivos, que atuam na construção da imagem do homem

político, no seu *ethos*, no seu jogo de “parecer ser”, classificado por Emediato (2016) como “a essência da egopolítica”. Para ele, grande parte dos sentidos envolvidos na palavra política, sobretudo nos dias atuais, visa à construção – e a circulação nos meios de comunicação – da imagem de si (*ethos*) dos homens e mulheres políticos.

A fabricação desse *ethos*, bem como os imaginários sociodiscursivos e estereótipos que lhe são associados, são dimensões complementares do funcionamento da persuasão política e, em sentido mais amplo, funcionam como lugares de fabricação da mentira política. Ou seja, o jogo entre o “ser” e o “parecer ser” alimenta e fortalece o que podemos chamar, na esteira de Habermas, de egopolítica, que domina o nosso tempo e coloca em primeiro plano o egocentrismo político e em segundo plano o dizer verdadeiro e os projetos concretos de governança. (Emediato, 2016, p. 40).

Esse conceito de egopolítica vem contribuir com o entendimento de como a propaganda política profetizante está intimamente ligada ao discurso da extrema direita. Conforme define Charaudeau (2010a), a propaganda profetizante consiste em levar as massas a aderirem a um projeto de idealização social ou humana. Para isso, o político (no caso Jair Bolsonaro), no seu projeto de fabricação da imagem de si, adota uma fala de revelação (“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”), porque a verdade reside nesta fala. Ela deve prometer, de uma maneira ou de outra, “dias melhores”, e a instância propagandista/política deve possuir um estatuto de representante simbólico autorizado como portador desta fala (“mito”, “Messias”). Ela deve também dispor de potentes meios de comunicação (mídias sociais – *WhatsApp, Facebook, YouTube, Twitter, Instagram*) para que a instância público/cidadã seja levada a reconhecer-se desejosa dessa mentira política travestida como “verdade absoluta”.

Esse é, talvez, o caso mais extremo da manipulação dos espíritos, o do discurso de doutrinação do qual o contrato é de adesão cega a uma fala de referência, ou seja, o apelo a um desapego de si: fazer com que o outro desapegue de sua própria identidade, de sua própria existência. É o que se vê em operação nos regimes totalitários [...]. (Charaudeau, 2010a).

4.4.3 Manipulação e efeito de impostura

Além de incitar as pessoas a fazer, dizer, pensar, o discurso manipulatório, principalmente na cena política, é caracterizado por uma maquiagem intencional e um efeito de impostura que não são próprios de todo ato de persuasão. Entre as muitas estratégias a serviço do “fazer crer”, Charaudeau (2022) aponta quatro figuras que atuam em um ato

discursivo de negatividade em relação à verdade: a mentira, a denegação, a má-fé e a impostura. Esta última, no entanto, possui algo específico que a distingue das outras categorias de negação discursiva.

Para explicar essa diferença, o autor volta ao esquema do ato de linguagem (Figura 8) para lembrar que instância de produção (instância política ou de poder, no nosso caso) é constituída pelo sujeito comunicante e pelo enunciador, este investido como um “personagem” que supostamente encena e representa o locutor-pessoa. Sendo assim, em um ato de negação discursiva, o locutor, ao mentir, o faz de modo que o que é dito pelo enunciador mascare, deliberadamente, o que ele pensa como locutor. Já na denegação, o que é dito pelo enunciador mascara o que o sujeito falante pensa, sem que ele tenha consciência disso. Enquanto na má-fé, o que o locutor pensa é colocado entre parênteses. Na impostura, contudo, a relação é mais complexa, pois se trata de um jogo de simulacro entre locutor e enunciador: o eu-locutor-pessoa encena um eu-locutor-personagem que diz o falso dado como verdadeiro; ao fazer isso, o eu-enunciador constrói, positivamente, uma falsa imagem – até mesmo uma identidade – do eu-locutor, mas essa imagem ou identidade é dada como verdadeira.

Em outras palavras, a impostura especula sobre os lugares da instância do sujeito falante, que faz com que a relação entre sujeito locutor e sujeito enunciador não seja em relação aos fatos, mas às identidades. Há, portanto, na impostura, um jogo de usurpação de lugar que não existe na mentira, nem na denegação, nem na má-fé. Se alguém que pratica a denegação ou má-fé costuma ser chamado de impostor, pode ser porque não há palavras para designá-lo e, portanto, um impostor toma o seu lugar. (Charaudeau, 2022, p. 77).

Dessa forma, o autor conclui que a impostura resulta de um processo de substituição de instâncias de fala, um jogo de ser e parecer entre essas figuras de sujeitos, uma mistificação que engana os outros. Ao citar Kremer *et al.* (2018), Charaudeau (2022) destaca que “[...] o impostor finge ser o que não é, e o receptor (ou seja, a vítima) toma o que vê pelo que é. A impostura supõe, portanto, a duplicidade, na qual o ser, o verdadeiro, é ocultado e o parecer é apresentado como verdadeiro” (p. 77).

Por não revelar sua intenção, o manipulador a disfarça com um discurso distinto daquele de seu pensamento, enquanto dá indícios, até promessas, de sinceridade. Esse discurso de aparências se apresenta como favorável ou desfavorável ao destinatário, de modo a incitá-lo a agir no sentido desejado pelo manipulador. O efeito de impostura ocorre justamente quando o receptor ignora a intenção do manipulador e se deixa enganar pelo simulacro de sua enunciação. Para atingir seus objetivos, o manipulador recorre a diversas

estratégias discursivas, como as que já vimos neste capítulo, e também às diferentes figuras de negação, excluindo-se a denegação, dado que nela o sujeito não tem conhecimento sobre o que está negando.

Conforme Charaudeau (2022), como o manipulador não tem poder coercitivo e só pode incitar a fazer, dizer ou pensar, ele se dedica a encarnar alguns papéis. Por exemplo, o papel de conselheiro, que parece se contentar em sugerir o que convém fazer sem colocar imposições (“eu te digo isso, mas você é livre”). Esse papel será ainda mais estimulante se quem dá o conselho gozar de crédito ou de alguma autoridade de saber. Mais forte que o papel de conselheiro é o de guia, para o qual é preciso ser dotado de carisma: o carisma do líder político, principalmente o populista que galvaniza as multidões; o carisma do profeta, que mistifica os crentes e os aliena pela força da doutrinação, sem que eles tenham consciência.

Dentre os procedimentos discursivos mais utilizados, o manipulador também pode recorrer ao exagero e à generalização, pois são táticas que, se apresentadas com um ar de confiança, reforçam a adesão do público ao lugar para onde o manipulador quer que ele vá. Charaudeau (2022) explica que a generalização permite que as pessoas acreditem em argumentos como “todo mundo sabe que”, que funciona como um artifício para assegurar que o alvo da manipulação adira a uma suposta opinião comum. Além disso, o “amálgama” é outro procedimento que consiste em fazer aproximações entre fatos, causas, consequências, de conectá-los e de dar a ilusão de uma explicação global. “Simples coincidências ou correlações são transformadas em relações de causa e efeito” (Charaudeau, 2022, p. 92). O recurso do amálgama provoca uma amplificação na mente das pessoas que mantêm vivos o medo, o pânico moral, o ódio, o ressentimento. Esses dois procedimentos discursivos podem ser considerados como tipos de simplificação (singularização e essencialização, respectivamente), conforme vimos neste capítulo.

A manipulação verbal tem por base estratégias de incitação positiva, para criar confiança, amizade, estima, afeição, como maneira de atrair a adesão das populações, ou provocação negativa, praticando a denúncia, a acusação, a desconfiança, a estigmatização e o ódio contra o inimigo, para provocar movimentos de protesto, reivindicação, revolta. Essas estratégias estão presentes em três atitudes manipulatórias que dependem da posição do sujeito manipulador: (a) a primeira corresponde a uma atitude voluntária, com efeito de sugestão e consentimento; (b) a segunda tem uma atitude igualmente voluntária, mas com efeito de impostura, até mesmo de mistificação; (c) o terceiro, uma atitude involuntária, pois qualquer manipulação verbal não é [...] necessariamente intencional. (Charaudeau, 2022, p. 93).

Dentre essas três atitudes manipulatórias, o discurso político está contemplado principalmente na segunda, pois nesse caso o manipulador age de modo que o receptor não

suspeito que ele está tentando enganá-lo. “Ele deve, portanto, dotar-se dos meios discursivos para parecer crível e convincente, jogando com simulacros e efeitos emocionais com a utilização de grandes encenações” (Charaudeau, 2022, p. 98). A propaganda política, segundo o autor, é o “exemplo mais emblemático desse jogo de simulacro”. Ela visa a impor uma “verdade” – que é uma falsa verdade – a uma grande parte da opinião pública: trata-se de impressionar as multidões. Para isso, é preciso que a instância política tenha credibilidade e disponha de meios de comunicação que evidenciem sua potência, conjugando espetacularização de grandes multidões para atingir a emoção, dispositivos para inocular a mensagem, por meio da repetição e uso de diversas redes para espalhar da maneira mais ampla possível a aparência de verdade.

O efeito de impostura abre caminho para a entrada da mentira na política e, conseqüentemente, para a construção de um discurso estruturado em estratégias de manipulação. Ao dizer que algumas profissões têm a missão de lutar por uma certa verdade – a verdade jornalística, científica, jurídica – Charaudeau (2022) afirma que o mundo político não poderia exercer sua atividade se não brincasse com ela. O semiolinguista considera que o ator político não é *a priori* inimigo da verdade, pelo contrário, já que para exercer sua arte de mentir, é necessário que ele a conheça.

Um jornalista, um pesquisador, um jurista seria condenado e desacreditado se falsificasse informações, se distorcesse seus resultados, se não agisse de acordo com a lei. Mas um político, se lhe ocorre dizer a verdade, isto é, dizer o que pensa ou o que vai fazer, encontra múltiplas razões para esconder seus pensamentos ou suas intenções, para o bem do povo, ou mesmo para permanecer no poder. A mentira política pode ser considerada uma garantia de liberdade. (Charaudeau, 2022, p. 105).

4.4.4 Imaginários do discurso populista

A manipulação pelo “medo” aciona diversos imaginários que são explorados de forma excessiva pelo discurso populista para, dessa forma, forjar a mobilização de uma rede de crenças na qual há um entrelaçamento de diferentes representações negativas. Charaudeau e Aragão (2022) afirmam que o populismo não é um regime político, mas uma estratégia de conquista ou de exercício do poder por meio de um discurso que retoma a cenografia do discurso político ao radicalizar seus imaginários. A denúncia da desordem social é exacerbada para uma crise da qual o povo é vítima; a crítica dos responsáveis se torna demonização dos culpados; a defesa dos valores é feita por um discurso de exaltação paroxística; e o líder constrói para si uma imagem de salvador providencial.

Nesses discursos, o medo precisa atuar como um estado de sofrimento que antecipa um perigo, um acontecimento que supostamente fará do povo uma vítima das ameaças alardeadas pelos manipuladores populistas. Dessa forma, retomando os efeitos patêmicos que agem no discurso político, o medo é responsável por criar o sentimento de angústia com o qual as emoções trabalham para persuadir e, conseqüentemente, manipular.

O medo é mais intenso na medida em que a ameaça não é perfeitamente determinada, quando é movido por uma força desconhecida, deixando pairar a impressão de que está escondida nas sombras, esperando para atacar sua presa. É um inimigo invisível e onipresente ao qual, para se tranquilizar, busca-se dar uma cara. Cria-se, assim, um estado de angústia - a companheira do medo - que alimenta os rumores e as reações de "conspiracionismo", e para enfrentá-la procura-se um culpado que servirá de bode expiatório catártico, pois é o único meio de tornar o inexplicável algo compreensível. (Charaudeau, 2022, p. 110).

A manipulação pelos medos sociais é responsável por contribuir na formatação do discurso populista com o imaginário de “vitimização” (Charaudeau; Aragão, 2022). Como todo discurso político, essa representação busca destacar a desordem social, estigmatizando suas causas e denunciando os responsáveis. No populismo, entretanto, isso é feito de forma exacerbada, demonizando as causas do sofrimento do povo e satanizando um inimigo que serve de bode expiatório. No Brasil, o discurso da extrema direita bolsonarista, como temos visto, recorreu à temática do medo e ao imaginário de vitimização para mobilizar aspectos relacionados a questões morais e identitárias (“ditadura gayzista”, aborto, feminismo); de declínio social (“comunismo”, “Brasil vai virar uma Venezuela”); e de ordem e segurança pública (militarismo, “bandido bom é bandido morto”).

Esse discurso foi fortalecido pelo imaginário de “satanização dos culpados”, utilizado na formação patêmica da tópica da antipatia (característica do discurso de ódio). “Não se trata mais somente de criticar os responsáveis por uma situação política, mas de taxar de culpados diferentes categorias sociais,” (Charaudeau; Aragão, 2022, p. 358). Primeiramente, são apontados os políticos, considerados todos corruptos e incapazes de escutar o povo. Os partidos são vistos com descrédito, pois são destinados a fazer o jogo dos políticos. No Brasil, esse imaginário se materializou no discurso anticorrupção bolsonarista (antipetismo, lavajatismo). Concomitantemente, o Estado passa a ter suas instituições julgadas ineficazes, uma burocracia a serviço exclusivo da Administração, uma tecnologia para o benefício das elites e uma justiça negligente, que age “[...] como um monstro calculista, trancado em sua torre de marfim, confiscando o poder em benefício do establishment” (Charaudeau, 2022, p. 358). Vimos como o STF se tornou alvo de manifestações bolsonaristas que pediam

“intervenção militar” e “voto impresso e auditável”. Durante o mandato de Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes foi apontado como um dos principais bodes expiatórios de ameaça à “liberdade” pelo ex-presidente e seus apoiadores. Entre os culpados incluem-se também os *lobbies*, como os econômicos e ambientais, que atuam defendendo grupos de interesses (“o globalismo”, “a vacina chinesa”, “o Foro de São Paulo”, o MST, as ONGs, as universidades); os *lobbies* de “direitos humanos”, que impediriam a proteção do “cidadão de bem”; e os *lobbies* comunitaristas das minorias (homossexuais, feministas, indígenas, negros), que imporiam suas leis (politicamente correto, política de cotas etc.).

Ao discurso populista, além da vitimização e da satanização dos culpados, soma-se o imaginário de “salvador providencial”. O líder deve ser o representante do povo, a ponto de se declarar “o verdadeiro povo” (Charaudeau; Aragão, 2022). Ele chama seus concidadãos a se fundir em uma alma coletiva (o “patriota” defensor da família e da liberdade) direcionada a um desejo de salvação. Para construir sua imagem, o líder se erige, então, como guia do povo e, se tem carisma, assume a figura de profeta. Deve ter (ou construir) um *ethos* de pessoa portadora de valores idealizados para o bem do povo. Pode adotar também um *ethos* de força e de combatente, capaz de erradicar o mal que corrói a sociedade, ou ainda assumir a figura de praguejador. Esse apelo a diferentes figuras para a construção da imagem de si se escora no *ethos* de autenticidade que o líder projeta no discurso para estabelecer um relacionamento de confiança cega com a população, mostrando-se “honesto”, uma pessoa que fala o que pensa, desprovida de interesses pessoais.

Como temos visto e veremos nos próximos capítulos, Bolsonaro se colocou nesse lugar de salvador providencial e “gabaritou” os imaginários que caracterizam o discurso político populista. Além disso, na análise dos pronunciamentos, vamos verificar que há certo número de temáticas utilizadas no populismo para ofuscar as distinções ideológicas entre os atores da democracia em nome dos “valores da República” (Charaudeau; Aragão, 2022). Entre elas, estão as temáticas relacionadas à soberania popular e à nação, à austeridade, à identidade nacional e aos valores republicanos.

5 CORPUS E PERCURSO METODOLÓGICO

Percorremos até aqui o caminho que forneceu informações e dados necessários para contextualizar nossa pesquisa, no que diz respeito a fundamentos políticos, sociais, históricos, psíquicos e discursivos do *corpus*, e nos posicionar sobre as bases teórico-metodológicas da AD escolhidas para nortear o desenvolvimento deste trabalho. Com a apresentação de todos esses elementos nos capítulos anteriores, partiremos agora para as seções em que vamos tratar da análise dos pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro, transmitidos em cadeia nacional de rádio e televisão ao longo de seu mandato (2019-2022). Nossa pesquisa caracteriza-se como empírico-dedutiva, partindo da recuperação de índices em um mesmo tipo de configuração discursiva e colocando-os em relação a outros que se encontram fora do “texto”, de modo a procedermos a uma interpretação de sentido.

O propósito é investigar semiolinguisticamente como o discurso político do ex-presidente foi constituído (seus comportamentos languageiros) e de que maneira foi colocado no espaço democrático (as condições psicossociais que o pré-determinam) para tentar persuadir (e manipular) a opinião pública. Existe um simulacro, ou seja, uma verdade forjada a partir dos pronunciamentos oficiais? Se existe, como o político buscou legitimar seu discurso e dar credibilidade a ele? O desafio será encontrar respostas que sejam pelo menos um pouco satisfatórias, capazes de esclarecer essas questões, também envolvidas pela incompreensão desse panorama político e discursivo, de filiação conservadora, populista, fascista e antidemocrática, que se estabeleceu no Brasil. Apesar de ter sido derrotada nas eleições presidenciais de 2022, a onda que elegeu Bolsonaro em 2018 continua forte na política nacional: influencia decisões do Poder Legislativo, mantém nos Estados e municípios um grande número de políticos em exercício do mandato adeptos a ela e, principalmente, segue viva no imaginário popular alimentando a polarização.

5.1 Os pronunciamentos oficiais: uma Cena retórica

Na decisão de analisar o discurso político do ex-Presidente da República, decidimos trabalhar com os pronunciamentos oficiais para tentar fazer um contraste entre os dois fluxos discursivos que constituem o enunciador: o político (Bolsonaro sem a formalidade do cargo, reproduzindo comportamentos da época em que era deputado federal e candidato) e o presidente (Bolsonaro no exercício formal do cargo). De que modo se comportou discursivamente o ex-capitão do Exército, conhecido por falar o que pensa (ser autêntico), no

cargo mais importante do Poder Executivo? Se manteve o mesmo ou é possível traçar distinções discursivas entre o político e o presidente? Se sim, quais são elas?

A procura pelas respostas a esses questionamentos começa com a seleção de oito pronunciamentos do total de 16 que foram realizados no período compreendido entre a posse do político, em janeiro de 2019, e o término de seu mandato, em dezembro de 2022. Os oito pronunciamentos foram selecionados com o objetivo de ilustrar momentos diferentes dos quatro anos de governo para abarcar uma diversidade maior de discursos. Nessa seleção, os critérios foram a temática dos enunciados e a variação temporal, compreendendo o início e o meio do mandato. No caso da temática, veremos que os oito pronunciamentos estão relacionados ao processo político e aos fatos que foram acontecendo durante o período do governo bolsonarista. Já a variação temporal considera momentos importantes que tratam da oscilação da popularidade do presidente, sem privilegiar um ano específico. Serão foco da análise três pronunciamentos feitos em 2019, três em 2020 e dois em 2021.

Recurso bastante utilizado pelo governo, os pronunciamentos, conforme citamos no capítulo anterior, foram adotados pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) como parte de uma estratégia para conferir legitimidade à identidade social de Jair e demonstrar poder, por meio de sua identidade discursiva e da imagem oficial de chefe do Executivo. Desde a redemocratização do Brasil, em 1985, ele foi o presidente que mais falou à nação dessa forma⁷⁹. No entanto, ao longo do mandato, esse ato solene de comunicação se tornou sinônimo de protestos e manifestações, já que, durante as transmissões, os painéis contra o governo se tornaram frequentes e esse recurso acabou sendo abandonado. Dos 16 pronunciamentos, cinco foram realizados em 2019, sete em 2020, quatro em 2021 e nenhum em 2022. A partir do segundo semestre de 2021, para evitar os painéis, o governo deixou de lado a estratégia, só abrindo exceção para as tradicionais mensagens de Natal e Ano Novo. Em rede nacional, a última fala oficial de Bolsonaro à nação ocorreu no dia 31 de dezembro. Por isso, no critério de variação temporal, não incluímos o ano final do mandato.

A seguir, apresentamos a relação que forma o *corpus* de nosso estudo.

⁷⁹ Segundo levantamento do portal *Poder 360*, Bolsonaro foi o presidente que mais fez pronunciamentos em dois anos de mandato desde a redemocratização, em 1985. Somente em 2019 e 2020, o político impôs um espaço de mais de 42 minutos na rede nacional de TV e rádio (12 pronunciamentos), ficando à frente de FHC (10), Dilma Rousseff (9), Michel Temer (6), Lula (5) e Fernando Collor (3). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-e-o-presidente-que-mais-fez-pronunciamentos-em-2-anos-de-governo>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Quadro 1 - Seleção dos pronunciamentos oficiais

Número	Data de exibição	Temáticas abordadas	Duração
1º	20/02/2019	Reforma da Previdência	3'35''
4º	23/08/2019	Queimadas na Amazônia	4'30''
5º	24/12/2019	Balanço do primeiro ano de mandato e Natal	2'45''
8º	24/03/2020	Pandemia e medidas de combate ao coronavírus	4'55''
10º	08/04/2020	Pandemia, cloroquina e Páscoa	5'
11º	07/09/2020	Comemoração da Independência do Brasil	3'10''
13º	23/03/2021	Vacinação na pandemia	3'10''
16º	31/12/2021	Balanço das ações do governo e Ano Novo	5'55''

Fonte: elaborado pelo autor.

A veiculação dos pronunciamentos em mídias tradicionais como o rádio e a televisão está prevista em lei e é uma prerrogativa dos chefes dos Três Poderes da República. Também pode ser solicitada por ministros de Estado, com autorização da Presidência, e por presidentes de tribunais superiores. É mais comumente utilizada pelo chefe do Executivo.

Implantada na ditadura militar pelo ex-presidente João Baptista Figueiredo e regulamentada pelo Decreto nº 84.181 de 12 de novembro de 1979, a rede/cadeia nacional de rádio e televisão é obrigatória a todos os veículos que funcionam a partir de uma concessão pública dada pelo Ministério das Comunicações. A formação da rede de transmissão é convocada pela Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio de ofício enviado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que é a responsável pela gravação e veiculação via satélite dos pronunciamentos. A exibição é obrigatória e ocorre sempre em horário nobre, por volta de 20h30, interrompendo a programação dos canais. É o meio oficial por onde o presidente, como instância política, pode se dirigir a toda a população, incluindo aqui as instâncias adversária, cidadã (apoiadores e opositores) e midiática (que repercute suas falas), para propagar seu discurso.

Por possuir essas características, o pronunciamento é parte de uma dimensão institucional do discurso político que confere ao sujeito de fala as condições adequadas para que ele assuma, como enunciador, a identidade discursiva atrelada ao posto de Presidente da República. Nesse ponto, uma formulação feita por John Searle e trabalhada em um artigo do professor Paulo Henrique Mendes (2012) nos auxilia a entender a importância dessa

declaração televisiva ser vista como um gênero que se destaca no discurso político. Em sua obra *A construção da realidade social*, Searle (1998) afirma que o campo político é constituído por fatos institucionais (fatos sociais, que dependem de instituições humanas específicas para existirem), e não por fatos brutos (fatos físicos que, a princípio, não dependem de instituições humanas para existirem). Sendo assim, “[...] a criação de realidades institucionais está intrinsecamente associada à existência de uma comunidade que partilha um conjunto de crenças, de valores ou de bens simbólicos” (Mendes, 2012, p. 132). Nessa realidade, os fatos institucionais referem-se às funções-estatuto que são atribuídas coletivamente a objetos e/ou indivíduos (elementos) que se relacionam na comunidade (sistema). Essas funções-estatuto, como denomina Searle, derivam do processo de significação, representação ou simbolização que a atividade de linguagem pressupõe. Para o filósofo norte-americano, sustentar que a linguagem é parte constitutiva dos fatos institucionais implica afirmar também que eles contêm essencialmente elementos simbólicos, em termos de dispositivos convencionais que significam ou representam algo que os ultrapassa, de uma maneira que é publicamente compreensível, ou ainda, intersubjetivamente válida.

Mendes (2012) explica que, no caso do domínio político, as relações entre os fatos institucionais podem ser estruturadas em três níveis de complexidade na busca pelo consenso pragmático. O primeiro, mais elementar, diz respeito aos atos de fala como condições enunciativas elementares requeridas para a constituição de objetos discursivos mais complexos. O segundo envolve a rede de situações de comunicação, de gêneros situacionais ou de microcontratos de comunicação. O último, que se encontra em um patamar superior, refere-se aos chamados macrocontratos, como é o caso do campo ou domínio discursivo político. Esses três níveis de complexidade constituem “[...] uma forma de regulação dos conflitos, em função de um esforço de comunicabilidade e de preservação das divergências” (Mendes, 2012, p. 135).

Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que o pronunciamento, classificado como um fato de nível intermediário do campo político, impõe uma dimensão institucional ao que o presidente diz, ou seja, dá às declarações dele uma função-estatuto com sentido de verdade oficial da instância de poder. É um ato de enunciação capaz de criar novos fatos institucionais que poderão interferir nas relações do sistema democrático. Como discurso político, o pronunciamento carrega consigo, então, esse sentido de legitimidade que ajuda a conferir autoridade e credibilidade à figura presidencial. É um gênero do discurso que se distingue pela força de veracidade e amplitude institucional que possui.

Transmitido pela televisão, o pronunciamento também adquire características dessa mídia que nos permitem classificá-lo como um “quadro-janela” ou um “quadro perfurado”, seguindo a definição de Jean-Claude Soulages (2002). Como um produto televisivo, ele mobiliza “uma dinâmica de aspiração que acontece num eixo frontal, ao propor uma interação entre o sujeito que olha (*sujet regardant*) e o sujeito que é olhado (*sujet regardé*)” (Soulages, 2002, p. 278). Conforme o pesquisador, esse quadro-janela (que rompe, mas reproduz o enquadramento de representação da pintura que se opera desde a Renascença) dá condições para que os enunciados visuais se apresentem como “[...] um dispositivo de mediação ativo que impede o acesso ao mundo ao impor um patamar de acesso obrigatório” (p. 279). A enunciação audiovisual torna-se, assim, um dêitico, um jogo de polaridade assimétrico, no qual o quadro deve se ajustar ao olhar do outro, o telespectador. “Esse conjunto de dêiticos e de sinais convencionais vão formar uma arquitetura para o olhar, um arcabouço para a expressão” (Soulages, 2002, p. 279). Com isso, podemos considerar que a relação de formatação do olhar estabelecida no quadro-janela acaba se tornando um aspecto fundamental da situação de comunicação que se estabelece no pronunciamento televisionado. Ela atua na constituição do contrato firmado nesse dispositivo e, conseqüentemente, na ênfase que será dada a determinados índices, sinais, gestos e sentidos produzidos a partir das estratégias de persuasão adotadas no discurso.

Levando em conta todos esses fatores pontuados até aqui, consideramos que o pronunciamento em rede nacional pode ser classificado, então, como uma espécie de “Cena retórica”, conforme o conceito apresentado por Maingueneau (2020). Ele afirma que essa situação de comunicação, “[...] cuja letra inicial tem de obrigatoriamente ser grafada em maiúscula”, consiste em um quadro enunciativo no qual os locutores não são simples locutores, mas oradores que pretendem se destacar das situações “ordinárias” de enunciação. A Cena retórica é monologal e solene, um dispositivo do discurso político para o sujeito “ganhar altura”, ir além da interação imediata com o objetivo de afirmar seus valores e assumir compromissos com o povo. Por isso, no contexto desta pesquisa, julgamos que essa situação discursiva que é objeto de nossa análise envolve uma enunciação na qual o presidente espetaculariza a própria fala e, sendo assim, precisa ser feita de modo exemplar, estética e eticamente. “No plano ideal, nessa fala que enuncia o que se tem de enunciar da maneira como se deve, o Belo e o Bem se fundem” (Maingueneau, 2020, p. 111).

Tendo essa concepção como referência e as demais considerações realizadas, consideramos que, no contexto do discurso político no Brasil, no qual o pronunciamento em rede nacional representa um contrato de comunicação firmado entre as instâncias do

dispositivo para ser expressão dos valores do sistema democrático liberal, formatado por meio de elementos visuais e materiais que definem a imagem oficial da Presidência, as regras estabelecidas neste ato de enunciação envolvem, de maneira geral: anunciar projetos, programas e soluções; responder a anseios e angústias da população; informar com dados reais e verificados; celebrar datas; prestar contas das ações realizadas; apresentar-se dentro da liturgia do cargo; respeitar o sistema democrático e as normas constitucionais; e dirigir-se à toda população, sem excluir grupos. Em suma, é preciso que o locutor aja visando a conquistar a confiança da audiência, uma confiança que teoricamente se adquire no discurso quando se busca dizer o verdadeiro. Por isso, no desenvolvimento da análise do *corpus*, temos como um de nossos objetivos específicos verificar se as “regras contratuais” que fazem parte do universo de sentidos dessa situação discursiva foram ou não cumpridas.

5.1.2 Procedimentos expressivos e enunciativos

A *mise-en-scène* de uma Cena retórica inserida no domínio político se dá com a escolha de procedimentos linguísticos que atuam diretamente na construção do *ethos* e das estratégias de persuasão. São meios pelos quais o sujeito constrói os *ethé* de credibilidade e de identificação. Apesar de serem medidos, na maior parte do tempo, *a posteriori*, tais procedimentos podem ser eficazes porque levam em consideração as circunstâncias da enunciação (contexto comunicativo, personalidade do orador e aspectos culturais e de época). Charaudeau (2006a) os divide em expressivos e enunciativos e explica que os primeiros se caracterizam pela enunciação da palavra em sua forma oral. Cada político possui uma maneira particular de falar, sendo que alguns modos de expressão são capazes de produzir efeitos de *ethos*. Considerando pesquisas que descreveram os tipos de vocalidade mais comuns na retórica do discurso político, o autor faz a distinção de quatro deles: o “bem falar”, o “falar forte”, o “falar tranquilo” e o “falar regional”.

O “bem falar” advém da construção que determinado grupo faz de um falar elegante, culto, de personalidade. Para tal, é preciso que o orador possua, além de diversos procedimentos semiológicos, algumas características de vocalidade, como um tom de voz adequado, que não seja muito forte ou muito fraco; uma dicção lenta, que transmita a ideia de autocontrole e preocupação em ser compreendido; um ritmo cadenciado ao pronunciar as frases, efetuando pausas fortes e fracas e acentuando as sílabas corretamente; também uma articulação correta das sílabas, que não seja muito mecânica ou muito lenta. Em suma, uma

pronúncia elocutiva que denota que o político tem controle de si e que mostra estar preocupado em ser compreendido corretamente.

O “falar forte”, por evocar um imaginário de potência, apoia-se em características físicas e discursivas. Nessa perspectiva, o orador deve possuir um porte físico atlético, que demonstre força, além de gestos corporais que denotam vigor e um desempenho oratório enérgico. Ao proferir seu discurso, o político deve apresentar uma “voz de trovão”, cujo timbre ressoe em todo o auditório e uma pronúncia bem articulada. “O ‘falar forte’ é percebido em todos os lugares como o contrário de um ‘falar frouxo’: ele constrói um *ethos* de líder político poderoso e combativo” (Charaudeau, 2006a, p. 172).

A respeito do “falar tranquilo”, este caracteriza-se por uma dicção lenta, que não se mostra nem tenra e nem exageradamente potente, semelhante a uma conversa entre amigos ou familiares. Dessa forma, a articulação deve ser compreensível, com uma pronúncia de frases controlada, com pausas bem marcadas e que demonstre naturalidade, transmitindo a ideia de um indivíduo que detém o poder de resolver os problemas do mundo. Além disso, o “falar tranquilo” do político também pode evocar diversas imagens, como de inteligência, de caráter, de chefe e de soberano paternal.

O “falar regional”, apesar de ser uma expressão oral voluntária, ou seja, não é fabricada pelo político, também é definido como um procedimento expressivo. Por estar ligado ao sotaque de determinada região, pode estabelecer uma relação de proximidade com algum grupo que compartilhe as mesmas características de fala. Conforme Charaudeau (2006a), o “falar regional” cria um *ethos* ambíguo, em que ora pode evocar uma imagem de autenticidade e humanidade, trazendo à memória um falar que evidencia determinada entidade esquecida ou estigmatizada, ora pode construir uma imagem de malícia ou um estereótipo de “caipira”. “Os políticos que procuram convencer e seduzir o maior número de seus concidadãos não se furtam a utilizar todos os meios. Isso pode se traduzir no recurso a vários procedimentos expressivos para construir um *ethos* adequado à situação de comunicação” (p. 174).

Os procedimentos enunciativos, por sua vez, inserem o locutor em uma determinada cena, bem como colocam o interlocutor no mesmo ato de linguagem ou podem apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado. Respectivamente, essas três situações caracterizam a enunciação elocutiva, alocutiva e delocutiva.

A enunciação elocutiva é expressa com o uso de pronomes pessoais em primeira pessoa com verbos modais, advérbios e qualificadores que evidenciam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal, como nas afirmações “Eu ordenei” ou “Eu estou certo

de que juntos venceremos”. De acordo com Charaudeau (2006a), algumas dessas modalidades também contribuem com a fabricação do *ethos*. A modalidade do compromisso, por exemplo, ajuda a construir a figura de guia supremo: “Se eleito, irei me empenhar no combate à corrupção no país”. A modalidade da rejeição evoca os *ethé* de sério e chefe: “Eu contesto suas palavras”. Já o emprego do pronome “nós” pode incluir um *ethos* de solidariedade no discurso: “Devemos corrigir as desigualdades e sermos empáticos uns com os outros”.

A enunciação alocutiva é expressa por meio de pronomes pessoais de segunda pessoa, também acompanhados de verbos modais, de qualificadores e de denominações que implicam o interlocutor, apontam o lugar que o locutor lhe designa e revelam a relação que se estabelece entre eles. Dessa forma, esse procedimento aparece em construções como “O senhor deve saber que...”. A implicação do interlocutor na enunciação acaba por criar determinada imagem do locutor, e, também, certas figuras de *ethos* por meio das modalidades alocutivas. Nessa perspectiva, as modalidades de tratamento ou interpelação, por exemplo, acabam por projetar a figura de chefe soberano, ao utilizarem tratamentos obrigatórios que, ao mesmo tempo em que identificam o público, legitimam o orador: “Povo brasileiro...”, “Cidadãos e cidadãs...”. Nos debates, as modalidades de interpelação geralmente são direcionadas ao adversário e, por isso, são construídas por termos de tratamento depreciativos: “Seja mais educado em suas respostas, senhor...”. Além disso, também há a modalidade de solicitação, em que o locutor insere a interpelação do interlocutor na enunciação: “Brasileiros e Brasileiras, o que está sendo feito com a nossa democracia?”. Charaudeau (2006a) ainda argumenta que as enunciações elocutivas e alocutivas, ao utilizarem os termos de tratamento, como “Eu”, “Vocês”, “Nós” e “Brasileiros e Brasileiras”, acabam solicitando confiança, projetando, com isso, uma figura de guia.

Acerca da enunciação delocutiva, esta apresenta o que é dito e, ao mesmo tempo, isenta os interlocutores, apontando a visão de uma terceira voz, isto é, enuncia uma verdade que “[...] não depende nem do eu, nem do tu, pois ela tem um valor em si” (Charaudeau, 2006a, p. 179). A enunciação delocutiva transmite ao interlocutor o sentido de evidência, e, por meio disso, projeta no orador uma imagem de soberano, já que ele se põe em uma posição superior por deter uma verdade estabelecida. Diante disso, a enunciação delocutiva é expressa por frases cujos interlocutores se mostram ausentes, apresentando uma forma impessoal: “o futuro do Brasil está nas mãos dos brasileiros”.

A partir dessas categorias de procedimentos linguísticos, poderemos ampliar os recursos que iremos utilizar na análise do *corpus*. São artifícios utilizados na encenação do discurso político que abrem possibilidades de enxergarmos efeitos de sentidos produzidos na

transmissão dos pronunciamentos. Recorrer a esses operadores analíticos em algum momento do percurso metodológico ajudará a enriquecer nossa análise.

5.2 Para quem o pronunciamento se dirige?

Pensar a questão do destinatário de um ato de enunciação monologal como a declaração televisiva do Presidente da República é, ao mesmo tempo, fácil (se imaginarmos que o governante se dirige à população brasileira), mas complexa (quando colocamos em questão as motivações do pronunciamento e as estratégias de validação empregadas para efetivar o contrato). No contexto em que se deram as falas oficiais de Bolsonaro, no decorrer do mandato, situações de crise marcaram o tom de diversas transmissões e algumas foram a causa de suas realizações. Tais desdobramentos ajudam a tornar mais intrincada a identificação precisa dos atores pré-validantes que atuaram reagindo por abdução no estabelecimento do contrato de comunicação.

Em um trabalho de análise do discurso de posse do ex-presidente (proferido em 1º de janeiro de 2019), o pesquisador Rudá Perini (2022) discute a questão da materialidade “povo em cena” nos discursos presidenciais. Sobre esse aspecto, ele afirma que as falas públicas de um governante não são para um “povo” empírico, mas para um “público imaginário, calcado em formações imaginárias que sustentam os dizeres da posição sujeito-presidente” (p. 389). Segundo o docente, essas formações são imagens ou representações, sustentadas pelo imaginário, que se projetam no discurso. Sendo assim, podemos considerar que os enunciados do nosso *corpus* foram formulados tendo como referência de validação contratual uma audiência constituída a partir de imaginários, representações sociais e referências ideológicas que formam a rede de interdiscursividade bolsonarista. Essas influências agiram para indicar as marcas de validação do contrato estabelecido no pronunciamento. Os grupos que estiveram, em algum momento ou em todos, nas bases de apoio ao ex-presidente formaram majoritariamente o público imaginário para o qual Bolsonaro se dirigiu nos atos solenes em que falou à nação, pois são eles que se conectam diretamente a essa rede interdiscursiva de onde o discurso presidencial se originou. Os demais atores constituintes da situação de comunicação (instância adversária, instância midiática, universo heterogêneo representado pela instância cidadã) foram enxergados, na ação de pré-validação do contrato, sob a ótica desses imaginários.

Para identificar com mais precisão como é formado o grupo de referência considerado no ato de construção do discurso presidencial, faz-se necessário retornar ao cenário das

eleições de 2018, apresentado no Capítulo 2. Nele, encontramos os movimentos e forças que agiram para colocar o bolsonarismo no poder, sendo os principais representados por setores econômicos liberais, militares e forças de segurança, representantes do agronegócio, igrejas evangélicas, adeptos da onda anticorrupção e lavajatista, seguidores do olavismo, entre outros núcleos guiados pelo discurso da extrema direita.

Identificar esse grande grupo de referência também é possível olhando para uma distinção entre apoiadores e seguidores de Bolsonaro apresentada por Freda Indursky (2020). A diferenciação feita por ela ajuda a observar o jogo das formações imaginárias, de maneira que fique melhor caracterizada a audiência que atua como o principal instituto pré-validante dos pronunciamentos. Conforme a pesquisadora, os apoiadores foram os responsáveis por alavancar financeiramente a candidatura do capitão, apesar de se guardarem “cuidadosamente à sombra”, enquanto os seguidores fizeram parte de uma camada social “[...] que se inscreveu na cena pública a partir de 2015”. Eles integram os setores radicalizados que ressoaram/evocaram “[...] uma versão caricata da juventude hitlerista”.

Os apoiadores se subjetivam em uma formação discursiva de direita, inscrevendo-se em uma posição-sujeito neoliberal, através da qual se relacionam com o tenente-capitão que foi eleito para servi-los. Basta relembrar algumas declarações de eleitores entre arrependidos e constrangidos: “Era o que havia de menos pior” dizem alguns. “Era ele ou o PT”, dizem outros. Essas duas formulações apontam para sua tomada de posição: são eleitores inscritos em uma posição-sujeito que odeia o PT e seus programas sociais, e oscilam entre direita e extrema direita. Ou seja, contraidentificam-se com o (des)presidente, mas, para eles, o capitão foi o melhor caminho para eliminar as políticas sociais e privatizar tudo, da saúde à educação, estabelecendo o tão desejado Estado Mínimo. Os seguidores, ao contrário dos apoiadores, são extremamente visíveis e ruidosos. Exibem-se vestidos de verde e amarelo, como os torcedores brasileiros durante a copa do mundo. Apropriaram-se da bandeira do Brasil e a agitam, em suas manifestações, como se fosse a bandeira de seu clube. Gritam frases pré-fabricadas, cujo efeito de sentido é sempre o mesmo: “Bolsonaro, eu te amo!” “Mito!”. Esses seguidores dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta, seja na mobilização da língua fascista como no tom de voz e atitudes, comportando-se a sua imagem e semelhança. (Indursky, 2020, p. 368).

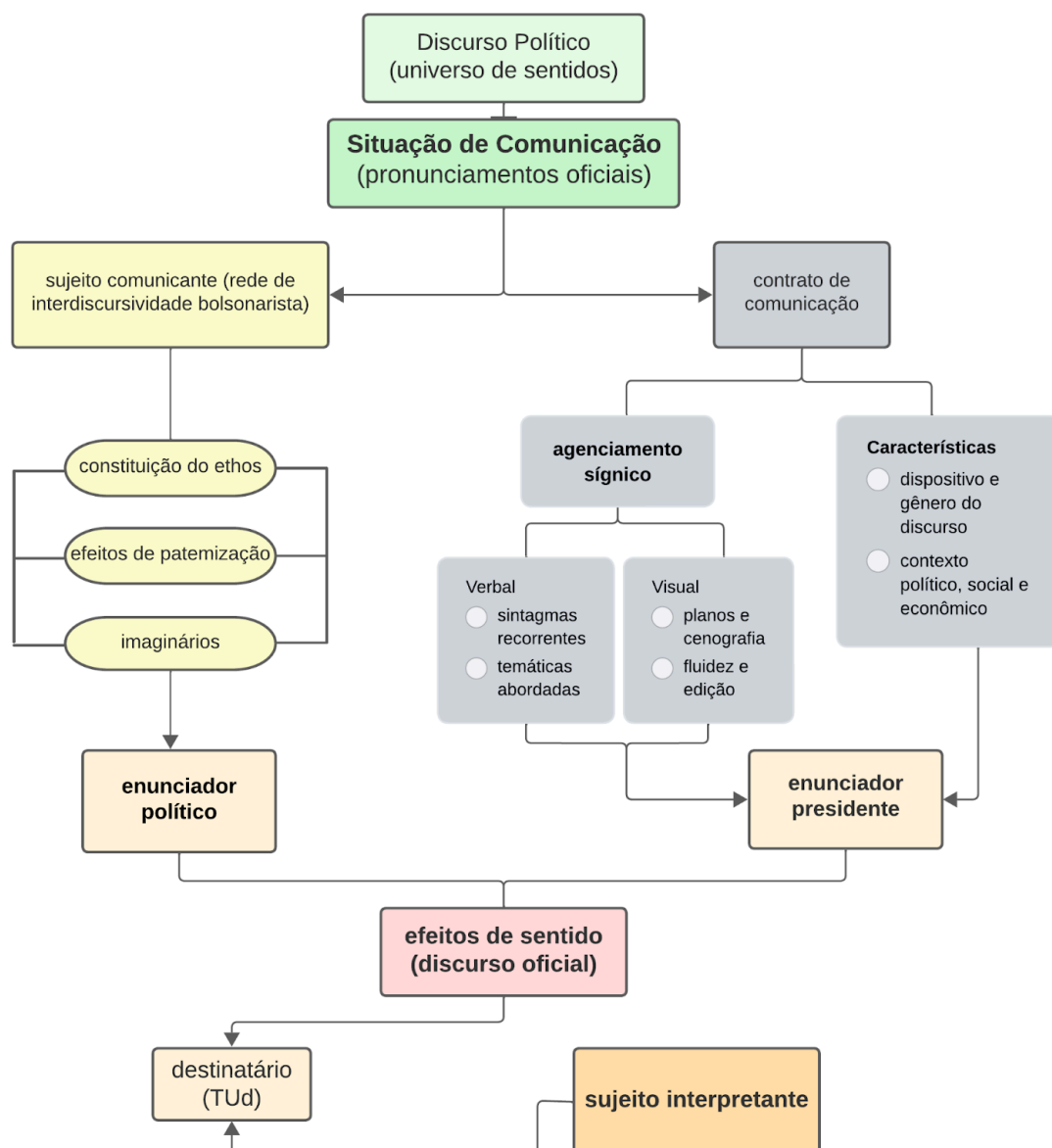
Indursky (2020) aponta também que, diferentemente dos apoiadores, os seguidores se identificavam plenamente com seu ídolo e o enxergavam como o Messias, “[...] sem nenhum trocadilho com seu nome”. Seu discurso soava como se fosse “A Palavra”. Essa representação moldada por aspectos autoritários, e paradoxalmente sagrados, marca o discurso político bolsonarista e ajuda a constituir o público para o qual o discurso oficial do ex-presidente foi pensado. “O imaginário fascista necessariamente elege um ou mais inimigos a serem eliminados. E a eliminação acontece, primeiro, na língua” (Perini, 2022, p. 400).

5.3 Entendendo o esquema teórico-metodológico

A partir do arcabouço teórico apresentado, vamos desenvolver a análise de cada um dos oito pronunciamentos, posicionando-os dentro do universo de sentidos do discurso político e caracterizando a situação de comunicação na qual estão inseridos. O estudo será constituído por meio de dois fluxos de trabalho traçados com base no esquema do ato de linguagem (Figura 8). A intenção é desenvolver uma análise tendo o quadro apresentado por Charaudeau (2016b) como referência, mas não somente ele. Queremos demonstrar quais foram as estratégias adotadas, no discurso político bolsonarista, para apresentar um enunciador presidente que se distingue (ou não) do enunciador político pelo qual Bolsonaro se tornou conhecido e foi eleito. A hipótese a ser verificada é a de que o sujeito comunicante (EUc) trabalha para projetar o enunciador político enquanto o contrato de comunicação se impõe para formatar outro tipo de enunciador, cujas características predominantes estão relacionadas à figura formal idealizada do cargo de Presidente da República (homem sério, polido, bom orador, que diz a verdade etc.). Esse suposto conflito discursivo entre os dois (enunciador político e enunciador presidente) e a junção deles nos gestos de interpretação representa o processo semiolinguístico que faz emergir no discurso oficial os efeitos de sentido mobilizadores da troca dialógica estabelecida com o destinatário (TUD), um ser de fala imaginado como representante ideal do sujeito interpretante (TUi).

Por meio da ilustração a seguir, elaborada para a execução deste estudo, a metodologia utilizada na análise do *corpus* pode ser mais bem visualizada e compreendida.

Figura 9 – Esquema de elaboração da análise.



Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo esse esquema metodológico como guia, que se compõe por meio de dois fluxos de trabalho analítico, buscaremos cumprir o seguinte percurso: caracterizar o sujeito comunicante (locutor) representado por Jair Bolsonaro e o enunciador por ele constituído, moldado por uma rede de interdiscursividade filiada à extrema direita; descrever os elementos que constituem esse ser de fala, direcionando o foco para os aspectos formadores do *ethos* (quais predominam?) e do *pathos* (quais efeitos patêmicos?) que atuam na construção dessa imagem de si e das estratégias de persuasão; identificar os principais imaginários sociodiscursivos acionados nessa situação de comunicação política; apontar se houve validação ou não do contrato de comunicação, levando em conta as características do

dispositivo, o gênero e o contexto político, econômico e social no qual se dá o enunciado; verificar como o agenciamento sógnico verbal (sintagmas recorrentes e temáticas) e visual (planos de filmagem, cenografia, fluidez da edição) se constitui, pontuando aspectos relevantes para a construção dos sentidos no discurso; comparar os enunciadores (político e presidente) formados por meio dos dois fluxos de análise, mostrando elementos de um conflito discursivo que os aproxima e os distancia; visualizar destinatários (TUD) projetados para serem representações ideais do sujeito interpretante (TUi); ao final das análises, olhar para as características do discurso, apontando possíveis estratégias de manipulação que podem ter contribuído para forjar uma “verdade” na qual o propósito, em vez de esclarecer a audiência sobre o ponto de vista dos fatos, consistiu em impor um simulacro da realidade que fosse condizente com a intenção da instância política em se manter detentora do poder dominante.

É importante esclarecer, antes de iniciar o próximo capítulo, que o conceito de simulacro com o qual nos associamos é aquele apresentado por Jean Baudrillard em *Simulacros e simulação* (1991). Segundo o filósofo francês, a noção de simulacro passa pelo entendimento de que ele é constituído por um real que é mais real do que qualquer outra realidade. Nessa concepção, o simulacro baseia-se no hiper-real, ou seja, em uma distorção da realidade criada a partir de uma simulação, entendida como sendo uma esfera particular do real que não faz parte da realidade, mas a utiliza como modelo.

Quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo o seu sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade. Sobrevalorização de verdade, de objectividade e de autenticidade de segundo plano. Escalada do verdadeiro, do vivido, ressurreição do figurativo onde o objecto e a substância desapareceram. Produção desenfreada de real e de referencial, paralela e superior ao desenfreamento da produção material: assim surge a simulação na fase que nos interessa - uma estratégia de real, de neo-real e de hiper-real, que faz por todo o lado a dobragem de uma estratégia de dissuasão. (Baudrillard, 1981, p. 14).

No contexto do discurso político que trabalhamos, o simulacro populista pode ser visualizado como um produto dessa criação incessante de simulações da realidade apontada pelo filósofo. Por meio da análise dos pronunciamentos, veremos que houve tentativas continuadas de recriar o real, em uma espécie de “realidade fabricada”. Para Baudrillard, a simulação não é uma simples imitação do real, mas algo que substitui o real ao ponto de que não conseguimos mais distinguir uma coisa da outra. O hiper-real é essa realidade simulada, uma construção que se impõe sobre o que deveria ser real. Em resumo, fazendo um paralelo a

essa noção de simulacro, veremos que Bolsonaro usou a cadeia nacional de rádio e televisão para difundir um discurso que buscava legitimar uma hiper-realidade.

6 O “MITO” COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Já no primeiro ano do mandato, devido à elevada ocorrência de declarações nada republicanas feitas por Bolsonaro, imprensa e especialistas em Ciência Política começaram a analisar o modo de agir do ex-presidente como uma estratégia discursiva para normalizar polêmicas e absurdos, que, ao longo do tempo, levaria à escalada do autoritarismo e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da democracia. Foi o que afirmou o jornalista Kennedy Alencar, então colunista de política do portal *Uol*, em julho de 2019. “Normalizar absurdos é como as democracias morrem. Isso se tornou comum no Brasil, especialmente sob o governo Bolsonaro, o que coloca, sim, a nossa democracia em risco”⁸⁰. Ao recorrer às ideias dos cientistas políticos americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), Alencar argumentava que Bolsonaro atacava seus críticos e a imprensa para “[...] disseminar na sociedade a ideia de que jornalistas mentem”. Como não era comum esse tipo de declarações agressivas serem dadas por um Presidente da República (pelo menos não com a frequência registrada no governo Bolsonaro), alguns especialistas, como a filósofa Tatiana Roque, defendiam, em 2019, que as “declarações abjetas” eram a “verdadeira forma de governo” e que colocá-las em segundo plano, atribuindo-as à “autenticidade” do político, como parte da imprensa vinha fazendo, era “normalizar Bolsonaro”⁸¹. Para a filósofa, o discurso dele não era construído para ser usado apenas como uma estratégia que visava a polemizar, mas se constituía como a sua real forma de “dialogar”. Era, na verdade, seu próprio modo de governar e, assim sendo, não deveria ser tratado como um aspecto de menor relevância. Ao minimizar ataques e falas transgressoras, a mídia estaria ajudando Bolsonaro a gradativamente subverter o ambiente democrático por meio da imposição de seu comportamento autoritário.

Tais constatações ajudam a contextualizar nosso estudo para deixar mais claro o objetivo geral e a metodologia de análise do *corpus*. A proposta é verificar se as declarações para normalizar polêmicas e absurdos fizeram parte da forma oficial de Bolsonaro se comunicar como governante. Elas também apareceram nos pronunciamentos? O enunciador político que dialogava nas redes sociais, em conversas com a imprensa e nos momentos informais com apoiadores era o mesmo daquele moldado para os momentos solenes, como os exibidos em rede nacional? Como o pensamento de Bolsonaro, influenciado e moldado pela

⁸⁰ Disponível em: <https://www.blogdokennedy.com.br/normalizar-absurdos-e-como-as-democracias-morrem>. Acesso em: 04 ago. 2019.

⁸¹ X (Twitter), perfil de Tatiana Roque. Disponível em: <https://twitter.com/tatiroque>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ideologia de extrema direita, emergiu nos pronunciamentos oficiais? É o que vamos tentar descobrir a partir de agora.

6.1 Análise interpretativa do *corpus*

O processo de análise de cada um dos pronunciamentos começa com um breve relato sobre o contexto político em que se deu cada transmissão. Na sequência, apresentaremos o texto integral falado pelo Presidente da República (os vídeos dos pronunciamentos poderão ser consultados por meio dos links indicados nas notas de rodapé). Nossa proposta intenciona analisar enunciados, palavras, frases, sintagmas nos quais poderemos encontrar o material necessário para pavimentar o caminho metodológico. As oito partes que integram o *corpus* serão analisadas na ordem cronológica em que se deu a veiculação na televisão, conforme descrito no Quadro 1, de modo que seja possível visualizar também a sucessão de acontecimentos (fatos, polêmicas, crises, ações do governo etc.) ao longo do mandato de Bolsonaro. No desenvolvimento deste trabalho analítico, alguns aprofundamentos conceituais poderão ser realizados com o objetivo de fortalecer o arcabouço teórico apresentado, de modo a enriquecer o estudo e aprimorar prováveis considerações.

6.1.1 O primeiro pronunciamento: reforma da Previdência

O primeiro pronunciamento à nação foi realizado no dia 20 de fevereiro de 2019, menos de dois meses depois da posse de Jair como Presidente da República. A transmissão foi motivada pela principal bandeira da equipe econômica do novo governo: a reforma da Previdência. Como tratado no Capítulo 2, o militar reformado foi eleito tendo o núcleo econômico liberal, representado principalmente pela figura de Paulo Guedes, como uma de suas bases de sustentação. Além de ser o fiador da campanha bolsonarista, o economista filiado à Escola de Chicago⁸² foi responsável por dar a Bolsonaro a confiança que o então deputado precisava para receber, massivamente, o apoio do mercado financeiro, de especuladores e de grande parte da classe empresarial. Popularmente, Guedes ficou conhecido como “Posto Ipiranga”, apelido dado a ele por Bolsonaro durante a campanha presidencial.

⁸² Ligada ao departamento de economia da universidade sediada na cidade norte-americana, a Escola de Chicago surgiu na década de 1950 e é o berço do liberalismo econômico. Defende o livre mercado, com a menor presença estatal possível. Entre as principais teorias defendidas, estão a abertura econômica e as privatizações. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/escola-de-chicago-teorias-liberais-nortearao-o-governo-bolsonaro>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Como não sabia responder a questionamentos sobre o programa econômico de seu eventual governo, o político afirmava que Guedes era o responsável por todas as respostas referentes à economia. A alcunha era uma referência ao comercial da rede de postos de combustíveis Ipiranga. Nos vídeos da campanha publicitária, lançada em 2011, um tipo caipira, meio sonso, meio bonachão, respondia a qualquer dúvida com a frase “pergunta lá no posto Ipiranga”⁸³. A expressão acabou sendo convertida em bordão e apropriada pelo candidato em 2018.

Paulo Guedes também era chamado pela imprensa de “guru econômico” do presidente e recebeu *status* de “superministro”, já que seu Ministério da Economia foi formado a partir da fusão das pastas da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e de grande parte do Ministério do Trabalho. A participação do economista neoliberal no alto escalão conferia ao governo um verniz de eficiência com o qual o presidente procurava se associar. Uma das promessas de campanha tinha sido cortar gastos e reduzir os ministérios. Inicialmente, o primeiro escalão foi composto por 22 ministros, sete a menos que no governo de Michel Temer e sete a mais do que o prometido em campanha.

Naquele fevereiro de 2019, apesar da recente vitória nas eleições, o governo já enfrentava crises. No dia anterior ao pronunciamento, Bolsonaro oficializou a primeira demissão de sua equipe, com o afastamento de Gustavo Bebianno, então ministro da Secretaria-Geral da Presidência. O advogado, que foi um dos coordenadores da campanha eleitoral, era um dos apoiadores mais fervorosos do presidente. A demissão aconteceu em meio às denúncias de que o PSL (partido ao qual Bolsonaro e Bebianno eram então filiados) usou candidaturas “laranja” para alcançar o número mínimo de candidatas nas eleições. O caso, que ficou conhecido como “laranjal do PSL”, tratava-se de um esquema de corrupção envolvendo candidaturas femininas de fachada com o objetivo de desviar recursos públicos (que deveriam ser utilizados no financiamento da campanha) para empresas ligadas a assessores de políticos do partido, como o então ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, atualmente deputado federal por Minas Gerais. Os desvios ocorreram no período em que Bebianno era o presidente nacional do PSL. Além disso, sua demissão também foi motivada por um embate com Carlos Bolsonaro. O vereador acusou o advogado de mentir ao dizer para a imprensa, na semana anterior, que havia conversado com o presidente a respeito da crise. O filho 02 enxergava Bebianno com desconfiança desde a campanha eleitoral e, nos bastidores, pressionou o pai para que seu desafeto fosse afastado do governo. Algumas

⁸³ Criadores da campanha do posto Ipiranga comemoram apelido de guru de Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/criadores-da-campanha-do-posto-ipuranga-comemoram-apelido-de-guru-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2024.

semanas depois da demissão, em 14 de março, o ex-ministro faleceu subitamente ao sofrer infarto.

O pronunciamento na TV fazia parte de um conjunto de ações de *marketing* pensado com o propósito de transformar a percepção sobre a reforma em algo positivo para a população. Como a proposta dependia do Congresso para ser viabilizada, por meio da aprovação de uma emenda constitucional, Bolsonaro e Paulo Guedes foram pessoalmente à sede do Poder Legislativo entregar a PEC aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A visita ocorreu na mesma data da transmissão em rede.

Elaborado pelo Ministério da Economia, o projeto previa mudanças nas regras para trabalhadores do setor privado e servidores públicos. O aumento da idade mínima para a aposentadoria e do tempo de contribuição, além da redução dos benefícios previdenciários, eram alguns dos pontos mais delicados. Com a PEC, o governo enviou ao Congresso naquele dia outros dois projetos de lei: um que alterava o sistema de previdência dos militares e outro para intensificar a cobrança de devedores da Previdência. A mudança nas regras das aposentadorias era considerada fundamental para alavancar a economia e a defesa da reforma entre a população começaria oficialmente com o pronunciamento do presidente, reproduzido a seguir.

Pronunciamento 1 – Reforma da Previdência.

Boa noite. Estamos determinados a mudar o rumo do nosso País. Nossos objetivos são claros: resgatar nossa segurança, fazer a economia crescer e servir a quem realmente manda no país: a população brasileira. Sendo assim, ontem encaminhamos ao Congresso um pacote anticrime e hoje iniciamos o processo de criação de uma nova Previdência.

É fundamental equilibrarmos as contas do país para que o sistema não quebre, como já aconteceu com outros países e alguns Estados brasileiros. Precisamos garantir que hoje e sempre todos receberão seus benefícios em dia e o governo tenha recursos para ampliar investimentos na melhoria de vida da população e na geração de empregos.

A Nova Previdência será justa para todos, sem privilégios. Ricos e pobres, servidores públicos, políticos ou trabalhadores privados, todos seguirão as mesmas regras de idade e tempo de contribuição. Também haverá a reforma do sistema de proteção social dos militares. Respeitaremos as diferenças, mas não excluiremos ninguém, e com justiça: quem ganha mais contribuirá com mais, quem ganha menos contribuirá com menos ainda.

Quero lembrar que hoje os homens mais pobres já se aposentam aos 65 anos e as mulheres aos 60. Enquanto isso, os mais ricos se aposentam sem idade mínima. Isso vai mudar. A Nova Previdência fará a equiparação. As pessoas de todas as classes vão se aposentar com a mesma idade. Mas isso não ocorrerá do dia para a noite. Estão previstas regras de transição, para que todos possam se adaptar ao novo modelo.

No tocante aos direitos adquiridos, todos estão garantidos, seja para quem já está aposentado, ou para quem já completou os requisitos para se aposentar.

Também fazem parte da Nova Previdência o combate às fraudes, e medidas de cobrança aos devedores da Previdência. Os projetos seguiram hoje ao Congresso para um amplo debate, sob o comando dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre.

Nós sabemos que a Nova Previdência exigirá um pouco mais de cada um de nós. Porém é para uma causa comum: o futuro do nosso Brasil e das próximas gerações. Estou convicto que nós temos um pacto pelo País e que, juntos, cada um com sua parcela de contribuição, mudaremos nossa história, com mais investimentos, desenvolvimento e mais emprego.

Meu muito obrigado a todos⁸⁴.

Tendo como referência o fluxo de análise de nosso esquema metodológico (Figura 9), abordamos inicialmente o contexto político em que se deu o contrato de comunicação firmado por este pronunciamento e agora seguimos para tratar de outras características. O texto é formatado a partir de “regras” enunciativas que consideram as circunstâncias materiais de troca do dispositivo. Neste caso, o discurso não emerge de forma aleatória nem de forma individual, decorre de possibilidades históricas, políticas e sociais específicas aproveitadas pela instância política. O presidente está dentro de um grande salão do Palácio do Alvorada (Figura 10), que funcionou como estúdio de gravação, onde lê um texto roteirizado, que foi aprovado por ele, mas escrito por sua assessoria. Olha fixamente para a câmera como se estivesse falando diretamente para um sujeito destinatário padrão (TUD), que representa um interlocutor correspondente ao conjunto da população média brasileira, alguém que deve ser persuadido a acreditar e a confiar no que ele diz, uma instância pré-validante do contrato de comunicação que reage apenas por abdução. A declaração é minuciosamente produzida, cronometrada e gravada para ser exibida em horário nobre, com a expectativa de que o maior número de pessoas possível esteja disponível para assisti-la ou ouvi-la.

Por reunir tais características, o pronunciamento, além de ser uma variante do dispositivo do discurso político, segundo define Charaudeau (2006a), é também um gênero do discurso, conforme postula Bakhtin (2010). Ele forma um modelo estável de enunciado, que segue uma dada regularidade em sua constituição. É organizado seguindo um padrão normatizado ao longo da história. Como gênero do discurso, os pronunciamentos presidenciais seguem a mesma estrutura textual: saudação inicial, apresentação da temática, desdobramentos dela, finalização e despedida. É uma forma de organizar a mensagem (e os discursos nela contidos) dentro de um roteiro preestabelecido, por meio de um texto monologal extremamente dialógico, pelo fato de sua veiculação se dar em rede nacional de

⁸⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=43o5quuwSNE>. Acesso em: 20 abr. 2024.

TV e rádio e por ser elaborado a partir de uma intencionalidade do sujeito motivada por outros textos e outros discursos que dialogam com ele antes e depois de sua enunciação.

Nesse sentido, o dialogismo influencia também a constituição de um TUd ideal com o qual o sujeito deve interagir para poder validar sua mensagem. Essa interação ocorre discursivamente (não empiricamente) e pode ser percebida, inicialmente, na escolha da temática do pronunciamento. Colocar em pauta a reforma da Previdência é uma maneira de corresponder às expectativas do que se esperava de Bolsonaro. Esse suposto “ajuste das contas públicas”, representado pela reforma, parte de um imaginário de austeridade típico do discurso político, que dialoga diretamente com o núcleo econômico liberal, especialmente o mercado financeiro e o grande empresariado, uma das forças constituintes do destinatário pré-validante do contrato e também um segmento que pode ser classificado, segundo Indursky (2020), pela nomenclatura de apoiadores. Além disso, alguns índices textuais materializam no discurso essa instância imaginária de recepção. O primeiro é “população brasileira”, mencionado no início da declaração. Outros aparecem ao longo da enunciação, agindo como elementos sógnicos que mostram qual é a audiência a quem o sujeito está se dirigindo: “todos”, “ricos e pobres”, “servidores públicos”, “políticos ou trabalhadores privados”, “militares”, “pessoas de todas as classes”. Bolsonaro ainda menciona duas vezes o Congresso e cita nominalmente Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, as autoridades máximas do Poder Legislativo naquele momento. Ao fazer isso, procura mobilizar sua posição presidencial de enunciador para inserir na cena os outros atores responsáveis pela implantação da reforma e posicioná-los explicitamente como sujeitos destinatários desse discurso.

O contrato de comunicação é firmado por uma declaração feita a partir de um cenário simples, que não pode roubar a atenção do que será dito, mas deve marcar o padrão semiológico de imagens do cargo presidencial. Atrás do presidente, que traja um terno social, estão posicionadas a bandeira do Brasil e o brasão da República, de forma a conferir a essa cena política signos que remetam ao patriotismo, à nação, ao momento solene, à legitimidade que deve estar atrelada ao enunciador. Ao fundo, também é possível visualizar as janelas do Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência. A edição flui de forma uniforme, com cortes secos (para excluir pausas, respiração ou mesmo erros de leitura), variando entre enquadramentos que mostram o presidente em plano médio ou em primeiro plano, com a intenção de dar certo dinamismo à transmissão e prender a atenção do espectador. O sujeito comunicante deste ato de linguagem tenta projetar um enunciador moldado pelo formato padrão de uma declaração presidencial televisiva e, por isso, conecta-se fortemente com os termos materiais desse contrato, a intenção parece ser projetar a imagem solene do chefe do

Executivo, vista pela primeira vez nesta variante do dispositivo, e distingui-la daquela imagem “autêntica” conhecida por seus eleitores. O contrato agora é estabelecido pelo governante, não mais pelo candidato, e sua validação depende também da “altura” que a Cena retórica ganhará a partir das estratégias colocadas em jogo.

A performance de Bolsonaro na execução do roteiro revela, no entanto, que há obstáculos a serem enfrentados no cumprimento das regras familiares a essa “situação extraordinária de enunciação”. O desempenho na verbalização do texto demonstra a dicção inadequada do político, afastando-o das qualidades atreladas à ideia de bom orador. Percebe-se a incapacidade que Jair tem de se comunicar com naturalidade diante das câmeras (que exercem o papel do interlocutor real dessa simulação) e até um certo desconforto ou pouca familiaridade com a gravação. Jair parece não estar à vontade nessa posição de orador que vai assumir compromissos com o povo. Ao longo de todo o texto, sua entonação é uniforme, não dá ênfase a palavras ou frases que poderiam chamar atenção da audiência. A fala não soa natural e a desenvoltura deixa evidente que ele está fazendo a leitura de um texto escrito previamente, que não carrega a naturalidade típica do dizer com o qual o político se projetou.

Figura 10 – Gravação do pronunciamento no mezanino do Palácio da Alvorada.



Fonte: Presidência da República, foto de Isac Nóbrega. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/palaciოდplanalto/47161351371/in/photostream>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Esses aspectos do contrato de comunicação, que dizem respeito mais à forma que ao conteúdo, ajudam a constituir, no ato de linguagem, a imagem que o locutor quer projetar ao seu destinatário: a do enunciador presidente (conforme denominado em nosso esquema de análise). São traços de gênero e de dispositivo que se esperam encontrar na situação de comunicação estabelecida pelo pronunciamento. No que concerne ao sujeito, Bolsonaro fala a partir da posição de chefe do Executivo e, por isso, seu discurso é legitimado socialmente, implica relações de saber e de poder fazer e, conseqüentemente, produz efeitos de veracidade, há uma dimensão institucional atrelada ao que ele diz. Tal posição o constitui como o líder que está autorizado a tomar decisões, anunciar as ações do governo e conduzir a população para que acredite e confie nelas. Mesmo que seu desempenho como orador não o credencie como um agente genuíno do “bem falar”, a Cena retórica foi permeada pelo propósito de construir a identidade discursiva na qual elementos sógnicos verbais e visuais trabalharam para formar o *ethos* do enunciador presidente. Nesse sentido, o locutor busca cumprir as condições nas quais ele poderá adquirir a credibilidade associada aos *ethé* de seriedade, virtude e competência comuns à instância política.

Há, neste primeiro pronunciamento do mandato, uma preocupação em fundar o *ethos* em um discurso da razão para fabricar a imagem de credibilidade. É preciso convencer a população de que aquele candidato alheio às questões econômicas e que se escorou no “Posto Ipiranga” passou a ser agora legitimamente digno de crédito. A rigidez na postura do corpo e a expressão séria são índices corporais que ajudam a formar o *ethos* de sério. Outro elemento que marca esse aspecto é o pragmatismo demonstrado na apresentação da proposta, quando o presidente assume que é preciso ajustar as contas do governo: *“É fundamental equilibrarmos as contas do País para que o sistema não quebre, como já aconteceu com outros países e alguns estados brasileiros. Precisamos garantir que hoje e sempre todos receberão seus benefícios em dia e o governo tenha recursos para ampliar investimentos na melhoria de vida da população e na geração de empregos”*. Nesse trecho, o sujeito busca efeitos de interpretação que deem a ele uma imagem de preocupação com o bem público, é um presidente cuja postura é a de encarar os problemas de maneira realista.

O *ethos* de virtude aparece associado à imagem prévia de honestidade que Bolsonaro construiu entre os seus eleitores e à imagem de “mito” formada a partir do aumento de sua popularidade nas redes sociais, conforme vimos nos Capítulos 2 e 3. É uma virtude sustentada pelo seu carisma e, principalmente, pelo *ethos* de autenticidade associado à sua figura. Como deputado federal, Jair ficou conhecido por dizer o que pensa, sem filtro. Também não teve o nome envolvido nos escândalos de corrupção dos governos petistas (“mensalão” e “petrolão”)

e foi um radical defensor da Operação Lava Jato, que condenou Lula. “Estamos determinados a mudar o rumo do nosso País”, afirma ele logo na abertura do pronunciamento buscando a imagem de virtuoso, colocando-se como o responsável por tirar o Brasil do rumo que estava seguindo até então. Em outros trechos, quer demonstrar sinceridade e fidelidade a seus apoiadores e seguidores, características que ajudam a formar esse *ethos*: “[...] *nostros objetivos são claros*”; “*servir a quem realmente manda no país: a população brasileira*”; “*estou convicto que nós temos um pacto pelo país*”; “*no tocante aos direitos adquiridos, todos estão garantidos*”. De acordo com Charaudeau (2006a), o *ethos* de virtude é “uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã”, uma vez que esta, ao delegar um poder, procura ser representada por alguém que seja “[...] modelo de retidão e de honradez” (p. 124).

A compreensão sobre como a imagem de homem honesto e virtuoso foi associada a Bolsonaro, quando levamos em conta os diversos aspectos de sua vida pregressa e carreira política listados neste estudo (agressividade, violência verbal, defesa da tortura e da ditadura, machismo, homofobia, racismo, política como negócio da família, corrupção etc.), passa também pelo entendimento da definição de carisma feita por Max Weber (2004) e resgatada por Emediato (2016). Weber elabora o conceito de carisma como um fenômeno relacional que serve a uma estrutura de dominação, especialmente quando se trata da relação com o Estado ou com as instituições.

A dimensão relacional do carisma é de uma importância decisiva para a construção de seu ponto de vista sociológico, pois ele percebe em torno do portador do carisma a constituição de um círculo de discípulos que se unem a ele ao ponto de se sentirem, igualmente, dotados de uma graça. Esse círculo de seguidores forma com o chefe uma comunidade emocional. Essa devoção dos discípulos e seguidores ao chefe carismático seria livre e da ordem do amor, da paixão, da devoção a uma revelação, de adoração a um herói, da confiança dedicada ao chefe. A confiança, portanto, surge como um componente forte nessa relação apaixonada. (Emediato, 2016, p. 38-39).

O linguista acrescenta, porém, que nem sempre esse “herói” ungido pelo carisma é digno de confiança e pode recorrer às suas diferentes fontes de legitimidade para dominar e enganar seus seguidores. “O ‘pai dos pobres’, o ‘predestinado pela herança’, o ‘portador de títulos de nobreza’, o ‘representante de deus na Terra’, ou o ‘Gênio’ podem ocultar uma pessoa comum, ela mesma assujeitada por sua posição-sujeito na ordem do discurso” (Emediato, 2016, p. 39). Podemos dizer que, no caso de Bolsonaro, o carisma alimentado pela paixão de seus apoiadores, materializado na alcunha de “mito”, de “Messias” e até de “imbrochável”, também parece ser um elemento discursivo que o legitima.

Retomando os fatores que formam a credibilidade do presidente, entendemos que o *ethos* de competência buscado no pronunciamento está muito associado à visão do conjunto que Bolsonaro representa, aqui incluídos sua equipe econômica e o ministro Paulo Guedes. Ao afirmar “[...] *ontem encaminhamos ao Congresso um pacote anticrime e hoje iniciamos o processo de criação de uma Nova Previdência*”, o enunciador presidente procura demonstrar que tem o domínio de sua atividade, sabe o que está fazendo e tem confiança na capacidade da equipe de realizar seus objetivos (“resgatar nossa segurança, fazer a economia crescer”). Há vários trechos que constroem essa imagem de competência, como em “*quero lembrar*”, “*nós sabemos que a Nova Previdência*”, “*estou convicto*”. A aprovação de uma reforma da Previdência é, historicamente, um desafio para o Poder Executivo, por ser uma medida impopular que geralmente prejudica os direitos de aposentadoria dos trabalhadores. Por isso, levar essa temática para o pronunciamento oficial, logo no início do mandato, também pode ser uma maneira de colocar a máscara de competência para se mostrar digno de crédito.

Essa imagem parece estar relacionada ainda ao *ethos* de identificação, mas neste caso ela se liga aos valores de referência afetivos do sujeito interpretante (TU_i). No discurso político, o locutor busca projetar uma identidade capaz de tocar o maior número possível de indivíduos e, sendo assim, procura se associar a valores distintos (e até opostos ou contraditórios) que consigam mobilizar a emoção do interlocutor em detrimento da razão. No pronunciamento em análise, observamos construções discursivas que procuram formar o *ethos* de caráter, que está travestido de coragem em propor a reforma (“Estamos determinados / Estou convicto”), de firmeza em seu propósito (“A Nova Previdência será justa para todos, sem privilégios” / “Respeitaremos as diferenças, mas não excluiremos ninguém”) e de moderação em suas considerações (“É fundamental equilibrarmos as contas do País para que o sistema não quebre / Nós sabemos que a Nova Previdência exigirá um pouco mais de cada um de nós / isso não ocorrerá do dia para a noite”). Há também a projeção do *ethos* de chefe por meio do qual o presidente pretende evidenciar a relação de reciprocidade existente entre instância política e instância cidadã (“servir a quem realmente manda no País: a população brasileira”). Aciona a imagem de guia, de comandante, construída a partir do imaginário prévio da vida militar como capitão do Exército (“encaminhamos ao Congresso / Precisamos garantir que hoje e sempre todos receberão seus benefícios em dia / Os projetos seguiram hoje ao Congresso para um amplo debate”).

Nesse pronunciamento, apesar de considerarmos que a construção da imagem de si está bem mais apoiada no *ethos* de credibilidade que no *ethos* de identificação, percebemos que existem (de modo mais discreto, comparado a outros pronunciamentos que veremos)

estratégias enunciativas geradoras de efeitos patêmicos. O discurso é dramatizado por meio de frases de efeito cuja intenção é estabelecer conexão com reações emocionais da audiência, como costuma ocorrer na formação do *ethos* de identificação. A dramatização pode ser vista em trechos como “*A Nova Previdência será justa para todos, sem privilégios*”; “*Respeitaremos as diferenças, mas não excluiremos ninguém, e com justiça*”; “*Isso vai mudar*”; “*é para uma causa comum: o futuro do nosso Brasil e das próximas gerações*”; “*mudaremos nossa história*”.

A encenação construída a partir de recursos de dramatização busca fortalecer um discurso que pretende agir no combate ao imaginário negativo que envolve uma reforma da Previdência. A mensagem é construída para mexer com a memória coletiva associada à ideia de que as reformas do governo prejudicam o trabalhador. É um imaginário sustentado por um saber de crença fruto de uma opinião comum formada, principalmente, por setores da instância cidadã e da instância adversária posicionados à esquerda do debate político. Por isso, o discurso recorre a imaginários sustentados em saberes de conhecimento para criar as estratégias de persuasão. Ao propor a reforma, o sujeito constrói sua argumentação com a intenção de acionar um imaginário positivo que mistura saber científico com saber de revelação. Este, por sua vez, não está vinculado a uma doutrina religiosa, mas a uma ideologia: o liberalismo econômico. Ao mesmo tempo que a reforma é calcada em um conhecimento que não depende do sujeito e, por isso, se impõe como uma verdade do mundo econômico-capitalista (saber científico), ela também é vista como “um saber que propõe uma explicação total e abrangente da atividade social” (saber de revelação).

Podemos perceber o saber de revelação estruturando o imaginário que se conecta às influências liberais da Escola de Chicago e sendo utilizado como argumento persuasivo nos trechos:

É fundamental equilibrarmos as contas do País para que o sistema não quebre, como já aconteceu com outros países e alguns Estados brasileiros;

Nós sabemos que a Nova Previdência exigirá um pouco mais de cada um de nós. Porém é para uma causa comum: o futuro do nosso Brasil e das próximas gerações.

São argumentos construídos com base em ideias que carregam um discurso fechado em si mesmo e que se apresentam sob a forma de evidência, como se não houvesse outra alternativa a não ser a aprovação da reforma.

Já o saber científico atua para sustentar o imaginário de uma reforma benéfica para a população e garantidora do “futuro do nosso Brasil”. Seu uso fica evidente nos trechos em que o presidente informa as regras que vão reger a proposta:

[...] todos seguirão as mesmas regras de idade e tempo de contribuição;

[...] quem ganha mais contribuirá com mais, quem ganha menos contribuirá com menos ainda;

A Nova Previdência fará a equiparação. As pessoas de todas as classes vão se aposentar com a mesma idade.

Toda essa construção enunciativa que envolve a situação de comunicação integra uma estratégia de persuasão e manipulação comum ao discurso político. O pronunciamento pode ser caracterizado como um discurso de promessa cujo principal efeito de sentido é suscitar a esperança por dias melhores (que só serão alcançados com a aprovação de uma reforma justa para ricos e pobres). O emprego de procedimentos de simplificação, usado quando a intenção discursiva é manipular, ou seja, criar um efeito de dizer verdadeiro que oculte as intenções reais do sujeito de fala, aparece ao longo do discurso, como nas seguintes passagens:

Estamos determinados a mudar o rumo do nosso país;

A Nova Previdência será justa para todos, sem privilégios;

Ricos e pobres, servidores públicos, políticos ou trabalhadores privados, todos seguirão as mesmas regras;

[...] é para uma causa comum: o futuro do nosso Brasil e das próximas gerações; temos um pacto pelo país;

[...] mudaremos nossa história, com mais investimentos, desenvolvimento e mais emprego.

Esses enunciados simplificam o assunto, possuem força de *slogan*, transformam ideias em imagens, de modo a criar caminhos nos quais a população se identifique, concorde com a proposta e a enxergue como algo extremamente necessário para que o Brasil dê certo. O discurso está sustentado por um imaginário de justiça social, construído principalmente por saberes de conhecimento, mas que também carrega consigo saberes de crença que reforçam a busca pelos sentidos manipulatórios que o sujeito intenciona mobilizar. Como a reforma terá um longo caminho no Congresso até ser aprovada para vigorar como lei, o presidente não tem como garantir que aquilo que afirma vai se concretizar. Dizer que a proposta garantirá benefícios iguais a todos sem privilegiar nenhum grupo é um argumento fundamentado em

um saber de experiência, ou seja, em uma vivência subjetiva baseada em crença, não em conhecimento. Dessa forma, ao declarar que a Nova Previdência igualará ricos e pobres, o locutor aciona o imaginário de justiça social para construir sentidos que escondem, pelo menos, duas intenções: 1) mudar a opinião negativa que permeia a memória coletiva da instância cidadã, apoiando-se em saberes de crença misturados a saberes de conhecimento; e 2) reiterar a opinião daqueles que já aderiram ao contrato e consideram a implantação da reforma o caminho natural para legitimar o neoliberalismo como a política econômica oficial do novo governo. Ao fazer isso, Bolsonaro assume o papel de guia para vestir a máscara do agente de impostura, ou seja, criar um simulacro de sua enunciação, recorrendo ao imaginário de justiça social, que surge envolto pelas estratégias de manipulação.

A partir das considerações que fizemos até aqui sobre esse primeiro pronunciamento, podemos pontuar alguns aspectos importantes relacionados aos nossos objetivos: 1º) ao enunciar suas falas, o sujeito recorre predominantemente a estratégias discursivas que privilegiam a formação da imagem de um enunciador interessado em se conectar com a figura solene e protocolar do cargo presidencial; 2º) o contrato de comunicação foi formatado dentro das regras preestabelecidas para o dispositivo, o que nos leva a crer que não houve quebra das normas e, portanto, se tornou efetivo; 3º) a imagem de si foi construída com recursos discursivos que enfatizaram o *ethos* de credibilidade (sério, virtude e competência); 4º) houve prevalência dos saberes de conhecimento na formação do discurso, apesar de saberes de crença sustentarem estratégias de manipulação e o efeito de impostura.

Tais características, analiticamente separadas para melhor visualização, funcionam de maneira inter-relacionada e não podem ser vistas atuando de forma independente. A partir delas, podemos dizer que, na abordagem da temática reforma da Previdência, houve um conflito discursivo, que consideramos tímido, entre os enunciadores projetados pelo locutor. Ele apareceu, por exemplo, na busca frustrada do “bem falar”, na conexão pré-validante do contrato (que deu importância maior aos atores ligados ao bolsonarismo), nas estratégias de manipulação que conferiram à Nova Previdência uma visão de “causa comum” para garantir “o futuro das próximas gerações” e ocultaram as incertezas que rondavam seu caminho de apreciação no Legislativo. Mesmo estando presentes no discurso, esses aspectos não impediram que o sujeito assumisse a roupagem de enunciador presidente, já que o pronunciamento correspondeu à expectativa que a situação de comunicação buscava atender naquele momento, que era, essencialmente, iniciar uma campanha de divulgação da proposta da Nova Previdência. O contrato parece ter sido efetivado, uma vez que transcorreu dentro do que se esperava dele.

A intenção de privilegiar no discurso a figura de enunciador presidente, conforme acabamos de apontar, parece ficar ainda mais clara se ampliarmos o universo contextual da relação que Bolsonaro estabeleceu com a temática em questão. Apesar de ser uma pauta crucial da agenda econômica governista, Jair não se mostrou, à época, muito engajado com a reforma como fez parecer no pronunciamento. No livro *Tormenta*, ao comentar uma reportagem sobre o conteúdo das *lives* transmitidas via *YouTube* pelo político, Thaís Oyama conta que a Nova Previdência não esteve entre os temas de seu real interesse.

A reforma da Previdência não era o assunto preferido de Bolsonaro. Em julho, o jornal O Estado de S. Paulo fez um levantamento das *lives* que ele passou a transmitir semanalmente a partir de março: dentre os quinze temas mais citados, a pesca foi o que mais mereceu a atenção do presidente. A internet e as armas vieram em seguida. A Previdência ficou em sexto lugar. Privatizações, em 28°. Investimentos e empregos, em 44°. A cada vídeo, Bolsonaro convida ministros ou membros do governo para gravar com ele. Paulo Guedes foi chamado uma vez, enquanto o secretário da Pesca, Jorge Seif Júnior, foi convocado em quatro ocasiões — o segundo convidado mais assíduo depois do general Heleno. A reportagem notou que, dos 45 minutos e 35 segundos dedicados ao tema da pesca, o subtema da pesca da tilápia, sozinho, ocupou quinze minutos e 47 segundos das transmissões, mais que o dobro do que a saúde, com sete minutos e 33 segundos. [...]

O “presidente das pequenas coisas”, como o chamou em abril o articulista da Folha de S. Paulo Hélio Schwartsman, revelou entusiasmo por outros microassuntos, além da pesca da tilápia. Em declarações públicas, mostrou empenho na promoção de causas como a extinção das lombadas eletrônicas, o fim do horário de verão e o combate à política de incentivo ao turismo LGBT no Brasil (“Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro”). Não se pode dizer que o presidente tenha traído o candidato. As soluções para os grandes problemas do Brasil nunca ocuparam lugar de honra em seus discursos de campanha. (Oyama, 2020, p. 133).

Esse desinteresse pela reforma apontado pela jornalista também foi pauta de um levantamento⁸⁵ do *site* de notícias *Poder 360*, feito em março de 2019. Na época, Bolsonaro utilizava seu perfil no *Twitter* como o principal canal de comunicação direta com a sociedade e com a imprensa. O veículo fez, então, uma análise de conteúdo das publicações realizadas entre 1º de janeiro e 4 de março. Nesse período, o ex-presidente publicou 326 postagens, mas o termo “Previdência” apareceu em apenas seis. Depois de 20 de fevereiro, data do pronunciamento que analisamos, nenhum outro *post* relacionado à temática foi feito, frustrando a expectativa de setores do governo, que esperavam do chefe do Executivo mais empenho em usar sua rede social para divulgar a campanha publicitária recém-criada e que já estava em veiculação. Essa falta de engajamento (que contrastou com o entusiasmo de Bolsonaro por outros microassuntos) fez com que a reforma tramitasse por meses no

⁸⁵ *Twitter*: após 2 meses de governo, Bolsonaro pouco fala sobre nova Previdência. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/apos-2-meses-de-governo-bolsonaro-pouco-fala-sobre-reforma-da-previdencia-no-twitter>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Congresso, sendo promulgada somente em novembro de 2019, após inúmeros recuos do governo em relação à proposta original.

6.1.2 Desmatamento e as queimadas na Amazônia

A questão das mudanças climáticas e da proteção ao meio ambiente foi um tema caro ao governo de Jair Bolsonaro. Caro não porque fosse algo considerado importante para o ex-presidente, mas porque motivou crises que desgastaram sua imagem e prejudicaram o relacionamento do Brasil com outras nações. Ao longo dos quatro anos do mandato bolsonarista, o país perdeu investimentos da ordem de R\$ 3,2 bilhões, originários do Fundo Amazônia⁸⁶, que seriam usados em ações de conservação e proteção da floresta. Com a política ambiental enfraquecida e a fiscalização do desmatamento afrouxada na gestão do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a degradação do bioma se acelerou, revelando o descaso do governo ao lidar com medidas de preservação. Um dos episódios de crise teve seu ápice em agosto de 2019, quando o presidente se viu obrigado a agir para conter o desgaste de sua imagem.

As críticas começaram no mês anterior, quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais detectou aumento de 88% no desmatamento da Amazônia comparando junho de 2019 a junho de 2018. Segundo o Inpe, a supressão de vegetação atingiu 920 quilômetros quadrados de floresta, o pior resultado desde 2016 para o mês⁸⁷. A divulgação desses dados ganhou repercussão internacional e países europeus começaram a fazer críticas à política ambiental do governo Bolsonaro. A extinção dos conselhos responsáveis por estabelecer as diretrizes e os critérios para investir os recursos do Fundo Amazônia, feita por um decreto presidencial, foi o principal motivo que levou à suspensão dos repasses financeiros, no primeiro semestre daquele ano. Sem as ações financiadas pelo Fundo Amazônia e com a redução das fiscalizações realizadas por órgãos como Ibama e ICMBio (vinculados ao Ministério do Meio Ambiente), a área queimada em 2019, até o mês de agosto, foi 74% maior

⁸⁶ Criado em 2008 para financiar ações de redução de emissões provenientes da degradação florestal e do desmatamento, o Fundo Amazônia é mantido com recursos de vários países, principalmente Alemanha e Noruega, para financiar projetos de órgãos públicos e organizações não-governamentais do Brasil. Em dez anos (2009 a 2018), mais de R\$ 1 bilhão foram aplicados em 103 projetos. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/11/03/fundo-amazonia-entenda-o-que-e-a-iniciativa-abandonada-por-bolsonaro-e-que-tem-r-32-bilhoes-paralisados.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.

⁸⁷ Disponível em

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/07/04/inpe-registra-em-junho-aumento-de-88percent-de-desmatamento-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2024.

do que a média dos dez anos anteriores⁸⁸. Além disso, cientistas apontaram haver fortes evidências de que o desmatamento da floresta era o principal causador do surto de incêndios que estava acontecendo no país. Na semana do pronunciamento, um fato climático contribuiu para que a repercussão negativa das queimadas ganhasse força: o dia virou noite na cidade de São Paulo, o céu escureceu devido ao grande volume de fumaça no ar vinda do norte do país.

A divulgação dos dados pelo Inpe e a onda de queimadas que devastava grandes áreas de preservação gerou uma onda de indignação nas redes sociais. Celebidades, como Leonardo Dicaprio, Gisele Bundchen, Madonna e Cristiano Ronaldo, fizeram publicações denunciando a situação. Na esfera política, o presidente da França, Emmanuel Macron, tornou-se uma das principais vozes a condenar o programa ambiental de Bolsonaro. A questão foi levada por ele para a reunião do G7⁸⁹, que ocorreria naqueles dias, e para o debate com outros líderes mundiais. Por conta disso, o francês virou alvo de ataques do ex-presidente e de seus ministros. Em um desses episódios, Bolsonaro respondeu a um comentário machista no *Facebook* que sugeria que o líder europeu o perseguia por inveja. Na publicação, uma montagem (Figura 11) comparava a ex-primeira-dama brasileira, Michelle Bolsonaro, à francesa, Brigitte Marie-Claude, 24 anos mais velha que Macron.

Figura 11 – Bolsonaro responde a comentário machista sobre esposa de Macron.



⁸⁸ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/o-que-realmente-se-sabe-sobre-queimadas-no-brasil>. Acesso em: 23 abr. 2024.

⁸⁹ G7 é o nome dado à reunião dos sete países democráticos mais desenvolvidos economicamente. O grupo é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

Fonte: Portal *GI*, reprodução/Facebook Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/26/apos-comentario-de-bolsonaro-sobre-primeira-dama-francesa-m-acron-diz-esperar-que-brasileiros-tenham-presidente-que-se-comporte-a-altura.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2024.

O contexto do pronunciamento envolvia também o embate público do capitão com o cientista Ricardo Galvão. No início de agosto, o então diretor do Inpe foi demitido por defender a política de transparência e divulgação mensal de dados adotada pelo órgão, que foi alvo de críticas e ataques do presidente. Além disso, naqueles dias, Bolsonaro afirmou, sem provas, que as ONGs financiadas pelo Fundo Amazônia poderiam estar por trás das queimadas e que estariam fazendo isso para prejudicar o governo. Ele também acusou Macron de potencializar o ódio contra o Brasil, ao rebater uma declaração do líder europeu. No dia anterior ao pronunciamento, o francês disse que Bolsonaro mentiu quando firmou compromisso de trabalhar em favor da proteção do meio ambiente. A conversa entre os dois ocorreu meses antes, durante a cúpula do G20⁹⁰ realizada no Japão. Apesar de declarar que estava comprometido com a conservação da floresta, o ex-presidente vinha tratando o assunto de forma leviana nas redes sociais, em entrevistas e nos encontros com apoiadores.

A forte repercussão negativa da destruição ambiental obrigou o governo a reagir e tomar medidas mais efetivas e institucionais sobre o problema. Naquela semana, diversos países começaram a se manifestar de maneira contundente a respeito dos incêndios. Alguns chegaram a defender boicotes à carne e a produtos agrícolas brasileiros, além da derrubada do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que estava recém-firmado. Todo esse contexto levou Bolsonaro a proferir, na noite de 23 de agosto, o pronunciamento reproduzido a seguir⁹¹.

Pronunciamento 2 – Queimadas na Amazônia.

Boa noite. Dirijo-me a todos para tratar da nossa Amazônia que, nas últimas semanas, tem atraído crescente atenção do Brasil e do mundo.

A Floresta Amazônica é parte essencial da nossa história, do nosso território e de tudo que nos faz sentir ser brasileiro. Nossas riquezas são incalculáveis, tanto em matéria de biodiversidade quanto de recursos naturais. Devido à minha formação militar e à minha trajetória como homem público, tenho profundo amor e respeito pela Amazônia. A proteção da floresta é nosso dever.

Estamos cientes disso e atuando para combater o desmatamento ilegal e quaisquer outras atividades criminosas que coloquem a nossa Amazônia em risco. É preciso lembrar que naquela região vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que há anos aguardam dinamismo econômico proporcional às riquezas ali existentes. Para proteger a Amazônia não bastam operações de fiscalização, comando e controle. É

⁹⁰ Grupo que reúne os países com as maiores economias do mundo.

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IE7zCYBfbUo>. Acesso em: 23 abr. 2024.

preciso dar oportunidade a toda essa população, para que se desenvolva junto com o restante do país. É nesse sentido que trabalham todos os órgãos do governo.

Somos um governo de tolerância zero com a criminalidade. E na área ambiental não será diferente. Por essa razão, oferecemos ajuda a todos os estados da Amazônia Legal. Com relação a aqueles que a aceitarem, autorizarei operação de Garantia da Lei e da Ordem, uma verdadeira GLO ambiental. O emprego extensivo de pessoal e equipamentos das Forças Armadas, auxiliares e outras agências permitirão não apenas combater as atividades ilegais, como também conter o avanço de queimadas na região.

Estamos numa estação tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes, em que todos os anos infelizmente ocorrem queimadas na região amazônica. Nos anos mais chuvosos as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse, 2019, elas ocorrem com maior frequência. De todo modo, mesmo que as queimadas deste ano não estejam fora da média dos últimos 15 anos, não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo. Vamos atuar fortemente para controlar os incêndios na Amazônia.

É preciso, por outro lado, ter serenidade ao tratar dessa matéria. Espalhar dados e mensagens infundadas, dentro ou fora do Brasil, não contribui para resolver o problema, e se prestam apenas ao uso político e à desinformação. O Brasil é exemplo de sustentabilidade. Conserva mais de 60% de sua vegetação nativa, possui uma lei ambiental moderna e um Código Florestal que deveria servir de modelo para o mundo. Temos uma matriz energética limpa, renovável e com ela estamos dando importante contribuição ao planeta.

Diversos países desenvolvidos, por outro lado, ainda não conseguiram avançar com seus compromissos no âmbito do Acordo de Paris. Seguimos como sempre abertos ao diálogo, com base no respeito, na verdade e cientes da nossa soberania.

Outros países se solidarizaram com o Brasil. Ofereceram meios para combater as queimadas, bem como se prontificaram levar a posição brasileira junto ao G7. Incêndios florestais existem em todo o mundo e isso não pode servir de pretexto para possíveis sanções internacionais.

O Brasil continuará sendo, como foi até hoje, um país amigo de todos e responsável pela proteção da sua Floresta Amazônica. Boa noite.

A característica inicial que podemos notar neste pronunciamento está relacionada ao agenciamento sógnico visual e aos elementos que ajudam a formar o *ethos* de sério do sujeito do ato de enunciação. Há algumas diferenças importantes em relação à declaração feita para a reforma da Previdência. A primeira delas é que Jair fala, desta vez, de pé, deixando que o enquadramento em plano médio inclua a movimentação de seu braço direito. Esse movimento que pontua as palavras ajuda a reforçar a entonação mais próxima do “falar forte”, marcando as frases com maior rigidez nas expressões e intensidade vocal na pronúncia. É um modo de expressão que ajuda a construir um *ethos* de político dominante e atuante. No entanto, essa performance também deixa transparecer, em alguns momentos, certa irritação, como se Bolsonaro estivesse se explicando, justificando-se pelos problemas que estão acontecendo. O cenário é diferente do pronunciamento anterior, não é possível identificar o local onde a cena foi gravada, mas a bandeira do Brasil e o brasão da República foram mantidos ao fundo. A respeito da edição, o modo como ela foi realizada deixa margem para supor que houve pressa na produção do vídeo, é possível notar uma falta de cuidado técnico na finalização da mensagem. Ao longo de toda a gravação, que tem duração de 4 minutos e 30 segundos,

percebe-se, no intervalo entre a emissão das frases, o movimento forte de inspiração pela boca. Não foi possível notar esse aspecto no vídeo sobre a Previdência. A percepção é de que, para este pronunciamento, não houve tempo suficiente de preparação. A gravação ocorreu fora do mezanino do Palácio da Alvorada, a iluminação foi malfeita, deixando o rosto de Bolsonaro com sombra na região dos olhos. Ele está usando óculos, o que não ocorreu anteriormente, quando a iluminação era mais uniforme. Sua vocalidade perdeu a serenidade e calma do primeiro pronunciamento, dando lugar a uma firmeza maior na emissão das palavras, que se confunde com uma expressão moderada de irritação. Há uma nítida queda de qualidade da gravação, conforme ilustramos na montagem apresentada na Figura 12, onde a imagem dos dois momentos pode ser comparada:

Figura 12 – Composição visual de dois pronunciamentos: imagem superior é da primeira fala à nação, em fevereiro; a inferior refere-se à gravação de 23 de agosto.



Fonte: Palácio do Planalto, foto-montagem elaborada pelo autor a partir da captura de imagens da reprodução dos vídeos de dois pronunciamentos do presidente.

Esses elementos visuais e verbais constituintes do contrato de comunicação nos ajudam a pontuar uma distinção fundamental entre o pronunciamento da reforma da Previdência e este, que trata dos incêndios na Amazônia. A declaração que analisamos agora

pode ser classificada como um discurso de justificação, recurso usado quando o político, ao ser confrontado por fatos que contradizem as suas intenções declaradas ou mesmo ser questionado por adversários, é levado a produzir uma justificativa com o propósito de se inocentar das críticas ou acusações a ele dirigidas. É uma estratégia que tenta preservar seu *ethos* de credibilidade. De acordo com Charaudeau (2006a, p. 126), “[...] a justificação não é propriamente uma confissão, mas ela acaba reforçando a ideia de que efetivamente foram cometidos uma falta, um erro, uma infração”. Nesse sentido, o pronunciamento pode ser visto como uma resposta às críticas e acusações que Bolsonaro e seu governo estavam recebendo por deixarem as queimadas consumirem grandes áreas da Amazônia.

A responsabilidade designa o autor como tendo sido parte interessada na cadeia de causalidade que gerou o ato delituoso ainda que de maneira não voluntária; justificar-se consiste, então, em minimizar seu papel nessa cadeia de causalidade, em evidenciar o caráter não intencional do ato e em protestar sua inocência: é o famoso “responsável, mas não culpado”. (Charaudeau, 2006a, p. 127).

Ao analisar o pronunciamento, podemos afirmar que, nesse discurso de justificação, Bolsonaro busca preservar e defender sua imagem adotando o que Charaudeau chama de “estratégia da não intencionalidade”. Esse recurso consiste na tentativa de formar o *ethos* de credibilidade ancorado em um discurso baseado no argumento das circunstâncias, no qual a acusação se desloca da pessoa para o fato circunstancial que preside a tomada de decisão ou a realização da ação. Os trechos nos quais podemos perceber que o presidente joga a culpa para as circunstâncias são os seguintes:

Estamos numa estação tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes, em que todos os anos infelizmente ocorrem queimadas na Região amazônica.

Nos anos mais chuvosos as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse, 2019, elas ocorrem com maior frequência.

De todo modo, mesmo que as queimadas deste ano não estejam fora da média dos últimos 15 anos, não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo.

Ao tentar preservar sua imagem de credibilidade, respondendo às acusações que recebeu, Bolsonaro invoca características próprias da situação climática para apontá-las como causadoras dos incêndios, como se o problema não pudesse ocorrer de outro modo, já que a culpa é das circunstâncias. Sua intenção é sair do lugar de culpado pelos incêndios para um lugar de responsabilidade no qual ele não é o real responsável pelas queimadas, mas o

responsável por mitigá-las diante das “circunstâncias naturais” em que ocorreram. Essa intenção de trocar o lugar da culpa pelo lugar da responsabilidade é demonstrada nos trechos:

A proteção da floresta é nosso dever. Estamos cientes disso e atuando para combater o desmatamento ilegal e quaisquer outras atividades criminosas que coloquem a nossa Amazônia em risco.

Somos um governo de tolerância zero com a criminalidade. E na área ambiental não será diferente. Por essa razão, oferecemos ajuda a todos os estados da Amazônia Legal.

[...] não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo. Vamos atuar fortemente para controlar os incêndios na Amazônia.

Ao produzir seu discurso de justificação, além de usar a estratégia da não-intencionalidade, o enunciador recorre também ao argumento da responsabilidade coletiva. Neste caso, segundo Charaudeau, a intenção do sujeito é diluir a responsabilidade entre o conjunto de atores que podem estar conjuntamente envolvidos na causa do problema. Esse argumento aparece algumas vezes no pronunciamento, como nos excertos a seguir:

É preciso lembrar que naquela região vivem mais de 20 milhões de brasileiros [...]. Para proteger a Amazônia não bastam operações de fiscalização, comando e controle. É preciso dar oportunidade a toda essa população.

Por essa razão, oferecemos ajuda a todos os estados da Amazônia Legal.

Outros países se solidarizaram com o Brasil. Ofereceram meios para combater as queimadas, bem como se prontificaram levar a posição brasileira junto ao G7.

Incêndios florestais existem em todo o mundo e isso não pode servir de pretexto para possíveis sanções internacionais.

Nos trechos destacados, vemos que o enunciador procura distribuir a responsabilidade sobre as queimadas para vários outros atores. Nesse sentido, sua intenção parece ser incluir no discurso os agentes que ele quer apontar como os responsáveis pelo problema, que seriam os brasileiros que lá vivem, as autoridades estaduais que atuam na região e até mesmo outros países (o mundo). Nesse último caso, há uma contradição do próprio locutor, pois como veremos adiante o discurso aciona o imaginário da soberania nacional para que o presidente possa afirmar sua posição perante as críticas internacionais que recebeu.

O uso do discurso de justificação para restabelecer a imagem de credibilidade perdida soma-se a outros recursos que atuam na formação do *ethos*. Além dos índices corporais e verbais já mencionados, o efeito de sentido da seriedade é buscado nas declarações que o sujeito faz a respeito de si mesmo, expondo as ideias que guiam suas ações. Logo no início,

identificamos esse aspecto no enunciado: *“Devido à minha formação militar e à minha trajetória como homem público, tenho profundo amor e respeito pela Amazônia. A proteção da floresta é nosso dever”*. Bolsonaro exalta sua formação e vida pregressa para se colocar como protetor do bioma e, com isso, procura construir, além da seriedade, o *ethos* de virtude. Ele demonstra sinceridade, valores (*tenho profundo amor e respeito*), colocando-se como exemplo (*é nosso dever*) para formar essa imagem de virtuoso. O artifício é identificado ainda nos trechos: *“É preciso, por outro lado, ter serenidade ao tratar dessa matéria”* e *“Seguimos como sempre abertos ao diálogo, com base no respeito, na verdade e cientes da nossa soberania”*. O presidente se coloca como alguém ponderado, capaz de resolver a questão de forma equilibrada, apesar de sua expressão, tom de voz e gestos transparecem certa irritação.

Percebemos também a formação do *ethos* de competência como mais um recurso importante usado com o objetivo de recuperar a imagem de credibilidade. Ao longo de todo o pronunciamento, Bolsonaro procura: 1) demonstrar que está no controle da situação (*“Estamos cientes disso e atuando para combater o desmatamento ilegal”*); 2) que possui a experiência para resolvê-la (*“Para proteger a Amazônia não bastam operações de fiscalização, comando e controle”*) e os meios de mitigá-la (*“É nesse sentido que trabalham todos os órgãos do governo”, “oferecemos ajuda a todos os estados”*); e 3) o poder (*“autorizarei operação de Garantia da Lei e da Ordem”*) para conquistar os resultados positivos esperados. Esses três aspectos são característicos de um discurso no qual o político quer mostrar competência.

Enquanto o enunciador presidente dessa situação de comunicação procura se escorar mais no *ethos* de credibilidade, o enunciador político mostra-se melhor por meio do *ethos* de identificação. Podemos perceber que a imagem de si é formatada com diversos valores de referência emocionais, demonstrados pelo *ethos* de potência (*“Vamos atuar fortemente”*), o *ethos* de caráter (*“não estamos satisfeitos com o que estamos assistindo”*), o *ethos* de inteligência (*“Devido à minha formação militar e à minha trajetória como homem público”; “Espalhar dados e mensagens infundadas, dentro ou fora do Brasil, não contribui para resolver o problema, e se prestam apenas ao uso político e à desinformação”*), o *ethos* de humanidade (*“tenho profundo amor e respeito pela Amazônia”*), o *ethos* de chefe (*“Dirijo-me a todos para tratar da nossa Amazônia”; “Somos um governo de tolerância zero com a criminalidade”; “autorizarei operação de Garantia da Lei e da Ordem”; “Seguimos como sempre”*) e o *ethos* de solidariedade (*“A proteção da floresta é nosso dever. Estamos cientes disso e atuando para combater o desmatamento ilegal”; “É preciso dar oportunidade a toda essa população”*). Esse conjunto de imagens distintas é usado estrategicamente para que o

enunciador se aproxime do universo de sentidos no qual o interlocutor constrói sua identificação.

Entre todos os *ethé* com os quais o político procura se associar, precisamos pontuar uma intenção presente na busca pelo *ethos* de inteligência. De acordo com Charaudeau (2006a), esse *ethos* se constrói a partir de duas figuras complementares e antagônicas. A primeira diz respeito à bagagem cultural do político, sua origem social e sua formação acadêmica, que se revelam por meio de seu comportamento. A segunda se relaciona com a astúcia e a malícia empregada no jogo político. Para se mostrar inteligente, o ator político precisa “[...] saber jogar com o ser e o parecer” (p. 146), suscitando intenções e estabelecendo objetivos que alcancem resultados positivos. Quando Bolsonaro condena a divulgação de “dados e mensagens infundadas”, ele está fazendo esse jogo do ser e o parecer, ou seja, fala contra uma prática (disseminação de *fake news*) que ele e seu grupo político adotaram de forma ampla e corriqueira justamente para gerar a “desinformação” que ele recrimina. Quando o político diz uma coisa, mas faz outra, acaba colocando em xeque sua credibilidade.

Esse trecho do pronunciamento também funciona como um discurso que dialoga com o contexto em que se deu a enunciação. A mensagem que não está dita, neste caso, é uma crítica ao Inpe, trata-se de uma tentativa de desacreditá-lo. É ainda (e principalmente) uma resposta a Emmanuel Macron, que naquela semana publicou uma foto no *Twitter* condenando a política ambiental do governo com um texto que convocava os outros países do G7 a discutir a questão⁹². A imagem utilizada por ele, no entanto, estava fora de contexto: apesar de retratar uma visão aérea da floresta em chamas, a fotografia era antiga, produzida pelo fotógrafo americano Loren McIntyre, falecido em 2003. Ainda assim, a postagem do presidente francês foi muito mal recebida no Palácio do Planalto e, por isso, Jair aproveitou o pronunciamento para dirigir uma crítica velada a Macron e ressaltar que, como presidente do Brasil, estava ciente da soberania nacional sobre a Amazônia.

Os valores de referência afetivos trazidos para o discurso pelo *ethos* de identificação se misturam com a encenação orquestrada pelo *pathos*. O pronunciamento carrega consigo um teor emocional, um efeito de dramatização que procura tocar o sujeito destinatário de maneira a convencê-lo sobre as reais intenções do sujeito comunicante. É uma cena do discurso político que não quer distinguir rigidamente o *ethos* de credibilidade do *ethos* de

⁹² Texto publicado por Emmanuel Macron no *Twitter*, em 22 de agosto: “Our house is burning. Literally. The Amazon rainforest – the lungs which produce 20% of our planet’s oxygen – is on fire. It is an international crisis. Members of the G7 Summit, let’s discuss this emergency first order in two days! #ActForTheAmazon”. Em português: “Nossa casa está pegando fogo. Literalmente. A Floresta Amazônica – os pulmões que produzem 20% do oxigênio do nosso planeta – está em chamas. É uma crise internacional. Membros da Cúpula do G7, vamos discutir essa emergência como prioridade em dois dias! #AjaPelaAmazônia” (tradução nossa).

identificação, de maneira que *ethos* e *pathos* se juntem para mobilizar os imaginários que vão atuar na construção da força de veracidade buscada pelo locutor. Em nossa percepção, podemos dizer que o pronunciamento está sustentado basicamente pelo que Charaudeau denomina como “imaginários de verdade”, responsáveis por criar “[...] um lugar privilegiado da fabricação da mentira política” (Emediato, 2016, p. 41).

Ao analisarmos a forma como se dá o processo de enunciação, percebemos que o discurso foi construído para acionar representações sociais que vão se materializando no ato de linguagem por meio dos imaginários da tradição, da modernidade e da soberania popular, os três imaginários que dão contornos de “verdade” ao discurso político. O imaginário da tradição, que está relacionado à busca pela origem dos valores, aos vínculos históricos de natureza afetiva, é percebido nas representações que colocam a Amazônia como parte da identidade brasileira e o Brasil como o guardião de toda a riqueza existente na floresta. São imagens incluídas no discurso por meio dos seguintes enunciados:

A Floresta Amazônica é parte essencial da nossa história, do nosso território e de tudo que nos faz sentir ser brasileiro. Nossas riquezas são incalculáveis, tanto em matéria de biodiversidade quanto de recursos naturais.

A proteção da floresta é nosso dever.

O Brasil continuará sendo, como foi até hoje, um país amigo de todos e responsável pela proteção da sua floresta Amazônica.

O imaginário da modernidade, por sua vez, apresenta-se a partir de textos que tratam de ideias sobre a modernização do país, o crescimento econômico e o desenvolvimento de novas tecnologias. Já o imaginário da soberania popular carrega representações que remetem à igualdade, à defesa da identidade da nação, à participação ativa da população nas decisões (o povo contra as elites e as ameaças que impeçam sua soberania). No pronunciamento, o sujeito une essas representações para construir uma estratégia de persuasão em seu discurso, como podemos ver nos trechos a seguir:

É preciso lembrar que naquela região vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que há anos aguardam dinamismo econômico proporcional às riquezas ali existentes. Para proteger a Amazônia não bastam operações de fiscalização, comando e controle. É preciso dar oportunidade a toda essa população, para que se desenvolva junto com o restante do país.

Somos um governo de tolerância zero com a criminalidade.

[...] autorizarei operação de Garantia da Lei e da Ordem, uma verdadeira GLO ambiental.

O emprego extensivo de pessoal e equipamentos das Forças Armadas, auxiliares e outras agências permitirão não apenas combater as atividades ilegais, como também conter o avanço de queimadas na região.

O Brasil é exemplo de sustentabilidade. Conserva mais de 60% de sua vegetação nativa, possui uma lei ambiental moderna e um Código Florestal que deveria servir de modelo para o mundo. Temos uma matriz energética limpa, renovável e com ela estamos dando importante contribuição ao planeta.

Incêndios florestais existem em todo o mundo e isso não pode servir de pretexto para possíveis sanções internacionais.

Os três imaginários de verdade que sustentam o discurso parecem estar fundamentados na ideologia e cultura militares que definiram o pensamento de Bolsonaro, conforme vimos no Capítulo 2. Para garantir a segurança e a defesa da Amazônia, bem como seu desenvolvimento econômico, a cultura militar apregoa que o processo de povoamento da região é fundamental. A importância estratégica da colonização do “vazio demográfico” amazônico é um dos motivos pelos quais as Forças Armadas se opõem à demarcação de territórios indígenas, outros são o receio de que a demarcação acabe por confinar as riquezas do subsolo nacional a terras sujeitas à influência de ONGs estrangeiras, além do temor de que a extensão das áreas demarcadas emperre o desenvolvimento do agronegócio. Na visão dos generais, fundada desde a época da ditadura militar, a criação de reservas sabota a estratégia de povoamento e implica um risco inadmissível: a transformação das terras indígenas, sob estímulo externo, em embriões de Estados autônomos, o que é visto por eles como uma ameaça à integralidade do território nacional. As Forças Armadas, assim como Jair Bolsonaro, têm a convicção de que as preocupações ambientais dos países ricos (como França, Noruega e Alemanha) são uma espécie de camuflagem para seus reais interesses, que envolvem a cobiça pelas riquezas minerais e vegetais da Amazônia.

No livro *Tormenta*, ao comentar o episódio do embate entre os presidentes do Brasil e da França, Oyama aborda essa relação dos militares com a região amazônica e afirma que a postagem de Macron no *Twitter* (ver nota de rodapé 92), um dia antes do pronunciamento, além da repercussão internacional, provocou impactos internos, pois foi responsável por reaproximar o capitão ao alto escalão militar. Na época, a relação de Bolsonaro com as Forças Armadas andava estremecida por causa da demissão de Santos Cruz, general que atuou como ministro da Secretaria de Governo nos primeiros meses do mandato.

As Forças Armadas se consideram a principal guardiã da soberania brasileira na Amazônia, dada sua sólida presença na região e também a importância do trabalho social que desenvolvem lá. Assim, apenas uma coisa tem o condão de irritar mais um militar do que a sugestão de que o Brasil é incapaz de cuidar de parte de seu

território: a ideia de que outros países possam fazer isso em seu lugar. A fala de Macron, portanto, teve o efeito involuntário de reaproximar Bolsonaro dos generais [...]. A relação do presidente com os generais estava estremecida desde a exoneração de Santos Cruz. Com seu tuíte, Macron conseguiu a proeza de alinhar a Bolsonaro até mesmo o militar demitido. (Oyama, 2020, p. 165).

Os imaginários da tradição, da modernidade e da soberania popular presentes no discurso oficial estão fundamentados em saberes de crença e direcionados para atingir as emoções e os afetos da audiência. Eles também funcionam como institutos pré-validantes do contrato de comunicação, uma vez que permeiam o pronunciamento de ideologias oriundas da rede de interdiscursividade bolsonarista que, além de dialogar com o núcleo militar, o núcleo ruralista e o núcleo econômico liberal, formam a identidade social do locutor. Com isso, os enunciados que constroem sua identidade discursiva acabam revelando a predominância do enunciador político nesse discurso. Os efeitos de sentido construídos estão extremamente relacionados ao passado militar de Bolsonaro, que, no pronunciamento, parece desconsiderar uma postura discursiva mais alinhada com a imagem diplomática que líderes de países democráticos procuram preservar. Apesar de afirmar estar aberto ao diálogo, o sujeito procura o confronto com líderes mundiais e com instituições de seu próprio governo. Apesar de dizer que é “nosso dever” proteger a Amazônia, descredibiliza os dados oficiais com os quais se poderia chegar a uma solução para o problema.

É nesse ponto que identificamos também os imaginários estruturados em saberes de conhecimento. Contudo, a forma como aparecem no discurso acaba reforçando a formação do enunciador político, que parece descompromissado com a liturgia de seu cargo. O sujeito manipula os imaginários de conhecimento para escorar seus argumentos em crenças subjetivas. O saber científico com o qual ele quer se filiar surge misturado a um saber de opinião e, dessa forma, pode perder a força de convencimento que teria se tivesse sido usado sem a intenção de enganar. Os trechos a seguir ilustram tais considerações:

Estamos numa estação tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes, em que todos os anos infelizmente ocorrem queimadas na Região amazônica.

Nos anos mais chuvosos as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse, 2019, elas ocorrem com maior frequência.

[...] mesmo que as queimadas deste ano não estejam fora da média dos últimos 15 anos.

Nesses enunciados, os argumentos apresentados se estruturam a partir de informações que não são completamente verdadeiras, mesmo sendo fundamentados em saberes científicos

que dizem respeito ao clima e ao regime de chuvas da região amazônica. Há um saber de opinião (crença) travestido de saber científico (conhecimento), ou seja, o discurso está sustentado em representações que agem para efetuar estratégias de manipulação que caracterizam o chamado efeito de impostura. Em seu pronunciamento, Bolsonaro veste a máscara de um “personagem” para enganar as instâncias de recepção. Essa identidade é assumida quando o sujeito procura dar à mentira uma roupagem de informação verdadeira. Tal constatação nos permite dizer que, no conflito discursivo entre enunciador político e enunciador presidente, o primeiro prevalece, uma vez que, conforme temos proposto, as características dele, por estarem associadas ao *ethos* pré-discursivo de Bolsonaro, reforçam o sentido que define o sujeito, neste caso, como um agente de impostura.

Para enxergarmos com clareza como o impostor se coloca nessa cena política, precisamos olhar para os argumentos que supostamente foram baseados na ciência, mas estão fundamentados em crenças subjetivas. Essa verificação deve ser feita voltando aos dados divulgados na época e que motivaram a crise. Até julho de 2019, segundo o Inpe, a área queimada na Amazônia correspondia a um número 74% maior que a média registrada nos dez anos anteriores. O registro de incêndios também estava 41% acima do considerado normal. No entanto, o presidente preferiu construir seu discurso considerando a média dos últimos 15 anos para adotar um parâmetro que fosse mais favorável à tese que defendia. Sua intenção parece ter sido construir uma versão dos fatos distinta daquela apresentada pelas instituições científicas. Além disso, dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) mostraram que as queimadas realmente estavam associadas ao desmatamento, informação que foi desconsiderada por Bolsonaro. Segundo o estudo, os focos de incêndio se concentravam nos municípios onde mais áreas da floresta tinham sido desmatadas. O levantamento não encontrou relação entre as queimadas e a ausência de chuvas, como o governo argumentou. O Ipam afirmou, na ocasião, que a probabilidade da seca ser a causa das queimadas era bastante baixa. Disse ainda que o nível de umidade na Amazônia em 2019 era maior que o observado nos três anos anteriores. Essas informações eram conhecidas no dia 23 de agosto, mas o presidente optou por desprezá-las. Eram constatações baseadas em saber científico confirmadas até mesmo pela Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (Nasa). Naquele mês, a agência espacial americana afirmou que a análise das imagens de

satélites indicavam que os focos de incêndio na Amazônia apontavam para a correlação das queimadas com o corte raso da floresta⁹³.

Tendo em vista os aspectos analisados até aqui, podemos considerar que, diante do contexto no qual Bolsonaro foi alvo de críticas pela forma como conduziu a política ambiental e ainda se viu confrontado com os dados que mostravam o aumento das queimadas, o pronunciamento parece ter funcionado como um dispositivo para que, por um lado, sua credibilidade fosse colocada à prova e, por outro, sua voz de autoridade institucional fosse usada para legitimar o discurso negacionista ambiental. As causas reais das queimadas foram ignoradas para dar lugar a uma versão favorável aos núcleos de apoio ao governo, o ruralista em especial, que inclui grandes fazendeiros e atores envolvidos em atividades ilegais, como a grilagem de terras e o desmatamento⁹⁴.

Nessa situação de comunicação, um dos efeitos de sentido gerados parece ter sido o de que o presidente era incapaz de resolver o problema das queimadas, já que seu discurso descartou fundamentos científicos que poderiam torná-lo digno de crédito. Ao agir com impostura na Cena retórica, Bolsonaro perdeu credibilidade junto àqueles que viram em sua política ambiental uma proposta contrária àquela assumida no G20. Ao ter sua palavra questionada, o político passou a ser visto com desconfiança, como alguém que não exercia seu papel de forma pragmática, um presidente que, em vez de usar informações oficiais para definir estratégias, preferiu adotar um discurso de justificação segundo o qual ele não era o culpado pela situação (originária de uma “circunstância natural”) nem o responsável legítimo por ela, uma vez que, conforme seu discurso, a responsabilidade foi distribuída de maneira coletiva, de modo que o governo pudesse minimizar sua relação com a origem do problema.

Invocando os imaginários da tradição, da modernidade e da soberania popular, Bolsonaro quis se afirmar como a autoridade detentora do poder para garantir a lei e a ordem. Dessa maneira, buscou construir credibilidade se projetando como guia soberano, mas inserindo no discurso marcas pré-validantes que atuaram para efetivar o contrato de comunicação entre o público imaginário formado pela rede interdiscursiva bolsonarista. Essas escolhas, conforme nossa análise, fizeram com que seu discurso de justificação criasse um efeito de impostura no qual os imaginários de verdade do domínio político atuaram como ingredientes importantes na fabricação de estratégias de manipulação. Os gestos de

⁹³ Focos de incêndio na região têm a assinatura do desmatamento, diz Nasa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/focos-de-incendio-na-regiao-tem-assinatura-do-desmatamento-diz-nasa.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

⁹⁴ Os 10 fazendeiros que mais desmataram a Amazônia nos últimos meses. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-10-fazendeiros-que-mais-desmataram-a-amazonia-nos-ultimos-meses>. Acesso em: 26 jun. 2024.

interpretação gerados a partir desse discurso podem ter resultado, em grande medida, no enfraquecimento da credibilidade de sua imagem diante de outros líderes mundiais, instituições governamentais e órgãos ambientais.

O conflito discursivo entre enunciadores aparece, principalmente, nas intenções do sujeito ao estabelecer um contrato cujas regras se distinguem daquelas com as quais essa situação de comunicação costuma ser caracterizada. Se, conforme Maingueneau (2020), a Cena retórica precisa ser executada de forma exemplar “estética e eticamente”, entendemos que a fala à nação da noite de 23 de agosto teve contornos discursivos mais próximos de uma “live presidencial” (aquelas transmitidas pelo *YouTube*) que de um pronunciamento em rede nacional. Nessa variante do dispositivo, o locutor deve agir visando conquistar a confiança da audiência com uma argumentação que recorra a dados reais e verificados e que procure dizer o verdadeiro. O que se viu na execução das falas, no entanto, foi diferente disso: 1º) o sujeito se apresenta com elementos materiais e visuais que indicam certa precarização da transmissão; 2º) faz críticas veladas a quem considera “inimigos” (o presidente francês, o Inpe, países europeus), de forma semelhante a ataques feitos em situações informais; 3º) produz efeito de impostura quando privilegiou o negacionismo ambiental para dar explicações sobre o aumento das queimadas; e 4º) permite que sua argumentação seja estruturada a partir de representações ideológicas populistas de extrema direita (globalismo, militarismo, nacionalismo etc.). Com isso, firma um contrato com termos distintos daqueles comuns ao pronunciamento.

Apesar de conservar uma expressão verbal polida, que ainda respeita a liturgia da situação de comunicação, Bolsonaro parece agir seguindo instintos relacionados à identidade discursiva que assumiu quando era candidato. Da mesma forma que, em suas *lives* nas redes sociais, moldava os assuntos conforme sua visão ideológica, sem considerar aspectos institucionais da dimensão de sua posição, nessa fala em rede nacional se percebe também a reprodução da busca pelo efeito de autenticidade. Essa estratégia discursiva é adotada, entretanto, de maneira mais contida, já que, na projeção do enunciador pelo sujeito, existem outras forças discursivas atuando. Há termos do contrato original que não foram rompidos. Porém, os sentidos que emergem da interrelação entre enunciador político e enunciador presidente parecem mostrar que, mesmo ocupando um lugar onde seu *ethos* deveria ganhar altura, Bolsonaro não se importou em fazer ataques (velados) a adversários e reproduzir falas negacionistas, carregadas de desinformação.

6.1.3 A primeira-dama no pronunciamento de Natal

É tradição que na noite do dia 24 de dezembro, véspera de Natal, o presidente da República profira um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV. Trata-se de um protocolo característico do maior cargo do Poder Executivo, um recurso que aproveita o simbolismo da data para reforçar a imagem de virtude, humanidade e solidariedade que os políticos buscam atrelar a seu *ethos*. No final de 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, essa tradição, apesar de mantida, foi realizada com uma quebra de protocolo crucial para a intenção de potencializar o discurso contido na mensagem natalina: o presidente apareceu no vídeo ao lado da primeira-dama, Michelle Bolsonaro (Figura 13).

Figura 13 – Pronunciamento natalino teve participação da primeira-dama.



Fonte: *YouTube CanalGov*, captura de tela feita a partir da reprodução do vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YLuW50v0T2E>. Acesso em: 28 abr. 2024.

A presença da esposa de Jair no pronunciamento deu contornos mais profundos à mensagem de fim de ano, relacionando-a a processos de significação que acionaram o imaginário da família, da tradição e da religiosidade. Além de ser incluída na transmissão, Michelle apareceu vestida com uma camiseta vermelha estampada com a palavra “Jesus”. Esse quadro-janela que compõe a cena política está carregado de simbolismos que ajudam a determinar termos específicos para este contrato de comunicação que servem ao propósito de conectar os enunciados aos fundamentos ideológicos que alimentam a rede de interdiscurso bolsonarista. Enquanto nos dois pronunciamentos já analisados o conteúdo teve papel mais

preponderante que a forma, neste o agenciamento sógnico visual atua de maneira essencial para que as intenções do sujeito comunicante ganhem maior força ao serem projetadas no ato de enunciação, resgatando elementos daquele imaginário que foi construído para seduzir e persuadir o TUD ideal imaginado pelo EUC.

As escolhas simbólicas que atuam nessa composição começam pela definição do cenário onde ocorre a gravação. De volta ao Palácio da Alvorada, o presidente e a primeira-dama se encontram na biblioteca da residência oficial e foram enquadrados em um plano composto pela bandeira do Brasil, o brasão da República (elementos sógnicos permanentes desse dispositivo) e, desta vez, também por uma árvore de Natal. O acréscimo do símbolo natalino delimita a época em que ocorre a declaração para contextualizar o discurso e criar o cenário no qual o *pathos* será desenvolvido. Símbolo pagão que, ao longo dos séculos, foi integrado à tradição cristã, a árvore representa gratidão pelo nascimento do menino Jesus. No contexto do pronunciamento, funciona como elemento que ajuda a construir a imagem de família cristã com a qual o presidente quer se associar, fortalecendo sua identidade discursiva para gerar conexão com a população.

Nesse ponto, é interessante ressaltar o contraste existente entre a identidade social e a identidade discursiva do sujeito comunicante, no que diz respeito especificamente ao imaginário da família. Enquanto enunciator (identidade discursiva), Jair se apresenta como homem casado, fiel, detentor de uma relação tradicional e harmônica com a esposa Michelle. No entanto, segundo vimos no Capítulo 2, o político não possui um histórico familiar que o enquadre dentro desse imaginário da família tradicional e virtuosa. Pelo contrário, ao ser eleito em 2018, Bolsonaro já se encontrava no terceiro casamento, teve filhos com três esposas diferentes. Suas relações conjugais foram marcadas por divergências e desentendimentos relacionados à sanha do político em ampliar seu poder, com a inclusão de familiares na vida pública, e à operação do esquema da “rachadinha”, chamado pelos envolvidos de “negócio do Jair”. Além disso, Bolsonaro e Michelle têm cerca de 25 anos de diferença na idade. Quando se casaram, em 2007, a ex-secretária parlamentar já tinha uma filha com outro homem. É um histórico de vida particular que, visto sob a lente do discurso conservador e do imaginário da família (partes essenciais do discurso bolsonarista), não pode ser considerado tão virtuoso assim. Podemos observar que existe, no mínimo, uma contradição entre as identidades social e discursiva do casal presidencial. Contudo, esse aspecto contraditório é um dos que não se encaixa (não faz parte) na imagem idealizada construída pelo político para seduzir os seguidores. O *ethos* de “defensor da família” e “cidadão de bem”, forjado com o apoio de pastores evangélicos (que celebraram o casamento

e o batismo do político), age no discurso bolsonarista para potencializar o apelo ao pânico moral e também a percepção de que a ameaça do “marxismo cultural” tem que ser combatida por um líder forte que representa, em sua essência, os “valores cristãos”.

Voltando a tratar das escolhas simbólicas feitas para estabelecer o contrato de comunicação, como aquela que se materializa na maneira como Jair e Michelle estão vestidos, enquanto o presidente está trajando terno e gravata sociais, atendendo às expectativas de se apresentar dentro da liturgia do cargo, a primeira-dama aparece vestindo uma roupa casual que contrasta com o visual do marido. É como se estivéssemos vendo nessa composição os dois enunciadores que constituem o sujeito posicionados lado a lado: Bolsonaro de terno como enunciador presidente e Michelle de roupa casual materializando o enunciador político. Ao vestir sua esposa dessa forma, Jair coloca em cena o *ethos* de autenticidade pelo qual se popularizou, é uma maneira simbólica de conferir simplicidade ao seu seio familiar. Além disso, o uso dessas vestimentas produz um sentido no qual a mulher é vista como uma figura acessória ao homem, tal qual defende o tradicionalismo, a doutrina radical basilar do discurso olavista que acredita em uma hierarquia social na qual as mulheres são consideradas inferiores aos homens.

A primeira-dama surge incorporando também o papel de um “enunciado aderente”, por trajar uma camiseta com a palavra “Jesus” nela inscrita. Esse conceito apresentado por Maingueneau (2020) insere, do ponto de vista do *ethos*, o corpo humano como “sustentador” de um enunciado, o sujeito assume a responsabilidade por ele, na forma de uma totalidade dinâmica, ou seja, trata-se de uma inscrição efêmera, não é permanente, como no caso de uma tatuagem. Ao sustentar tal enunciado, o corpo de Michelle passa a ser envolvido pelo discurso, transformando-se em um meio de conferir “[...] maior visibilidade possível a uma convicção compartilhada” (Maingueneau, 2020, p. 116). Nesse caso, uma convicção associada ao imaginário religioso compartilhado com o marido, e também com os institutos pré-validantes do contrato de comunicação, entre os quais encontramos principalmente o núcleo cristão católico e evangélico. Ao se vestir dessa maneira, a primeira-dama parece se tornar um espelho para quem adere afetivamente a essa representação.

O agenciamento sígnico dessa composição ajuda a resgatar o discurso conservador da campanha, cujo lema era “Deus, pátria e família”, com o objetivo de determinar a posição de autoridade pessoal e institucional de Bolsonaro dentro de uma estratégia de legitimação do seu modo de governar. Essa relação entre símbolos e imaginários que identificamos no pronunciamento (associando família e religião à política) é bem explicada pelo historiador e cientista político José Murilo de Carvalho no livro *Formação das almas*.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. [...] Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (Carvalho, 1999, p. 10-11).

A mensagem natalina busca justamente legitimar as realizações do primeiro ano do mandato presidencial e, para isso, a manipulação do imaginário social é imprescindível para que a aprovação de Bolsonaro como presidente por seus eleitores seja fundamentada a partir de um viés ideológico (embora o político afirme governar sem ideologias, conforme veremos na análise deste discurso). De acordo com o pesquisador Marques Silva (2020, p. 14), “[...] a partir da manipulação de ideologias é que se constroem imagens capazes de definir paradigmas de comportamento e desencadear um processo de unidade social centrada no reconhecimento de uma autoridade carismaticamente edificada”. No pronunciamento que reproduzimos a seguir, veremos quais as principais estratégias enunciativas que reforçam a mobilização dos valores levados a termo no discurso presidencial.

Pronunciamento 3 – Balanço do primeiro ano de mandato e Natal.

Presidente: Boa Noite. 2019 foi um ano muito especial. Ano de algumas conquistas. A esperança voltou no Brasil.

Temos muito que agradecer, em especial à grande parte da população brasileira que me deu a missão de ser Presidente dessa Nação. Tenho que agradecer a Deus que me deu uma segunda vida e tive a possibilidade ímpar de escolher 22 ministros pelo critério técnico e compromissados com o futuro do Brasil. Sabia que não seria fácil. Assumi o Brasil com uma profunda crise ética, moral e econômica. Agradeço aos meus ministros, servidores e empresários, pela confiança no crescimento do país e ao povo brasileiro pela compreensão e orações que nos levaram a várias realizações. O governo mudou. Hoje, temos um presidente que valoriza a família, respeita a vontade do seu povo, honra seus militares e acredita em Deus. Os números positivos da economia, a queda dos índices de criminalidade, o aumento significativo no número de turistas, o 13º salário do Bolsa Família, o sucesso do Enem e do nosso agronegócio, a lei da liberdade econômica e as obras feitas pelos batalhões de engenharia do Exército, bem demonstram os novos rumos do Brasil.

Estamos terminando 2019 sem qualquer denúncia de corrupção. O mundo voltou a confiar no Brasil. O viés ideológico deixou de existir em nossas relações comerciais.

Primeira-dama: Em nome da nossa família, desejamos um Natal abençoado e um feliz 2020 a todos os brasileiros. Que possamos juntos, com muito amor e dedicação, construir um Brasil mais justo, mais inclusivo e mais solidário para todos.

Presidente: Feliz Natal!⁹⁵

Nesta mensagem de Natal, Jair volta a adotar um tom mais calmo e sereno na emissão das palavras e parece estar mais à vontade e seguro, devido à presença de sua esposa na cena enunciativa. Contudo, a falta de naturalidade na execução da leitura do texto (previamente escrito e roteirizado por sua assessoria) segue latente na performance como orador político. Apesar de ter uma longa carreira parlamentar, Bolsonaro demonstra certa dificuldade em se adequar a um dispositivo que está atrelado à formalidade do cargo presidencial e, nesta condição, seus procedimentos expressivos não correspondem aos requisitos de uma vocalidade mais próxima daquela considerada adequada “[...] para a fabricação de um *ethos* de elite culta e profissional” (Charaudeau, 2006a, p. 170). De acordo com Charaudeau (2006a), o “bem falar” advém da construção que determinado grupo faz de um falar elegante, culto, de personalidade, ele se caracteriza pela pronúncia elocutiva que denota que o político tem controle de si e que mostra estar preocupado em ser compreendido corretamente. A desenvoltura de Bolsonaro revela a intenção de alcançar a expressão do “bem falar”, mas, na tentativa, ele acaba executando uma articulação mecânica, na qual a emissão das palavras e das frases não soa natural e se assemelha à pronúncia verbal de alguém que está aprendendo a ler. O ritmo não fica naturalmente cadenciado, é marcado por pausas excessivas que robotizam a emissão. Além disso, há um contraste entre o desempenho do presidente e a performance da primeira-dama. Ao contrário do marido, Michelle se apresenta como uma oradora de maior desenvoltura e sua fala, na parte final do pronunciamento, soa mais natural que a de Bolsonaro.

A edição do vídeo flui de forma mais dinâmica que as anteriores, pois a presença de duas pessoas dá maiores possibilidades de cortes e planos. O casal está de pé e, por isso, os enquadramentos variam de mais aberto (plano americano) a mais fechado (primeiro plano) para, inicialmente, mostrar o casal e o ambiente e, na sequência, variar entre o foco no presidente, depois na primeira-dama e, novamente, no casal e na biblioteca do Alvorada. Percebe-se que a finalização do vídeo foi realizada de maneira mais cuidadosa, com som e imagem tecnicamente melhores que aqueles apresentados no pronunciamento anterior.

No que diz respeito ao conteúdo textual e discursivo, podemos afirmar que a fala presidencial está dividida basicamente em três partes. Na primeira, Bolsonaro faz agradecimentos aos atores que ele considera envolvidos em sua vitória nas eleições e nas realizações do governo. Na segunda, enumera feitos do primeiro ano do mandato. Na terceira,

⁹⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g7r5P_sGgj4. Acesso em: 28 abr. 2024.

passa a palavra à primeira-dama, que fica com a temática das felicitações de Natal e Ano Novo. O pronunciamento é marcado, do início ao fim, por enunciados que retomam o discurso da campanha eleitoral e, por isso, carrega uma dramatização que evidencia os efeitos patêmicos construídos a partir de frases com efeito de *slogan* (“*A esperança voltou no Brasil*”; “*O governo mudou*”; “*O mundo voltou a confiar no Brasil*”) que buscam projetar os imaginários característicos do discurso populista. O uso da estratégia de simplificação procura criar essas fórmulas imagéticas com efeito de essencializar os julgamentos para transformar o discurso em suporte de identificação para a audiência. A intenção do enunciador é produzir uma força de verdade capaz de criar um efeito de adesão passional, uma ilusão na qual o processo de significação se distancia do *logos* para se estruturar no *ethos* e no *pathos*.

O presidente se coloca dentro de um imaginário de “Messias” onde ele é o líder salvador (“*grande parte da população brasileira que me deu a missão de ser Presidente dessa Nação*”), o único capaz de tirar o país de uma situação de declínio construída a partir de um imaginário de crise, de corrupção, de violência, de ameaça moral às famílias (“*Assumi o Brasil com uma profunda crise ética, moral e econômica*”). Nesse contexto em que a população é vítima, Bolsonaro se projeta como o portador dos valores comunitários que protegem a identidade da população (“*Hoje, temos um presidente que valoriza a família, respeita a vontade do seu povo, honra seus militares e acredita em Deus*”; “*Estamos terminando 2019 sem qualquer denúncia de corrupção*”; “*O viés ideológico deixou de existir em nossas relações comerciais*”). Há uma retomada dos imaginários que forjaram o discurso bolsonarista (antipetismo, militarismo, marxismo cultural, conservadorismo), o sujeito tem a intenção de se reconectar com aquele sentimento de indignação, medo, ódio, angústia e pânico moral que foi mimetizado pela extrema direita para afligir a população.

O *ethos* é, então, constituído com esses efeitos patêmicos que dão o tom do discurso. A imagem de credibilidade é buscada, principalmente, por meio do *ethos* de virtude, demonstrado pela presença da esposa (fiel) e pela imagem de homem honesto, que é exemplo (“*um presidente que valoriza a família, respeita a vontade do seu povo, honra seus militares e acredita em Deus*”; “*Estamos terminando 2019 sem qualquer denúncia de corrupção*”). O *ethos* de identificação, por sua vez, surge envolvido pelas imagens de chefe (“*Temos muito que agradecer, em especial à grande parte da população brasileira*”; “*tive a possibilidade ímpar de escolher 22 ministros*”; “*Assumi o Brasil*”; “*Agradeço aos meus ministros, servidores e empresários, pela confiança no crescimento do país*”; “*os novos rumos do Brasil*”), de humanidade (“*Tenho que agradecer a Deus que me deu uma segunda vida*”; “*Sabia que não seria fácil*”) e de solidariedade (“*Agradeço ao povo brasileiro pela*

compreensão e orações que nos levaram a várias realizações”; “*Feliz Natal*”). Observamos que, por meio dessas representações, a construção do *ethos* consiste em criar discursivamente uma imagem de si que se associe e se confunda com a imagem de um líder predestinado, um “Messias” que ganhou uma “segunda vida” para se tornar presidente e combater as mazelas que causam sofrimento ao povo. É um tipo de *ethos* bastante explorado por políticos populistas, conforme temos dito.

Esse retorno aos procedimentos discursivos típicos do candidato Bolsonaro e agora incorporados pelo presidente pode ser justificado por algumas razões. A principal delas diz respeito à taxa de aprovação do governo, que chegou ao menor patamar naquele mês. Segundo o levantamento divulgado em 20 de dezembro⁹⁶, 38% da população avaliava o mandato como ruim ou péssimo, 29% considerava ótimo ou bom e outros 31% achava regular, ou seja, o índice de reprovação popular estava em crescimento e se encontrava alto quando o governo ainda estava no primeiro ano do mandato. Por isso, o pronunciamento precisava “lembrar” aos eleitores os motivos de Jair ter sido eleito, sendo o episódio da facada, durante ato da campanha em 2018, um desses ingredientes. Nesse sentido, o discurso natalino procurou se sustentar nos imaginários estruturados em saberes de crença e no saber de revelação (conhecimento), com o objetivo de mobilizar os afetos e paixões da audiência, deixando em segundo plano, mais uma vez, o saber científico. Para o locutor, a “verdade” deveria estar fundamentada em uma percepção subjetiva que não depende de um conhecimento externo e, quando depende, se fundamenta em uma “verdade” sagrada.

Com a ajuda de uma checagem das informações contidas nas falas presidenciais, feita pela agência *Aos Fatos*, podemos verificar como o saber de opinião foi mascarado para se passar por um saber de conhecimento e como o saber de revelação age sustentando essa fronteira porosa que estabelece a relação entre eles. O artifício do “mentir verdadeiro”, largamente usado por Bolsonaro no discurso, atua como estratégia de manipulação e provoca o efeito de impostura. Vejamos nos enunciados a seguir.

Tive a possibilidade ímpar de escolher 22 ministros pelo critério técnico.

Segundo a publicação⁹⁷, no pronunciamento de Natal, o presidente repetiu pela 11ª vez (em 2019) essa informação falsa de que seu quadro de ministros foi escolhido apenas de

⁹⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/20/governo-bolsonaro-tem-aprovacao-de-29percent-e-reprovacao-de-38percent-diz-pesquisa-ibope.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2024.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/o-que-e-fato-no-pronunciamento-de-natal-de-bolsonaro>. Acesso em: 29 abr. 2024.

acordo com critérios técnicos (a estratégia da repetição sendo usada para manipular). Apesar de não ter recorrido a alianças com partidos no Congresso, a montagem do ministério seguiu critérios políticos na escolha de nomes, como dos ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura), ligados à bancada ruralista, e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), ligada à frente parlamentar evangélica. Essa bancada, bem como o grupo ideológico liderado por Olavo de Carvalho, também interferiu na escolha do ministro da Educação, quando Ricardo Vélez foi nomeado. As Forças Armadas foram outra base de apoio com influência crucial na composição do governo. Naquele ano, militares ocuparam sete dos 22 ministérios, além de muitos cargos-chave no segundo escalão.

Estamos terminando 2019 sem qualquer denúncia de corrupção.

Essa foi uma das declarações do pronunciamento que mais repercutiu na época, por se tratar de mais uma afirmação falsa que abordava o principal mote da campanha bolsonarista. Chamou atenção da instância midiática o descolamento de Bolsonaro da realidade, ignorando os fatos que amplamente foram divulgados (o “parecer ser” honesto alimentando o *ethos* de virtude e atuando na fabricação da mentira política, além de um *ethos* de inteligência construído a partir da astúcia e da malícia empregadas no jogo político). O que se viu, de fato, naquele ano, foram algumas denúncias de corrupção que envolveram o nome de dois ministros e do filho do presidente. Conforme abordado neste capítulo, o então ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, foi denunciado pelo Ministério Público por envolvimento em um esquema de candidaturas laranja na eleição de 2018. Segundo a denúncia, o presidente do PSL mineiro teria lançado candidaturas femininas de fachada para enviar verbas públicas de campanha a empresas ligadas ao seu gabinete. O segundo ministro investigado era Ricardo Salles, acusado de enriquecimento ilícito devido ao crescimento de seu patrimônio, que saltou, entre 2012 e 2018, de R\$ 1,4 milhão para R\$ 8,8 milhões. Mesmo envolvidos em denúncias de corrupção, os dois permaneceram nos respectivos cargos. Já o senador Flávio Bolsonaro, o filho 01, estava sendo alvo de três investigações em 2019, que apuravam casos de improbidade administrativa na contratação de assessores fantasmas em seu gabinete e o suposto esquema da “rachadinha”. Conforme vimos no Capítulo 2, as práticas faziam parte do “negócio do Jair” e tinham o miliciano e amigo de Bolsonaro, Fabrício Queiroz, como um dos principais envolvidos. Além disso, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) também estava sendo alvo de investigação. Em agosto, uma operação conjunta entre a CGU e a Polícia Federal debelou um esquema de fraude em licitações e contratos do órgão. O

caso envolveu suspeitas de superfaturamento, propinas, serviços de baixa qualidade e obras que não foram concluídas. Ao afirmar que seu governo terminou o ano sem denúncias de corrupção, o presidente decidiu, portanto, agir de má-fé, ignorando fatos para sustentar a imagem de virtuoso e honesto construída em seu discurso.

Os números positivos da economia, a queda dos índices de criminalidade, o aumento significativo no número de turistas, o 13º salário do Bolsa Família, o sucesso do Enem e do nosso agronegócio, a lei da liberdade econômica e as obras feitas pelos batalhões de engenharia do Exército, bem demonstram os novos rumos do Brasil.

Nesse trecho, o presidente enumera algumas das ações realizadas por seu governo em 2019 que ele considera importantes e positivas. É curioso notar que a reforma da Previdência, tema que motivou a primeira fala à nação em rede nacional, não foi mencionada, o que reforça nossas considerações anteriores de que o assunto não fazia parte do interesse do presidente e foi visto negativamente pela população. Por isso, pode ter sido excluído da declaração. Ao listar os feitos do governo, o sujeito procurava construir um *ethos* de competência, uma intenção que foi sustentada majoritariamente em imaginários estruturados em saberes de opinião para mascarar as realizações e provocar um efeito discursivo de ilusão.

Isso aconteceu, por exemplo, quando o presidente disse “*os números positivos da economia*”, mas não especificou a quais indicadores se referia. Por isso, sua afirmação foi classificada pelo portal *Aos Fatos* como imprecisa, um exemplo que ilustra o procedimento discursivo da generalização, usado pelo sujeito manipulador quando quer reforçar a adesão do público a argumentos apresentados de forma confiante como opinião comum. No mês de dezembro, ainda não existiam dados econômicos consolidados de 2019. Até aquele momento, os indicadores mostravam resultados tanto negativos, quanto positivos, ou seja, não havia base científica na afirmação sobre os números da economia. Em relação ao trecho sobre o “*aumento significativo no número de turistas*”, apesar de parecer baseada em dados reais (saber de conhecimento), a declaração foi considerada insustentável, pois ainda não existiam números públicos consolidados a respeito da movimentação de turistas no Brasil naquele ano. Outros dois itens listados no trecho também foram considerados controversos. No caso do “*sucesso do Enem*”, no dia da declaração, não era possível fazer tal afirmação. Na edição 2019 do Exame, houve vazamento de uma das páginas da prova e erro na correção das questões⁹⁸, problemas que colocaram em dúvida a credibilidade e segurança do processo. Já

⁹⁸ Disponível em

<<https://g1.globo.com/educacao/enem/2019/noticia/2020/01/20/erro-na-correcao-do-enem-2019-relembre-historico-de-problemas-da-prova-que-inclui-vazamentos-e-gabarito-errado.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

em relação ao “*sucesso do nosso agronegócio*”, a agência *Aos Fatos* classificou a declaração como imprecisa porque havia, na época, conclusões díspares a depender do parâmetro usado para medir o desempenho do setor. Por um lado, houve recorde de produção, por outro, se levado em consideração o PIB da área e o valor das exportações, a afirmação estava equivocada, pois em anos anteriores os números estavam melhores.

A aproximação de fatos, causas e consequências distintos e a conexão deles para dar a ilusão de uma explicação global sobre questões políticas e governamentais complexas é outro procedimento discursivo chamado de amálgama (Charaudeau, 2022). Nesse caso, ao dizer que os fatores que enumerou “*bem demonstram os novos rumos do Brasil*”, o sujeito está procurando, como agente manipulador, empoderar seu *ethos* e se projetar como o guia, o soberano paternal que está tirando o país da grave situação de crise em que o encontrou e, assim, mesmo que não diga no discurso, ele mantém vivo no imaginário da audiência os efeitos patêmicos de medo, ódio e ressentimento que atuam nessa argumentação.

O mundo voltou a confiar no Brasil. O viés ideológico deixou de existir em nossas relações comerciais.

A construção desse enunciado está fundamentada em um saber de crença construído a partir de uma opinião relativa originária do grupo que adulava o presidente. Na época, o Ministério das Relações Exteriores era chefiado pelo diplomata Ernesto Araújo, considerado um dos principais representantes ideológicos do pensamento olavista no governo. A afirmação do pronunciamento ia contra o fato de que, sob Bolsonaro, o Brasil deixou a posição de referência global na luta contra as mudanças climáticas para se tornar um pária ambiental⁹⁹. Além disso, adotou um comportamento de vassalagem aos Estados Unidos (cujo presidente era Donald Trump) e crítico à China e a países como Cuba. Na Assembleia Geral da ONU, realizada em novembro, o Brasil votou, pela primeira vez em 27 anos, contra a resolução anual que condena o embargo econômico imposto à ilha pelos EUA. São situações que corroboram para afirmarmos que as relações comerciais brasileiras viviam uma realidade contrária àquela que o presidente afirmava.

No que diz respeito à parte do pronunciamento na qual Bolsonaro enumera os feitos de seu mandato, o que percebemos é uma falta de compasso entre os argumentos usados e as informações que caracterizavam a realidade objetiva dos fatos. Com o uso de estratégias de

⁹⁹ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/25/apos-mentir-no-natal-bolsonaro-veta-aumento-de-pena-para-odio-nas-redes.htm>. Acesso em: 29 abr. 2024.

simplificação, repetição, generalização e amálgama, o sujeito buscou criar um discurso carregado de imaginários estruturados em saberes de crença dirigidos ao propósito de iludir e manipular a instância cidadã.

O discurso da mensagem natalina também se apoia na presença da primeira-dama e na forma como ela está vestida para potencializar os efeitos de manipulação. Além do “enunciado aderente”, o *ethos* dela é construído a partir de uma imagem de virtude (“*Em nome da nossa família, desejamos um Natal abençoado*”) e de solidariedade (“*Que possamos juntos, com muito amor e dedicação, construir um Brasil mais justo, mais inclusivo e mais solidário para todos*”) que se associa ao imaginário da tradição, da família e da religiosidade em seu objetivo de conquistar a adesão emocional do público. O simbolismo da cena, que inclui a palavra “Jesus”, e os efeitos de sentido criados têm como o principal fiador um saber de revelação materializado pelos signos visuais e textuais que fazem menção a Deus e à religião cristã (“*Tenho que agradecer a Deus*”; “*me deu a missão*”; “*orações*”; “*acredita em Deus*”; “*Natal abençoado*”). Ao construir essa encenação na qual estão sendo guiados por Deus, os enunciadores impõem uma “verdade sagrada” para que a mensagem não seja contestada, pois o saber nela contido traz consigo um caráter dogmático fechado à contestação. O discurso se ancora em um saber de conhecimento que se recusa à crítica. Entre os significados da mensagem de Natal buscados pelo casal presidencial está aquele em que as declarações de Michelle e Jair devem ser interpretadas como sendo “A palavra”, com a qual os apoiadores precisam se conectar.

Comparado aos outros dois pronunciamentos, quando o agenciamento sógnico visual não era tão preponderante quanto a mensagem, neste o que ocorre é o inverso: a imagem visual se torna essencial para a compreensão dos efeitos de sentido que o sujeito comunicante quer construir. O discurso político ganha contornos de discurso religioso para gerar uma potente identificação de parte da instância cidadã (principalmente aquela chamada por Indursky de seguidores), que enxerga Bolsonaro e sua esposa como predestinados, portadores dos valores que sustentam a ideologia conservadora e a fé cristã. No entanto, o pronunciamento de Natal também é gerador dos sentidos que reforçam os aspectos que fazem os críticos e os adversários do presidente mais se incomodarem. Além das informações falsas e alegações imprecisas que utiliza para embasar sua mensagem e criar o efeito de impostura, Bolsonaro busca reforçar a ideia de que Estado e religião devem caminhar juntos, desconsiderando a premissa da laicidade do regime democrático, alegação que foi fundamental no ato de legitimação da Constituição brasileira.

A produção de gestos de interpretação que seguem direções opostas parece indicar, mais uma vez, o pronunciamento como dispositivo que materializa a encenação do conflito entre as figuras colocadas no discurso como enunciadoras pelo sujeito comunicante. Nessa cena política, o imaginário natalino ajuda a conferir mais harmonia a essa disputa de sentidos, como se o Natal fosse uma “entidade” que permitiu e justificou a influência dominante das representações que dão roupagem de enunciador político ao presidente.

6.1.4 Para a mídia, histeria; para o presidente, uma gripezinha

O pronunciamento realizado em 24 de março de 2020 foi o oitavo do mandato. Naquela época, o mundo se encontrava passando pelas consequências da pandemia de Covid-19, e a Itália estava no epicentro da proliferação da doença, com centenas de mortes sendo registradas diariamente. No Brasil, o primeiro caso detectado foi confirmado em 26 de fevereiro, enquanto a primeira morte, de um homem de 62 anos, ocorreu em 17 de março. Uma semana depois, no dia 24, já eram 47 óbitos registrados e 2.271 casos confirmados¹⁰⁰. O país assistia às terríveis consequências da pandemia na Europa e tentava se preparar para evitar que o mesmo acontecesse por aqui. Não havia uniformidade nas ações preventivas por parte do Ministério da Saúde e, diante dos fatos, dos alertas e das medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), estados e municípios começaram a agir de modo mais independente.

Ações preventivas, como a suspensão das aulas em escolas e universidades, o fechamento do comércio e a restrição da circulação de pessoas nas cidades, eram algumas das medidas que estavam sendo tomadas. Por conta disso, um embate sobre adotar o isolamento social ou manter comércio e serviços em funcionamento foi estabelecido entre as autoridades políticas. Para o Governo Federal, “a economia não podia parar”. Além disso, o então presidente americano, Donald Trump, tinha anunciado, em 19 de março, que a entidade reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, *Food and Drug Administration (FDA)*, iria acelerar o processo de aprovação da droga antimalária cloroquina, com o objetivo de usá-la em potenciais terapias com efeito de cura para a Covid. Esse anúncio iniciou uma corrida às farmácias brasileiras pelo medicamento, apesar de nenhuma autoridade de saúde afirmar que a droga tivesse realmente efeito curativo no tratamento.

¹⁰⁰ Casos de coronavírus no Brasil em 24 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-24-de-marco.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Esse é o contexto em que se deu o pronunciamento de 24 de março, o terceiro naquele mês com temática referente à pandemia. A seguir, o que foi dito pelo presidente¹⁰¹.

Pronunciamento 4 – Pandemia e medidas de combate ao coronavírus.

Boa noite! Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.

Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país.

Contudo, percebe-se que de ontem para hoje parte da imprensa mudou o seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom, parabéns imprensa brasileira! É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite.

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

Aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de saúde - médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores - que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam.

Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação.

Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida!

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhN31ImUP-c>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Após a apresentação do contexto em que se deu essa situação de comunicação, vamos tratar agora das outras características que atuam na formatação do contrato. O presidente se encontra em um espaço de gravação (não é possível afirmar que seja no Palácio da Alvorada), onde lê o texto roteirizado por sua assessoria. A declaração é feita a partir de um cenário com o fundo azul e os elementos que marcam o padrão semiológico desse gênero (bandeira do Brasil e brasão da República). A edição e os enquadramentos seguem o modelo utilizado nas ocasiões anteriores (cortes secos para excluir pausas, respiração e erros de leitura, enquadramentos que variam entre plano médio e primeiro plano). Aqui, novamente, a performance de Bolsonaro na busca pelo “bem falar” mostra que ele segue com uma dicção inadequada, o que ajuda a demonstrar a falta de naturalidade na execução das falas percebida no decorrer de todo o ato de enunciação.

Figura 14 – Presidente Jair Bolsonaro no pronunciamento de 24/03/2020.



Fonte: Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/venceremos-o-virus-afirma-bolsonaro-em-pronunciamento-aos-brasileiros>. Acesso em: 07 abr. 2024.

No pronunciamento oficial, Bolsonaro procura se apresentar como uma autoridade legitimada que corresponda ao imaginário que permeia a posição de Presidente da República. No entanto, conforme temos visto, seu desempenho em alcançar o “bem falar” o coloca em uma posição na qual sua habilidade oratória acaba sendo vista de forma negativa.

Entretanto, esses elementos ligados aos termos do contrato de comunicação não impedem que o sujeito use o dispositivo para se projetar como enunciador presidente. Por falar a partir de uma transmissão em rede nacional, o discurso é legitimado socialmente para produzir efeitos de veracidade. Por isso, o recurso é uma ferramenta que coloca o político na posição de líder máximo do país, alguém que está autorizado a conduzir a população e a

tomar decisões de enfrentamento à pandemia. As características desse momento de enunciação dão ao enunciador político condições para que ele adquira a imagem de credibilidade atrelada à figura de enunciador presidente, de modo que assuma, entre as instâncias pré-validantes por ele imaginadas na construção do discurso, o *ethos* de seriedade e de competência capaz de fazê-lo se tornar crível.

Sendo assim, enquanto a imagem de credibilidade se escora nas características do contrato de comunicação e em seu agenciamento sógnico para se estabelecer, o *ethos* de identificação é, por sua vez, visualizado a partir da polivalência das imagens que Jair busca constituir. Logo na primeira frase, “*quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan*”, há uma intenção de projetar um *ethos* de solidariedade. O uso de “*nossos irmãos*” procura conectar a figura do presidente à população e dar ênfase a essa relação de si com o cidadão. “*Nosso ministro da saúde*” e “*o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho*” são frases que demonstram preocupação com a população, caracterizam a imagem de solidariedade e projetam também o *ethos* de chefe (“*excelente trabalho*”). Referir-se ao então ministro da Saúde como “*doutor*” busca dar ao enunciado uma forma mais popular de se dirigir a um médico, provocando um efeito de proximidade com o destinatário. Ao longo do pronunciamento, o *ethos* de solidariedade pode ser identificado ainda nos trechos “*extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós*” e “*aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores – que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam*”. Nesses excertos sublinhados, percebemos também sentidos relacionados à humanidade, Bolsonaro quer mostrar traços mais pessoais e, ao mesmo tempo, acionar representações sociais de alguém que cuida e que se importa com o sofrimento das pessoas. O *ethos* de solidariedade e de chefe predominam ainda neste outro trecho: “*Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade*”. Existe uma intenção de orientar a população; nesse sentido, o presidente se coloca como alguém que sabe o que diz e sabe o que as pessoas precisam fazer.

O locutor também procura associar um *ethos* de potência à sua imagem. A sequência a seguir do pronunciamento se tornou emblemática pela forma como foi construída. “*No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão*”. Nesse fragmento, os termos destacados evidenciam que o enunciador (neste caso político)

quer mostrar sua força, sua virilidade, sua masculinidade e, mais que isso, seu passado de atleta militar. Jair procura ser visto como um líder poderoso capaz de vencer um vírus mortal que fazia milhares de vítimas pelo mundo, mas que, diante dele, provocaria apenas uma “gripezinha”.

O enunciado ainda gera efeitos patêmicos porque busca produzir nos interlocutores movimentos afetivos. É uma forma de dramatização do discurso que conquista a adesão emocional de quem o recebe, seja para o bem ou para o mal, uma vez que a polêmica é também uma das estratégias retóricas que Bolsonaro utiliza para conduzir suas falas e validar contratos de comunicação que estabelece em situações distintas do pronunciamento. Ao partilhar seu ponto de vista sobre a Covid-19 no trecho mencionado, o sujeito direciona o discurso para instâncias pré-validantes que não partilham o modo como o político enxerga a pandemia, ou seja, impõe novos termos ao contrato para atacar aqueles destinatários que defendem as medidas de contenção da Covid (imprensa, governadores, prefeitos, adversários etc.). Como político populista que é, usa frases de efeito para assumir o papel de salvador, ele quer fazer crer que é detentor de uma força de contra-poder (contra o *establishment*) capaz de agir para solucionar a situação de crise. Podemos considerar que, ao subverter as regras do contrato, Bolsonaro, projetando o seu *ethos* pré-discursivo (aquele que se relaciona mais ao enunciator político), assume uma direção que leva seu discurso para um lugar de significação no qual alguns dos efeitos de sentido produzidos podem dificultar que esse novo contrato por ele instituído (sem todos os termos de uma Cena retórica) seja efetivado.

Além disso, o político aciona o *ethos* de potência para lançar um tipo de ironia provocadora que busca manter uma posição de força diante de seus interlocutores. Há no trecho “*como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão*” uma referência a Dráuzio Varella. Profissional renomado e com diversos projetos de sucesso exibidos na *TV Globo*, o médico é uma referência para temáticas de saúde. No dia 30 de janeiro de 2020, ele publicou um vídeo em seu canal no *YouTube*, antes que a situação de pandemia fosse mundialmente decretada, afirmando que o novo coronavírus causaria à maioria da população “um resfriadinho de nada”. Ao dialogar com esse discurso, Bolsonaro quis desacreditar o médico e também a *Rede Globo*, veículo que ele considerava um de seus principais “inimigos” da imprensa. No entanto, em 24 de março, quando o presidente fez a ironia em rede nacional, o material sobre a Covid publicado dois meses antes já tinha sido apagado e um novo vídeo, com atualizações sobre a doença, havia sido publicado no lugar. Ao ironizar Varella e a *Globo*, o político omitiu que o médico, além de ter deletado o material antigo e publicado um novo, corrigiu-se sobre o assunto ao menos três vezes e que, naquela

data, as orientações preventivas dadas por ele já alertavam para a importância de medidas como o isolamento social e rotinas de higiene. Bolsonaro, ao citar o médico, tirou uma informação de contexto e, para persuadir e manipular a população, fez uma encenação (*pathos*) com a finalidade de produzir efeitos de veracidade ao seu discurso.

Os efeitos patêmicos ficam também bem marcados na expressão “*quase contra tudo e contra todos*”, quando, mais uma vez, uma frase de efeito é usada para dramatizar o discurso. Nesse sentido, o político se coloca como um líder que está lutando por seu povo, contra aqueles que são responsáveis pela crise social vivida pelo país e, por enfrentar essas “elites” (instituições, autoridades, imprensa, OMS e demais órgãos que estavam seguindo recomendações científicas para lidar com a pandemia), Bolsonaro deve ser visto como o “salvador”, o único capaz de falar/agir pelo povo e representar sua soberania. Dentro dessa “elite” colocada como responsável pela crise, a imprensa é vista pelo sujeito como um agente causador da “histeria”, palavra que é mencionada três vezes para se referir às consequências da pandemia. O embate entre o presidente e a mídia, conforme vimos no Capítulo 3, era um dos *modus operandi* do governo, que enxergava os principais veículos profissionais de notícias como inimigos. Essa relação de conflito, em particular com a *TV Globo*, é evidenciada no pronunciamento principalmente nesse momento:

O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. Contudo, percebe-se que de ontem para hoje parte da imprensa mudou o seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom, parabéns imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

Ao colocar a imprensa como responsável pela histeria e depois parabenizá-la, em mais uma estratégia de dramatização e ironia, Bolsonaro dialoga diretamente com o editorial do *Jornal Nacional* exibido na noite anterior¹⁰². Na ocasião, os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos, em uma espécie de quebra de protocolo, iniciaram o telejornal pedindo calma e dizendo aos telespectadores que era “preciso respirar” para conseguir entender a crise e juntar forças para enfrentar os sacrifícios que iam se impor ao Brasil e ao mundo. No editorial, que durou mais de quatro minutos, eles explicam o trabalho dos jornalistas, reforçam que estão ali para informar e pontuam que o jornalismo é essencial na superação da crise. Neste ponto, o editorial inclui em seu discurso um sentido de resposta aos reiterados ataques contra jornalistas, feitos pelo presidente desde 2019 como estratégia para

¹⁰² Bonner e Renata pedem calma. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8424820>. Acesso em: 26 mar. 2024.

descredibilizar e enfraquecer a influência da imprensa na formação da opinião pública. Quando Bolsonaro traz essa referência (um tipo de heterogeneidade mostrada) para o pronunciamento, ele acaba adotando mais um recurso discursivo que atua para quebrar as regras do contrato de comunicação. Ao fazer essa escolha, o político confere a essa situação extraordinária de enunciação um aspecto que estava, até então, restrito aos momentos ordinários de enunciação.

Parece que essa perda de altura da Cena retórica ocorre ainda através dos gestos de interpretação mobilizados pelos imaginários sociodiscursivos, que são majoritariamente calcados em saberes de crença. Quando coloca suas intenções em jogo, o locutor torna-se responsável por criar um filtro axiológico no qual dois movimentos podem agir no processo de significação. No primeiro, o enunciado se conecta com interlocutores cuja visão de mundo é estabelecida a partir da rede de interdiscursividade bolsonarista. No segundo, o enunciado se desconecta dos interlocutores que não partilham dessa visão de mundo, ou seja, discordam dela por se conectarem a outros saberes, mas, principalmente, por se conectarem a imaginários nos quais o saber de conhecimento emerge para dar sentido ao discurso. Como no pronunciamento predominam os imaginários baseados em saberes de crença, vamos apontar a seguir aqueles que mais potencializam a disputa de sentidos que ocorre entre os movimentos de conexão e desconexão.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo.

Essa primeira declaração, apesar de estar baseada em um fato, é contraditória porque esconde um saber de opinião do presidente (que não está dito). Dias antes de anunciar o resgate dos brasileiros, em 2 de fevereiro, Bolsonaro descartou a possibilidade de realizar a operação. Em uma entrevista coletiva, afirmou que custava caro um voo até o país asiático e se posicionou contra a ação. Era da opinião de que cada cidadão brasileiro que estava na China deveria tentar sair de lá por conta própria. A mudança de posicionamento só aconteceu após pressão da opinião pública, quando dias depois um vídeo gravado pelos brasileiros em Wuhan solicitando ajuda para serem trazidos de volta ao Brasil viralizou nas redes sociais. Essas informações nos levam a considerar que o *ethos* de humanidade e solidariedade demonstrado pelo político parece não ter sido fruto de um sentimento genuíno.

Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso.

Nesse trecho, Bolsonaro sugere que o Brasil, por ter clima tropical (mais quente), sofreria menos com a pandemia que a Itália, que possui clima mediterrâneo (mais frio). Entretanto, a declaração não encontrava, naquele momento, respaldo científico que indicasse que o coronavírus iria se proliferar menos em regiões de clima quente. Não existia consenso entre pesquisadores sobre a questão e, naquela época, a curva de contaminação no Brasil, com o registro de 47 mortes, já era superior à italiana. Para sustentar o discurso que minimizava a pandemia e a classificava como histeria, o presidente baseou sua declaração em um saber de experiência que não garantia provas de verdade, ou seja, era insustentável como argumento científico para ser utilizado em um discurso oficial.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine.

Essa parte do pronunciamento mistura saberes de conhecimento a saberes de crença para fortalecer efeitos patêmicos (mostrar discordância pelo fechamento das escolas) e conferir efeitos de verdade a informações que não são verdadeiras ou são imprecisas. Ainda que seja correto dizer que os idosos fazem parte do grupo de risco da Covid-19, cientistas e autoridades de saúde consideravam, na época, que crianças eram potenciais disseminadores da doença. Por isso, o fechamento de escolas partia da premissa de que a medida ajudaria a conter a circulação do vírus, inclusive entre os mais velhos. O cancelamento das aulas presenciais atendia à recomendação de autoridades de saúde cuja intenção era evitar aglomerações e manter uma distância de ao menos um metro entre as pessoas. Segundo levantamento feito pela Unesco, em março de 2020, essa estratégia estava sendo adotada em mais de 150 países.

Ao questionar o fechamento das escolas, Bolsonaro se colocou contra medidas cientificamente recomendadas e usou uma estratégia de simplificação para reduzir a complexidade do assunto. Quando desconsiderou o fato do fechamento das escolas também se relacionar à contaminação dos idosos, o presidente, além de se contradizer (afirmou que era preciso ter “*extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros*”), usou uma condição de simplificação para tentar persuadir e, ao mesmo tempo, provocar na população essa indagação fruto de efeitos patêmicos. Uma criança infectada que comparecesse à escola,

mesmo assintomática, poderia transmitir a doença a colegas, professores e servidores, que, por sua vez, poderiam infectar outras pessoas, sendo algumas possivelmente integrantes de grupos de risco, como os idosos.

Naquela altura da pandemia, as informações científicas sobre a letalidade da doença eram incipientes, assim como as pesquisas que afirmavam que pessoas com menos de 40 anos não morreriam. Ao declarar que 90% da população não teria sintomas, o presidente atribuiu uma compreensão de saber de conhecimento a um saber de crença, respaldado no princípio da legitimidade, dando verniz de verdade a uma informação considerada insustentável. Por meio do exagero e da generalização, adotou um procedimento de manipulação com o claro objetivo de tentar amenizar os riscos da Covid-19. O dado não encontrava sustentação em pesquisas e, de acordo com a agência de checagem *Aos Fatos*, os estudos não eram conclusivos sobre a proporção de casos assintomáticos. Pesquisas feitas na China e no Japão indicavam que cerca de 30% das pessoas infectadas não tinham desenvolvido sintomas.

Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.

A temática desse trecho faz parte de uma estratégia de manipulação do discurso político na qual nem tudo pode ser dito. Ao invés de anunciar ou propor iniciativas de estímulo à economia para amenizar as consequências da crise, principalmente na proteção social, o presidente, por meio da visada de incitação, tinha intenção de fazer a população crer que o melhor, naquele momento, era voltar à normalidade, mesmo que isso significasse colocar a vida em risco. Bolsonaro procurava suscitar a formação de uma opinião favorável à ideia defendida por seu governo segundo a qual a economia não podia parar. Além disso, conforme dito no Capítulo 3, havia um gabinete paralelo que dava assessoria ao presidente e recomendava a adoção da chamada imunidade de rebanho como estratégia de enfrentamento à Covid. Por isso, nas frases “*nossa vida tem que continuar*”, “*os empregos devem ser mantidos*” e “*o sustento das famílias deve ser preservado*” existe uma intenção oculta. Elas são construídas para adquirir um efeito de slogan, típico do discurso propagandista, e, assim, ganharem maior força de persuasão. Através da simplificação, o enunciador intencionava projetar imagens que reduzissem a complexidade da pandemia e que afastassem do processo de significância os reais fatos relacionados à ela. Essas ideias, repetidas diversas vezes, como

foi o caso, parecem ter feito com que parte da população, ignorando o verdadeiro teor do projeto, se deixasse persuadir, entrando no jogo de manipulação sem se dar conta.

Esse trecho do discurso também associa imagens negativas (*terra arrasada, proibição de transportes, fechamento de comércio, confinamento em massa*) a autoridades estaduais e municipais. Naquele ano, governadores e prefeitos que adotaram medidas preventivas de saúde foram considerados inimigos por Bolsonaro (*contra tudo e contra todos*). É como se o presidente estivesse dizendo que são eles (e não a gravidade da pandemia) os responsáveis por impedir o país de “voltar à normalidade”. Jair, como instância política, quer se contrapor à instância adversária, uma correlação típica do discurso político, que é chave na construção de enunciações polêmicas, muito comuns ao discurso bolsonarista. De acordo com Mendes (2012, p. 143), “[...] trata-se de construir uma imagem positiva de si e uma imagem negativa do adversário, buscando através de procedimentos discursivos analógicos bastante característicos do discurso político, persuadir o eleitor enquanto instância cidadã e polemizar com a instância adversária”. Nesse jogo de cena, Bolsonaro assume um *ethos* de solidariedade para demonstrar preocupação com a população sem deixar de atacar os adversários, atribuindo a eles o aspecto negativo da situação.

No discurso populista, o líder está sempre enfrentando inimigos e nunca é responsabilizado pela crise. O mesmo acontece neste pronunciamento, que parece ter sido elaborado com a intenção de isentar Bolsonaro das responsabilidades advindas dos problemas da pandemia, que ele mesmo classificou como cenário de “terra arrasada”.

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19.

A recomendação de tratar Covid-19 com cloroquina foi utilizada por Bolsonaro, ao longo de toda a pandemia, como um argumento para tentar amenizar a gravidade da doença, se colocar contra as medidas efetivas de prevenção e, com isso, alimentar narrativas para culpar inimigos que estivessem contra o que ele pregava. O uso indiscriminado de cloroquina (e outros medicamentos sem eficácia) foi um dos temas mais polemizados durante a pandemia, dominando em diversos momentos o debate político. Reproduzindo falas de Donald Trump, Bolsonaro decidiu apostar na cloroquina e, para isso, recorreu à reputação de instituições como o *FDA* e o Hospital Albert Einstein com o propósito de buscar crédito ao seu discurso. Enquanto Bolsonaro se baseava em saberes de opinião para sustentar suas falas, o então ministro da Saúde, médico e ex-deputado, Luiz Henrique Mandetta, fundamentava

suas declarações em saberes científicos, orientando a população a não usar o medicamento. Naquela semana, o ministro chegou a afirmar não ser possível saber se a cloroquina funcionava contra o coronavírus e ainda alertou que o remédio poderia provocar efeitos colaterais.

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

[...] venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida.

Uma das características do *ethos* de identificação no discurso político é a sua polivalência de imagens e, nesses dois excertos, vemos como isso aparece. Bolsonaro aciona diferentes *ethé* para demonstrar humanidade (*acredito em Deus*), potência (*venceremos o vírus*) e solidariedade (*estamos juntos*) e, dessa forma, persuadir buscando o afeto do cidadão (*pathos*). Nesse jogo de encenação, se colocar como um homem religioso que crê em Deus é fundamental para construir a imagem do líder salvador, cuja missão é combater o mal que impede o país de se tornar “uma grande nação”. Essa é a pedra fundamental que confere persuasão ao discurso bolsonarista e os elementos que a materializam emergem no pronunciamento de 24 de março. Nos trechos acima, o imaginário em torno do presidente é estruturado por saberes de revelação que misturam crença sagrada (*Deus capacitará cientistas; Deus abençoe nossa Pátria querida*) a crença profana (o nacionalismo populista como ideologia: *grande nação, nossa Pátria querida*) para formar um efeito de sentido no qual a cura da doença e a superação da pandemia vão se dar a partir da intervenção divina, com o presidente e seu povo juntos e unidos para formar a grande nação prometida.

A partir das considerações feitas a respeito dessa fala televisionada, podemos apontar alguns fatores que agiram no conflito entre as figuras discursivas atuantes na projeção do enunciador. O primeiro ponto se relaciona à caracterização da imagem de si. A predominância do *ethos* de identificação em detrimento do *ethos* de credibilidade impõe a essa situação de comunicação um contrato no qual a resposta aos anseios e angústias da população foi pensada de modo mais subjetivo que pragmático. Como o pronunciamento é fundamentado nos *ethé* de solidariedade, de chefe e de potência, o discurso deixa de lado as condições enumeradas por Charaudeau (2006a) para que um indivíduo seja julgado digno de crédito. A condição de sinceridade ou de transparência foi perdida, por exemplo, quando Bolsonaro se referiu ao resgate dos brasileiros em Wuhan; quando usou dados imprecisos e incorretos para minimizar

a Covid; ou quando insinuou que os efeitos da doença no Brasil não seriam tão devastadores como na Itália. Já a condição de performance é enfraquecida porque o presidente se coloca “contra tudo e contra todos”, se posiciona contra um consenso científico que dizia, naquele momento, quais deveriam ser as medidas a serem adotadas para o enfrentamento da pandemia. Dessa forma, para os interlocutores que se desconectam desse movimento persuasivo, o sujeito perde os meios de pôr em prática tudo aquilo que anuncia ou promete. Consequentemente, a condição de eficácia, que se refere aos efeitos do cumprimento do que foi prometido, também acaba se esvaindo no processo.

O segundo fator que podemos apontar diz respeito ao *pathos*. Buscar a encenação e a dramatização para persuadir é possivelmente a característica discursiva mais potente desse enunciador. No entanto, as emoções que o político mobiliza em seu discurso parecem acionar mais efeitos de afetos negativos que positivos. Ao discordar do fechamento das escolas, Bolsonaro não apresentou argumentos que justificassem sua discordância e, por isso, se contradisse ao pedir que a população tivesse cuidados com os idosos. Classificou a pandemia como “histeria” e colocou a mídia como responsável por ela, atribuindo culpa a quem noticiava o fato, e não ao fato propriamente dito. Se distanciou da seriedade que o momento exigia ao colocar seu “histórico de atleta” como algo que o impediria de sofrer sintomas graves ao ser infectado pelo vírus. Fez referência direta, de forma irônica e inverídica, a declarações do médico Dráuzio Varella, figura conhecida pela credibilidade e competência conquistada ao longo dos anos. Classificou a doença como “gripezinha” ou “resfriadinho”, desconsiderando as pessoas que ficaram gravemente doentes e, principalmente, aquelas que faleceram. Todos esses pontos provocam efeitos patêmicos que contribuem, entre outros sentidos, para enfraquecer a legitimidade de fato necessária para o político se manter na posição de principal representante da instância de poder dominante.

O terceiro e último ponto que enumeramos está relacionado aos imaginários encontrados no discurso. Os saberes de crença predominam e, dessa forma, distanciam o sujeito dos propósitos que poderiam levá-lo ao cumprimento dos termos de uma situação extraordinária de enunciação. Sem a contribuição dos saberes de conhecimento, os enunciados perdem força de veracidade e os argumentos acabam caindo em um terreno onde o que importa não é o real verdadeiro, mas os julgamentos que procedem do sujeito. Sua argumentação foi construída a partir de informações e dados forjados para parecerem verdadeiros e que levaram em conta um entendimento do problema contrário ao consenso representado pela comunidade científica e internacional. Esses efeitos de sentido demonstraram que, ao imaginar o destinatário (TUD) de suas falas oficiais, o locutor tomou a

decisão de não se dirigir à toda população e desconsiderou, como institutos pré-validantes, os inúmeros segmentos heterogêneos que a constituem. É um discurso no qual Bolsonaro escolheu de maneira mais clara para quem iria falar e pra quem iria abrir mão de falar (dando subsídios para que o debate público sobre a pandemia fosse também envolvido pela polarização assimétrica característica do discurso extremista), uma escolha discursiva que subverteu o contrato de comunicação original e que teve, como consequência, uma reação do TUi que, conforme veremos, pode ser interpretada como uma expressão de recusa à validação das declarações presidenciais.

6.1.5 Pronunciamento sob painéis

Em abril de 2020, quando o novo coronavírus já havia feito algumas centenas de vítimas no Brasil, os pronunciamentos em rede nacional tinham se tornado uma ferramenta de comunicação frequente para o Governo Federal. A fala à nação do dia 8 era a quinta relacionada à emergência sanitária e a quarta desde quando a OMS declarou oficialmente que o mundo enfrentava uma pandemia, em 11 de março daquele ano. Devido ao negacionismo do presidente e à falta de parâmetro nas ações de combate à proliferação da doença, Estados e prefeituras, seguindo recomendações científicas, estavam tomando iniciativas próprias e, por isso, o pronunciamento na TV parece ter sido usado por Bolsonaro para impor sua posição e legitimar seu discurso contrário às medidas de prevenção.

No entanto, àquela altura dos acontecimentos, as narrativas negacionistas vinham caindo em descrédito. As atitudes do capitão para descumprir diretrizes sanitárias, como o distanciamento social, e as declarações que dava, desconsiderando mortes e o sofrimento de quem ficava doente, passaram a ser questionadas e criticadas pela mídia e pela população. De acordo com a *BBC Brasil*¹⁰³, o pronunciamento do dia 8 foi o primeiro no qual o presidente começou o discurso prestando solidariedade às famílias das vítimas da doença. Ter classificado a Covid-19 como uma “gripezinha”, no dia 24 de março, repercutiu muito mal entre a população. Com o início da fase mais aguda das medidas de quarentena pelo país, os painéis contra Bolsonaro começaram a ocorrer simultaneamente às transmissões, tornando-se uma maneira das pessoas expressarem indignação. Em 8 de abril, segundo

¹⁰³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52224256>. Acesso em: 1 maio 2024.

veículos como *Folha*¹⁰⁴ e *Uol*¹⁰⁵, foram registrados protestos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Porto Alegre e Salvador. Os painéis passaram a ser vistos como uma forma de medir a queda da popularidade de Jair, uma vez que estavam ocorrendo, principalmente, em bairros de classe média e alta, onde ele havia recebido apoio em 2018. Ironicamente, essa forma de protesto, que em 2015 e 2016 foi um símbolo da insatisfação com a então presidente Dilma Rousseff, voltou a ser usada em 2020 pelo segmento da população que majoritariamente apoiou o *impeachment* e votou para eleger Bolsonaro.

Além dos painéis, o presidente estava perdendo espaço para o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e andava incomodado com a situação. Conforme uma pesquisa de opinião divulgada na época¹⁰⁶, a aprovação ao trabalho do Ministério da Saúde na pandemia era mais que o dobro da obtida pelo chefe do Executivo. Governadores e prefeitos também foram melhor avaliados que o presidente. No levantamento feito de 18 a 20 de março, a pasta conduzida por Mandetta registrou aprovação de 55%. Na pesquisa de 1º a 3 de abril, o número saltou para 76%, enquanto a reprovação caiu de 12% para 5%. Bolsonaro, em movimento inverso, viu sua reprovação aumentar de 33% para 39% e a aprovação seguir estável (33% ante 35%), assim como a avaliação regular (26% para 25%). Nesse período, o capitão antagonizou-se com o médico em diversas ocasiões. Contrariando a recomendação internacional seguida pelo ministro, o presidente insistiu que o isolamento social não era medida salutar para conter o contágio do coronavírus. Essa divergência foi a principal causa da ameaça de demissão sofrida por Mandetta naquela semana. Entretanto, na quarta-feira, dia do pronunciamento, os dois se reuniram no Palácio do Planalto e, após o encontro, o médico declarou que o “comandante do time” era Bolsonaro¹⁰⁷. Porém, essa diferença entre os dois na forma de lidar com a pandemia voltou a se aprofundar nos dias seguintes e o ministro foi demitido em 16 de abril.

Essas informações servem de referência para entender o contexto da situação de comunicação em que se deu o pronunciamento, que reproduzimos a seguir.

¹⁰⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-e-alvo-de-panelaco-em-meio-a-mais-um-pronunciamento-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em: 1 maio 2024.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UyfEutuXyzE>. Acesso em: 1 maio 2024.

¹⁰⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-e-alvo-de-panelaco-em-meio-a-mais-um-pronunciamento-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em: 1 maio 2024.

¹⁰⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/bolsonaro-pede-volta-ao-trabalho-observadas-as-normas-do-ministerio-da-saude-e-diz-que-medidas-de-isolamento-sao-responsabilidade-exclusiva-dos-governadores.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2024.

Pronunciamento 5 – Pandemia, cloroquina e Páscoa.

Boa noite! Vivemos um momento ímpar em nossa história. Ser Presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas. Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando.

Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do país de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da nação. Todos devem estar sintonizados comigo. Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente.

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente saiamos juntos e mais fortes para que possamos melhor desenvolver o nosso país.

Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia. As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte. Com esse espírito, instruí meus ministros.

Após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, passei a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial. Há pouco, conversei com o doutor Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos. Disse-me mais: que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrependar no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil.

Temos mais boas notícias. Fruto de minha conversa direta com o Primeiro-Ministro da Índia, receberemos, até sábado, matéria-prima para continuarmos produzindo a hidroxicloroquina, de modo a podermos tratar pacientes da covid-19, bem como malária, lúpus e artrite. Agradeço ao Primeiro-Ministro Narendra Modi e ao povo indiano por esta ajuda tão oportuna ao povo brasileiro.

A partir de amanhã, começaremos a pagar os R\$ 600 de auxílio emergencial para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores durante três meses. Concedemos, também, a isenção do pagamento da conta de energia elétrica aos beneficiários da tarifa social, por 3 meses, atendendo a mais de 9 milhões de famílias que tenham suas contas de até R\$ 150. Disponibilizamos 60 bilhões via Caixa Econômica Federal para capital de giro destinados a micro, pequenas e médias empresas e à construção civil. Os beneficiários do Bolsa Família, que são quase 60 milhões de pessoas, também receberão um abono complementar do Auxílio Emergencial.

Autorizamos, ainda, para junho, um saque de até R\$ 1.045 aos que têm conta vinculada ao FGTS. Repatriamos mais de 11 mil brasileiros que estavam no exterior, num esforço capitaneado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa e Embratur.

Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar. Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde. Quando deixar a Presidência, pretendo passar ao meu sucessor um Brasil muito melhor do que aquele que encontrei em janeiro do ano passado.

Sigamos João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!” Desejo a todos uma Sexta-Feira Santa de reflexão e um Feliz Domingo de Páscoa! Deus abençoe o nosso Brasil!¹⁰⁸

¹⁰⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oXq_-TO_Er8&t=21s>. Acesso em: 1 maio 2024.

Essa fala à nação reproduziu a mesma estrutura cenográfica do pronunciamento de 24 de março. O ato de enunciação foi realizado em um espaço delimitado por um fundo azul e pela bandeira do Brasil e o brasão da República. O locutor vestia terno e gravata (com listras nas cores que simbolizam a pátria), encontrava-se sentado diante da câmera e sua performance procurava transparecer um “bem falar”, com o predomínio de um “falar tranquilo”, que pareceu evocar vários *ethé* de identificação. Segundo Charaudeau (2006a), essa vocalidade do “falar tranquilo” contribui para construir uma figura de “soberano paternal”. “Expressar essa força tranquila remete à ideia de que uma pessoa seja capaz de controlar suas pulsões primárias e de que ela alimenta em seu íntimo uma força fora do comum, capaz de se encarregar dos problemas do mundo” (Charaudeau, 2006a, p. 172).

Considerando o contexto do momento em que se deu o pronunciamento, podemos dizer que a escolha do “falar tranquilo” como procedimento expressivo tinha como objetivo construir uma imagem diferente daquela com a qual o presidente perdia popularidade. Além do embate com governadores, prefeitos e ministro da Saúde, Jair não vinha se mostrando empático com as vítimas da Covid-19 e, naquele momento, já colecionava declarações desrespeitosas e episódios polêmicos envolvendo a pandemia. Nas redes sociais, o “gabinete do ódio” comandava ataques diários a adversários e a membros do próprio governo, como o vice-presidente Hamilton Mourão. Ao agir como um *troll* na internet (de acordo com o que vimos no Capítulo 3), Bolsonaro atacou até mesmo o ministro Mandetta. Também divulgou informações falsas sobre a pandemia, como no caso do vídeo da Ceasa-MG¹⁰⁹, que ele apagou de seu perfil depois de a postagem ter viralizado e cumprido o papel de espalhar desinformação e contribuir para o ataque a governadores e prefeitos.

Para conter a crise, Jair adotava diferentes discursos a depender do público para o qual se dirigia. Recorrer ao “falar tranquilo” no pronunciamento era, portanto, uma estratégia para criar a figura de soberano paternal, distinta daquela das redes sociais (onde a personalidade de *troll* era predominante). Essa intenção é demonstrada em todo o discurso do dia 8 de abril e projeta um *ethos* de identificação que busca mostrar-se com imagens de:

¹⁰⁹ No dia 1º de abril de 2020, Bolsonaro publicou nas redes sociais um vídeo gravado na sede da Ceasa, em Contagem (MG), que mostrava um homem não identificado afirmando que as medidas de isolamento social tinham provocado desabastecimento de alimentos no local. Gravada na véspera, a filmagem capturou o momento de limpeza dos galpões e esse era o motivo que justificava estarem vazios, informação que não foi mencionada pelo autor do material. Ainda assim, o presidente usou o vídeo para alegar falsamente a falta de alimentos para abastecer o comércio do país, não foi feita a contextualização da gravação. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/01/bolsonaro-se-desculpa-por-ter-publicado-video-fake-sobre-desabastecimento-na-ceasa-mg.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2024.

- a) chefe (figura de guia, comandante, soberano, autoridade): *“Ser Presidente da República”; “guerra que estamos enfrentando”; “Tenho a responsabilidade de decidir”; “equipe de ministros que escolhi”; “Todos devem estar sintonizados comigo”; “instruí meus ministros”; “Temos mais boas notícias”; “Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros”* etc.
- b) inteligência (mostrar certas intenções, jogo político do ser e do parecer): *“Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas”; “Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias”; “Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos”; “O Governo Federal não foi consultado”; “Quando deixar a Presidência, pretendo passar ao meu sucessor um Brasil muito melhor”*.
- c) caráter (força de espírito, indignação pessoal, coragem, resultado de uma reação a algo ou a alguém, provocação): *“Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver”; “Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos”; “a solução não é a mesma para todos”; “Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia”; “As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença”; “Com esse espírito”*.
- d) solidariedade (demonstra consciência dos sofrimentos e defende as necessidades dos mais pobres): *“Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando”; “Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia”*.

Enquanto o *ethos* de identificação busca essa polivalência de imagens para tentar atingir a maior parcela possível da audiência, o *ethos* de credibilidade, por sua vez, se associa às imagens nas quais o presidente quer mostrar sinceridade, performance e eficácia. Para isso, o sujeito recorre a um “falar verdadeiro” que visa a construir o *ethos* de sério (por meio do falar tranquilo), o *ethos* de virtude (com a ideia de honestidade e franqueza buscada, por exemplo, ao falar sobre a conversa que teve com o médico Roberto Kalil) e o *ethos* de competência (enumerando as ações tomadas pelo governo para apoiar a população). Essas imagens, segundo Charaudeau (2006a, p. 119), “[...] repousam sobre um poder fazer” e, no que se refere à instância política, devem ajudar a figura do governante a se mostrar como detentor do poder. Pelos sentidos contidos na construção dos enunciados, percebe-se que Jair Bolsonaro tem uma necessidade imperativa de se autoafirmar, de se colocar no topo da hierarquia (*“Todos devem estar sintonizados comigo”*) para, com isso, reforçar sua autoridade

e acionar a crença populista segundo a qual ele foi conduzido ao cargo de maior mandatário do país devido a uma “missão divina”.

Com a construção do *ethos*, para dar eficiência aos seus argumentos, o sujeito procura conferir a seu discurso valores, crenças e referências que sejam comuns aos interlocutores envolvidos no processo comunicativo. O poder de persuasão (e de manipulação) deve estar atrelado a ideias e sentimentos com os quais o auditório se identifique e tenha afinidade. Por isso, o ato de linguagem é estruturado em construções simples capazes de firmarem uma conexão entre o sistema doxológico do orador e o da audiência, ou seja, os procedimentos de construção de referências no discurso devem transformar as palavras em ação para que elas assumam a função de convencimento no contrato de comunicação político. Conforme Marques Silva (2020), nesse processo de persuasão, o sujeito precisa organizar seu discurso em torno de provas que o tornem crível, coerente e menos suscetível à contra-argumentação e, dessa forma, forjem uma realidade compatível com a crença e os valores do público.

Assim, de posse do conhecimento dos valores aceitos em dada comunidade, compete ao orador – o líder político nesse caso – trazer para seu discurso elementos afinados ao sistema doxológico da audiência e, para isso, pode se valer de estratégias como a patemização e o apelo ao próprio *ethos*, como provas. Nesse sentido, observamos que, nos discursos políticos, é necessário ao orador fazer valer seu ponto de vista como um imperativo à aquisição e/ou à manutenção do poder e, conseqüentemente, como possibilidade de concretização de seus projetos. (Marques Silva, 2020, p. 14).

A hiper-realidade (o simulacro) que Bolsonaro busca forjar no pronunciamento apoia-se no *ethos* e também nos efeitos patêmicos que ele quer estimular por meio de recursos de encenação e dramatização. No caso desse discurso, podemos visualizar o *pathos* sendo usado como argumento, por exemplo, no trecho em que o presidente relata a conversa que teve com o médico Roberto Kalil:

Há pouco, conversei com o doutor Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a hidroxiclороquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos. Disse-me mais: que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrepender no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil.

O discurso é encenado e personalizado para criar proximidade entre locutor e seu público. Contrapondo-se ao discurso científico com o qual a OMS, prefeitos, governadores e o ministro da Saúde comungavam, o político busca uma experiência particular, uma “conversa sincera” que teve com seu médico, para forjar a imagem paternal necessária em sua estratégia

discursiva de persuasão, na qual o uso na hidroxiclороquina é visto como solução. O sujeito constrói seu argumento respaldado em imaginários, estruturados em saber de experiência, que vão gerar identificação com a crença popular de que a palavra de um médico é digna de crédito e de confiança (“*honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates*”¹¹⁰; “*ministrou o medicamento agora, para não se arrepender no futuro*”), também apela para frases de efeito que buscam o convencimento pela dramatização (“*Todos estão salvos*”; “*decisão poderá entrar para a história*”; “*tendo salvo milhares de vidas*”).

O *pathos* também aparece como estratégia de convencimento quando o ator político, para mostrar que compreende determinada demanda social da população, coloca-se como porta-voz ou seu defensor. É um ato de apropriação que Charaudeau (2016a) classifica como “uma atitude clássica do discurso político”. Segundo o autor, para que a opinião circule na sociedade como uma palavra coletiva, ela precisa se confrontar com outras palavras e se essencializar sob diferentes formas, de modo que as pessoas possam se reconhecer nela. É um “efeito de espelho” criado pelos políticos para que possam “justificar suas declarações ou suas ações”, dizendo que se empenham em pensar pelo povo. No pronunciamento, essa estratégia aparece no trecho “*Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar*”. O enunciador atribui esse sentimento à população, acionando um saber de opinião (crença) que não condiz com a verdade sobre o mundo, mas com um ponto de vista (um julgamento) sobre as verdades do mundo. É um enunciado construído a partir de uma avaliação axiologizada na qual a vivência discursiva do sujeito determina a interpretação. Nesse caso, tal afirmação também não encontra respaldo na opinião pública dada pela instância midiática na semana em que ocorreu o pronunciamento. No dia 6 de abril, o *Instituto Datafolha*¹¹¹ divulgou que 76% dos brasileiros acreditavam que o mais importante era deixar as pessoas em casa naquele momento. Esse dado, além de contradizer o presidente, evidencia a estratégia discursiva de gerar o efeito de espelho para manipular a população.

O discurso possui outras passagens nas quais o presidente infla seus atos e falseia ações do governo, como veremos nos trechos a seguir.

¹¹⁰ O Juramento de Hipócrates é um ato solene e tradicional efetuado pelos médicos quando do término de sua formação acadêmica. Acredita-se que ele tenha sido escrito por Hipócrates – considerado o pai da medicina ocidental – ou por um de seus alunos. Possui o simbolismo de resguardar o compromisso do profissional da medicina em atuar com honestidade no propósito de salvar vidas. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Juramento-de-Hipocrates-1-53.shtml>. Acesso em: 02 maio 2024.

¹¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/para-76percent-mais-importante-neste-momento-e-deixar-as-pessoas-em-casa-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2024.

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração.

Nesse enunciado, ao projetar um *ethos* de inteligência, o sujeito contraria outras declarações que deu naqueles dias. Segundo a agência *Aos Fatos*, uma delas foi proferida no mesmo dia do pronunciamento. Em entrevista ao programa *Brasil Urgente*, da *Band*, Bolsonaro sugeriu ter um decreto pronto para rever decisões de governadores que fecharam o comércio. Outra ameaça semelhante ocorreu em 2 de abril, quando afirmou à rádio *Jovem Pan* que poderia reabrir os estabelecimentos “em uma canetada”¹¹². Além disso, em 20 de março, o presidente editou uma medida provisória que retirava dos Estados a competência para restringir a circulação de pessoas. Quatro dias depois, o STF derrubou a ordem. Já no dia 28 de março, a Justiça Federal ordenou que o governo parasse de promover nas redes sociais uma campanha publicitária cuja *hashtag* era #OBrasilNãoPodeParar. A ação tinha como objetivo incentivar a população a desrespeitar as recomendações de distanciamento social. Na decisão, a Justiça argumentou que a campanha contradizia as recomendações do Ministério da Saúde¹¹³.

Outro fato que desmente Bolsonaro diz respeito à afirmação de que o Governo Federal não havia sido consultado sobre as medidas de isolamento social. Ao contrário do que afirmou o presidente, segundo *Aos Fatos*, o governo foi questionado, ao menos duas vezes, pela Frente Nacional dos Prefeitos, sobre qual era a recomendação oficial para lidar com a pandemia¹¹⁴. A entidade, que reúne políticos da esfera municipal de todo o país, perguntou via ofício, no dia 27 de março, se o Governo Federal orientava as cidades a suspender as restrições de convívio social e, em caso positivo, por meio de qual instrumento oficial. A consulta voltou a ser feita três dias depois, também por ofício. Colocar-se como uma autoridade que “enfrentava inimigos”, por meio da mentira e da manipulação, pode ser visto como um recurso integrante da liturgia discursiva de Bolsonaro. Nesse pronunciamento, ele volta a acionar o efeito de impostura para incorporar esse imaginário populista de que é o líder que se sacrifica pelo povo “contra tudo e contra todos”.

¹¹² Disponível em:

<https://www.aosfatos.org/noticias/em-pronunciamento-bolsonaro-infla-seus-atos-e-falseia-acoes-do-proprio-governo>. Acesso em: 02 maio 2024.

¹¹³ Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/10/340691>. Acesso em: 02 maio 2024.

¹¹⁴ Disponível em:

<https://www.aosfatos.org/noticias/em-pronunciamento-bolsonaro-infla-seus-atos-e-falseia-acoes-do-proprio-governo>. Acesso em: 02 maio 2024.

Após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de Estado de outros países, passei a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial.

Na intenção de forjar sua versão dos fatos, o presidente mente mais uma vez, agora falando sobre a defesa do uso de cloroquina como medicamento eficaz no combate à Covid. Conforme a checagem de *Aos Fatos*, a primeira menção pública que Bolsonaro fez sobre o uso da hidroxicloroquina foi em 19 de março. Esse assunto veio à baila quando o então presidente americano, Donald Trump, requisitou à *FDA* que estudasse o potencial do medicamento no tratamento de pacientes infectados. Portanto, o nome da droga foi citado expressamente por Jair, pela primeira vez, 20 dias antes do pronunciamento, e não 40 como ele afirmou.

Há pouco, conversei com o Dr. Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos.

Essa declaração, além de ser usada como estratégia de persuasão, foi considerada insustentável por *Aos Fatos*. De acordo com o portal, por mais que o médico cardiologista Roberto Kalil Filho, do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo (SP), tenha se tratado com hidroxicloroquina e administrado a droga a outros pacientes, não havia dados que mostrassem que todos foram curados, ou ainda que tivessem tido melhora clínica. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, um dos médicos que atendeu o cardiologista, Carlos Carvalho, afirmou que não era possível determinar se a hidroxicloroquina foi a responsável pela cura de Kalil. O próprio médico, ao se pronunciar sobre o assunto, reforçou que não tomou só hidroxicloroquina, mas também vários outros medicamentos, e que não era possível saber se a droga teve participação efetiva em sua recuperação.

Em seu propósito de forjar uma realidade na qual estava atuando de modo exemplar no combate à pandemia, o sujeito do ato de enunciação buscou diferentes estratégias de persuasão para impor sua versão. Até agora, em nossa análise, vimos que os aspectos discursivos desse contrato de comunicação evidenciaram mais o enunciador político, aquele que comunga com a figura do “Bolsonaro raiz”, que é autêntico, por dizer o que pensa e ser moldado pelas referências da ideologia da extrema direita. Contudo, o momento de descrédito registrado nas pesquisas de opinião e de enfraquecimento de sua legitimidade de fato, materializado pelos painéis, pode ter forçado o sujeito a manter na cena política a figura oficial do enunciador presidente. No pronunciamento de 8 de abril, ela aparece por meio da

busca do “falar tranquilo”, dos elementos sógnicos visuais do contrato e por meio da formação do *ethos* de competência, sustentada principalmente na parte do discurso em que enumera as ações concretas realizadas pela equipe de governo. A apresentação desses feitos começa com “*Temos mais boas notícias*” e segue com a listagem das medidas realmente baseadas em fatos e não nas crenças do político. A retomada dessas informações é uma forma de buscar a credibilidade perdida, reconstruir a imagem de autoridade digna de crédito capaz de recuperar o apoio das forças que sustentam seu *ethos* de autenticidade. O que queremos dizer é que Bolsonaro se sente à vontade para dizer o que diz, atacar adversários, quebrar protocolos e se comportar como *troll* na internet, porque se escora na aprovação popular e sabe que mobiliza suas bases quando gera polêmica e, automaticamente, reforça a polarização política que impulsiona seu discurso. Ver sua legitimidade de fato enfraquecida é, portanto, um sinal de que precisa calibrar seu discurso, equilibrando as influências que moldam a projeção de seu personagem político.

No pronunciamento, o retorno momentâneo à razão para apresentar as medidas concretas tomadas pelo governo é seguido por outra estratégia de manipulação fundamental ao discurso bolsonarista: o apelo ao imaginário da religiosidade manifestado com o saber de revelação. A declaração em rede nacional é finalizada com uma sequência de menções ao discurso religioso, começando pela citação do versículo bíblico de João Evangelista (“*E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!*”), usado como um tipo de mantra por Bolsonaro para construir sua “verdade”, ou seja, dar veracidade a seu discurso falacioso, conforme explicamos no Capítulo 3. O político aproveita a efemeridade da Semana Santa para fortalecer a figura do “soberano paternal”, associando-a a uma imagem complementar: a de representante divino, aquele escolhido como o “Messias” para guiar o povo brasileiro. Esse sujeito, que mistura os sentidos do enunciador político e do enunciador presidente, finaliza sua fala com “*Deus abençoe o nosso Brasil!*” de modo a incorporar o papel de “guia-profeta” (*ethos* de chefe) no qual se torna o fiador do futuro, o porta-voz de um terceiro (o próprio Deus) cuja intenção é se mostrar preocupado com o destino do “nosso Brasil”.

O esforço de voltar à dimensão do real verdadeiro, conjugando-o com esse imaginário do discurso populista, é colocado em cena dentro de um contexto no qual o cenário político e a opinião pública estavam extremamente contaminados pela polarização, com os extremos se posicionando entre aqueles que apoiavam o presidente incondicionalmente e os que já não enxergavam mais em Bolsonaro as condições necessárias para um governante lidar com a crise pandêmica. Essa divergência radical pode ser apontada como geradora de dois sentidos principais relacionados aos pronunciamentos do presidente: o primeiro se recusa a validar o

contrato fazendo com que a SPC não se torne, de fato, um contrato efetivo; o segundo vai na direção oposta e não só valida o contrato como também ajuda a disseminar a realidade forjada pela interpretação do discurso nele contido.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ajuda a comprovar o impacto das declarações oficiais. Realizado no primeiro semestre de 2020, o levantamento¹¹⁵ mostrou que as aparições de Bolsonaro na televisão geraram picos de compartilhamento dos conteúdos que mencionavam as temáticas tratadas pelo presidente. A pesquisa analisou mais de 51,3 milhões de mensagens no *Twitter* e 81,3 mil mensagens de 180 grupos de *WhatsApp* entre os dias 10 de março e 16 de abril, período no qual cinco pronunciamentos oficiais (em 12, 24, 31 de março e 8 de abril) foram realizados. De acordo com o estudo, esses conteúdos disseminaram principalmente mensagens favoráveis ao uso da cloroquina e textos com ataques a governadores e a medidas tomadas por eles para evitar contaminações. A narrativa que correu as redes sociais sustentava uma teoria de que havia uma conspiração global em curso, na qual os governadores estariam inseridos, uma versão forjada da realidade que é bastante pertinente às ideias de globalismo e marxismo cultural defendidas no discurso da extrema direita.

Na contramão dessa percepção, contudo, está o sentido representado pelos painelaços que se sucederam simultaneamente à transmissão dos pronunciamentos oficiais. Eles podem ser interpretados como uma rejeição ao discurso presidencial, ou seja, são um gesto que representa a invalidação do contrato. As falas de Bolsonaro sequer foram ouvidas, porque o presidente teve que concorrer com o barulho ensurdecedor das painelas. O estudo sobre contrato de leitura feito por Emediato (2007), com base nas reflexões de Ghiglione (1984), ajuda a entender como isso pode ser entendido sob a ótica de nossa análise. O linguista aponta que, na situação de leitura de textos monológicos, o contrato efetiva-se, de um lado, quando os parâmetros são suficientemente claros e reconhecíveis para servir de indicadores de tratamento e, de outro, quando o leitor, ao se posicionar, o faz assumindo a atitude de convivência esperada. Dessa maneira, as projeções pré-validantes do sujeito sobre o TU destinatário vão se concretizar. No entanto, conforme o pesquisador ressalta, o interlocutor pode assumir também uma posição na qual ele valida o esquema ou situação de interação, mas não assume a posição esperada pelo sujeito comunicante, invalidando, no momento da recepção, posicionamentos, maneira de falar ou ainda os saberes envolvidos (de crença ou de

¹¹⁵ Estudo da FGV aponta impacto de pronunciamentos de Bolsonaro no compartilhamento de mensagens sobre governadores e remédio experimental. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/estudo-da-fgv-aponta-impacto-de-pronunciamentos-de-bolsonaro-no-compartilhamento-de-mensagens-sobre-governadores-e-remedio-experimental.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

conhecimento). Nessa situação, a reflexão proposta por Ghiglione pode ser aplicada ao nosso problema se pensarmos que os pronunciamentos proferidos sob painéis formaram situações potencialmente comunicativas, mas não se firmaram como contratos de comunicação efetivos, uma vez que, no barulho de batida das painéis, a validação *a priori* pensada pelo presidente não foi concretizada pelo segmento da instância cidadã que sequer se interessou em ouvir o que ele tinha a dizer.

Apesar de proferido sob painéis, o anúncio televisionado em 8 de abril, por conter elementos que mostraram a busca pela calibragem do discurso, como a listagem das medidas objetivas que ajudariam a amenizar os efeitos da pandemia, pode ser enquadrado, dentro do conflito discursivo, como um pronunciamento no qual os sentidos acabaram privilegiando a projeção do enunciador presidente. A declaração se caracterizou por uma mudança de tom nas falas do político, que buscou um discurso mais conciliatório para amenizar a queda de sua popularidade mostrada pelas pesquisas.

6.1.6 A história do Brasil contada por Bolsonaro

Feriado que remete a um episódio simbólico da história do Brasil (o grito de independência dado por Dom Pedro, às margens do Rio Ipiranga, no ano de 1822, em São Paulo), o 7 de Setembro é uma data que foi bastante valorizada no governo de Jair Bolsonaro. Tornou-se uma ocasião para o presidente se autoafirmar e exaltar o imaginário de um “passado militar glorioso” construído a partir de uma versão positivista da história, que não inclui pressupostos da nova história cultural e política, considerados em estudos contemporâneos da historiografia brasileira, como inflexões de cor e raça e participação popular (Malerba, 2005). Em 2020, quando a pandemia seguia forte (ainda sem a vacinação) e a média de óbitos diários no país estava na casa de 784 mortes¹¹⁶, o chefe do Poder Executivo se viu obrigado a cancelar o tradicional desfile cívico-militar realizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Apesar disso, não deixou de desrespeitar as medidas de prevenção contra a Covid, como o uso obrigatório de máscaras faciais e o distanciamento social. Na manhã daquele 7 de setembro, Bolsonaro desfilou em carro aberto, no Rolls Royce conversível da Presidência da República, acompanhado de oito crianças (Figura 15). Realizado nas proximidades do Palácio da Alvorada, o evento contou com a apresentação da

¹¹⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/07/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-7-de-setembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 06 maio 2024.

Esquadrilha da Fumaça (unidade da Força Aérea Brasileira) e atraiu centenas de apoiadores. Ao final da cerimônia, Jair, a primeira-dama e alguns de seus ministros, sem usar máscaras e sem se importar em promover aglomerações, aproximaram-se da multidão para saudar as pessoas¹¹⁷.

Figura 15 – Bolsonaro com crianças no Rolls Royce presidencial.



Fonte: Agência *Associated Press*, foto de André Borges, Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-07/com-criancas-e-sem-mascara-bolsonaro-estrela-7-de-setembro-enxuto-em-brasilia.html>. Acesso em: 06 maio 2024.

O pronunciamento televisivo realizado na noite daquele dia era parte das comemorações do 198º aniversário da Independência do Brasil. Gravado na biblioteca do Palácio da Alvorada, o discurso limitou-se a abordar fatos da história (vistos sob uma ótica militar e positivista), sem fazer menção a outras questões que afligiam o país naquele momento, como a crise econômica ou as quase 127 mil mortes registradas na pandemia. O texto é reproduzido a seguir¹¹⁸.

Pronunciamento 6 – Comemoração da Independência do Brasil.

¹¹⁷ Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-07/com-criancas-e-sem-mascara-bolsonaro-estrela-7-de-setembro-enxuto-em-brasilia.html>. Acesso em: 06 maio 2024.

¹¹⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R4_ANKXzK9Y. Acesso em: 06 maio 2024.

Boa noite! Naquele histórico 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, o Brasil dizia ao mundo que nunca mais aceitaria ser submisso a qualquer outra nação e que os brasileiros jamais abririam mão da sua liberdade. A identidade nacional começou a ser desenhada com a miscigenação entre índios, brancos e negros.

Posteriormente, ondas de imigrantes se sucederam, trazendo esperanças que em suas terras haviam perdido. Religiões, crenças, comportamentos e visões eram assimilados e respeitados. O Brasil desenvolveu o senso de tolerância, os diferentes tornavam-se iguais. O legado dessa mistura é um conjunto de preciosidades culturais, étnicas e religiosas, que foram integradas aos costumes nacionais e orgulhosamente assumidas como brasileiras.

Passados quase dois séculos da Independência, nos quais enfrentou e superou inúmeros desafios, o Brasil consolidou sua posição no concerto das nações. Ainda no século XIX, durante o período do Império, fomos invadidos e agredidos, derrotando a todos. Já no século XX, durante a II Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira foi à Europa para ajudar o mundo a derrotar o nazismo e o fascismo. Nos anos 60, quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.

O sangue dos brasileiros sempre foi derramado por liberdade. Vencemos ontem, estamos vencendo hoje e venceremos sempre.

No momento em que celebramos essa data tão especial, reitero, como Presidente da República, meu amor à Pátria e meu compromisso com a Constituição e com a preservação da soberania, democracia e liberdade, valores dos quais nosso País jamais abrirá mão.

A Independência do Brasil merece ser comemorada hoje, nos nossos lares e em nossos corações. A Independência nos deu a liberdade para decidir nossos destinos e a usamos para escolher a democracia.

Formamos um povo que acredita poder fazer melhor. Somos uma Nação temente a Deus, que respeita a família e que ama a sua Pátria. Orgulho de ser brasileiro!

Adepto contumaz desse instrumento oficial de falar à nação, Bolsonaro estava sem usar a rede nacional desde 8 de abril. Nessa época, ao longo de uma sequência de seis pronunciamentos, entre os meses de março e abril, Jair se tornou alvo de panelaços durante as transmissões e o dispositivo foi temporariamente abandonado. Para a comemoração da Independência do Brasil, no entanto, o recurso voltou a ser usado com o objetivo de envolver a mensagem em um verniz de legitimidade, que é dado somente pelo pronunciamento oficial. Moldar o discurso dentro desse gênero, uma Cena retórica que possui um sentido de poder e autoridade atrelado a ela, é também uma forma de potencializar o processo de significação, conferir uma força de verdade capaz de agir para influenciar e contribuir no êxito das estratégias de persuasão e de manipulação adotadas pelos atores políticos.

Sendo assim, nessa situação de comunicação, percebemos que os termos do contrato que ajudam a construir a imagem do enunciador presidente foram seguidos à risca. Bolsonaro gravou a declaração com antecedência, utilizou um espaço da residência oficial do Poder Executivo, recorreu ao simbolismo da bandeira do Brasil e do brasão da República, vestiu terno e gravata, teve a iluminação do ambiente bem ajustada e procurou se expressar performando o “bem falar” e o “falar tranquilo” característicos de um orador político

competente. Não é que suas falas tenham deixado de parecer mecanizadas, isso ocorre em alguns trechos, mas há um esforço em aprimorar o desempenho de pronúncia das frases, se compararmos o resultado de agora a aqueles apresentados nos pronunciamentos anteriores.

Ao me deparar com esse agenciamento sógnico e o discurso construído associado a ele, no qual Bolsonaro conta resumidamente a história do Brasil sob a ótica que mais lhe agrada, lembrei do romance *1984*, de George Orwell. Na história narrada pelo escritor inglês (a obra foi lançada em 1949, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial), a Grã-Bretanha tornou-se uma província de um super Estado totalitário chamado Oceânia, que é liderado pelo Grande Irmão (*Big Brother*), um líder ditatorial apoiado por um intenso culto à personalidade fabricado pela Polícia do Pensamento. O partido que detém o poder promove, além da vigilância governamental onipresente, o negacionismo histórico e a propaganda estatal constante, buscando perseguir a individualidade e impedir o pensamento independente dos cidadãos. O Ministério da Verdade é encarregado de modificar a história de modo a deixá-la de acordo com a vontade do partido. Edições antigas de jornais e revistas são sempre modificadas, estatísticas alteradas, discursos omitidos e até mesmo o sentido das palavras sofre vigilância.

Quando Bolsonaro relata os fatos históricos do Brasil sob um viés positivista, recorrendo ao mito da democracia racial¹¹⁹, parece-me que uma de suas principais intenções foi impor a sua “verdade”, assim como fazia o Grande Irmão em seu regime totalitário. Existe, nesse discurso oficial, exibido no horário nobre da TV, um sentido intencional de apagamento e silenciamento de outras versões da historiografia (que não nos aprofundaremos aqui por não ser o foco de nosso estudo). Para o presidente, o que importa é reproduzir o discurso que exalta feitos de guerra, mas desconsidera a complexidade política, geográfica, social e econômica que envolve os episódios da história citados por ele. A mensagem foi estruturada por meio de enunciados que sustentam uma visão de mundo que dialoga com a vida que Bolsonaro teve como oficial do Exército e com a formação que recebeu, durante a ditadura, na Academia Militar das Agulhas Negras. É um discurso que se conecta com as ideias neoconservadoras da extrema direita internacional. Conforme vimos no Capítulo 2, o ex-presidente era influenciado por uma cartilha cuja principal lição ensinada era alimentar o imaginário de um passado mítico e grandioso que despertasse na massa despolitizada

¹¹⁹ O mito da democracia racial refere-se a um Estado de plena igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, sexo ou etnia. A origem do conceito está ligada a uma narrativa que ganhou força na década de 1930, segundo a qual o Brasil encontrava uma solução para o problema do racismo na miscigenação. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/16-11-2023/presenca-estrangeira-na-construcao-do-mito-da-democracia-racial-no-brasil>. Acesso em: 06 maio 2024.

sentimentos capazes de convencê-la a apoiar políticos radicais. Esses líderes estariam supostamente empenhados a “lutar pela liberdade”, com o propósito de combater inimigos (o comunismo, a esquerda, o marxismo cultural, a imigração, o politicamente correto, a democracia...) e reconquistar o tal passado idealizado que, de fato, nunca existiu.

Essa conexão com o militarismo e com o discurso neoconservador pode ser percebida na forma como o texto do pronunciamento foi construído. Do início até quase o final, na parte onde o sujeito resgata os episódios da história, a enunciação é feita de forma delocutiva, ou seja, o locutor apresenta o que é dito sob a perspectiva de uma terceira voz para se isentar do conteúdo. De acordo com Charaudeau (2006a, p. 179), “[...] a enunciação delocutiva faz o auditório entrar em um mundo de evidência e, empregada no discurso político, paramenta o orador como se fosse um soberano, pois ele é colocado acima da massa e se faz portador de uma verdade estabelecida”. No caso da transmissão do 7 de setembro, o texto é enunciado por frases impessoais nas quais os interlocutores se mostram ausentes, demarcando a enunciação delocutiva, conforme vemos nesses exemplos: “*o Brasil dizia ao mundo que nunca mais aceitaria ser submisso*”; “*a identidade nacional começou a ser desenhada com a miscigenação*”; “*religiões, crenças, comportamentos e visões eram assimilados e respeitados*”; “*o Brasil desenvolveu o senso de tolerância, os diferentes tornavam-se iguais*”. Os fatos da história foram apresentados no discurso como se fossem saberes de revelação e, sendo assim, não abrem margem para questionamento, já que se referem a um saber absoluto a qual o sujeito se submete.

Nesse sentido, o *ethos* de credibilidade se projeta a partir da figura de sério demonstrada na enunciação delocutiva, no “bem falar”, no “falar tranquilo” e na rigidez do corpo. Já o *ethos* de identificação busca se mostrar pela ideia de potência relacionada às referências históricas de guerra e de conflitos (“*fomos invadidos e agredidos, derrotando a todos*”; “*quando a sombra do comunismo nos ameaçou*”; “*vencemos ontem, estamos vencendo hoje e venceremos sempre*”) e pela imagem de chefe, quando o político pauta seu discurso na defesa de valores como democracia, soberania do povo e identidade nacional (“*reitero, como Presidente da República, meu amor à Pátria e meu compromisso com a Constituição*”; “*A Independência nos deu a liberdade para decidir nossos destinos e a usamos para escolher a democracia*”; “*Orgulho de ser brasileiro*”).

Com a projeção desse *ethos*, o sujeito procura dar tons de dramatização ao seu discurso para sensibilizar a audiência e fortalecer seus argumentos. O pronunciamento é carregado com efeitos patêmicos de medo, indignação, exaltação de valores, vitimização, busca por uma identidade coletiva, que aparecem, por exemplo, em enunciados como “o

Brasil dizia ao mundo que nunca mais aceitaria ser submisso a qualquer outra nação e que os brasileiros jamais abririam mão da sua liberdade”; “quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”; “O sangue dos brasileiros sempre foi derramado por liberdade”.

Notamos que a palavra liberdade é usada diversas vezes no pronunciamento (quatro vezes para ser mais preciso) e isso ocorre porque o discurso bolsonarista dá a ela um sentido e uma carga patêmica nos quais “liberdade” significa não se submeter aos inimigos que ameaçam o projeto autoritário defendido pelo presidente. Liberdade é não se submeter ao politicamente correto, não se submeter aos limites da liberdade de expressão, não se submeter às leis que proíbem o uso de armas de fogo, ter “liberdade” de oprimir quem não se alinha a essas ideias. Ao longo do mandato de Bolsonaro, essa palavra ganhou força, foi associada à ideologia política e econômica do liberalismo e adotada como argumento para que o presidente reforçasse os imaginários mobilizados em seus discursos. Um episódio de abril de 2022 ilustra bem como a ideia de liberdade foi apropriada pelo político para se tornar basilar em suas declarações. Na época, em uma reunião com parlamentares no Palácio da Alvorada, promovida para apoiar o ex-deputado federal Daniel Silveira, que tinha acabado de ser condenado pelo STF pelos crimes de ameaça e incitação à violência contra os ministros do Tribunal, Jair Bolsonaro declarou que “a nossa liberdade não tem preço” e “é mais importante que a nossa própria vida, porque um homem e uma mulher sem liberdade não têm vida”¹²⁰. Dois anos antes, em uma formatura de oficiais da Marinha, a frase já estava sendo usada pelo ex-presidente. “Quando o estado avança sobre interesses e liberdades individuais, dificilmente ele recua. Não deixe que o pânico nos domine. Nossa liberdade não tem preço, ela vale mais que a nossa própria vida”, afirmou na ocasião¹²¹. Em dezembro de 2020, quando essa declaração foi feita, Bolsonaro a usava, principalmente, para criticar as ações de combate à pandemia, como o isolamento social, com as quais ele não concordava. Em outubro de 2022, quando Jair tentava se reeleger, “liberdade” passou a fazer parte de seu lema de campanha (“Deus, pátria, família e liberdade”). A inclusão da palavra (em 2018, o lema era somente “Deus, pátria e família”) foi assunto de uma entrevista feita pelo portal *DW* com Mano

¹²⁰ Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/fala-antiga-de-bolsonaro-sobre-liberdade-ser-mais-importante-que-a-vida-cir-cula-fora-de-contexto,7e6453887742764b9608e2f7e2f6e166ylucenkx.html>. Acesso em: 07 maio 2024,

¹²¹ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4894598-bolsonaro-nossa-liberdade-nao-tem-preco-ela-vale-mais-que-a-propria-vida.html>. Acesso em: 07 maio 2024.

Ferreira, diretor da *Associação Livres* (que promove os valores da ideologia liberal no Brasil). Na época, ele declarou:

No discurso bolsonarista, há a evocação da liberdade para defender o grupo do próprio presidente, mas existe pouco compromisso com a liberdade do outro, de quem discorda. O Bolsonaro traz construções como a ideia de que a minoria deve se curvar à maioria ou desaparecer, um tipo de ideia profundamente antiliberal¹²².

Adotada no discurso do presidente, a palavra “liberdade”, como sinônimo de opressão ao outro que discorda, deixa de fora a liberdade de imprensa, a liberdade sexual e de gênero, o respeito à separação de Poderes e ao sistema de freios e contrapesos da democracia constitucional. Sendo assim, usar “liberdade” no pronunciamento da Independência parece ser uma estratégia discursiva do sujeito para reforçar sua visão de mundo da história e, ao mesmo tempo, apagar as outras visões, escondendo suas reais intenções. Mais uma vez, o jogo do “ser” e do “parecer ser” atuando no discurso político para mascarar aquilo que o líder populista realmente defende. Nesse caso, a dissimulação do sujeito é medida pelo uso da palavra liberdade para se afirmar como defensor da democracia e contra a “radicalização ideológica”, ideias que aparecem no discurso em enunciados como “*a Força Expedicionária Brasileira foi à Europa para ajudar o mundo a derrotar o nazismo e o fascismo*” e “*a Independência nos deu a liberdade para decidir nossos destinos e a usamos para escolher a democracia*”. A patemização funciona como um recurso potente de encenação no qual o sujeito subverte o significado de liberdade com a intenção de se mostrar detentor de valores com os quais, ao longo de sua carreira como deputado e presidente, ele jamais comungou. Conforme afirma Charaudeau (2016a) em *A conquista da opinião pública*, é a manipulação agindo pelo discurso de dramatização, pelo apelo aos sentimentos. A força dos argumentos empregados depende mais de sua carga emocional do que de seu rigor lógico.

A palavra política não tem nada a ver com a verdade absoluta. O que lhe interessa é o movimento das opiniões, repertoriá-las, ver seus pertencimentos de maneira a recuperar algumas, rejeitar outras, criticando-as a fim de impor as suas. Locutor e auditório se acham unidos por uma relação de solidariedade recíproca, em nome das opiniões e dos valores que circulam entre eles. Trata-se, para todo orador político, de utilizar estratégias de “captação”, interpelando o auditório para fazê-lo existir, para tomá-lo como testemunha e implicá-lo numa ação por vir. (Charaudeau, 2016a, p. 88).

¹²² Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/qual-é-a-liberdade-defendida-por-bolsonaro-na-campanha/a-63434977>. Acesso em: 07 maio 2024.

O pronunciamento aciona diversas vertentes de um discurso conservador, militarista e positivista da história (imaginário da tradição e da soberania nacional), que coloca as Forças Armadas como salvadoras da pátria e a Independência do Brasil como um episódio gênese da construção da identidade brasileira. Conforme já dissemos, é um discurso construído em imaginários populistas sustentados por saberes de revelação disfarçados de um saber histórico (científico) para serem interpretados como inquestionáveis. O principal trecho do pronunciamento no qual o sujeito comunicante deixa seu enunciador político prevalecer aparece quando Bolsonaro se refere ao golpe militar de 1964, distorcendo os fatos históricos para exaltar um suposto passado mítico e fazer um paralelo com o presente: *“quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”*. Parece haver nesse trecho uma clara intenção em associar o passado ao presente para dar à eleição de Bolsonaro um sentido de que ela foi, assim como nos anos 1960, uma vitória do povo contra a “ameaça comunista” e tudo o que ela representava nessa estratégia de manipulação orquestrada pelo discurso bolsonarista (*“Vencemos ontem, estamos vencendo hoje e venceremos sempre”*). Com essa fala, o presidente resgata as influências do manuscrito *Orvil* para retomar o discurso que fundamentou seu voto a favor da abertura do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016 (*“Perderam em 64, perderam agora em 2016”*¹²³). Com isso, se mantém alimentando o engajamento polarizador que adotou para se eleger em 2018.

Há, no líder populista, alguma coisa do profeta: um homem providencial, portador de uma mensagem, inspirado por uma voz do além (Deus, uma utopia, uma Idade de Ouro) da qual é a encarnação, anunciador de catástrofes potenciais, mas também de bem-estar futuro (o paraíso, “amanhãs que cantam”), uma promessa de redenção e de libertação do jugo imposto pelas elites, de restabelecimento dos valores tradicionais. (Charaudeau, 2016a, p. 110).

Em seu pronunciamento, Bolsonaro parece querer construir a ideia de que democracia e liberdade só podem ser conquistadas com a intervenção militar e, para isso, é preciso que seu discurso promova o apagamento da história contada sob outras perspectivas. No caso do golpe militar de 1964, a “liberdade” defendida pelo presidente foi conquistada em cima do fechamento do Congresso Nacional, da suspensão das eleições diretas para o cargo de presidente, da imposição de censura à imprensa e à cultura, da prisão, tortura e assassinato de

¹²³ A íntegra do voto de Jair Bolsonaro a favor do *impeachment* pode ser consultada na página 57.

opositores do governo. O discurso populista procura satanizar culpados por meio da figura do “bode expiatório”, que aparece no pronunciamento como sendo “a sombra do comunismo”, a “radicalização ideológica”, “greves”, “desordem social” e “corrupção generalizada”. “Trata-se de construir a figura do inimigo portador de todos os males sofridos pelo povo” (Charaudeau, 2016a, p. 111). Além disso, esse inimigo, para que possa representar uma verdadeira ameaça, deve ser difícil de determinar, “[...] sugerindo que estaria oculto na sombra, como um cérebro calculando suas ações ou um grupo de pessoas não identificáveis fomentando um complô” (ibidem, p. 113).

Bolsonaro procurou despertar o nacionalismo na população, dizendo que a Independência merecia ser comemorada “*nos nossos lares e em nossos corações*”, afirmou defender a *Constituição* celebrando a ditadura. Creio que o pronunciamento foi, de fato, um ato oficial de materialização discursiva do pensamento e da ideologia bolsonarista feito por meio da manipulação de fatos históricos para que pudessem se encaixar no discurso de inspiração fascista. Não há na declaração menção a qualquer ação do governo, anúncio de novos projetos ou referências a programas de governança. Podemos dizer que é uma declaração oficial na qual o principal efeito de sentido buscado pode ter sido promover doutrinação ideológica com a intenção de exaltar um sentimento de identidade nacional e impor a versão da história que melhor se adequa aos imaginários que fundamentam o discurso populista autoritário do presidente.

Exaltar o sentimento identitário é lembrar que o pertencimento é, ao mesmo tempo, uma natureza dada por filiação e um ato de reconhecimento voluntário. Fazer a apologia desses valores é lembrar que eles se inscrevem na história, numa tradição de luta em que se encontram os fundadores ou outros combatentes ilustres (Charaudeau, 2016a, p. 114).

A exaltação dos valores que dizem respeito principalmente à identidade nacional se relaciona também a outro aspecto em que o enunciador político sobressai sobre o presidente. Bolsonaro encerra o discurso declarando que “*somos uma nação temente a Deus, que respeita a família e que ama a sua Pátria*”. Produz, com isso, mais uma vez, o efeito do apagamento e do silenciamento discursivo. O político usa o pronunciamento para dar contornos oficiais a imaginários que são estruturados em saberes de revelação, oriundos de crenças dogmáticas nas quais a fonte de conhecimento é considerada uma “verdade sagrada” que está, contudo, baseada no julgamento do próprio sujeito. Ao colocar o enunciado em primeira pessoa (“*somos uma nação*”), troca a enunciação delocutiva pela elocutiva, passando, dessa forma, a descrever seu ponto de vista subjetivo nas declarações. O emprego do verbo na primeira

pessoa do plural contribui para a projeção do *ethos* de solidariedade com o qual o enunciador procura se colocar na mesma posição da audiência, ou seja, se impõe como porta-voz das crenças da nação e, dessa forma, congrega o “tu/vós”, aquele destinatário imaginado como instituto pré-validante do contrato. A enunciação ainda ganha um valor alocutivo, com essa inserção do interlocutor. É nesse ponto que o enunciador promove, como efeito de sentido do seu discurso, o apagamento daqueles que creem de forma diferente ou não creem, imprimindo em suas falas marcas do discurso fascista e, automaticamente, distanciando-as das regras estabelecidas para as situações de enunciação associadas a esse dispositivo do discurso político democrático.

Além disso, quando o político diz que “respeita a família”, está procurando acionar imaginários integrantes da rede de interdiscursividade bolsonarista, como o pânico moral, que são pilares na mobilização e engajamento dos seguidores. Bolsonaro propaga e defende em seu discurso um conceito de família fortemente atrelado a marcas de religiosidade e moralidade. A construção dos sentidos dentro de sua agenda conservadora associa o significado de família àquele construído biblicamente, no qual o grupo familiar é tradicionalmente formado por um homem (pai), uma mulher (mãe) e os filhos biológicos. Em pleno o século XXI, esse conceito está ultrapassado e esconde preconceitos velados. Os modelos de família são diversos e não se enquadram no que a Igreja diz. Perante a lei, qualquer modelo de família distinto daquele bíblico tem direito a proteções jurídicas e, em um Estado democrático de direito como o brasileiro, a diversidade da constituição familiar não pode ser apagada como intenciona o presidente. Ao silenciar outras crenças e outros modelos de família, o chefe do Executivo busca dirigir sua mensagem a um destinatário ideal (TUD) que dialogue com essas representações sociais de modo que ele possa impor essa visão de mundo que negligencia a diversidade social, sexual e religiosa existente. Os enunciados desse dispositivo ilustram uma situação de comunicação política na qual Jair Bolsonaro, no cargo de presidente, apropriou-se do discurso governamental para propagar, de maneira dissimulada, valores conservadores, intolerantes e reacionários como sendo parte da identidade nacional.

6.1.7 Contra ou a favor da vacinação?

A partir dos últimos meses de 2020, com a iminência da aprovação de uma vacina eficaz no combate à Covid, o mundo passou a aguardar com ansiedade a viabilização dessa solução de forma rápida para a população. A expectativa era a de que, com o imunizante em mãos, países de todos os continentes promovessem campanhas de vacinação em massa, o que

começou a ocorrer no dia 8 de dezembro. Nessa data, o Reino Unido se tornou o primeiro país a iniciar a imunização utilizando a vacina desenvolvida pelo laboratório farmacêutico norte-americano *Pfizer* e pela empresa alemã de biotecnologia *BioNTech*. Os resultados sobre a eficácia desse recurso foram apresentados em novembro e, no mês seguinte, uma senhora de 90 anos, Margaret Keenan, foi a primeira a receber a dose¹²⁴.

No Brasil, a expectativa não era diferente, mas a falta de interesse do Governo Federal em buscar a vacina gerou diversos episódios com polêmicas e embates, principalmente nas redes sociais, nos quais a instância política foi intensamente questionada pelas instâncias adversária, midiática e cidadã. Esperava-se que Jair Bolsonaro adotasse uma postura de estadista para tentar mitigar, em todas as frentes possíveis, as nefastas consequências da pandemia, mas o que se viu, de fato, não foi esse empenho. O capitão adotou um discurso negacionista da Ciência, fundamentado nas influências ideológicas que o moldaram como político da extrema direita, e trabalhou para que a vacinação começasse lentamente no país.

A campanha de imunização do Brasil foi iniciada quarenta dias depois da britânica, em 17 de janeiro de 2021, quando a enfermeira Mônica Calazans recebeu a primeira dose, durante evento realizado em um domingo, no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) (Figura 16). O início da vacinação ocorreu na mesma data em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso emergencial de dois imunizantes: a vacina *CoronaVac*, com 6 milhões de doses importadas da China pelo Instituto Butantan (vinculado ao Governo do Estado de São Paulo), e a vacina *AstraZeneca*, desenvolvida pela Universidade de Oxford (Inglaterra), com 2 milhões de doses importadas da Índia pela Fundação Oswaldo Cruz (vinculada ao Ministério da Saúde)¹²⁵. A aprovação emergencial dos imunizantes abria caminho para que eles passassem a ser produzidos também no Brasil.

¹²⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/08/idosade-90-anos-e-a-primeira-a-ser-vacinada-contracovid-no-reino-unido.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

¹²⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/01/17/relatora-na-anvisa-vota-a-favor-do-uso-emergencial-das-vacinas-coronovac-e-de-oxford.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

Figura 16 – Enfermeira Mônica Calazans: primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil, em 17 de janeiro de 2021.



Fonte: *Estadão Conteúdo*, foto de Aloísio Maurício. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/17/ha-um-ano-sp-vacinava-la-pessoa-contr-covid-no-brasil-veja-o-que-mudou-e-projecoes-para-o-futuro.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

O início da vacinação foi antecedido por uma disputa entre o então governador de São Paulo, João Doria, e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Apesar de terem sido aliados nas eleições de 2018, os dois se transformaram em ferrenhos adversários, principalmente devido à forma divergente de lidar com a pandemia. No mês de dezembro, o governador anunciou que começaria a campanha de imunização de seu Estado em janeiro, ação que acabou pressionando o Governo Federal a se mexer. Após o anúncio do plano, a equipe de Bolsonaro passou a se movimentar para adquirir a vacina da *Pfizer/BioNTech* e chegou a prever o início da imunização no Brasil ainda em dezembro. No entanto, por causa do pedido tardio, o laboratório informou que teria condições de iniciar as entregas somente em janeiro¹²⁶. Meses depois, esse movimento do Executivo em começar a vacinação, além de ter sido uma reação ao anúncio do governador João Doria, foi desmascarado pela CPI instalada no Senado Federal para apurar a omissão de Bolsonaro nas ações de enfrentamento à pandemia. De acordo com o relatório produzido, o Ministério da Saúde rejeitou, em agosto de 2020, 70 milhões de doses da vacina da *Pfizer*. Em depoimento à comissão, ocorrido em maio de 2021, o ex-presidente

¹²⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/12/veja-a-cronologia-da-disputa-entre-bolsonaro-e-doria-em-torno-da-vacina-contr-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

da empresa no Brasil, Carlos Murillo, afirmou que foram feitas seis ofertas de vacina ao governo, mas que os contatos realizados na época foram todos ignorados¹²⁷.

O atraso na compra e obtenção de vacinas pelo Governo Federal e a imposição de escassez à sociedade, com várias interrupções na vacinação, conforme observado por todo o ano de 2021, foi fator que contribuiu decisivamente para o alto índice de novos casos e de mortalidade no país, assim como facilitou o alastramento de novas variantes. As apurações feitas pela Comissão revelaram que, durante a gestão do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e do ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, foram feitas as primeiras ofertas de aquisição preferencial de vacinas, com destaque para o imunizante CoronaVac, da empresa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, e o da Pfizer. Não obstante, as tratativas e a conclusão das negociações do Governo Federal sofreram injustificável e intencional atraso, que impactou diretamente na compra das vacinas e no cronograma de imunização da população brasileira. (Senado Federal, 2021, p. 1276).

A rejeição das 70 milhões de doses relatada na CPI confirmou o que já tinha sido revelado havia dois meses pela *Folha de S. Paulo*, em reportagem publicada em 6 de março de 2021, antes, portanto, do pronunciamento do dia 23. Conforme o jornal¹²⁸, a proposta da *Pfizer* previa a entrega de 1,5 milhão de doses em dezembro de 2020 e o restante ao longo do ano seguinte. Sem a resposta do governo, a empresa voltou a fazer novas ofertas de vacina, mas continuou sendo ignorada. Com o passar do tempo, governos de outros países tomaram o lugar do Brasil e as primeiras doses da *Pfizer* só chegaram em solo brasileiro na noite do dia 29 de abril de 2021¹²⁹.

Essa sucessão de acontecimentos que marcaram o descaso e a lentidão do Executivo em adquirir vacinas fizeram com que a rejeição ao trabalho de Bolsonaro na gestão da pandemia batesse recorde. Segundo a pesquisa do *Instituto Datafolha*¹³⁰ divulgada poucos dias antes do pronunciamento, 54% dos brasileiros viam a atuação do presidente como ruim ou péssima. No levantamento anterior, realizado entre 20 e 21 de janeiro, a reprovação estava em 48%. O índice daqueles que achavam a gestão da crise ótima ou boa também não era favorável a Bolsonaro, tinha caído de 26% para 22%, enquanto a porcentagem de quem via o trabalho dele como regular havia ficado estável, passando de 25% para 24%. Além disso, 43% das pessoas ouvidas achavam que Jair era o principal culpado pela fase aguda da pandemia.

¹²⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/05/13/sobe-para-14-numeros-de-vezes-que-gover-no-bolsonaro-deixou-vacinas-para-la.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

¹²⁸ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/governo-negou-3-vezes-ofertas-da-pfizer-e-perdeu-ao-menos-3-milhoes-de-doses-de-vacina.shtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56930584>. Acesso em: 08 maio 2024.

¹³⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/datafolha-rejeicao-a-bolsonaro-na-gestao-da-pandemia-bate-recorde-e-vai-a-54.shtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

Na data escolhida para a transmissão do pronunciamento, foram registradas 3.158 mortes provocadas pela Covid, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o patamar de mais de 3 mil óbitos diários e se aproximava da marca de 300 mil vítimas fatais¹³¹. Apenas 6% da população tinha se vacinado até aquele momento. Foi em meio a esse contexto de recrudescimento da pandemia que o presidente falou à nação o que reproduzimos a seguir.

Pronunciamento 7 – Vacinação na pandemia.

Boa noite! Estamos no momento de uma nova variante do coronavírus, que infelizmente tem tirado a vida de muitos brasileiros.

Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego. E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome.

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas para todos os estados da federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

Em julho de 2020, assinamos um acordo com a Universidade Oxford para a produção, na Fiocruz, de 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca e liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais. Em setembro de 2020, assinamos outro acordo com o consórcio Covax Facility para a produção de 42 milhões de doses. O primeiro lote chegou no domingo passado e já foi distribuído para os estados. Em dezembro, liberamos mais 20 bilhões de reais, o que possibilitou a aquisição da CoronaVac, através do acordo com o Instituto Butantan.

Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito.

Hoje, somos produtores de vacina em território nacional. Mais do que isso, fabricaremos o próprio insumo farmacêutico ativo, que é a matéria-prima necessária. Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas. Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção nacional vai garantir que possamos vacinar os brasileiros todos os anos, independentemente das variantes que possam surgir.

Neste mês, intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer para a antecipação de 100 milhões de doses, que serão entregues até setembro de 2021. E também com a Janssen, garantindo 38 milhões de doses para este ano.

Quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas. Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população. Muito em breve, retomaremos nossa vida normal.

Solidarizo-me com todos aqueles que tiveram perdas em suas famílias. Que Deus conforte seus corações!

Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros. Somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la. Deus abençoe o nosso Brasil!¹³²

Gravado no Palácio do Planalto, este pronunciamento foi o primeiro sob a orientação do almirante Flávio Rocha como o novo titular da Secom. Apenas em março, Bolsonaro tinha

¹³¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/23/brasil-registra-pela-1a-vez-mais-de-3-mil-mortes-por-covid-em-um-dia.ghtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

¹³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=31cSopj8lXI>. Acesso em: 08 maio 2024.

cancelado três falas que faria na cadeia de rádio e televisão¹³³. Nesses episódios, foi convencido a recuar diante da intenção de usar o dispositivo para criticar medidas de restrição de deslocamento adotadas por governadores e prefeitos. O presidente entendeu que era preciso flexibilizar seu discurso radical diante da queda de popularidade e da fuga de apoio nas redes sociais, sua principal bússola. Soma-se a isso a volta de Lula à arena política, com a anulação de seu julgamento na Justiça Federal determinada pelo STF naqueles dias, e as declarações dadas pelo petista atacando a condução de Bolsonaro no enfrentamento da pandemia¹³⁴. Jair também foi surpreendido com uma fissura no apoio que tinha do empresariado. No domingo, 21 de março, mais de 500 economistas, banqueiros e empresários assinaram e divulgaram uma carta aberta em que pediam medidas mais eficazes para o combate à pandemia. A tudo isso somava-se a crescente insatisfação do “centrão”, grupo político-partidário que representava o principal pilar de sustentação de Bolsonaro no Congresso. Na mesma data do pronunciamento, o presidente deu posse ao médico Marcelo Queiroga, depois de exonerar o general do Exército, Eduardo Pazuello, do Ministério da Saúde. Ao escolher o cardiologista como o quarto titular da pasta, Jair ignorou os nomes indicados pelos partidos de sua base de apoio no Poder Legislativo¹³⁵.

Dessa forma, o discurso do dia 23 de março era uma maneira do presidente reagir às críticas e defender as ações do governo. Sentado atrás de uma mesa, com a bandeira do Brasil e o brasão da República compondo o cenário, o político trajava terno e gravata sociais. A transmissão apresenta características similares a de pronunciamentos anteriores, com cenografia, planos de filmagem e edição pertinentes ao dispositivo. Seu procedimento expressivo busca recursos do “bem falar”, do “falar tranquilo” e também do “falar forte”. Bolsonaro demonstra uma expressão séria, vocalizando as palavras de maneira mais bem articulada (ainda assim mecanizada em algumas passagens), o que ajuda a construir, segundo Charaudeau (2006a), o *ethos* de líder político combativo, dominante e atuante. Essa imagem escora-se na enunciação elocutiva que tem como característica colocar o orador dentro da ação, como um participante ativo do que é relatado. Nesse caso, o presidente quer ser visto como o responsável direto pelas medidas tomadas para adquirir vacinas e, assim, tranquilizar

¹³³ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/em-pronunciamento-bolsonaro-mente-sobre-aco-es-do-governo-na-pandemia-e-agora-diz-que-2021-sera-o-ano-da-vacinacao.shtml>. Acesso em: 10 maio 2024.

¹³⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/em-1a-fala-apos-decisao-do-stf-lula-agradece-fachin-ataca-moro-e-lava-jato-e-se-diz-feliz-com-a-verdade.shtml>. Acesso em: 10 maio 2024.

¹³⁵ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/em-pronunciamento-bolsonaro-mente-sobre-aco-es-do-governo-na-pandemia-e-agora-diz-que-2021-sera-o-ano-da-vacinacao.shtml>. Acesso em: 10 maio 2024.

a população. É um procedimento linguístico que fortalece o *ethos* de político poderoso que o sujeito quer projetar, quando também adota no discurso alguns recursos expressivos do “falar forte”.

Com a credibilidade abalada, devido às denúncias que revelaram a falta de empenho do governo na busca por vacinas, o sujeito busca construir o *ethos* de credibilidade usando o maior número de estratégias discursivas que possam favorecer o objetivo de persuasão. O *ethos* de sério é demonstrado pela expressão sisuda, a rigidez no corpo e o “falar forte”. A imagem de virtude é projetada por meio da transparência e honestidade que Bolsonaro quer conferir a suas ações, intenções que aparecem, por exemplo, nos enunciados: “*desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios*”; “*em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes*”; “*sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina*”; “*intercedi pessoalmente*”; “*somos incansáveis na luta contra o coronavírus*”. São frases nas quais o locutor está ativo e procura mostrar o empenho verdadeiro na resolução dos problemas. Há intenção de construir uma narrativa que valorize o envolvimento do presidente nas ações diretas de enfrentamento à pandemia desde o seu início (“*desde o começo*”, “*em nenhum momento*”, “*sempre afirmei*”). Ao enumerar os meios de garantir a compra de vacinas, Bolsonaro procura formar o *ethos* de competência, acionando sentidos que associam à sua imagem o poder e a experiência necessários para cumprir suas obrigações. É demonstrando ser competente que ele conseguirá alcançar os resultados positivos esperados. A construção desse sentido ocorre por meio de enunciados como “*quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas*”; “*muito em breve, retomaremos nossa vida normal*”; “*estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros*”; “*essa é a missão e vamos cumpri-la*”.

Na busca em formar sua imagem de credibilidade, o sujeito recorre também ao discurso de justificação. Nesse pronunciamento, isso ocorreu porque o político estava sendo confrontado por fatos que contradiziam suas intenções declaradas e, por isso, precisava, naquele momento, criar alegações que o inocentasse das críticas que vinha recebendo. A estratégia de justificação adotada para preservar sua imagem aparece pela negação das acusações. Dessa forma, Bolsonaro alega em seu discurso que está empenhado no enfrentamento à pandemia “*desde o começo*”, que o governo nunca deixou de tomar medidas para combater a Covid (“*somos incansáveis na luta contra o coronavírus*”). Para sustentar suas alegações, lista as medidas tomadas para mitigar a pandemia, dando a elas um valor que não condiz com os fatos da realidade: “*quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo*”; “*em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas*”.

As estratégias para o resgate da credibilidade se misturam com aquelas adotadas para criar o *ethos* de identificação. Os traços de personalidade que o político procura projetar para mobilizar o afeto do público formam um mosaico discursivo que amplia as possibilidades de conexão do político com seu interlocutor. Existe uma predominância do *ethos* de chefe, mas ele aparece projetado se misturando a outras imagens de si, como aquelas formadas pelo *ethos* de caráter, de inteligência e de solidariedade. O enunciador se mostra principalmente como chefe porque é esse o *ethos* que mais se direciona ao cidadão.

Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado. No domínio político, e em um regime democrático, essa relação do um ao outro é marcada pela reciprocidade entre instância política e instância cidadã: o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas. (Charaudeau, 2006a, p. 153.)

No pronunciamento, Bolsonaro assume uma postura diferente daquela radicalizada em que polemiza e ataca adversários, busca uma imagem de conciliador, tomando uma posição “acima do conflito”. Para projetar essa imagem, enumera as ações que estão sendo realizadas (presta contas à população) e pontua que sempre esteve à altura do desafio (“*desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios*”; “*graças às ações que tomamos logo no início da pandemia*”), quer evidenciar que, apesar das críticas que vem sofrendo, situa-se acima das contingências políticas (“*em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes*”; “*sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina*”; “*Somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la*”).

O *ethos* de caráter é acionado pela atitude do enunciador em reivindicar a ação efetiva (“*assinamos um acordo*”; “*liberamos mais 20 bilhões de reais*”; “*intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer*”) para demonstrar uma determinação inabalável (“*Somos incansáveis na luta contra o coronavírus*”). Já a figura do *ethos* de inteligência contribui com a formação do mosaico discursivo dessa imagem de si por meio da dissimulação de certas intenções. Ao realizar um pronunciamento para enumerar as medidas que vão garantir a vacinação, o sujeito comunicante busca um caminho oposto àquele para o qual estava indo. Projeta no discurso o enunciador presidente para esconder seu enunciador político, fazendo parecer que age em favor das vacinas desde sempre (“*Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa*”; “*Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros*”). De modo semelhante, esse enunciador presidente, marcado pelo efeito de impostura, demonstra dissimulação ao expressar compaixão e sentimentos (“*Estamos no momento de uma nova variante do coronavírus, que infelizmente tem tirado a vida de muitos*”).

brasileiros”; “*Solidarizo-me com todos aqueles que tiveram perdas em suas famílias. Que Deus conforte seus corações!*”) para com aqueles que sofrem de modo que consiga (ao menos junto ao seu tu destinatário ideal) constituir o *ethos* de solidariedade, que é, nesse momento agudo do registro de óbitos, essencial na formação de sua imagem de político benevolente. Essa projeção se fortalece quando o sujeito procura demonstrar que, além de estar atento às necessidades dos outros, também partilha e se torna responsável por elas (“*intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer*”; “*Quero tranquilizar o povo brasileiro*”; “*Muito em breve, retomaremos nossa vida normal*”). O sentido de ser solidário visa a transparecer que o político possui consciência das responsabilidades que cabem a ele e a seu governo, é uma postura assumida para evitar que o sujeito tenha a reputação abalada.

Mesmo que o sujeito construa no discurso oficial essa imagem de solidariedade (misturada a certa humanidade) para o enunciador presidente, a falta dela em momentos distintos dessa situação de comunicação parece ter sido enxergada como um dos traços de personalidade mais cruéis do político Bolsonaro (pelo menos diante de uma parte significativa da instância cidadã que não o reelegeu). Mostrar essa imagem de si sem a máscara de humano e solidário (em um momento de crise pandêmica tão agudo) tornou-se, provavelmente, um fator decisivo para manter elevada a avaliação negativa do presidente, enfraquecendo, em alguma medida, sua credibilidade e legitimidade de fato (o que foi demonstrado pelos painéis e xingamentos ocorridos nas transmissões dos pronunciamentos na TV). O discurso que Bolsonaro construiu para esses momentos solenes, nos quais precisava ser visto como autoridade legítima e capaz de dar soluções aos problemas do país, não conseguiu persuadir e manipular integralmente a audiência de maneira que apagasse as incontáveis declarações desumanas que deu em outros contextos dialogais que não exigiram a postura formal da liturgia do cargo. Na verdade, o pronunciamento sobre a vacinação, assim como os demais referentes à pandemia e até mesmo a declaração dada no feriado da Independência (quando painéis também foram registrados), podem ser vistos pelo aspecto da não validação da SPC, ou seja, somente deram ouvidos a Bolsonaro, no sentido de tornar a enunciação um contrato de comunicação efetivo, aqueles segmentos fiéis ao político, como o denominado “seguidores”. A essa altura do mandato, mesmo parte dos “apoiadores” estava vendo o presidente como incapaz de solucionar a crise, uma vez que, naquela semana, uma carta aberta (assinada por mais de 500 representantes do setor financeiro-empresarial) foi divulgada como forma de pressioná-lo.

De acordo com Charaudeau (2006a), o sentimento emocional buscado por meio da imagem de humano e empático é difícil de ser manipulado pois não é necessário, no discurso

político, que o orador se passe por fraco. Pelo contrário, ele precisa saber controlar os sentimentos que demonstra. No entanto, o autor afirma que essa figura do sentimento não deve ser completamente descartada, já que há ocasiões nas quais ela pode aflorar, como em “[...] situações dramáticas que fazem com que os políticos se encontrem no local e dirijam palavras de compaixão às vítimas, manifestando sua própria aflição e prometendo ajuda” (p. 148). Apesar de a pandemia ter sido uma dessas situações de catástrofe a que Charaudeau (2006a) faz referência, o presidente não promoveu atos que homenagearam os mortos, não visitou hospitais e nem atuou pessoalmente em contextos como o enfrentado pela cidade de Manaus (AM), onde dezenas de pessoas morreram pela falta de oxigênio nos hospitais¹³⁶. Bolsonaro seguiu sua rotina de líder populista, quando aparecia comendo pastel em barracas de feira, fazendo apostas em casas lotéricas ou participando de motocicletas pelo Brasil¹³⁷. Além disso, reverberou de maneira profunda na opinião pública as declarações grosseiras que Jair deu ao longo dos meses de sofrimento impostos à população. Em abril de 2020, ao responder um repórter no cercadinho do Palácio da Alvorada, afirmou que “não era coveiro”¹³⁸. Em março de 2021, outra declaração como essa foi dada ao discursar em evento no interior de Goiás: “Nós temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”¹³⁹. Esses são apenas dois dos vários episódios nos quais Bolsonaro demonstrou, de modo grosseiro e espontâneo, o que sentia em relação a quem sofria. Esse discurso, mesmo que, por um lado, tenha sido visto pelos seguidores como uma forma veemente do ex-presidente lidar com a imprensa e, assim, reforçar seu *ethos* de autenticidade, por outro, deu força a gestos de interpretação que criaram o imaginário de um presidente cruel, que não se importou com a população, uma visão que também ficou impregnada a seu *ethos* e com a qual o político jamais conseguiu se desvencilhar.

¹³⁶ Em janeiro de 2021, o caos se instalou no sistema de saúde de Manaus, quando faltou oxigênio nos hospitais. Na época, o Amazonas registrava recorde de internados com Covid e as unidades ficaram superlotadas. Investigações do Ministério Público e da Defensoria Estadual apontaram que mais de 60 pessoas morreram naquele mês por conta do colapso na cidade e outros 500 pacientes tiveram que ser transferidos às pressas para hospitais de outros Estados do Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2024.

¹³⁷ Bolsonaro na pandemia: 5 passeios de moto e nenhuma visita a hospitais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/11/interna_politica,1285581/bolsonaro-na-pandemia-5-passeios-de-moto-e-nenhuma-visita-a-hospitais.shtml. Acesso em: 30 jun. 2024.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 09 maio 2024.

¹³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/05/chega-de-frescura-de-mimimi-frase-de-bolsonaro-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2024.

Contudo, na construção do pronunciamento, é possível perceber a intenção em desconstruir esse imaginário e, até mesmo, negar fatos que contribuíram para formar essa visão. A estratégia discursiva usada nesse propósito foi mobilizar efeitos patêmicos capazes de valorizar perante o público as ações promovidas pelo governo no enfrentamento à pandemia. Para isso, os enunciados foram construídos com a adição de números grandiosos de modo a impactar a mensagem produzida (“*Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas*”; “*100 milhões de doses da vacina*”; “*liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais*” etc.). A dramatização ocorre também por meio de enunciados que buscam gerar interpretações que promovam sentimentos de segurança e confiança nas ações do presidente (“*Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas*”; “*Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção nacional vai garantir que possamos vacinar os brasileiros todos os anos*”; “*intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer para a antecipação de 100 milhões de doses*”). O sujeito busca a patemização para potencializar seus argumentos, surpreendendo a audiência com grandes feitos e procurando estabelecer a adesão por meio da emoção, com o objetivo de afastar as desconfianças que declarações anteriores tinham gerado na população. Parece haver também intenção de dar ao pronunciamento um tom de discurso de promessa, que é usado quando o político quer alterar a crença da opinião pública, manipulando-a. Isso ocorre com o emprego da simplificação, que consiste em conferir aos enunciados fórmulas imagéticas para que adquiram efeito de *slogan*: “*vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros*”; “*somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la*”.

Entretanto, esse esforço da instância política, do sujeito comunicante, em criar conexão pelo *ethos* e pelo *pathos* parece ter sido confrontado pelas demais instâncias do dispositivo (ou parte delas), na medida em que esses participantes do ato de linguagem, como sujeitos interpretantes, percebem que o discurso foi construído sob pilares cuja estrutura de veracidade estava comprometida. Apesar de parecerem estruturados em saberes de conhecimento, os imaginários que ajudam a formar o *ethos* de credibilidade envolvem informações falsas e imprecisas que foram maquiadas para parecerem verdadeiras. Como estratégia de manipulação, essa busca pelo fazer crer talvez tenha contribuído para a ruína da legitimidade de fato que o presidente procurava manter de pé nesse pronunciamento.

A checagem dos dados feita pela agência *Aos Fatos*¹⁴⁰ e outros veículos da imprensa, na época em que se deu a fala presidencial, nos ajuda a desconstruir o discurso a favor da vacinação vocalizado pelo chefe do Executivo, mas formulado por sua assessoria de comunicação, cuja chefia tinha acabado de ser assumida por um militar. Vejamos:

Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego. E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome.

Por afirmar a intenção de tratar os dois assuntos com o mesmo peso, mas, na prática, tomar decisões diferentes, a declaração foi considerada falsa. Ao longo da pandemia, o presidente não tratou os dois temas da mesma forma, minimizando questões sanitárias e de saúde em diversas ocasiões. Bolsonaro usou eufemismos para se referir à Covid-19, chamando-a, por exemplo, de “gripezinha”, como vimos neste capítulo; criticou recomendações de isolamento social; desestimulou o uso de máscaras, aparecendo em eventos e aglomerações sem vestir o acessório; atrasou a compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde; e ameaçou derrubar medidas decretadas por governadores e prefeitos, sendo impedido por uma decisão do STF. Sua prioridade era manter a economia girando e, para isso, determinou extraoficialmente (segundo apurou a CPI do Senado) que a estratégia para lidar com a pandemia fosse a “imunidade de rebanho”, ou seja, deixar que a população circulasse livremente independentemente do número de pessoas que morresse por causa disso.

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas para todos os Estados da federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

Essa declaração foi considerada imprecisa e exagerada pelo portal *Aos Fatos*. Embora o Brasil, naquele dia, fosse o quinto país com o maior número absoluto de vacinados, se o critério utilizado tivesse sido a proporção da população imunizada, o Brasil estaria na 71ª posição, segundo o *ranking* elaborado pela Universidade de Oxford. O Governo Federal também não trabalhou ativamente “desde o início da pandemia” para a aquisição de vacinas, como o presidente sugeriu. Em outubro de 2020, Bolsonaro desautorizou o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de comprar 46 milhões de doses da *CoronaVac*, além de ter

¹⁴⁰ Disponível em:

<https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-repete-mentiras-sobre-aco-es-contr-a-covid-19-em-pronunciamento>. Acesso em: 09 maio 2024.

afirmado que não compraria vacinas da China. Também colocou entraves à aquisição de imunizantes da *Pfizer*, laboratório que tentou negociar a venda de doses em agosto de 2020. A compra só foi efetivada sete meses depois. Além disso, segundo os dados do Ministério da Saúde, naquele momento, era incorreto afirmar que o país tinha 14 milhões de vacinados. Isso porque, em 23 de março, o total de pessoas vacinadas com a primeira dose era 11,4 milhões, um montante 18,5% menor que o informado por Bolsonaro.

Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito.

Essa declaração foi considerada falsa porque Bolsonaro afirmou, mais de uma vez, que não compraria a “vacina chinesa” produzida pela empresa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Em diversas ocasiões, levantou suspeita sobre esse imunizante, como em outubro de 2020, época em que ele e o então governador de São Paulo, João Doria, viviam às turras sobre a forma de lidar com a pandemia. No *Facebook*, chegou a dizer para um seguidor que “o povo brasileiro não seria cobaia de ninguém”, ao se referir à *CoronaVac*. Bolsonaro também colocou entraves à aquisição do imunizante produzido pela *Pfizer*. A justificativa era a de que não concordava com as condições estabelecidas, pois o laboratório não iria se responsabilizar por eventuais efeitos colaterais da vacina. No entanto, essas condições eram as mesmas impostas a outros países. Durante um evento oficial transmitido pelo *YouTube*, em dezembro de 2020, Jair fez uma declaração que se tornou uma de suas falas mais conhecidas contra a vacinação: “lá no contrato da Pfizer, está bem claro: nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema de você”¹⁴¹. Além disso, o capitão recorrentemente questionava a qualidade dos imunizantes e afirmava que eles eram “experimentais”, o que não era verdade, já que todos passaram por etapas de testagem e seguiram protocolos científicos de pesquisa.

Neste mês, intercedi pessoalmente junto à (...) Janssen, garantindo 38 milhões de doses para este ano. Quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas. Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população.

Esse conjunto de declarações foi avaliado como impreciso, conforme a checagem realizada. Apesar do Governo Federal ter assinado, em 19 de março de 2021, contrato para a compra de 38 milhões de doses da vacina produzida pela farmacêutica Janssen, havia dúvidas

¹⁴¹ Disponível em: https://www.youtube.com/live/erGHnpY_Q1w?si=L1lv25zdp4Oo_rmX. Acesso em: 10 maio 2024.

quanto à disponibilidade da empresa em fornecer todos os lotes nos prazos, além da ausência de autorização da Anvisa para uso emergencial do imunizante no Brasil. Na data do pronunciamento, o governo não tinha como garantir a disponibilidade de todas as vacinas (mais de 500 milhões de doses) porque várias delas não possuíam aprovação da Anvisa, etapa obrigatória para a utilização no Brasil. Em nenhum momento, o presidente assinou documentos que previam a liberação do uso sem essa aprovação. Tanto que, no mesmo pronunciamento, o próprio Bolsonaro afirmou que o Brasil adotaria “*qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa*”. Além disso, a entrega de vacinas passava por constantes alterações, os laboratórios não tinham como garantir todas as doses até o fim do ano, como o presidente prometia. Em março de 2021, um dos motivos de insatisfação da população era a lentidão da campanha de imunização. Até aquele momento, o cronograma havia sido revisado seis vezes, com a redução do número de doses previstas no curto prazo, o que provocava insegurança e desconfiança na opinião pública.

Com tantas informações falsas e imprecisas, a fala de Bolsonaro à nação foi recebida, em muitas cidades, sob protestos e pannels¹⁴². O presidente, àquela altura da pandemia, via sua credibilidade enfraquecer, pois não estava mais sendo reconhecido pelas instâncias cidadã (grande parte dela), adversária e midiática como um gestor capaz de dar solução à crise. Tentar enganar a população com um discurso de justificação, baseado em afirmações, números e dados que não tinham respaldo nos fatos da realidade, comprometeu seu *ethos* e deu ao *pathos* uma força que parece ter maximizado a mentira na cena política. O que Bolsonaro promoveu, em seu discurso, apresenta-se de certa forma como projeção de uma realidade simulada na qual ele, como Presidente da República, agia conforme recomendações científicas e buscava cumprir a função constitucional daquele que detém o mais alto cargo do poder republicano. Essa impostura do sujeito comunicante funcionou como tentativa de construir a imagem de presidente e, ao menos naquela situação de enunciação, suplantar a personalidade política autêntica, que não possuía a legitimidade de fato necessária para alcançar a credibilidade com a qual pudesse responder as críticas. O pronunciamento parece ter sido uma maneira para recuperar a confiança perdida e, sendo assim, precisava adquirir uma aparência de verdade fundamental para que o sujeito garantisse a posição dominante que dá a ele poder político.

¹⁴² Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/panelacos-sao-registrados-enquanto-bolsonaro-fala-sobre-vacinas-assist>
a. Acesso em: 10 maio 2024.

A verdade do político é, portanto, uma verdade contingente, vinculada à emergência dos acontecimentos, em um jogo sutil de esconde-esconde, de ser e de parecer, de verossimilhança e de simulacro. Isso, entretanto, não invalida o fato de que exista verdadeiro e falso no discurso político. Por meio da linguagem, se a consideramos um ato que coloca dois sujeitos em uma relação de influência recíproca que instaura a luta por uma posição dominante, o poder é sustentado pela aparência da verdade. Nesse jogo, poder e verdade estão intimamente ligados em uma relação fundadora recíproca: todo poder está baseado em uma verdade, toda verdade funda um poder. (Charaudeau, 2022, p. 50).

Além do que já analisamos, a tentativa de retomar o controle da “verdade” no pronunciamento passa ainda pela projeção do imaginário de um líder que é temente a Deus e recorre a ele para ser conduzido em sua missão (“*Que Deus conforte seus corações*”; “*Deus abençoe o nosso Brasil*”). O sujeito busca todos os recursos discursivos que julga capazes de serem eficazes no propósito de refundar seu poder. Mesmo procurando construir a figura do enunciador presidente, há elementos formadores do enunciador político que o sujeito escolhe não deixar de fora para continuar mobilizando sua imagem de “guia pastoral”. A legitimidade, além de ser um direito institucional reconhecido por lei, é também “[...] o que permite àquele que quer exercer um poder fazê-lo de acordo com uma posição atribuída por uma fonte exterior, mas que se incorpora a ele e é reconhecida por todos” (Charaudeau, 2016a, p. 15). No caso do discurso populista com o qual o sujeito quer se impor, a legitimidade também se ancora na crença coletiva construída por meio da memória discursiva envolvida na situação de comunicação. Esse fator é essencial para que Bolsonaro permaneça acionando o imaginário de líder guiado por uma atribuição divina e se isente das consequências negativas relacionadas à sua atuação como governante. A manipulação orquestrada por esse processo de significação é uma das marcas que validam *a priori* esse contrato de comunicação e um dos fatores que parece ser responsável por manter o bolsonarismo vivo mesmo em um momento tão crítico como o da crise na vacinação.

6.1.8 O último pronunciamento em rede nacional

A fala à nação do dia 31 de dezembro de 2021 foi a última feita pelo presidente usando a cadeia nacional de rádio e televisão. O abandono desse recurso como plataforma de projeção do discurso político presidencial, conforme temos analisado, deu-se porque o contrato de comunicação gerado por meio desse gênero, ao ser invalidado por segmentos da instância cidadã, acabou se tornando um caminho para que a credibilidade de Bolsonaro fosse questionada. Esse enfraquecimento da legitimidade de fato e da imagem de autoridade do presidente como alguém capaz de dar solução para a crise perdurou ao longo dos meses e, no

final do penúltimo ano do mandato, a insatisfação veio novamente à tona por meio dos protestos e gritos de “fora Bolsonaro” e “fora genocida” ouvidos durante a exibição. Transmitido às 20h30, a poucas horas da virada do ano, o pronunciamento foi recebido debaixo de painéis em capitais como Rio de Janeiro, João Pessoa, São Paulo, Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Recife, Belém, Vitória e Belo Horizonte¹⁴³.

Com uma estrutura argumentativa que reproduz aquela do discurso sobre a vacinação, a fala de fim de ano serviu como um compilado em defesa das ações do governo praticadas ao longo de 2021 e nos anos anteriores. O discurso não traz informações novas e repete temas e frases prontas que estavam sendo usadas pelo presidente em outras ocasiões. Essa falta de novidade na temática da declaração presidencial e a desconexão com o momento pelo qual o país passava naquela véspera de réveillon foi justamente o que mais chamou atenção da instância midiática. Gravada no dia 27 de dezembro, na biblioteca do Palácio da Alvorada, a fala do presidente deixou em segundo plano a crise provocada pelas fortes chuvas que atingiram cidades ao sul da Bahia e norte de Minas Gerais. Na data da transmissão, Bolsonaro estava de férias em Santa Catarina, visitando o parque temático Beto Carrero World.

Naquela semana, a indiferença do presidente em lidar com a tragédia climática que assolava milhares de pessoas provocou indignação nas redes sociais. No dia 28 de dezembro, por exemplo, a *hashtag* #BolsonaroVagabundo entrou na lista dos assuntos mais comentados no *Twitter*¹⁴⁴. Jair estava com a família na cidade de São Francisco do Sul desde o dia 27. Lá, foi filmado e fotografado fazendo seguidos passeios de moto aquática (Figura 17), provocou aglomerações na praia (o país ainda enfrentava a pandemia), visitou uma pizzeria e disse a apoiadores que “esperava não ter que retornar antes” do término da folga de fim de ano¹⁴⁵. O retorno dele a Brasília só ocorreu na semana seguinte, em 3 de janeiro. Na data da declaração, a Bahia registrava 24 mortes provocadas pelas enchentes, que também destruíram estradas, inutilizaram estoques de medicamentos e vacinas, afetaram cerca de 629 mil pessoas, deixando mais de 90 mil desabrigadas ou desalojadas. No dia 26, o número de municípios baianos afetados pela situação chegava a 72¹⁴⁶.

¹⁴³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/capitais-tem-panelaco-durante-pronunciamento-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁴⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-provoca-oposicao-e-anuncia-panelaco-a-favor-do-governo.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rbxxhWgOPmU>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁴⁶ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-da-bahia-decreta-situacao-de-emergencia-em-mais-47-cidades-por-enchentes>. Acesso em: 14 maio 2024.

As férias em Santa Catarina foram o segundo período de folga do presidente em dezembro. Às vésperas do Natal, o então chefe do Executivo tinha viajado para o litoral de São Paulo, onde foi filmado por apoiadores dançando *funk* em uma lancha, fazendo passeios de motocicleta e de moto aquática, comendo pastel, pescando em uma ilha e participando de culto evangélico¹⁴⁷. As fortes chuvas estavam acontecendo na Bahia desde a primeira quinzena do mês. Na época, em 13 de dezembro, os dados divulgados pela Defesa Civil do Estado davam conta de mais de 220 mil pessoas atingidas pelos temporais¹⁴⁸. Parlamentares da oposição intensificaram as críticas vindas das redes sociais e cobravam que o mandatário suspendesse os dias de praia para liderar a ajuda diante da tragédia. Toda essa pressão, no entanto, parece não ter abalado o presidente, que seguiu com as férias sem interrompê-las.

Figura 17 – Bolsonaro passeia de moto aquática em uma praia de Santa Catarina.



Fonte: Jornal *O Globo*, foto reproduzida do *Facebook*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/em-santa-catarina-bolsonaro-anda-de-moto-aquatica-pelo-segundo-dia-de-folga-25335172>. Acesso em: 14 maio 2024.

Outro assunto que estava em voga no final de 2021 era a vacinação de crianças contra a Covid-19. No pronunciamento, Bolsonaro se posicionou contra a adoção de passaporte vacinal (medida que obrigaria as pessoas a comprovarem que se imunizaram para acessar determinados locais fechados) e defendeu a prescrição médica para a imunização de crianças

¹⁴⁷ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-viaja-a-santa-catarina-para-passar-o-reveillon-na-praia.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁴⁸ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/bahia-tem-220-mil-pessoas-afetadas-pelas-fortes-chuvas>. Acesso em: 14 maio 2024.

de 5 a 11 anos. Para especialistas, exigir o comprovante de vacinação e facilitar a imunização infantil eram medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia, como estava ocorrendo em vários países do mundo. Todavia, Bolsonaro vinha afirmando que não tomaria a vacina e não imunizaria sua filha Laura, com 11 anos à época¹⁴⁹. Além disso, uma pesquisa do *Instituto Datafolha* divulgada naqueles dias¹⁵⁰ mostrou que, para os brasileiros, Bolsonaro era o pior presidente da história. Foi citado por 48% dos entrevistados, o que refletia a queda de sua popularidade em razão da crise econômica e da má gestão da pandemia.

Essas temáticas eram algumas das que estavam em debate em dezembro de 2021 e formavam grande parte do contexto no qual se deu o último pronunciamento, que foi um dos mais longos realizados pelo presidente (com quase 6 minutos) e segue reproduzido a seguir.

Pronunciamento 8 – Balanço das ações do governo e Ano Novo.

Boa noite! Hoje nos preparamos para o início de um novo ano: o bicentenário de nossa Independência. Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas morais, éticos e econômicos. Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.

Em 2019 aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas. Fizemos ressurgir o modal ferroviário, levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão e passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES.

Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 municípios. Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa “Casa Verde e Amarela” nas três faixas.

Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo. Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia.

Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados.

Para aqueles que perderam sua renda, criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram. O total pago em 2020 equivale a mais de 13

¹⁴⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/na-tv-bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-prescricao-medica-para-imunizacao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁵⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/datafolha-lula-e-melhor-presidente-da-historia-para-51-e-bolsonaro-o-pior-para-48.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo. Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo. Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro. Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!

Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar. Também, como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica. A liberdade tem que ser respeitada!

Desde o início da pandemia falei que deveríamos combater o vírus, cuidar dos idosos e dos com comorbidades e preservar a renda e o emprego dos trabalhadores.

Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.

Adentraremos 2022 com esperança de que tudo volte à normalidade. Já são mais de 800 bilhões de reais contratados pela iniciativa privada, que vão gerar milhões de novos postos de trabalho somente nas áreas de infraestrutura. Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do “fica em casa, a economia a gente vê depois”.

Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais. O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia.

Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.

Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo.

Um excelente 2022 a todos! Que Deus nos abençoe!¹⁵¹

Para este pronunciamento, vimos que a gravação ocorreu dias antes de ser exibida. Houve um planejamento de produção e o cenário definido pela Secom foi, mais uma vez, a biblioteca do Palácio da Alvorada. O presidente veste terno e gravata sociais, usa óculos, está sentado em um ambiente bem iluminado, sem sombras em seu rosto. A edição foi composta com a alteração entre dois planos de filmagem, de modo a pontuar as frases e marcar eventuais mudanças de assunto. Jair foi orientado a usar em sua performance recursos do “bem falar” e do “falar tranquilo” para, entre outras intenções, transmitir a ideia de que é um líder capaz de controlar suas pulsões primárias. Entretanto, a fixidez do olhar na câmera e a falta de vigor na vocalidade do texto mostram uma certa languidez e apatia para enumerar as ações que atribui a seu governo no discurso. Somente quando o assunto envolve a pandemia, o orador se expressa de maneira um pouco mais reativa. O olhar fixo que encara a câmera demonstra que o presidente está concentrado na leitura do *teleprompter* e que, somente assim, conseguirá desenvolver o longo texto que compõe sua fala. É uma desenvoltura sem

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YXcqMI2DTY0>. Acesso em: 14 maio 2024.

naturalidade e insegura que acaba prejudicando a entonação das frases. Se Jair tivesse o desempenho de um bom orador, a declaração poderia ganhar maior força de veracidade por meio de seu procedimento expressivo. O longo pronunciamento acaba ficando enfadonho durante sua execução. Para um espectador atento, pode ser percebida como uma leitura em voz alta, uma vez que o locutor não demonstra esforço para conferir naturalidade à performance. É como se ele estivesse ali cumprindo um protocolo sem parecer à vontade na posição de orador.

Esse esforço do sujeito em se encaixar nas regras do contrato de comunicação procura projetar para o interlocutor o enunciador presidente. No entanto, como é feito de maneira pouco convincente, o resultado da performance pode ser encarado como um aspecto visual que contribui com o processo de rejeição do contrato gerado no ato de enunciação. O enfraquecimento da legitimidade de fato do líder político começa quando o sujeito não consegue construir em seu discurso uma imagem de credibilidade que atenda a três condições: sinceridade, performance e eficácia. Nesse último pronunciamento, conforme veremos, Bolsonaro não conseguiu dizer a verdade, fator que caracteriza a primeira condição, suas promessas ficaram pelo caminho (o que diz respeito à performance) e também não reuniu os meios para alcançar resultados positivos esperados (fator que representa a condição de eficácia). Ainda assim, há elementos que procuram construir o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente necessários para formar a imagem de credibilidade.

A seriedade é buscada a partir do agenciamento sógnico visual, caracterizado pela rigidez no corpo, a roupa que está vestindo, a face menos sorridente, o tom de voz moderado e firme, o uso de palavras e frases simples e claras. No caso do *ethos* de virtude, o sujeito insere em seu discurso enunciados que remetem aos imaginários com os quais seus seguidores se identificam para dar coerência aos princípios políticos que determinam sua linha de pensamento e ideias. Essa busca pela sinceridade e fidelidade para com seus concidadãos aparece em enunciados que repetem representações com as quais o sujeito se atrelou desde a projeção de sua figura política em âmbito nacional, quando do lançamento de sua candidatura à Presidência em 2018. É uma virtude associada à imagem de um homem escolhido para ser responsável por uma missão divina (*“Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos”*), que deve lutar contra a corrupção (*“Completamos 3 anos de governo sem corrupção”*) e preservar os “valores morais da família” (*“Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo”*). O *ethos* de competência aparece, por sua vez, assim como em pronunciamentos anteriores, associado a ações que o sujeito enumera

como feitos importantes do governo (*“Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios”; “aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas”; “concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos”; “Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia”* etc.).

Em relação às figuras projetadas para construir o *ethos* de identificação, o sujeito busca endossar uma imagem ideal com a qual o interlocutor deve se identificar, ou seja, deixar-se levar por um comportamento de adesão baseado na idealização de um político cujos valores de referência inseridos em seu discurso dialoguem com aqueles em que o cidadão funda sua identidade. Ao aderir à figura idealizada de um determinado ator político, o cidadão se projeta nele e, portanto, identifica-se com o que ele diz e demonstra ser e fazer. Em seu último pronunciamento, Bolsonaro procura criar identificação com a audiência resgatando imagens construídas em outros discursos e que foram reiteradas nesse. O *ethos* de caráter, por exemplo, emerge de uma indignação pessoal, de um julgamento que é expressado de maneira veemente, porém moderada. Isso ocorre quando o presidente fala dos investimentos feitos no Brasil e critica as obras que eram financiadas em outros países, resultado de iniciativas econômicas desenvolvidas em governos do PT (*“passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES”*). Esse julgamento que se constitui como uma imagem evocada como um resultado de uma reação a algo ou a alguém também aparece quando o sujeito critica a política de prefeitos e governadores no enfrentamento à pandemia, o que podemos identificar em três passagens: 1ª) *“Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM”*; 2ª) *“mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo”* e 3ª) *“Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do ‘fica em casa, a economia a gente vê depois’”*. Podemos notar que a repetição dessa versão da realidade na qual os males da pandemia não podem ser atribuídos ao presidente confere ao discurso um reforço de sentido para aquela que foi uma das principais intenções de persuasão dos pronunciamentos na TV: a ideia de isentar o líder político soberano da responsabilidade pelos problemas surgidos no país no decorrer de seu mandato. É uma retomada do discurso de justificação usado pelo sujeito para defender sua atuação na crise. Na formação do *ethos* de

caráter, ele emprega estratégias discursivas características do discurso populista: a culpa por consequências negativas sofridas pela população é sempre atribuída aos “inimigos”. Nesse sentido, a oposição, a mídia, os críticos são apontados como uma ameaça à nação e também àquele que fala e age em nome da população. São atores do cenário político democrático que devem ser combatidos e silenciados pelo poder dominante.

A construção do *ethos* de identificação passa também pela imagem de inteligência. No caso de Jair Bolsonaro, essa figura esteve poucas vezes ligada à sua bagagem cultural, origem social ou formação acadêmica, características que Charaudeau (2006a) aponta para a formação deste *ethos*. A imagem de inteligência se revela a partir do comportamento do político, que busca na astúcia a dissimulação para fingir que está indo em uma direção, mas depois toma o caminho oposto. “A astúcia se faz acompanhar sempre por certa dose de embuste, como bem ilustram as fábulas de La Fontaine” (Charaudeau, 2006a, p. 146). O sujeito coloca a máscara do embuste (do impostor) quando afirma, por exemplo, que o seu governo completou três anos sem corrupção, que foi responsável pelas obras de transposição do Rio São Francisco ou que o Brasil foi um “exemplo para o mundo” nas ações de vacinação ao longo da pandemia. Além disso, quando Bolsonaro fala sobre as enchentes que atingiram o país, coloca em jogo a intenção de construir o *ethos* de solidariedade para demonstrar que é consciente do sofrimento de “*nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais*” e também das responsabilidades que o governo possui sobre o fato (“*determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores*”). No entanto, a formação dessa imagem de solidário está envolta por certa dose de impostura, já que, na data do pronunciamento, o presidente passava férias em Santa Catarina e tinha afirmado, naqueles dias, que esperava não ter que interromper seu lazer por conta das chuvas.

Mesmo com esse comportamento diante da catástrofe na Bahia, o presidente intenciona formar no discurso o *ethos* de solidariedade. Essa intenção emerge à medida que o político demonstra se sensibilizar com seus compatriotas. Isso ocorre nos enunciados relacionados à pandemia, tais como: “*Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo*”; “*Para aqueles que perderam sua renda criamos o Auxílio Emergencial*”; e “*mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados*”. Socorrer os mais humildes torna-se, no pronunciamento, a identidade discursiva desse enunciador.

Finalmente, o *ethos* de chefe é mais uma figura formadora da imagem desse político. Bolsonaro procura projetar-se como um guia-profeta (“*Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos*”;

“*Adentraremos 2022 com esperança de que tudo volte à normalidade*”), que é responsável pelo destino dos homens e por assumir a personalidade de um visionário do futuro. Ele procura construir a figura do chefe-soberano, cujo sentido produzido permite ao político fundar sua legitimidade na representação da própria soberania do país e do povo. É uma maneira de “assumir uma posição de fiador dos valores até o ponto de confundir-se com eles” (Charaudeau, 2006a, p. 157). O sujeito recorre ao sentimento de patriotismo e militarismo (“*nos preparamos para o início de um novo ano. O Bicentenário de nossa Independência*”; “*Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários*”; “*temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo*”) para se conectar com o sentido que marca o imaginário da soberania popular e da tradição.

No dispositivo em que se dá o pronunciamento, como o enunciador tem que seguir as regras impostas pelo contrato de comunicação, o *pathos* que alimenta as emoções no discurso político se estrutura a partir dos efeitos de encenação e dramatização que a situação propicia. No caso da gravação feita para o dia 31 de dezembro, notamos que Bolsonaro mostrou apatia e falta de vigor na expressão das palavras e, assim, enfraqueceu as estratégias usadas para provocar efeitos patêmicos na audiência. Apesar disso, o discurso é fundado em enunciados que buscam dramatizar os argumentos de modo a conferir força de veracidade aos sentidos produzidos. Percebemos que a encenação está associada às imagens projetadas pelo *ethos* de identificação de modo que elas formem, juntas, a estratégia populista de manipular espíritos a partir da retomada de uma grave situação de declínio social (“*assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos*”). Nesse sentido, o enunciador se coloca no discurso como um “salvador” que adota frases de efeito para essencializar ideias e formar imagens de si capazes de mobilizar na audiência sentimentos de formação de uma identidade originária que é vista como fundadora dos valores que o líder populista se coloca como porta-voz (“*A liberdade tem que ser respeitada!*”; “*temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo*”). A ameaça a essa identidade forjada pelo discurso passa a ser, então, o que precisa ser combatido. O líder deve ser visto de forma incontestável (“*outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu*”) para poder se opor aos adversários.

Nesse pronunciamento, conforme abordamos ao falar sobre o *ethos* de caráter, os inimigos foram associados aos atores das instâncias adversária, midiática e cidadã que se colocavam em favor das medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia. Há ainda um inimigo onipresente constituído por Lula e o PT, com o qual Bolsonaro precisa se antagonizar para manter a polarização que legitima seu discurso. A menção a esse “inimigo” aparece de

forma velada quando o enunciador compara o Auxílio Emergencial ao Bolsa Família, programa criado no primeiro mandato do presidente Lula, em 2004, e que se tornou um dos principais legados do governo petista. A citação comparativa entre as políticas de transferência de renda surge duas vezes na declaração (*“O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família”; “Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais”*). Parece haver uma necessidade de enfatizar essa ação específica para associar o que é atribuído ao PT a algo ultrapassado e que agora foi melhorado. A argumentação é construída omitindo contextos e informações, dentro da mesma estratégia discursiva usada para a abordagem de outras temáticas. Intencionalmente, o sujeito suprime dos enunciados a complexidade envolvida no que ele afirma com o objetivo de formar na audiência os sentidos de manipulação que busca produzir no discurso.

A condição de simplificação se materializa com a busca dos imaginários comumente mobilizados pela rede de interdiscursividade bolsonarista. Essas representações que formam os pilares do discurso que elegeu Jair Bolsonaro estão todas presentes em sua última fala em rede nacional, como se uma das intenções do presidente tivesse sido resgatar as principais ideologias que o conduziram à vitória de modo a retomar o apoio e a popularidade que vinha perdendo. De acordo com Esther Solano (2019), o político construiu sua candidatura a partir da negação das diferenças e da exaltação de um pensamento único e brutalizado (*“propósitos da maioria que me elegeu”*) moldado por três aspectos enumerados por Moura (2020): 1) destruição do sistema político no imaginário da opinião pública em função da Operação Lava Jato e dos escândalos de corrupção (*“assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos”; “Completamos 3 anos de governo sem corrupção”*); 2) segurança pública como um tema nacional e não mais local ou estadual (*“levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão”*); e 3) necessidade da população votar em alguém novo, um candidato de fora da política tradicional (*“Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019”; “temos um governo que... deve lealdade ao seu povo”*). Além disso, o pronunciamento contempla enunciados direcionados para agradar os quatro núcleos que Goldstein (2019) aponta como as bases que alicerçaram a vitória bolsonarista: o econômico liberal, o militar, o ruralista e o evangélico. Percebemos no discurso que há um predomínio de medidas tomadas seguindo a agenda econômico-liberal, afinal esse é o quesito que mais afeta a vida da população. No entanto, como veremos agora,

vários dos feitos que o presidente lista foram abordados dentro da condição de simplificação usada como estratégia de manipulação e como construção da mentira e da impostura.

Simplificar as ideias não é fácil e comporta um risco. Não é fácil porque as ideias se organizam em sistemas de conhecimentos e de crenças que se misturam e tornam sua exposição complicada. Simplificar é portanto buscar reduzir essa complexidade a sua mais simples expressão. É aqui que surge um risco, o risco de se chegar a uma falsa verdade [...]. Simplificar o raciocínio leva o orador político a deixar o rigor da razão em proveito da força da razão: é mais uma questão de veracidade que de verdade; trata-se de dizer, não o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e que o outro deve acreditar ser verdadeiro. (Charaudeau, 2006b, p. 265).

Ao fazer sua declaração à nação, o presidente baseou grande parte do que disse no que ele (e sua equipe de governo) pretendia dar veracidade. Vejamos alguns desses momentos.

Completamos três anos de governo sem corrupção.

Conforme vimos no Capítulo 2, essa afirmação é parte essencial do imaginário de intolerância à corrupção e antipetismo formado, principalmente, pela Operação Lava Jato e apropriado por Bolsonaro para a eleição de 2018. Também corresponde a um sentido que integra o imaginário de honestidade criado pelo político para construir seu *ethos* de virtude. Trata-se de uma declaração baseada na autoverdade, ou seja, na afirmação do próprio sujeito e somente nela, já que o enunciado não encontra respaldo nos fatos para se sustentar como um saber de conhecimento (aquele que independe do sujeito). É fruto da crença formada pelo bolsonarismo de que o capitão não é corrupto. Na época em que foi dada essa declaração, diversos veículos da imprensa a desmentiram e lembraram os casos de corrupção que Jair e seu governo enfrentavam em dezembro de 2021. Segundo o *site* de notícias *GI*¹⁵², havia, pelo menos, quatro investigações em andamento envolvendo membros ou ex-membros do governo. Uma delas apurava se o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, participou de um esquema de facilitação à exportação ilegal de madeira do Brasil para os Estados Unidos e Europa. Outros dois casos envolviam a compra de vacinas pelo Ministério da Saúde. Segundo a CPI da pandemia, em negociações paralelas houve pedido de propina para o fornecimento de imunizantes da *AstraZeneca*. Além disso, a CGU detectou irregularidades em uma licitação de 3 bilhões de reais do Ministério da Educação para a aquisição de computadores destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O

¹⁵² Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/na-tv-bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-prescricao-medica-para-imunizacao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

portal *Uol*¹⁵³ aponta o “orçamento secreto” como outro caso em que a idoneidade do governo foi posta à prova. Usadas sem transparência, as emendas parlamentares eram utilizadas pelo Poder Executivo para conseguir apoio de deputados e senadores. Também havia suspeitas de corrupção sem relação direta com o governo, mas ligadas à família Bolsonaro e ao partido do presidente. No final de 2021, tanto Flávio quanto Carlos, os filhos 01 e 02, eram investigados pelas práticas de rachadinha e nomeação de funcionários fantasmas que o ex-deputado teria iniciado nos anos 1990. Já o ex-ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, foi acusado de plantar o laranjal do PSL nas eleições de 2018 para desviar verbas públicas cujo destino deveria ter sido o financiamento de campanhas do partido para candidaturas femininas.

Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.

Esse trecho omite e distorce os frequentes episódios de troca de ministros ocorridos ao longo do mandato, alguns já relatados neste estudo. O principal deles (pode ser considerado o mais emblemático) diz respeito ao afastamento de Sérgio Moro, em abril de 2020. O ex-juiz da Lava Jato pediu demissão alegando interferência política de Bolsonaro no comando da Polícia Federal e o acusando de crime de responsabilidade¹⁵⁴. Naquele momento, a saída de Moro representou o desembarque do lavajatismo do governo, um apoio popular e político que foi crucial no desenrolar das eleições. Entretanto, o ex-magistrado acabou voltando a apoiar Bolsonaro em 2022, depois de desistir da candidatura à Presidência e se eleger para o Senado¹⁵⁵. A reaproximação ocorreu no decorrer da corrida eleitoral, porque os dois políticos precisavam se apoiar mutuamente para tentar vencer Lula.

O episódio da saída de Sérgio Moro e a fala de Jair sobre a inexistência de corrupção em seu governo (dita no pronunciamento, mas repetida por ele em muitos outros momentos) estão intimamente relacionados. Por isso, é necessário jogar luz sobre um outro episódio que reforça o imaginário de “honestidade” criado por Bolsonaro. Apesar de a Lava Jato ter preparado o terreno para a ascensão do bolsonarismo, quem deu fim à operação foi o próprio Jair. Em outubro de 2020, em evento no Palácio do Planalto, o político afirmou: “É uma

¹⁵³ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/31/pronunciamento-bolsonaro-ano-novo-2021-2022.htm>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/sergio-moro-deixa-o-governo-bolsonaro>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁵⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2022/noticia/2022/10/05/moro-apoia-bolsonaro-veja-o-que-um-ja-dis-se-sobre-o-outro.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

satisfação que eu tenho, dizer para essa imprensa maravilhosa nossa que eu não quero acabar com a Lava Jato, eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo”¹⁵⁶. Dada em tom irônico, a declaração era um autoelogio e partia de uma estratégia de manipulação feita a partir do procedimento de singularização e essencialização para criar uma “generalização precipitada”, ou seja, uma falácia associada a raciocínios indutivos, que é, conforme Emediato (2016), utilizada para sustentar generalizações indevidas e mentirosas do discurso político. Mesmo que a operação tenha caído em descrédito a partir dos episódios da “Vaza Jato”¹⁵⁷, podemos dizer que o fim da Lava Jato foi o ato mais representativo para enfraquecer as iniciativas de combate à corrupção no governo.

Outra decisão de Bolsonaro, ainda no primeiro ano do mandato, também impactou de forma definitiva a agenda anticorrupção no país. Segundo uma reportagem da *Folha de S. Paulo*¹⁵⁸, ao escolher o advogado Augusto Aras para o comando da PGR, ignorando a lista tríplice oriunda da eleição interna do MPF (com a participação de todo o quadro de procuradores), o ex-chefe do Executivo feriu a independência que o cargo demandava e, dessa forma, blindou-se contra possíveis investigações. O desempenho de Aras no comando da PGR foi marcado por omissões em relação aos crimes do presidente e motivo de muitas críticas no decorrer de seus dois mandatos¹⁵⁹. O advogado foi conduzido ao posto por Bolsonaro duas vezes seguidas, permanecendo como Procurador-Geral da República de 2019 a 2023.

No campo político, o presidente também tratou de se blindar contra processos de cassação e desgaste ao lidar com denúncias de corrupção. Para evitar a abertura de um *impeachment*, Jair ampliou sua base aliada no Congresso por meio da “política do toma lá dá cá”, que foi bastante contestada por ele quando candidato. Com a entrega de cargos e recursos a parlamentares aliados, Bolsonaro pôde sustentar o *ethos* de honesto e permanecer repetindo a generalização precipitada de que não havia corrupção em seu governo.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pc-ADrWSOJs>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁵⁷ Nome dado a uma série de reportagens do portal *The Intercept Brasil* que revelou o vazamento de conversas realizadas pelo aplicativo *Telegram* entre o então juiz Sergio Moro, o então promotor Deltan Dallagnol e outros integrantes da Operação Lava Jato. A divulgação das conversas, em junho de 2019, mostrou que o ex-magistrado cedeu informação privilegiada à acusação, auxiliando o MPF. Nas mensagens, o magistrado cobrava agilidade em novas fases da operação, dava conselhos estratégicos e fornecia pistas informais aos promotores. Essa conduta colocou sob suspeita os julgamentos feitos no âmbito da Lava Jato, como o que condenou Lula. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vaza_Jato. Acesso em: 17 maio 2024.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-provoca-oposicao-e-anuncia-panelaco-a-favor-do-governo.shtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4945302-atuacao-de-aras-a-frente-da-pgr-e-alvo-de-criticas.html>. Acesso em: 16 maio 2024.

Todos esses fatores nos levam a afirmar que o imaginário de “honestidade”, tão bem aceito pelos apoiadores e seguidores do presidente, foi estruturado em um saber de opinião (crença) baseado exclusivamente no julgamento do próprio político. “O saber de crença está no sujeito (in-sujeito), ele procede do sujeito, e a verdade que este último enuncia está nele, ela depende ‘do que se deve acreditar ou do que é bom acreditar’. O sujeito falante retira seu saber de sua própria subjetividade.” (Charaudeau, 2022, p. 31).

Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste.

Usar informações vagas é parte de um artifício do discurso político, uma estratégia de imprecisão adotada para que seja difícil surpreender o orador em erro ou recriminá-lo por ter mentido. É o que ocorre nessa sentença, o orador constrói o discurso em cima de uma informação pouco precisa (“*centenas de obras paradas há vários anos*”). Contudo, ao desenvolver seu argumento, o presidente cita a transposição do Rio São Francisco como exemplo de uma das obras inacabadas. Essa citação que torna o enunciado um pouco mais preciso acaba chamando atenção por expor a estratégia discursiva de manipulação. Ao classificar a transposição das águas como uma ação de seu governo, Bolsonaro optou por ocultar uma informação importante desse contexto: quando assumiu a Presidência, mais de 90% do projeto estava concluído, vários trechos foram inaugurados em governos anteriores. Mesmo tendo sido um longo projeto, que atravessou mandatos, a transposição estava atrasada, mas não “parada há vários anos”. A obra é fortemente ligada ao imaginário dos governos petistas, pois foi idealizada e iniciada no primeiro mandato do presidente Lula, em 2007¹⁶⁰. Citar esse projeto, que visava mitigar os severos efeitos da seca no sertão nordestino, acabou gerando um efeito de apropriação de algo não atrelado ao imaginário político de Bolsonaro. Fazer esse gesto de aproximação com a população do Nordeste (“*Somente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 municípios*”) também era uma maneira de o presidente conquistar mais apoio na região onde foi menos votado em 2018.

Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo. Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro. Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!

¹⁶⁰ Disponível em: <https://transposicaosaofrancisco.com.br/index.php/sobre>. Acesso em: 16 maio 2024.

Conforme vimos na análise do pronunciamento de 23 de março de 2021, tanto a imprensa, quanto a CPI da pandemia mostraram que o Governo Federal foi omissos na busca por vacinas e demorou sete meses para fechar a compra de imunizantes da farmacêutica *Pfizer*. No discurso de dezembro, Bolsonaro ignorou todo esse episódio e as inúmeras declarações negacionistas e antivacinas que deu. Ao simplificar os fatos para encaixá-los em um simulacro onde fosse possível projetar os *ethé* de virtude e de competência (usando a enunciação elocutiva para se colocar como participante ativo responsável pelas medidas, como se as ações tivessem partido dele), o presidente procura reforçar sua legitimidade de fato, por meio do efeito de impostura. Ele precisa construir um imaginário favorável à vacinação que seja condizente com o enunciador presidente projetado no discurso. É preciso vestir uma máscara que camufle o enunciador político antivacina e a favor da cloroquina. O sujeito sabe que depende da aprovação popular para sustentar seu poder político. Busca, para isso, criar efeitos de veracidade, como dizer que a vacinação no Brasil foi “um exemplo para o mundo”, de modo que o discurso encontre os sentidos de persuasão e manipulação que exaltem sua imagem de líder e, assim, reforcem sua legitimidade. Todavia, sustentar essa figura de virtuoso e competente sem levar em conta o contexto da realidade dos fatos, que naquele momento ainda estava vivo na memória coletiva, é deixar de parecer fidedigno e explicitar uma tentativa de enganar e ludibriar o interlocutor. Nessa situação de comunicação, o presidente parece ter sido “pego na mentira” e, por isso, sua declaração enfrentou painéis e protestos. Mais uma vez, a tentativa de se colocar como uma autoridade digna de crédito e detentora do poder dominante acabou provocando efeito contrário.

Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar. Também como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica. A liberdade tem que ser respeitada!

Nesse trecho, fica materializado novamente o negacionismo científico do presidente, mas agora relacionado ao passaporte vacinal e à imunização infantil. Essa postura foi considerada inadequada por especialistas, que avaliaram a obrigatoriedade da apresentação do cartão de vacinação como uma medida importante para a redução de contaminação pela Covid em ambientes fechados. Sobre a vacinação de crianças, na data do pronunciamento, a Anvisa já tinha fornecido todas as informações técnicas necessárias para justificar a necessidade de

imunizar essa faixa etária¹⁶¹. É uma fala que vai de encontro àquela que analisamos anteriormente. Na primeira, Bolsonaro busca agradar a audiência que queria se vacinar, já na segunda defende a “liberdade” para os que não desejam ser imunizados. Essa contradição é um exemplo de como o sujeito busca projetar imagens distintas para persuadir o maior número de indivíduos possível. Como enunciador presidente, Jair precisa se dirigir para a audiência que não o reconhece como um político capaz de exercer o cargo, porém não pode deixar de lado o grupo formado pelos seguidores, que o vê como espelho de seus valores e crenças. É o discurso político buscando figuras distintas para construir o *ethos* de identificação e formar imaginários de crenças que sustentem as estratégias de manipulação. O enunciado projeta o presidente como defensor da liberdade a partir de uma frase com efeito de *slogan* (“*A liberdade tem que ser respeitada!*”), que ilustra a condição de simplificação, segundo a qual uma ideia precisa ser indeterminada para se tornar atrativa e, com isso, conferir dramaticidade ao ato performativo.

Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.

Em relação à economia, Bolsonaro traz para o pronunciamento dados imprecisos que ainda não tinham sido totalizados pelas instituições competentes. Em 2021, de janeiro a novembro, 2,99 milhões de novas vagas foram abertas, mas o resultado de dezembro não havia sido divulgado ainda. Na publicação do número final pelo Ministério do Trabalho e Previdência, um mês depois, o saldo ficou negativo em 265 mil vagas. Com isso, o ano fechou com 2,7 milhões de empregos formais gerados, um quantitativo inferior ao que foi anunciado pelo presidente¹⁶². Da mesma forma, há imprecisão e falta de contexto sobre a quantidade de empresas abertas. Não houve preocupação em esclarecer se o número incluía os microempreendedores individuais (MEIs). Na totalização desse indicador, em fevereiro de 2022, o total de empresas abertas caiu para 4 milhões, sendo 80% delas MEIs¹⁶³. Mesmo que imprecisos, a inclusão de resultados da economia dá lastro ao discurso com o imaginário do

¹⁶¹ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-distorce-dados-e-omite-fatos-na-tv-e-e-alvo-de-palaco-antes-do-reveillon.shtml>>. Acesso: 17 maio 2024.

¹⁶² Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/caged-brasil-gerou-27-milhoes-de-empregos-formais-em-2021>. Acesso em: 17 maio 2024.

¹⁶³ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2022-02/80-das-empresas-abertas-no-pais-em-2021-eram-meis>. Acesso em: 17 maio 2024.

liberalismo econômico e busca projetar, junto à instância de recepção, a figura do economista Paulo Guedes, visto pelo mercado financeiro como fiador do governo Bolsonaro. Há uma busca em recuperar a confiança dos empresários e investidores para forjar o imaginário de que o Brasil tinha superado a pandemia e estava voltando à normalidade (*“Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros”*).

Para aqueles que perderam sua renda, criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram. O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo.

Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais. O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia.

Apesar de serem programas lançados pelo governo Bolsonaro, houve resistência na criação tanto do Auxílio Emergencial, quanto do Auxílio-Brasil por parte do Poder Executivo. Em seu pronunciamento, o presidente se apropriou dessas ações sem considerar os embates ocorridos no desenvolvimento e aprovação das medidas. No início da crise provocada pelo coronavírus, em março de 2020, a equipe econômica pretendia distribuir R\$ 200 aos trabalhadores informais. Bolsonaro não citou as iniciativas do Congresso Nacional para ampliar o valor do Auxílio Emergencial, que só foi alterado para R\$ 600 após o governo ter recebido muitas críticas. A criação desse programa foi uma das medidas que seguraram a aprovação de Bolsonaro na pandemia. Transformar o Bolsa Família em Auxílio-Brasil era parte de um artifício de *marketing* para perpetuar o efeito positivo do Auxílio Emergencial e ainda desvincular o programa de assistência social do imaginário que o associava a governos petistas. Na iminência de iniciar mais um ano eleitoral, Jair precisava vincular sua figura ao imaginário de um presidente benevolente que se importava com os pobres (*“mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes”*; *“O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas”*). Além de buscar forjar essa imagem, o político insistia na dualidade da polarização, comparando as ações que tomava como sendo melhores que as realizadas nos governos do PT (*“antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais”*). Também associou o que aconteceu na pandemia aos adversários, mantendo vivo o conflito que construiu entre ele e seus críticos desde o início da crise sanitária (*“a quebradeira econômica”*; *“abandonados pelos que mandavam fechar tudo”*).

Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.

Conforme falamos na contextualização desse pronunciamento, o presidente foi criticado e cobrado por não ter interrompido as férias para liderar as ações de ajuda às cidades que enfrentavam inundações. Bolsonaro gravou sua fala à nação quatro dias antes da data de veiculação, pouco antes de viajar para o litoral de Santa Catarina. Com isso, seu último discurso em rede nacional ficou fora de contexto, não deu a importância devida para a tragédia que o país enfrentava. O presidente cita que mais de 70 municípios foram atingidos pelas chuvas, mas o número estava desatualizado. No dia 31 de dezembro, 136 cidades baianas estavam em situação de emergência, quase o dobro do informado por ele. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o registro do volume de chuvas na Bahia em dezembro foi o maior dos últimos 60 anos¹⁶⁴. Além de menosprezar a catástrofe, Jair não incluiu em sua fala qualquer palavra para lamentar as mortes ou a situação das centenas de feridos e milhares de desalojados e desabrigados. Ao determinar que os ministros prestassem apoio à população, terceirizou a responsabilidade, isentando-se de participar pessoalmente da ajuda à região. Bolsonaro considerava a Bahia um território “inimigo”, por ter recebido menos votos que Fernando Haddad, em 2018, e porque o governador do Estado era Rui Costa, político filiado ao PT. Ao agir demonstrando certa indiferença, mesmo que sem intenção, o sujeito projetou um enunciador político desinteressado em cumprir as obrigações do cargo presidencial. A questão das chuvas foi colocada em segundo plano. Olhar com mais humanidade para a população baiana era um ato que parecia não integrar a cartilha de conduta bolsonarista, pois, ao fazer isso, correria o risco de produzir um sentido cujo significado poderia ser agir em favor daqueles que classificava como “inimigos”.

Apesar de a proposta do pronunciamento consistir na apresentação de um balanço das ações e medidas realizadas pelo governo (muitas delas citadas de forma distorcida e omitindo o real contexto), o sujeito procura manter o conflito vivo em seu discurso (tanto o discursivo entre as figuras de enunciador, quanto aquele que deve manter viva a polarização). Para manipular a opinião pública, constrói sua fala dramatizando-a com os elementos populistas que alimentavam os imaginários formadores dos gestos de interpretação que intencionava produzir na audiência. Mesmo não estando em período eleitoral, Bolsonaro precisava

¹⁶⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/12/30/com-maior-volume-de-chuva-nas-ultimas-decadas-no-mes-de-dezembro-bahia-tem-desafio-para-reconstrucao-de-cidades.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2024.

potencializar sua mensagem com o discurso característico de seu enunciador político para colocar em prática as estratégias de persuasão e manipulação capazes de revelar sua intencionalidade. O capitão é dependente do conflito para existir a partir de um *ethos* que mistura as imagens de “político” e “presidente” criando uma realidade na qual ele consiga manter sua relevância e poder no debate público. Mesmo no pronunciamento em rede nacional, é preciso alimentar o *ethos* de autenticidade para criar o espelho por onde seus seguidores se veem refletidos. Os imaginários sociodiscursivos são fundamentais na simplificação das ideias e na essencialização dos julgamentos que irão provocar os efeitos de manipulação do processo discursivo.

Os conflitos são, evidentemente, simplificadores do ponto de vista dos julgamentos, das opiniões, dos argumentos que os sustentam e tendem a produzir oposições binárias e maniqueístas. É que qualquer temperança nesses casos, qualquer exame racional das oposições, qualquer troca controlada de argumentos os eliminariam. (Charaudeau, 2016a, p. 10).

A polarização política radicalizada (e assimétrica) fundada antes do mandato bolsonarista e que perdurou ao longo e depois dele dependia das declarações do presidente, da disseminação de mentiras e do discurso de ódio perpetuado principalmente pelas redes sociais para se manter fortalecida. Ao se colocar como missionário divino (“*Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019*”; “*Hoje temos um governo que acredita em Deus*”), Bolsonaro procurava reforçar essa oposição binária e maniqueísta (ligada muito mais à emoção do que à razão) para se blindar das críticas. Como “Messias”, seus atos ou omissões eram parte de uma liturgia governamental que não deveria ser questionada. Por grande parte da instância cidadã, o discurso do ex-presidente era interpretado sob a perspectiva desse imaginário populista, materializado por sentidos vindos de um saber de revelação, sua palavra é a única verdadeira. Além de seduzir seguidores, o discurso buscava produzir significações que colocassem os opositores de Jair como defensores de ideologias, programas políticos ou ações que, na lógica do populismo bolsonarista, estariam contra o que Deus (ou o próprio Bolsonaro) determinou.

6.2 Conflito discursivo e simulacro populista

Concluído o desenvolvimento da análise do *corpus*, vamos agora apontar dois aspectos principais por nós visualizados nos pronunciamentos que poderão ajudar a esclarecer algumas das questões motivadoras de nosso estudo. O primeiro deles refere-se à performance

de Bolsonaro como orador; o segundo relaciona-se aos contornos populistas e autoritários adquiridos pelo discurso nas transmissões.

Em relação ao primeiro aspecto, podemos afirmar que o sujeito, ao se submeter às regras formais do contrato estabelecido para a declaração televisionada, comporta-se de maneira muito distinta daquela demonstrada em outras situações de comunicação. No pronunciamento, não identificamos a transgressão verbal e estética tipicamente adotada pelo político para se projetar como autêntico, popular e antipolítico. Foi mantido o respeito pela liturgia do cargo e, no que diz respeito às normas contratuais do dispositivo, visualmente elas não foram rompidas, a não ser na transmissão da mensagem de Natal, quando a primeira-dama também participou. O cumprimento das normas visuais e verbais do contrato de comunicação ajudou a constituir o enunciador presidente, a instituir marcas pré-validantes da SPC e a conferir uma dimensão institucional à atuação política do capitão. Esse comportamento que observamos ajudou a legitimar seu discurso populista e fortalecer a tese, defendida por seus apoiadores, segundo a qual, mesmo com atitudes e ações autoritárias e antidemocráticas, ele agia “dentro das quatro linhas da Constituição”.

Em um trabalho sobre as marcas do populismo no discurso de Bolsonaro, Thomás de Barros e Miguel Lago (2022) abordam a questão da “transgressão estética” (ausente nos pronunciamentos) como uma das características que o líder populista adota para ocupar a cena pública. Por ser um recurso fundamental na produção de sentidos relacionados ao antagonismo e ao dissenso criado entre “povo” e “elite”, ela quebra tabus e rompe com a ordem estabelecida, ou seja, com a forma “normal” de se fazer política. “O líder populista é ‘malcomportado’” (p. 103). Os autores ponderam, entretanto, que Jair não representava a dimensão populista que inclui grupos subalternizados na política, sua dimensão transgressiva relacionava-se à performance e à identidade por ele representada. “Os gestos de Bolsonaro são construídos como se compusessem uma liturgia da transgressão, que passa primeiro pela vestimenta do presidente, em segundo lugar pelo seu estilo de vida e por fim pelo linguajar falado e corporal a que recorre” (Barros; Lago, 2022, p. 108). Esse rompimento das normas para dessacralizar a função presidencial foi típico das situações nas quais Bolsonaro podia romper o protocolo, como em *lives* no *YouTube*, motocicletas, postagens no *Twitter* e no *Facebook*, manifestações por ele convocadas, encontros com seguidores (como aqueles do cercadinho) e até mesmo em reuniões ministeriais, como a que foi realizada em abril de 2020¹⁶⁵. Nunes e Traumann (2023) afirmam que Bolsonaro é um “produto das redes sociais”.

¹⁶⁵ A reunião de 22 de abril se tornou notória após o STF autorizar sua divulgação, em maio de 2020. O acesso à gravação foi permitido porque o ex-ministro Sérgio Moro apontou a ocasião como um dos momentos em que o

Apesar de ser carismático no sentido weberiano¹⁶⁶, o ex-presidente não lidava bem com a linguagem televisiva.

O uso intensivo de falas editadas, vídeos curtos e memes foi fundamental para construir sua imagem. Não fosse o digital, Bolsonaro enfrentaria várias críticas. Sua presença de palco é insegura. A dicção é ruim, e suas frases muitas vezes se perdem em raciocínios tortuosos. Quando conta algo engraçado, ele ri antes do final da piada. A expressão facial rígida, a fala pouco fluente, com as frases pronunciadas em *staccato* (em notas de curta duração), parecem ser “rejeitadas” pela TV. Já nas *lives* do Facebook, nas tuitadas e na internet, em outros ambientes sem mediação, sua informalidade capta a atenção. (p. 65-66).

No pronunciamento televisionado, quando precisou se adequar à liturgia do contrato, o político mostrou, mesmo que involuntariamente, despreparo para exercer sua função protocolar. Em artigo que analisa a oratória de Bolsonaro nas falas em rede nacional, a especialista Livia Bello destaca alguns aspectos negativos que caracterizavam a vocalidade do ex-presidente. A falta de expressividade e o uso da mesma expressão facial quase todo o tempo da gravação são apontados por ela como pontos fracos da performance.

Ele permanece praticamente todo o tempo com a mesma expressão facial. Quando arrisca um sorriso e um gesto, ambos soam muito artificiais. Um dos desafios dos líderes é gerar empatia. Com uma linguagem não-verbal pouco expressiva, isso passa a ser ainda mais difícil. Por mais que se trate de um vídeo gravado, a expressividade tem um papel fundamental. (Bello, 2020).

O uso excessivo do *teleprompter* para a leitura do texto previamente preparado durante a gravação é outra questão apontada por ela. Esse recurso limita a linguagem não-verbal e, se não for usado com cautela, torna-se o apoio central de uma fala, resultando em uma vocalização mecânica, pouco expressiva e que retém muito menos a atenção do público. “Nada soa natural e esse é um grande erro quanto à oratória” (Bello, 2020). Os pontos negativos que a especialista identifica confirmam o que observamos na análise do *corpus* e ajudam a reforçar o contraste existente na performance de Bolsonaro entre os momentos em que foi obrigatório respeitar o protocolo e aqueles em que transgrediu a ordem estabelecida.

presidente tentou interferir na PF. Durante a reunião, Bolsonaro xingou governadores, disse que não ia esperar que “fudessem” a sua família e ouviu do então ministro Ricardo Salles que era hora de “passar a boiada” em cima do regramento ambiental enquanto a atenção da mídia se voltada para a Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2024.

¹⁶⁶ Conforme abordamos neste capítulo, Weber (2004) acreditava que o carisma é um elemento importante na liderança, pois permite que um líder seja seguido, independentemente de sua posição hierárquica ou de suas qualificações técnicas. O domínio carismático é de caráter comunitário, pois não há, nessa concepção, o conceito racional de competência, sendo o “chefe” seguido pelos seus “discípulos” em função de seu carisma e de suas vocações pessoais.

Buscando criar a imagem de um político contra o *establishment*, que diferia dos outros e dizia o que pensava, ele agia como se estivesse em um botequim falando com a população.

O recurso constante a palavrões e à linguagem chula e violenta pretende mostrar que o presidente não “engole sapos”, que é uma pessoa como outra qualquer, que não consegue esconder sua revolta. Ao contrário dos políticos tradicionais, seria realmente do povo, e não consegue ser dissimulado ou falso. Bolsonaro tem um domínio frágil da língua portuguesa e faz questão de falar de um modo tido como “errado”: conjugando mal, não usando o plural quando deve, projetando assim a imagem de uma pessoa humilde, cujo domínio do idioma não está acima do demonstrado pela maioria do restante da população. A exaltação do “falar errado” se materializa em algumas expressões que se tornaram icônicas, como o “taoquei?”. (Barros; Lago, 2022, p. 109).

Como Cena retórica vinculada a uma situação extraordinária de enunciação, o pronunciamento funciona a partir de normas que impedem que a autenticidade verbal de Bolsonaro seja usada no jogo de manipulação populista e, por isso, o sujeito precisa encontrar estratégias discursivas que não sejam esteticamente transgressoras para poder se impor como o líder dominante. É nesse ponto que está o segundo aspecto central identificado em nossa análise: ao se aproximar do comportamento de políticos tradicionais, Bolsonaro precisa “engolir sapos” para se manter legitimado dentro do sistema democrático, e, por isso, seu discurso nos pronunciamentos oficiais acaba sendo resultado desse conflito que se estabelece entre a exaltação do “falar errado” e o esforço para conseguir se expressar, principalmente, por meio do “bem falar” ou do “falar tranquilo”. Como um dos principais resultados desse confronto, que diz respeito também às construções discursivas que ali se estabeleceram, consideramos que os pronunciamentos podem representar um parâmetro sobre a intensidade a que se chegou o populismo autoritário filiado à extrema direita do presidente. Sabemos que muitas ações relacionadas ao enfraquecimento da democracia foram realizadas de maneira oculta ou só se tornaram públicas após o término do governo bolsonarista, como a questão que envolveu interferência na Agência Brasileira de Inteligência (Abin)¹⁶⁷ ou o caso da apropriação de joias pertencentes ao patrimônio público¹⁶⁸. Por isso, o parâmetro de medida

¹⁶⁷ Durante o governo Bolsonaro, a Abin foi usada para espionar autoridades públicas, políticos, servidores e jornalistas considerados “desafetos” pelo ex-presidente e também para monitorar ilegalmente pessoas que se relacionavam com os filhos dele. Por meio de um *software* que monitorava a localização de cidadãos em território nacional, tecnologia que foi importada de Israel, o governo utilizava o programa, sem qualquer protocolo oficial, para controlar registros telefônicos de até 10 mil pessoas a cada 12 meses. Esse monitoramento sem previsão legal só foi descoberto em 2023, após investigação da PF.

¹⁶⁸ Em julho de 2024, a PF indiciou o ex-presidente por crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro pela venda ilegal de joias dadas como presente ao governo do Brasil pelo governo da Arábia Saudita. A comercialização dos itens de luxo foi feita por auxiliares do gabinete da Presidência e parte do valor obtido, segundo o inquérito, foi incorporado ao patrimônio pessoal de Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/08/em-inquerito-enviado-ao-stf-pf-diz-que-houve-associacao-criminosa-para-desviar-joias-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2024.

que propomos leva em conta uma dimensão institucional do discurso político a qual todas as instâncias do dispositivo tiveram acesso. Com base na análise que fizemos, acreditamos poder visualizar como os pronunciamentos representaram momentos de maior e menor intensidade no avanço do discurso populista adotado por Bolsonaro ao longo de todo o seu mandato.

Apesar de buscar tornar efetivo um contrato formatado para o dispositivo político da democracia constitucional, o ex-presidente imprimiu a seu discurso sentidos que fizeram suas falas transgredirem a ordem estabelecida. Essa transgressão, conforme vimos na análise, ocorreu não da forma estética mostrada por Barros e Lago (2022), mas de maneira discursiva. Se, por um lado, Bolsonaro não se expressou de forma vulgar e agressiva; por outro, ele recorreu aos imaginários formadores de seu jeito “autêntico”. Seu discurso, além de ter sido majoritariamente moldado pela rede de interdiscursividade bolsonarista, recorreu a estratégias de persuasão e manipulação para gerar efeitos de sentido que legitimassem fatos e narrativas não compatíveis com o real verdadeiro. Emergiu dos pronunciamentos as representações e características discursivas da extrema direita e, por isso, é que propomos usar as considerações da análise como um recurso para visualizar o avanço de falas políticas antidemocráticas.

Para podermos ilustrar como isso ocorreu, precisamos delimitar, primeiramente, os imaginários mais comuns ao discurso populista; na sequência, verificar se eles aparecem nos enunciados dos pronunciamentos; em seguida, pontuar se houve, dentro das estratégias de persuasão e manipulação, o efeito de impostura, recurso no qual o sujeito comunicante coloca em cena um enunciador (eu-locutor-personagem) que distorce informações e usa dados falsos ou imprecisos para que se passem, no discurso, por dados verdadeiros; finalmente, considerar se prevaleceu o enunciador político ou o enunciador presidente em cada uma das oito declarações televisivas analisadas. Por meio dessas três características, julgamos ser possível avaliar o grau de populismo e manipulação dos pronunciamentos. De modo a tornar mais ilustrativo os momentos onde a escalada do discurso populista foi maior, vamos atribuir pontuação a essas três características, cujo peso será distribuído da seguinte forma: um ponto para cada imaginário populista identificado; um ponto caso o sujeito tenha recorrido ao efeito de impostura; e um ponto se considerarmos que prevaleceu no pronunciamento o enunciador político. Com isso, teremos um parâmetro para visualizar, com maior clareza, os aspectos relacionados ao populismo e à manipulação que apontamos estarem presentes em nosso *corpus*. Nessa escala, zero corresponde a uma declaração dentro do que se espera que o agente político diga na Cena retórica e cinco equivale ao nível máximo de transgressão do contrato, ou seja, quando o discurso recorreu aos três imaginários do populismo (segundo veremos

adiante) e às duas características que enumeramos, de modo a potencializar as estratégias de manipulação usadas para criar um simulacro ou uma hiper-realidade.

No desenrolar de nosso gesto analítico, vimos que é justamente no momento da *mise-en-scène* que o sujeito se depara com o conflito discursivo existente entre as influências que formam o “personagem” encenado por Bolsonaro. Por isso, olhar para a sua identidade discursiva, estruturada com base nesse confronto entre os elementos caracterizadores do enunciador político e do enunciador presidente (este sendo usado para mascarar aquele), parece ser um aspecto discursivamente poderoso que decidimos adotar nessa abordagem. O enunciador projetado a partir desse conflito carrega uma roupagem responsável por adequar o *ethos* pré-discursivo do sujeito ao processo de pré-validação do contrato. Imagine, por exemplo, se Bolsonaro aparecesse na TV vestindo uma camisa de time de futebol e usando um linguajar chulo para fazer os anúncios oficiais, a quebra do contrato ocorreria antes mesmo que a gravação do pronunciamento ocorresse. Além disso, ao construir esse “personagem” (procedimento que é intrínseco ao discurso político), vimos que o sujeito ultrapassou as intenções de persuadir e agiu vestindo a máscara de impostor, elemento que só entra em cena, segundo Charaudeau (2022), quando o objetivo do orador é a manipulação da audiência. O verdadeiro é ocultado e o parecer é apresentado como verdadeiro. Por representar o rompimento do contrato, consideramos que o efeito de impostura também precisa ter seu “peso” somado à escala do discurso populista de Bolsonaro, pois, assim, envolvemos na construção dessa abordagem os dois fluxos de análise que apresentamos no percurso metodológico.

Para delimitar os imaginários associados ao populismo, devemos considerar que há inúmeros trabalhos e teorias, desenvolvidos em áreas de estudo distintas, que abordam a questão, sendo que alguns deles foram citados nesta pesquisa. Aliás, um dos aspectos que resgatamos em capítulos anteriores é como o populismo está conectado a sintomas e táticas de regimes extremistas, sendo uma espécie de antessala para o fascismo. Contudo, para tornarmos os resultados mais objetivos, levaremos em conta nessa etapa as contribuições que Charaudeau (2016a) apresenta para definir os imaginários populistas do discurso político. De acordo com o autor, o populismo é, antes de tudo, “uma questão de discurso”, já que, na democracia, todo discurso político é por definição demagógico, na medida em que procura a aprovação do povo e se empenha em adulá-lo, tranquilizá-lo ou arrebatá-lo numa esperança de bem-estar social.

Tendo por finalidade a conquista da opinião, o discurso político é encenado segundo uma dramaturgia cujos componentes já descrevemos anteriormente: denúncia de um mal social de que o povo é vítima, estigmatização dos responsáveis e promessa de uma reparação desse mal, defendendo certos valores e propondo meios de concretizá-los, mas o faz “aumentando-os”, pois explora um terreno semeado de crise social (desemprego, insegurança, injustiça), no qual desaparecem as grandes referências identitárias que criam o vínculo social: a nação, a identidade, a autoridade. O discurso populista se constrói, pois, sobre esses três pilares da dramaturgia política, mas centrado num líder carismático que exacerba suas características: o líder se apresenta como salvador, o mal toma ares de catástrofe, às vezes apocalíptico, para fazer sentir ao povo sua condição de vítima, os responsáveis são satanizados em culpados, os valores são exaltados por seu efeito identitário. (Charaudeau, 2016a, p. 107).

Essa concepção do discurso populista, já explorada em nossa pesquisa, caracteriza-se, então, pelos seguintes imaginários: 1) vitimização do povo (insistir sobre a perda de soberania do povo-cidadão, do enfraquecimento da identidade nacional, da perda de civismo, da decadência moral generalizada); 2) líder soberano providencial (emerge como alguém carismático, visionário, capaz de romper com o sistema, uma espécie de salvador bíblico a quem o povo deve aderir de maneira cega, pois ele é seu único representante legítimo); e 3) satanização dos culpados (trata-se de construir a figura do inimigo portador de todos os males sofridos pelo povo, o bode expiatório que permite à coletividade se libertar de seus próprios erros). Ao listarmos esses três imaginários, definimos de maneira mais objetiva o que estamos considerando como marcas do populismo no discurso dos pronunciamentos.

Seguimos agora, então, para a apresentação de um quadro onde podemos visualizar as características que balizam nossa proposição. Vejamos:

Quadro 2 – Análise dos pronunciamentos: critérios para aferição do populismo.

Populismo de extrema direita e efeito de impostura no discurso oficial				
Data e temática do pronunciamento	Há imaginários populistas? Quais?	Ocorreu efeito de impostura?	Qual enunciador prevaleceu?	Pontuação
20/02/2019 Reforma da Previdência	não	sim	presidente	1
23/08/2019 Queimadas na Amazônia	sim: líder soberano	sim	político	3
24/12/2019 Balanço do primeiro ano de mandato e Natal	sim: vitimização, líder soberano	sim	político	4

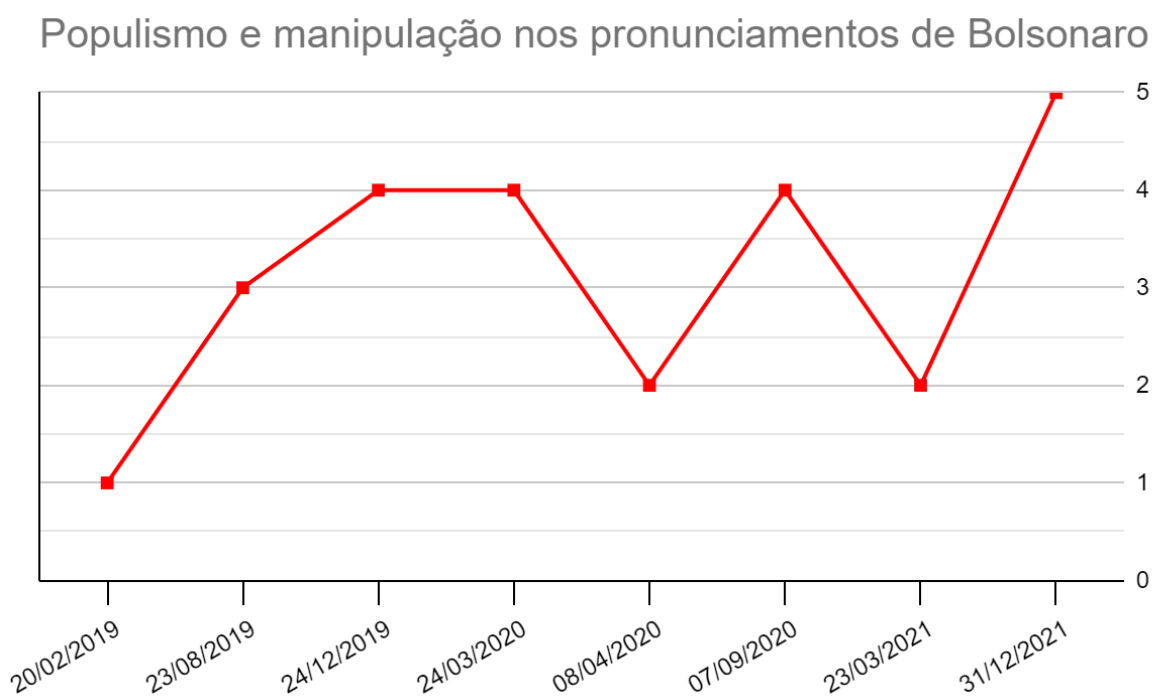
24/03/2020 Pandemia e medidas de combate ao coronavírus	sim: vitimização, líder soberano e satanização dos culpados	não	político	4
08/04/2020 Pandemia, cloroquina e Páscoa	sim: líder soberano	sim	presidente	2
07/09/2020 Comemoração da Independência do Brasil	sim: vitimização, líder soberano, satanização dos culpados	não	político	4
23/03/2021 Vacinação da pandemia	sim: líder soberano	sim	presidente	2
31/12/2021 Balanço das ações do governo e Ano Novo	sim: vitimização, líder soberano, satanização dos culpados	sim	político	5

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa pontuação atribuída a cada pronunciamento, se apresentada em formato gráfico, pode ser melhor visualizada. Tanto o quadro quanto o gráfico que aqui propomos não tem rigor matemático, nossa intenção é ilustrar, de forma mais didática, o comportamento discursivo do presidente no decorrer de seu mandato. Conforme explicamos, em nossa escala, atribuímos um ponto a cada imaginário identificado; um ponto para o efeito de impostura; e mais um ponto caso o enunciador político tenha prevalecido no ato de enunciação, porque é essa a principal projeção na qual o sujeito se mostra associado ao discurso da extrema direita, é uma identidade que busca ecoar o “Bolsonaro raiz” e, por isso, imprime maiores contornos populistas ao discurso. O enunciador político é caracterizado, principalmente, por: explorar as imagens formadas com o *ethos* de identificação; recorrer a recursos emocionais para dar contornos patêmicos ao discurso; basear sua argumentação em saberes de crença e de revelação; misturar esses elementos em estratégias que simplificam, generalizam e distorcem informações para dar aos enunciados sentidos de “parecer verdadeiro” que, assim, poderão se conectar às instâncias pré-validantes imaginadas para a concretização do contrato de comunicação. Essas regularidades discursivas frutos de nosso gesto analítico não funcionam de modo isolado e dependem das articulações que se estabelecem entre si no processo de

enunciação. Aqui elas são apresentadas de forma mais delimitada somente por uma questão didática e metodológica.

Figura 18 – Incidência do populismo de extrema direita no discurso oficial.



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da Figura 18, podemos fazer algumas considerações. Enquanto no primeiro pronunciamento, em fevereiro de 2019, identificamos apenas uma das variantes discursivas que consideramos no gráfico; no último, em dezembro de 2021, o nível de populismo e manipulação chegou ao seu patamar mais alto. A declaração sobre a reforma da Previdência foi caracterizada pelo *ethos* de credibilidade, com a predominância de saberes de conhecimento e imaginários ligados às ideias de liberalismo econômico e justiça social. Foi uma fala marcada pelo seu pragmatismo em iniciar uma campanha governamental de convencimento da população sobre a necessidade da reforma, com a intenção de agradar o núcleo econômico-liberal formado pelos apoiadores de Bolsonaro. É um pronunciamento construído sobre a dramaturgia do discurso político, no qual os elementos que exageram a encenação (para aproximá-la de um tom populista) não foram vistos de maneira predominante. Por exemplo, o presidente não citou Deus na declaração, se colocou como chefe/guia, mas não como líder providencial. Tal característica contrasta com a forma como

esse imaginário aparece na transmissão feita para o Ano Novo. Nesta, pelo contrário, Jair já inicia o discurso dizendo: *quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019*.

Observamos também que houve uma escalada do discurso populista e manipulatório no decorrer do primeiro ano do mandato. Parece que Bolsonaro foi se adaptando à posição de chefe do Executivo e, à medida que ficou mais à vontade, “esticou a corda”. No pronunciamento sobre as queimadas na Amazônia, colocou-se como líder soberano e deixou emergir em suas falas as convicções e referências de seu enunciador político, recorrendo ao efeito de impostura. Da mesma forma, na transmissão feita para o Natal, além de procurar manipular, incluindo na cena a primeira-dama, acionou o imaginário da vitimização para retomar o discurso da campanha que o elegeu.

Esse patamar de populismo e manipulação, que atingiu o nível 4 já no primeiro ano do mandato, só arrefeceu em dois pronunciamentos (08/04/2020 e 24/03/2021), que representam momentos de extrema impopularidade e desaprovação da gestão governamental. O país enfrentava a pandemia, quando o caos se instalou na saúde e milhares de pessoas morreram, o que obrigou o político a calibrar seu discurso para conseguir dialogar com as demais instâncias da democracia. Contudo, apesar do enfraquecimento de sua credibilidade como governante, o arrefecimento do discurso populista foi momentâneo. Ao final de 2021, o presidente, vendo sua popularidade esvaír, decidiu apostar, mais uma vez, no endurecimento do discurso manipulatório e, para isso, colocou em cena elementos linguísticos, aspectos discursivos e ideológicos que contribuíram para estabelecer sua figura política como a maior representante do tecnopopulismo no Brasil.

Ao atingir o nível máximo, o discurso no pronunciamento agiu para estabelecer um simulacro no qual a conduta de Bolsonaro e o seu governo foram colocadas como exemplares no enfrentamento à pandemia. O sujeito ainda parece ter agido com impostura ao se solidarizar com as vítimas dos temporais que causaram destruição na Bahia, enquanto passava férias em Santa Catarina, onde afirmou não querer interrompê-las devido à catástrofe. Nesse sentido, o entendimento de Marques Silva (2020) vem corroborar nossas considerações sobre a ação do discurso oficial de Bolsonaro na formatação de uma hiper-realidade construída para preservar seu poder dominante.

[...] entendemos que os discursos políticos, dada sua natureza de editar a realidade conforme a ideologia e os objetivos pragmáticos (em termos de adesão às teses postuladas) daquele que o pronunciam, procedem a acabamentos dessa realidade por meio da construção de simulacros, da manipulação de signos e de valores que lhes façam parecer (e ser) sempre a melhor (quando não a única) alternativa para a conquista do bem-estar social. (p. 18-19).

Ao assumir a postura de chefe do Executivo no pronunciamento, Bolsonaro, como locutor-pessoa, projetou um enunciador que alterna entre duas identidades, a de político e a de presidente, para botar em prática estratégias de manipulação sustentadoras de sua posição como instância detentora de poder. A fala em rede nacional é importante porque representa um contrato no qual não é necessário reagir empiricamente ao interlocutor e, sendo assim, o sujeito pode construir a imagem de si que melhor lhe convier a depender do contexto situacional. O político usou o pronunciamento como um dispositivo para a legitimação de um simulacro, em que se dirigiu ao público a quem ele deve satisfação e também àquela audiência com a qual ele precisou impor seu *ethos*. Dessa forma, estabeleceu contratos que potencializaram e legitimaram o discurso populista autoritário filiado à extrema direita.

6.3 Ameaça à democracia?

Vimos em nosso gesto analítico que Jair Bolsonaro perdeu credibilidade ao elevar o nível de populismo e manipulação em seus pronunciamentos, passando a enfrentar panelaços e xingamentos durante as transmissões. Apesar de sua autoridade e legitimidade de fato terem se enfraquecido no período em que fizemos as análises, sua força política voltou a crescer em 2022, com a proximidade das eleições e sua aposta no discurso de extrema direita e nas estratégias de comunicação digital por ele adotadas. Entretanto, parece que o crescimento desse apoio só não foi maior, a ponto de dar a ele a reeleição, devido à lógica da polarização assimétrica, entre outros fatores. Em um ambiente radicalizado, uma contracorrente também se empodera para combater a corrente dominante, a partir da redução do peso das posições ideológicas individuais e do fortalecimento da ideia de que é preciso se unir para vencer um “mal maior”. Para isso, as diferenças são momentaneamente deixadas de lado. Bolsonaro, ao não ser reeleito, perdeu a legitimidade que, até então, o mantinha no poder, mas paradoxalmente manteve a legitimidade de fato, enfraquecida durante a pandemia, mas fortalecida novamente ao final de 2022. O pleito eleitoral exacerbou as emoções e transcorreu de modo extremamente polarizado. A vitória de Lula se deu com uma margem mínima de 2 milhões de votos, a disputa presidencial mais acirrada na história das eleições brasileiras¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Diferença de 2 milhões de votos: as eleições presidenciais mais apertadas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/lula-x-bolsonaro-bate-dilma-x-aecio-e-tem-menor-diferenca-de-votos-compare.htm>. Acesso em: 03 jul. 2024.

Quando afirmamos que a legitimidade de fato do ex-presidente saiu fortalecida, estamos nos referindo ao que aconteceu após o segundo turno. Durante pouco mais de dois meses, um clima de insegurança se instalou no país. Eleitores do ex-presidente iniciaram protestos, fecharam rodovias e acamparam no entorno de instalações do Exército para rechaçar o resultado das urnas e pedir intervenção militar. O discurso populista autoritário (e o constante questionamento do sistema eleitoral), perpetrado e difundido por Bolsonaro ao longo de quatro anos, parece ter contribuído para que, após as eleições, o período de regressão democrática, retomando o conceito pendular de Avritzer (2018), chegasse a outro momento crítico. Em nosso entendimento, a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023, que vandalizou os prédios da Praça dos Três Poderes, em Brasília, foi o ápice desse movimento autoritário iniciado com a deturpação do que pretendiam as Jornadas de Junho, em 2013. O bolsonarismo, ao se recusar a deixar o poder, parece ter se firmado como a expressão contemporânea do aprofundamento das tendências nefastas que já rondavam a política brasileira, tornando-se uma força maior que o próprio Bolsonaro.

Essa tentativa de romper o contrato constitucional está em sintonia com a tendência internacional de adesão ao discurso e ideologias de extrema direita, que tem afligido diversos países, conforme vimos nos capítulos anteriores. É um movimento marcado, principalmente, pela ameaça que representa à manutenção do sistema democrático liberal. Levitsky e Ziblatt (2018) abordaram essa questão ao proporem um conjunto de quatro sinais de alerta usados para reconhecer um político autoritário. De acordo com os americanos, um país que pretende zelar por suas instituições democráticas deve se preocupar quando o político em exercício do poder age conforme quatro comportamentos: 1) rejeita, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) nega a legitimidade de oponentes; 3) tolera e encoraja a violência; e 4) dá indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Esses quatro sinais, conforme vimos em nosso estudo, foram reveladores de aspectos importantes do discurso político autoritário do ex-presidente.

Segundo os autores defendem, no contexto atual de avanço do populismo autoritário, a subversão da democracia, na maioria das vezes, se dá por meio de medidas graduais e se inicia através de ações simbólicas e discursos polarizadores que buscam construir a ideia de ilegitimidade dos opositores. Nunes e Traumann (2023) complementam que “[...] uma derrota por poucos votos num ambiente polarizado amplia a radicalização e a desconfiança sobre o sistema político, mesmo que seja apenas para justificar por que a vitória que parecia certa não veio” (p. 94). O professor de relações internacionais, Oliver Stuenkel, afirma que, na maior parte das vezes, o líder com ambições autoritárias precisa se reeleger ao menos uma vez para

conseguir afundar o sistema democrático. É o que ocorreu, por exemplo, com Daniel Ortega, na Nicarágua, Viktor Orbán, na Hungria, Recep Erdogan, na Turquia, e Nayib Bukele, em El Salvador. Uma vez reeleito, o político com ambições autoritárias costuma ganhar confiança. “Enquanto a primeira vitória de um líder com tendências autoritárias pode ser vista como acidental, a reeleição tem um profundo impacto empoderador, permitindo uma escalada autoritária mais explícita” (Stuenkel, 2022). No caso do Brasil, onde Bolsonaro não conseguiu se reeleger e ainda se tornou inelegível ao ser condenado pelo TSE, esse risco, por enquanto, parece estar minimamente controlado.

Entretanto, o movimento da extrema direita internacional segue ganhando força, apesar de derrotas pontuais, como a de Bolsonaro e Trump. No cenário brasileiro, esse discurso permanece sendo disseminado, porque, além da grande força política que ganhou ao eleger representantes nas esferas federal, estadual e municipal, o autoritarismo a ele associado também é fruto de uma sociedade conservadora na qual, segundo Indursky (2020), as classes dominantes permanecem perpetuando uma mentalidade escravocrata.

[...] observando as práticas discursivas do tenente-capitão, podemos perceber que, apesar dos intervalos de relativa democracia, vivemos fundamentalmente em uma sociedade conservadora e plantada no autoritarismo, traços esses que se materializam em seu discurso. As classes dominantes ainda estão presas a uma mentalidade escravocrata. São esses traços de nossa formação social que possibilitam a materialização e capilarização de saberes fascistas no discurso político ora em circulação no Brasil. Isso, entretanto, não transforma de pronto o Estado brasileiro em um Estado Fascista. No entanto, é impossível ignorar os fortes avanços nessa direção. (p. 379).

O desafio da democracia liberal consiste justamente em saber lidar com esses fortes avanços fascistas ou talvez optar por lidar com eles de uma maneira enérgica, pois, uma vez que chegam ao poder, agem para suplantam posições divergentes. Essa questão, que também foi trabalhada por Nunes e Traumann (2023), é chamada pelo filósofo Karl Popper, na obra *A sociedade e seus inimigos*, de “paradoxo da intolerância”.

A tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estivermos preparados para defender a sociedade tolerante do assalto da intolerância, então os tolerantes serão destruídos e a tolerância com eles. Devemos então, reservar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar o intolerante. Devemos exigir que qualquer movimento que pregue a intolerância fique à margem da lei e que qualquer incitação à intolerância e à perseguição seja considerada criminosa, da mesma forma que no caso de incitação ao homicídio, sequestro de crianças ou a volta do tráfico de escravos. (Popper, 1974 *apud* Nunes; Traumann, 2023, p. 188-189).

Para Luis Felipe Miguel (2022), apesar de haver um debate sobre a exatidão da caracterização da nova extrema direita e do bolsonarismo em serem classificados como fascistas, é possível apontar semelhanças importantes entre esses movimentos no que se refere aos valores e afetos políticos mobilizados. De acordo com o cientista político, existe em comum um ressentimento relacionado a uma aparente quebra de hierarquias sociais que supostamente deveriam ser preservadas; uma busca constante por bodes expiatórios; o apreço por soluções simplistas e teorias conspiratórias; o punitivismo exacerbado; e a violência contra os mais fracos servindo de compensação psicológica para frustrações próprias. Tais aspectos, identificados em nossa análise e presentes nos sentidos gerados pelos pronunciamentos, aproximam o discurso do ex-presidente do populismo autoritário.

Em suma: a degradação do debate público brasileiro não sumirá com a derrota de Bolsonaro ou de seus similares, uma vez que responde a movimentos mais profundos. A estratégia adotada pela *alt-right* não criou esta degradação: é um sintoma, cujas raízes estão tanto nas condições sociais da desdemocratização quanto no novo ambiente comunicacional em rede. (Miguel, 2022, p. 252).

Essa constatação é complementada por Esther Solano, ao afirmar, em uma entrevista para a *Folha de S. Paulo*, que considera o bolsonarismo um movimento político estruturante da sociedade brasileira. Ele representa uma forma de entender o mundo, que não pode ser vista apenas como apoio ao ex-presidente e também não se limita a uma visão antipolítica ou antipetista. “Para mim, a chave é esta: o bolsonarismo é representativo”¹⁷⁰. Em artigo publicado em 2022, Miguel defende que, após a derrota de Bolsonaro, a construção de um ambiente político mais saudável passa obrigatoriamente pela responsabilização dos atores envolvidos na degradação do sistema político democrático. É dessa forma que pode se criar algum tipo de estímulo que force a mudança nessa forma de comportamento político. “A gente tem que voltar a marcar as linhas do que é aceitável e do que é inaceitável”¹⁷¹.

¹⁷⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bolsonarismo-representa-forma-de-entender-o-mundo-e-estruturante-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2024.

¹⁷¹ Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/uma-polarizacao-assimetrica>. Acesso em: 03 jul. 2024.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a analisar o discurso de um político folclórico, detentor de uma retórica primitiva e personagem de inúmeras polêmicas, o questionamento que nos mobilizou partiu da observação de que havia, naquele primeiro momento do mandato, um debate sobre a verdadeira forma de Bolsonaro governar. O reforço permanente das marcas de autenticidade cruciais para alimentar a relação do “mito” com aqueles que nele se espelham deveria ser colocado em segundo plano? Essa autenticidade era genuína ou uma maneira de exaurir a democracia? De fato, o que ocorreu ao longo de quatro anos foi a normalização de absurdos com consequências nefastas para o ambiente democrático. O discurso manipulatório, potencializado pelas redes digitais, estimulou a polarização e ampliou os espaços onde o populismo autoritário floresceu. Por meio de nossos gestos analíticos, vimos que o discurso do ex-presidente também imprimiu essa tônica aos pronunciamentos. O capitão, na ânsia de romper o contrato democrático, conciliou sua intenção com uma máscara de parecer ser democrático. Acredito que a existência desse jogo político dissimulado visava a difundir e legitimar uma imagem de si que agia para transformar a declaração televisiva numa ferramenta de egopolítica. Por ser usado com esse propósito, o dispositivo funcionou como recurso para Bolsonaro impor seu *ethos*, mostrar autoridade e tentar construir credibilidade.

Mesmo sendo utilizada para demonstrar poder, a transmissão em rede nacional, como arma de persuasão, mostrou-se, ao longo do tempo, incapaz de alcançar integralmente essa finalidade discursiva. Como político populista que pretendia inflar seu ego, Bolsonaro desvirtuou o pronunciamento e rompeu o contrato que determinava seus termos. Passou a ser alvo de escrutínio público ao ter sua voz sufocada pelos painéis. Ainda que fosse sujeito ativo de uma enunciação monologal, seu discurso foi rejeitado por parte significativa da audiência. Enquanto nas *lives* do *YouTube*, sempre com muitas visualizações, Jair crescia como líder populista; nos pronunciamentos, perdia credibilidade como líder democrático. O discurso construído para vencer as eleições de 2018, quando legitimado nas falas oficiais, fez emergir a incapacidade do político em agir como governante pragmático. O conflito entre enunciador político e enunciador presidente estabelecido nessa situação gerou, como um de seus resultados, o enfraquecimento da legitimidade de fato do capitão.

Charaudeau (2022) explica que o discurso manipulatório passa pelo rompimento dos princípios de pertinência e de alteridade necessários para o estabelecimento do ato de comunicação. No caso do princípio de pertinência, o manipulador é movido por uma negatividade diante das diferentes formas de verdade; já a ausência de alteridade ocorre

devido à visão que se tem do outro, o manipulador vê o manipulado apenas como um receptáculo que deve registrar e aceitar sem reação crítica o que ele diz. É nesse caminho que o populismo autoritário se configura como uma forma de discurso que joga com os imaginários sociais para criar mecanismos de credulidade. O impacto da manipulação depende do peso desses imaginários e da propensão dos indivíduos a acreditar. No ambiente de comunicação digital no qual o discurso bolsonarista se firmou, a complexidade das redes sociais fez com que não fosse possível saber com clareza quem eram os patrocinadores, os responsáveis, os organizadores desses discursos, tampouco os verdadeiros destinatários, pois, às vezes, conforme Charaudeau (2022), “[...] o discurso manipulatório circula com um certo consentimento popular, consciente ou não” (p. 126).

As diferentes formas de manipulação só têm efeito à medida que dão voz a preocupações significativas. A partir do que constatamos em nosso trabalho analítico, podemos afirmar que Bolsonaro se colocou como impostor diante dessas preocupações e, apesar de ter mantido o apoio de quem se deixou convencer por seu discurso, ele acabou sendo visto majoritariamente como incapaz de dar solução aos problemas da população. Suas explicações simples e narrativas dramatizantes, construídas a partir de mentiras e negações da realidade conectadas a desejos de crença, ecoaram expectativas e ofereceram aos indivíduos o espelho de suas ideias. No entanto, para que a manipulação agisse entre todos os segmentos heterogêneos que formam a instância cidadã era preciso que o manipulador tivesse credibilidade, o que o presidente foi perdendo ao longo do mandato. “Sua língua fascista desfigurou o lugar discursivo de um presidente democrata” (Indursky, 2020, p. 377).

Essa perda de credibilidade está, em grande medida, relacionada aos painéis orquestrados nas transmissões. Eles parecem ter sido resultado de uma percepção na qual o público, mesmo sem ouvir o que o presidente tinha a dizer, compreendeu o que estava em jogo. E, dessa forma, impediu que o discurso manipulatório fosse concretizado como contrato, ou seja, parte da instância cidadã não reconheceu nele as condições necessárias para torná-lo digno de uma situação extraordinária de enunciação.

Como Cena retórica, o pronunciamento deve ser dirigido a toda a instância cidadã (não somente uma parte dela) e também às instâncias adversária e midiática. Sendo assim, podemos dizer que o rompimento do contrato ocorreu de forma parcial, pois o presidente, mesmo com a credibilidade questionada, conseguiu validar o contrato em outras frentes. Isso ocorreu, por exemplo, quando manteve seus seguidores engajados na defesa de suas ações e quando movimentou os veículos de imprensa na cobertura e repercussão de suas falas. Apesar de não impedir essas validações, o rompimento parcial do contrato pode ser considerado

bastante significativo, já que parece ter influenciado ações posteriores do presidente. A partir do momento em que abandonou o dispositivo, ele acabou assumindo que sua legitimidade de fato estava enfraquecida. O pronunciamento deixou de ser um recurso por onde poderia impor um simulacro imune à realidade, o que não ocorreu em outros dispositivos. Lynch e Cassimiro (2022) afirmam que, nas redes sociais, Bolsonaro forjava “[...] uma fantasia de unanimidade” ao ter como interlocutores somente seguidores e apoiadores. O bloqueio de quem o criticava foi sistemático nesses canais, que se transformaram em um “altar” com acesso “[...] privativo dos fiéis para fim de adoração de seu ídolo” (p. 159).

A transformação ou desvio dos fatos da realidade, como o negacionismo e as *fake news*, é chamado por Charaudeau (2022) de “contraverdade”. O autor afirma que, na internet, esse tipo de enunciado é aceito de forma mais natural, porque está inserido no ambiente onde se originou. No entanto, quando a contraverdade é levada para outros ambientes, como o da televisão (regido por um contrato totalmente diferente), pode ser que perca essa aceitação naturalizada comum às mídias sociais. Conforme nossa análise, ao ser legitimada como discurso oficial, a contraverdade foi posta em uma situação na qual a verdade dos fatos entrou em cena para confrontá-la. Quando fundamentou seu discurso acionando *ethé* distintos (e até contraditórios) e misturando saberes de conhecimento a saberes de crença para formar a contraverdade, Bolsonaro agiu com a intenção de firmar discursivamente um outro contrato. Parece que houve uma tentativa de levar o “enunciador *troll*” das redes sociais para esse lugar solene onde tal comportamento não é aceito. O enunciador político do pronunciamento adulava a postura de polemizador *troll*, nivelando a instância cidadã brasileira pelos parâmetros que usava para se dirigir à sua instância eleitora. Apesar de mascarado pela projeção do enunciador presidente, esse comportamento discursivo parece ter gerado uma figura dissonante e incongruente que não conseguiu, de fato, falar à nação. O reconhecimento desse sujeito como autoridade digna de crédito acabou ficando comprometido.

Outra consideração que podemos fazer está relacionada à dimensão institucional que marca o discurso analisado. No pronunciamento, o corpo que constitui o *ethos* de Jair Bolsonaro se apresenta como o de um político profissional, nessa situação ele não é mais o candidato, aquele que se elegeu com a imagem de *outsider*, de político antiestablishment. Por isso, assumir o papel de chefe da nação é, de alguma maneira, ir contra aquilo que originou o seu reconhecimento como representante legítimo dos anseios da população. Talvez, por isso, o capitão nunca conseguiu ficar completamente à vontade na gravação das falas em rede nacional. Além de não ser um orador competente, Bolsonaro sempre se apresentou como um político transgressor, quebrando protocolos para projetar sua imagem. Na Presidência, ele se

viu compelido a se encaixar num contrato com o qual não estava acostumado a se submeter. Por isso, o discurso precisava dosar essas imagens de si paradoxais, equilibrando-as com elementos formadores do *ethos* discursivo e do pré-discursivo. Foi justamente a falta desse equilíbrio ou o descompromisso em alcançá-lo que direcionou, segundo demonstrado no gráfico da Figura 18, o dialogismo desses atos de enunciação. Os gestos de interpretação foram carregados de imaginários e efeitos patêmicos que deram o tom populista autoritário do discurso. Em uma visão geral, apesar das inflexões, os pronunciamentos representaram uma transgressão discursiva às normas do dispositivo político do sistema democrático.

Ao deixar de contribuir com a legitimação do simulacro bolsonarista, o pronunciamento passou a representar um gênero no qual foi possível questionar o comportamento do presidente, transformou-se em uma plataforma para segmentos da instância cidadã demonstrarem insatisfação contra ações governamentais. As transmissões serviram para potencializar as vozes que divergiam do poder dominante. Em 2022, quando tais manifestações foram “silenciadas”, Bolsonaro deu preferência a dispositivos em que seu *ethos* transgressor fosse projetado sem as amarras da declaração oficial. Esse movimento autoritário de recusa da divergência acaba facilitando o ingresso no caminho em que o manipulador cai em sua própria armadilha, pois, segundo Charaudeau (2022), a melhor maneira de o impostor conferir autenticidade à sua identidade é começar a acreditar no próprio personagem. “Esse jogo de fusão entre Eu-pessoa e Eu-personagem leva o impostor a perder sua própria consistência, a morrer para renascer como outro” (p. 83).

No *podcast Retrato Narrado*, Carol Pires faz uma reflexão que contribui para o entendimento do que apresentamos como última consideração. A maneira obtusa como o ex-presidente pensa insere suas convicções e fixações dentro de um universo discursivo delimitado principalmente pelos muros erguidos por meio da relação que ele estabeleceu com seu clã e com seus filhos.

Tudo que ele ouve é o eco da própria voz, é como se ele tivesse num labirinto de espelhos. Colocados frente a frente, os espelhos criam uma série de reflexos um do outro, os reflexos se multiplicam em versões cada vez menores. Isso cria uma sensação de profundidade, mas a explicação científica pra isso é que cada reflexo é menos nítido que o anterior. A luz vai sendo absorvida pelos espelhos e a imagem vai ficando menos clara, vai virando uma sombra nebulosa. E aquilo que olhamos como se fosse um abismo não passa de um ponto onde não chega luz. (RETRATO..., 2020f).

Esse local de escuridão, “iluminado” pelas influências do discurso da extrema direita internacional, criou condições para a escalada do populismo autoritário no Brasil. Parece ter

sido ainda o que deu capacidade a Bolsonaro de ser capturado em sua própria armadilha manipulatória. É provável que, ao tentar fundir identidades em um único personagem, assumindo crer na impostura de seu discurso, o sujeito tenha passado a acreditar que aquilo que ele inventava era o real verdadeiro. Ao tomar essa direção, o ex-presidente acabou desconsiderando o caminho dialógico que poderia mantê-lo legitimado na posição de maior autoridade institucional do poder republicano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Religião e repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Trad. Eduardo Lopes Piris, Moisés Olímpio-Ferreira [et al.]. São Paulo: Contexto, 2018.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTORITÁRIOS: como Bolsonaro empoderou militares e tirou golpismo do armário. Reportagem: Ana Luiza Albuquerque. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 mar. 2024a. *Podcast*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2024/03/autoritarios-como-bolsonaro-empoderou-militares-e-tirou-golpismo-do-armario.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2024.

AUTORITÁRIOS: como Donald Trump estimulou teorias conspiratórias nos EUA. Reportagem: Ana Luiza Albuquerque. São Paulo: Folha de S. Paulo, 14 mar. 2024b. *Podcast*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2024/03/autoritarios-como-donald-trump-estimulou-teorias-conspiratorias-nos-eua.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Pessoa de; FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin Mikhail. São Paulo: Editora da USP, 1994. (Ensaio de Cultura, 7).

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022. *E-book* em formato epub.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BELLO, Livia. **Discurso de Bolsonaro no 7 de setembro: quanto à oratória, o que fica?**. Blog The Speaker, 12 set. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/blog-the-speaker/discorso-de-bolsonaro-no-7-de-setembro-quanto-a-oratoria-o-que-fica,033a939b8b749ce2e5c1a14f9cb633b18zdz9824.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BERGER, J. M. **Extremism**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018.

BOGÉA, Diogo. **Psicologia do bolsonarismo**: por que tantas pessoas se curvam ao mito?. 1ª ed. Niterói: Oficina de Filosofia, 2021. v.1. 90p.

BOLSONARO, Flávio. **Mito ou verdade**: Jair Messias Bolsonaro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Altadena, 2017.

BRAIGHI, Antônio; LESSA, Cláudio. Das blusas amarelas às panelas: memórias, imaginários e polêmicas nos protestos em tempos de pandemia. *In*: BRAIGHI, Antônio; LESSA, Cláudio; AZEREDO, Luciana (org.). **Vozes na Pandemia**. Belo Horizonte: LED - Cefet/MG, 2022. p. 201-226. *E-book* em formato pdf. Disponível em: <https://www.led.cefetmg.br/vozes-na-pandemia>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 84.181, de 12 de novembro de 1979**. Altera a redação do artigo 87, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d84181.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL, Felipe Moura. Os blogueiros de crachá. **Crusoé**, [s.l.], n. 76, 11 out. 2019. Disponível em: <https://crusoe.com.br/edicoes/76/os-blogueiros-de-cracha>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BUGALHO, Henry. **Minha especialidade é matar**: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CADERNO virtual: o que define o enquadramento. **Escrevendo o futuro**. Disponível em https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/caderno/documentario/oficinas/etapa-1-o-que-define-o-enquadramento. Acesso em: 29 abr. 2024.

CÂMARA, Heloísa Fernandes. Populistas e autoritários? Debates sobre usos do conceito. **Revista Direito e Práxis**, n. 12 (2), abr.-jun., 2021. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50402>

CARDOSO AMARAL, Nelson. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. *In*: **Propuesta Educativa**, Ano 28, n. 52, novembro 2019, p. 127 a 138. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/pe/n52/n52a11.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CARVALHO, Daniel; URIBE, Gustavo. **Em pronunciamento, Bolsonaro mente sobre ações do governo na pandemia e agora diz que 2021 será o ano da vacinação**. Folha de São Paulo, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/em-pronunciamento-bolsonaro-mente-sobre-ac>

oes-do-governo-na-pandemia-e-agora-diz-que-2021-sera-o-ano-da-vacinacao.shtml. Acesso em: 10 maio 2024.

CARVALHO, Daniel; CANCIAN, Natália. **Governo rejeitou 70 milhões de doses da Pfizer, das quais 3 milhões poderiam já ter sido aplicadas**. Folha de São Paulo, 6 mar. 2021.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/03/governo-negou-3-vezes-ofertas-da-pfizer-e-perdeu-ao-menos-3-milhoes-de-doses-de-vacina.shtml>. Acesso em: 08 maio 2024.

CARVALHO, José Murilo. **Formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick; ARAGÃO, Sabrina Moura. Do discurso político ao discurso populista. O populismo é de direita ou de esquerda?. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 351–363, 2022. DOI: 10.4013/cld.2022.201.17.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016a.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Trad. Dóris de Arruda C. da Cunha. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006a.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Editora Contexto, 2016b.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William. (Orgs.). **Análise do discurso**: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. **Le site de Patrick Charaudeau**, 2010a. Disponível em:

<https://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 06 mar. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. In: **Entrepalavras**. Fortaleza, v. 7, 2017, p. 571-591.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Orgs.). **As emoções no discurso**: volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 240-251.

CHARAUDEAU, Patrick. Reflexões para a análise do discurso populista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdades de Letras da UFMG, 2016c.

CHARAUDEAU, Patrick. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. **Le site de Patrick Charaudeau**, 2010b.

Disponível em

<https://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*:

PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In*: MUNIZ, Glaucia;

MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**: volume I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna; 2), 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª Ed. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2018.

DE AMAZÔNIA a ofensa a esposa, as frases da escalada de tensão entre Bolsonaro e Macron. **BBC News Brasil**, 26 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49455361>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, Bruna Silveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Redes bolsonaristas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. **Confluências**, Niterói/RJ, v. 22, n. 3, 2020.

DIAS, Bárbara. **Impasses de uma polarização assimétrica**. Problemas Brasileiros, São Paulo, 05 out. 2022, Disponível em:

<https://revistapb.com.br/artigos/impasses-de-uma-polarizacao-assimetrica>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ninho da serpente**: o sistema de comunicação que levou Bolsonaro a vencer as eleições de 2018. Piauí, [s.l.], n. 191, ago. 2022. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ninho-da-serpente>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DONIN, Douglas Oliveira. Democracia iliberal: de Hungria e Rússia a Europa e América.

Revista Com Ciência, Campinas, 04 set. 2019, dossiê 210. Disponível em:

<https://www.comciencia.br/democracia-iliberal-da-hungria-e-russia-europa-e-america>. Acesso em: 30 nov. 2023.

EMEDIATO, Wander. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. *In*: MARI, Hugo;

WALTY, Ivete; FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Orgs.). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007, p. 83-98.

EMEDIATO, Wander. Dimensões e faces da mentira no discurso político. *In*: EMEDIATO,

Wander (Org) **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso,

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2016, p. 14-49.

EMEDIATO, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida; LARA, Gláucia. (Orgs) **Teorias do Discurso: novas práticas e formas discursivas**. Campinas: Pontes, 2020.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e negacionismo**: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista. 2ª ed., ampl. e rev. Curitiba: Appris, 2022.

FÁVERO, Bruno; MENEZES, Luiz Fernando; RIBEIRO, Amanda; PACHECO, Priscila. **Em pronunciamento, Bolsonaro infla seus atos e falseia ações do próprio governo**. Aos Fatos, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/em-pronunciamento-bolsonaro-infla-seus-atos-e-falseia-atos-do-proprio-governo>. Acesso em: 02 maio 2024.

FÁVERO, Bruno; RIBEIRO, Amanda. **O que realmente se sabe sobre as queimadas no Brasil**. Aos Fatos, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/o-que-realmente-se-sabe-sobre-queimadas-no-brasil>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FÁVERO, Bruno; RIBEIRO, Amanda; MENEZES, Luiz Fernando; PACHECO, Priscila. **Bolsonaro nega orientações da ciência e distorce informações para minimizar pandemia**. Aos Fatos, mar. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nega-orientacoes-da-ciencia-e-distorce-informacoes-para-minimizar-pandemia>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**: relatório 2023. Federação Nacional dos Jornalistas, 2024. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FERNANDES, Carla Montuori. A pandemia do Coronavírus: narrativas presidenciais e negacionismo científico. **Lumina**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 71–91, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022.v16.33512. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/33512>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas, volume 15**: psicologia das massas e análise do eu e outros textos. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 9-100.

FUJIWARA, Priscilla Sayuri. **Pandemia da covid-19 no Brasil**: a representação sociodiscursiva e as estratégias enunciativas no discurso político. Orientadora: Giani David Silva. 2023. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Cefet-MG, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GHIGLIONE, R. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. *In: Verbum*, Tome VII, Nancy, 1984.

GOLDSTEIN, Ariel. **Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

HUSSNE, Arthur. Olavismo e bolsonarismo. **Revista Rosa**, São Paulo/SP, v. 1, n. 1, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/1/olavismo-e-bolsonarismo>. Acesso em: 01 jun. 2024.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 365–388, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1730. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730>. Acesso em: 01 jun. 2024.

JAIR Bolsonaro: conheça a trajetória política do ex-presidente. **InfoMoney**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LARANJAL do Partido Social Liberal. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Laranjal_do_Partido_Social_Liberal. Acesso em: 20 abr. 2024.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. Do discurso ao interdiscurso. *In: Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997, p. 111-126.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Trad. de Marcos Marcionilo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2020.

MALERBA, Jurandir. The Independences of Brazil: theoretical reflections on historiographical perspectives. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.99-126, 2005.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES SILVA, Alexandre. (Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a covid-19. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 2, p. 4-28, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.47369/eidea-20-2-2736>.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Argumentação e atos de linguagem no discurso político. **Revista Caletroscópio**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 129-146, 3 dez. 2012. <https://doi.org/10.58967/caletroscopio.v1.n1.2012.3560>.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: Gallego, Esther Solano. (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.62, 20 ago. 2020.
<https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>

MOIRAND, Sophie. Dialogismo. Traduzido por Roberto Leiser Baronas. In CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 160-163.

MOUNK, Yasha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Trad. de Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OYSERMAN, Daphna; DAWSON, Andrew. **Your Fake News, Our Facts: identity-based motivation shapes what we believe, share, and accept**. In: GREIFENEDER, Rainer. *et al.* (eds.). *The Psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation*. Londres: Routledge, 2021.

OYAMA, Thaís. **Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PERINI, Rudá da Costa. Notas sobre a fala pública oficial: uma análise do discurso de posse. **Caderno de Letras**, n. 41, p. 381-402, 20 fev. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: Gallego, Esther Solano. (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

POMERANTSEV, Peter. **This is not Propaganda: Adventures in the war against reality**. Londres: Faber&Faber, 2019.

PRADO, Michelle. **Tempestade ideológica: bolsonarismo, a alt-right e o populismo iliberal no Brasil**. São Paulo: Ed. Lux, 2021.

RECUERO, Raquel. **Post publicado em 7 jun. 2021**. X/twitter: @raquelrecuero. Disponível em:

<https://twitter.com/raquelrecuero/status/1401870762236121092?s=20>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RETRATO Narrado - Episódio 1: Em busca de Eldorado. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, set. 2020a. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1YZtqK4nc6ivsJHZXHtA6v?si=e2e16b765e3e4cc6>. Acesso em: 14 dez. 2023.

RETRATO Narrado - Episódio 2: Indisciplina militar. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, out. 2020b. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZNJCB5igL2e51eZJiVms8?si=b3f934c1568644ae>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RETRATO Narrado - Episódio 3: Os anos em Brasília. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, out. 2020c. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6IwxVk3C2g5HPtOhkZzgUy?si=af7d23be765c4667>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RETRATO Narrado - Episódio 4: A construção do mito. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, out. 2020d. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2JrxUgnONvqS25yFbvjeVT?si=525c0843e1a64256>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RETRATO Narrado - Episódio 5: O caminho até o Planalto. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, out. 2020e. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4hwFT1x4KUcF3cd6lgLwzC?si=c331457b38eb4e43>. Acesso em: 19 dez. 2023.

RETRATO Narrado - Episódio 6: A família presidencial. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, nov. 2020f. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2SI4DTyt7tqgS2Ug3jEg8V>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RETRATO Narrado - Episódio bônus: Como o olavismo explica o bolsonarismo. Reportagem: Letícia Duarte. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, nov. 2020g. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1yeM1KrhNq06y5ck8Z4X4n>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro adota um discurso para cada público como estratégia para a crise**. Uol, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/04/08/eleito-em-2018-bolsonaro-ainda-usa-fala-na-tv-para-dizer-que-e-presidente.htm>. Acesso: 02 maio 2024.

SANGLARD, Fernanda Nalon. **Verdades possíveis**: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. Orientadora: Alessandra Aldé. Coorientador: Mauro Porto. 2017. 305 f. Tese (Doutorado) - UERJ, Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; MOTTIN, Karina Veiga. “Ideologia de gênero”: a fabricação do termo e seus significados. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, Campo Grande/MS, v. 26, n. 51 e 52, 2 fev. 2021.

SEARLE, J. **La construction de la réalité sociale**. Paris: Gallimard, 1998.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**: relatório final. Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio (et. al.) **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 307-321.

SOULAGES, Jean-Claude. A formatação do olhar. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato (Orgs.). **Ensaio em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - Faculdade de Letras da UFMG, 2002. p.267-281.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018. *E-book* em formato epub.

STANLEY, Jason. The Intercept Brasil: Jason Stanley. 27 Mar. 2020. In: INSTAGRAM. **THE INTERCEPT BRASIL**. Vídeo (ca. 16 min). Entrevista concedida a Eduardo Roberto. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/B-PfQYogrvF>. Acesso em: 22 fev. 2024.

STUENKEL, Oliver. **Post publicado em 9 out. 2022**. X/twitter: @oliverstuenkel. Disponível em: <https://x.com/OliverStuenkel/status/1579225574924759040?s=20>. Acesso em: 03 jul. 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Imprensa Nacional, 2004.